

MARIA FILOMENA FERREIRA MENDES

ANALISE SOCIODEMOGRAFICA
DO DECLINIO DA FECUNDIDADE
DA POPULAÇÃO PORTUGUESA
NA DECADA DE 80



O CASO PARTICULAR DO CUSTO ECONOMICO DA CRIANÇA

57394

VOLUME I

* *
*

EVORA | 1992

Na página 126, no título do Mapa IX, onde se lê "Descen-
dência média", deverá ler-se: "Idade média de fecundida-
de".

**Dissertação de doutoramento em
Sociologia (Demografia) apresentada na
Universidade de Evora.**

Esta dissertação beneficiou, entre 1989 e 1992, de uma bolsa concedida pelo Instituto Nacional de Investigação Científica.

AGRADECIMENTOS

Impõe-se, no limiar deste estudo, agradecer o alento, a orientação e o apoio que recebi durante o seu processo de elaboração, sem os quais tudo seria mais difícil.

Ao Professor Joaquim Manuel Nazareth, meu Orientador, a quem devo o gosto e o interesse pelos problemas demográficos, e que me acompanhou desde o início na minha carreira universitária.

Ao Professor Pedro Telhado Pereira, a cuja orientação tanto devo, com quem, durante os últimos dois anos, não só conversei, li e aprendi mais do que eu mesma sou capaz de estimar, mas também construí uma grande e sólida amizade.

Ao Professor Augusto da Silva, a quem devo desde sempre confiança e disponibilidade permanentes.

Ao Professor António Afonso Pinheiro, a quem devo um apoio e uma amizade que me estimularam imenso no desenvolvimento do meu trabalho.

Ao Dr. Silvério Cunha, a quem devo a revisão do texto, bem como o apoio que sempre me deu.

Outubro de 1992

INDICE GERAL

VOLUME I

CAPITULO I: APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO, pág. 1

- I.1. Introdução geral (2)
- I.2. Importância do estudo da fecundidade (11)
- I.3. Apresentação das partes componentes da dissertação (28)

CAPITULO II: ANALISE DEMOGRAFICA DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL CONTINENTAL NA DECADA DE 80, pág. 41

- II.1. Conceitos básicos e qualidade dos dados (42)
- II.2. Indicadores seleccionados (48)
- II.3. Análise de resultados (63)

CAPITULO III: FACTORES DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL CONTINENTAL NA DECADA DE 80. A ANALISE SOCIODEMOGRAFICA E SEUS LIMITES, pág. 160

- III.1. Apresentação das variáveis seleccionadas (161)
- III.2. Análise sociodemográfica (181)
 - a] A partir de dados agregados (181)
 - b] A partir de dados desagregados (225)
- III.3. Perspectivas teóricas alternativas:
inventário crítico (287)

CAPITULO IV: O CUSTO ECONOMICO DA CRIANÇA EM PORTUGAL NO FINAL DA DECADA DE 80, pág. 314

- IV.1. Perspectivas de análise: o valor dos filhos e a construção de escalas de equivalência (315)
- IV.2. Análise dos resultados empíricos (343)

CONCLUSÃO GERAL, pág. 375

BIBLIOGRAFIA, pág. 380

VOLUME II: ANEXOS (CALCULOS DE BASE), pág. 396

CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO
DO OBJECTO DE ESTUDO

I.1 Introdução geral

I.2 Importância do estudo da fecundidade

I.3 Perspectivas de análise estruturantes da dissertação

I.1 INTRODUÇÃO GERAL

Nas últimas décadas tem vindo a assistir-se a uma multiplicação significativa dos estudos, em diferentes áreas do conhecimento, tendo por objectivo a formulação de perspectivas teóricas de explicação da evolução da fecundidade ao longo do tempo, a elaboração de análises empíricas que visam a determinação das causas de uma fecundidade diferencial no mundo, assim como a previsão das implicações, quer a nível individual, quer da sociedade em geral, de um dado movimento demográfico induzido pelo "comportamento fecundo"¹ das populações.

A observação de todo um conjunto de consequências, a nível demográfico, económico ou social, tem conduzido a investigação no sentido de prever e caracterizar com o máximo rigor uma dada situação tendencial, descobrir as relações causais explicativas do comportamento fecundo e atenuar os efeitos das consequências indesejadas desse comportamento. Todos estes factores contribuíram para um significativo aumento da importância do estudo da fecundidade.

Hoje em dia, no caso particular dos países caracterizados por baixos níveis de fecundidade e de mortalidade, podemos considerar que, de um modo geral, o

¹Becker, G. S., (1956), "An economic analysis of fertility", in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, a Conference of the Universities-National Bureau Committee for Economic Research, Princeton, N.J.: Princeton University Press, for the National Bureau of Economic Research.

sentido da evolução da população no seu todo, e a formação da sua composição por sexos e idades, passou a ser comandada pelas variações observadas na fecundidade e nas migrações. O que significa que, actualmente, em termos de dinâmica populacional, se excluirmos os movimentos migratórios (por natureza conjunturais e em grande medida de carácter aleatório, com frequentes alterações no curto prazo), e abordarmos somente o movimento natural, poderemos considerar a fecundidade como a variável responsável por todo o processo de evolução das populações.

Nestes países tem-se observado, em termos exclusivos de movimento demográfico, que a um cada vez maior declínio da fecundidade se vem associando uma cada vez maior probabilidade de sobrevivência para ambos os sexos ao longo do ciclo de vida. A mortalidade está, assim, em grande medida controlada pela acção do homem, e, pondo de parte condicionalismos circunstanciais político-económicos, encontra-se numa fase caracterizada por esperanças de vida à nascença cada vez mais elevadas. A melhoria das condições de vida em geral, e da assistência médico-sanitária em particular, assim como a resolução de conflitos a nível regional, continuarão a ser as determinantes de um gradual declínio dos índices de mortalidade no mundo. Nos países industrializados os aumentos da esperança de vida à nascença foram, durante um largo período de tempo, bastante acentuados. Actualmente, os indicadores apresentam valores muito próximos de ano para ano, revelando aumentos incomparavelmente mais reduzidos que os conseguidos

anteriormente. No entanto, o demógrafo, passou, em questões de mortalidade, a ocupar-se fundamentalmente de dois tipos de estudos. Por um lado, estudar as causas de morte por doença e por acidente, no sentido de diagnosticar situações, de propor medidas que eventualmente possam vir a minimizar o risco de morte. E por outro lado, em efectuar previsões quanto às consequências de uma dada situação de mortalidade na sociedade. Neste último caso adquiriu especial relevância, nas últimas décadas, a previsão das implicações, em termos da sociedade em geral, de um envelhecimento no topo (provocado por um aumento, em termos proporcionais, do número de indivíduos que na população têm mais de 65 anos), resultado da conjugação do aumento da esperança de vida à nascença com a diminuição do número de nascimentos.

No que se refere aos fluxos migratórios, estes caracterizam-se pela sua dimensão regional e conjuntural. São movimentos provocados por oscilações na oferta e na procura de trabalho entre regiões ou países, ou originados por situações de insegurança política. Todavia, embora a situação destas duas variáveis demográficas, mortalidade e movimentos migratórios, pareça clara, o demógrafo continua a encontrar dificuldades de previsão no comportamento de ambas, face à possibilidade de alterações conjunturais bruscas, de difícil prognóstico. As causas e as consequências de situações diferenciais são, contudo, perfeitamente identificáveis e susceptíveis de fundamentar políticas eficazes com vista à obtenção de uma situação, próxima da pretendida, função dos objectivos da região ou do

país em causa.

No que respeita à terceira variável microdemográfica, a situação é bastante mais complexa. A fecundidade varia no tempo, no espaço, e, o que é mais perturbante para o investigador, varia de uma forma ainda não suficientemente esclarecida em função de variáveis ainda não completamente identificadas.

Concentremos a nossa atenção numa situação de baixa fecundidade, por ser esta exactamente a situação actual do nosso país. A fecundidade desceu, pela primeira vez, a níveis tão baixos que já não permitem, em nenhum distrito do território continental português, a substituição das gerações. O declínio da fecundidade adquire, assim, na década de 80, um carácter novo e de excepção, pelo facto de se ter generalizado, quase simultaneamente, a todo o espaço português, ao nível dos valores mais baixos observados, até ao momento, no mundo. Esta situação é, em primeiro lugar e por definição, insustentável em termos da dimensão total da população num futuro mais ou menos longínquo. Além de, vir provocar em termos de implicação ao nível da estrutura etária, uma intensificação do envelhecimento de uma população já de si envelhecida, trazer sérias perturbações na formação das famílias, agravar situações de subpovoamento *versus* sobrepovoamento, localizadas em áreas geográficas específicas, assim como alterar, de um modo geral, o funcionamento da própria sociedade. Podemos, neste caso, constatar influências imediatas e facilmente observáveis, desde o impacte nos perfis do consumo privado e da poupança,

provocado por alterações na fecundidade, até à necessidade de ajustamentos na implementação de políticas, familiares, sociais e mesmo fiscais. Assim, considerámos da máxima importância a análise da fecundidade nas suas relações de causa-efeito com todo o sistema económico, social e normativo de uma sociedade. Constatámos a utilidade da determinação da evolução tendencial da fecundidade, desde a sua inegável influência em questões de planeamento, ao nível da capacidade prospectiva, até à sua contribuição para o estudo da evolução das mentalidades e dos padrões de comportamento, em função das expectativas dos indivíduos em termos de qualidade de vida e número de filhos.

Perante a evidência de a evolução populacional causar sérias perturbações no processo de desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade, a procura das relações existentes entre as condicionantes de uma dada evolução da fecundidade, por um lado, e as implicações sociais resultantes dessa evolução, por outro, continua a ser objecto de sofisticados estudos multidisciplinares. No entanto, ainda não foi atingido o consenso, nem quanto às causas, nem quanto às políticas de ajustamento face às tendências pretendidas. Enquanto esta complexa constelação de relações que determinam o comportamento fecundo não for esclarecida, a investigação neste domínio tenderá a ser, por isso mesmo, fundamental.

Porém, o estudo da fecundidade, quando ultrapassa a simples compilação de cálculos estatísticos, é considerado como a invasão de um domínio privado que, por isso mesmo,

não poderá ser sujeito a qualquer tipo de investigação mais aprofundada. Qualquer política que vise uma alteração do comportamento fecundo dos casais torna-se dificilmente eficaz, porque cada casal, cada família, são distintos, com as suas preferências próprias, uma percepção individualizada das restrições socioeconómicas e uma estrutura única de condicionantes psicológicas. Além disso, torna-se sempre dificilmente aceite, em virtude de o comportamento fecundo ser considerado um assunto íntimo do casal, onde não é reconhecido qualquer direito de intervenção. O próprio estudo do comportamento fecundo, enquadrado numa estrutura pré-definida de teoria analítica, torna-se problemático pelo facto de, à partida, se negar credibilidade aos resultados da aplicação de uma estrutura de análise objectiva e racional, de um modelo teórico pré-definido, a uma questão privada, logo, íntima, insondável, intocável, unicamente dependente de valores inquestionáveis e universalmente pré-existentes, dados como parte integrante da natureza humana.

Para isso tornou-se fundamental colocarmo-nos num processo dinâmico de investigação em que, a par da análise estritamente demográfica, nos propusemos estabelecer um sistema de relações causais, motivadoras e explicativas da situação da fecundidade portuguesa na última década.

Considerámos, em suma, a nossa investigação actual e de interesse fundamental. O comportamento fecundo move a sociedade em todos os seus planos. Em função de variações no comportamento fecundo dos indivíduos ocorre um maior ou

menor número de nascimentos, e o nascimento de uma criança possui, em todas as sociedades, um enorme significado individual e social.

Todavia, por detrás de uma alteração no comportamento fecundo de uma sociedade encontra-se, necessariamente, uma alteração na percepção da criança por essa mesma sociedade. A criança tem um custo para os pais e para a sociedade. Além disso, o lugar concedido à criança é função da escala de valores e resultado da evolução das ideias e das mentalidades. A determinação das causas do comportamento fecundo de uma sociedade é tão complexa quanto a explicação do valor da criança e a possibilidade de quantificação do seu custo.

A explicação da fecundidade está, porém, intimamente ligada à compreensão do quadro de valores, benefícios e custos, vantagens e desvantagens, relacionados com a criança, que serve de referência aos pais no momento da sua decisão. Este cenário de referência, que eventualmente poderá vir a sofrer posteriores ajustamentos ao longo de todo o ciclo de vida fértil do casal, faz parte integrante de um contexto mais amplo que o determina no momento da decisão. O casal comporta-se, nos dias de hoje, racionalmente, em virtude de uma ampla possibilidade de acesso à prática eficaz de contracepção. Decide em função do nível de vida desejado para si e para os seus filhos, das restrições socioeconómicas envolventes, da herança cultural e do número de filhos considerado ideal (aquele que lhe permite viabilizar a realização dos objectivos desejados).

O nosso objectivo será o de esclarecer relações, demonstrar influências, segundo um esquema evolutivo e integrado, das perspectivas de análise das diferentes áreas do conhecimento que ultimamente mais se têm debruçado sobre estas questões: a demográfica, a social e a económica.

I.2 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA FECUNDIDADE

O estudo da fecundidade reveste-se da maior importância em virtude das consequências que uma determinada situação de fecundidade acarreta para a sociedade em todos os seus planos: demográfico, económico e social. A manutenção de uma tendência de declínio, no caso dos países mais industrializados, é portadora de implicações de séria dimensão, das quais passamos a fazer uma breve síntese demonstrativa, antes mesmo de iniciarmos a apresentação dos resultados da nossa investigação. Assim sendo, começaremos por expor alguns dos problemas das sociedades complexas, provocados pela continuidade, durante um longo período de tempo, de um nível de fecundidade extraordinariamente baixo.

Assim, podemos considerar à partida que a evolução, em termos de desenvolvimento social e económico, que caracteriza este tipo de sociedades tem sido acompanhada por uma profunda alteração nos modelos de comportamento demográfico das populações. Este distingue-se fundamentalmente por uma redução muito acentuada dos níveis de mortalidade e de fecundidade. Uma situação caracterizada por elevadas esperanças de vida à nascença, observando em simultâneo baixos valores de descendência média, apresenta como consequência directa, num futuro mais ou menos próximo, um envelhecimento das populações, devido ao aumento proporcional do número de indivíduos que, no conjunto da população, têm mais de 60 anos, por oposição à diminuição,

também proporcional, do número de indivíduos com menos de 20 anos. A idade média das populações aumenta e, agravando os reflexos de uma situação demográfica com estas características, verifica-se um aumento na percentagem de divórcios, um aumento do celibato definitivo e um casamento cada vez mais tardio, para ambos os sexos. Um comportamento em que os modelos de nupcialidade induzem valores de fecundidade total cada vez mais baixos, em sucessivas *cohortes* de mulheres, mesmo que estas mantenham idênticos modelos de fecundidade, reduz por si mesmo a fecundidade da população. Concomitantemente os modelos de fecundidade observados sofrem uma significativa alteração no sentido de uma diminuição do número de filhos por mulher, resultado de uma utilização cada vez mais generalizada e eficaz de métodos contraceptivos que, por sua vez, conduz igualmente a níveis de paridade final cada vez mais baixos.

As alterações que em termos de fecundidade se vêm observando, nesses países, devido ao seu carácter de continuidade e permanência, suscitam cada vez mais o interesse de cientistas sociais, políticos e da opinião pública em geral, pelas implicações quer a nível da sociedade em geral, quer do indivíduo em particular. A evolução recente da fecundidade põe inclusivamente em causa a capacidade da sociedade na regulação do comportamento fecundo individual em função dos objectivos dessa mesma sociedade, ao mesmo tempo que questiona o posicionamento individual do cidadão perante a vida.

Nas últimas décadas desenvolveram-se projectos de

modelização das relações entre a demografia e as outras ciências sociais, de modo a integrar a análise destas novas tendências comportamentais nas diferentes perspectivas de teoria analítica próprias de cada ciência. Por estas razões, deparamos actualmente, com uma multiplicidade de análises quer do comportamento reprodutivo (em ambas as perspectivas: sociedade/indivíduo), quer das suas implicações (em termos dicotómicos: sociedade/indivíduo), quer das suas causas (na dualidade: sociedade/indivíduo). Este paralelo sociedade/indivíduo, nas suas interrelações, é um factor constante em todos os tipos de perspectiva (sociodemográfica, económica, histórica, antropológica) e níveis de análise (macro, micro e individual). O dado novo que une, hoje, cientistas, políticos e opinião pública é, sem dúvida, a consciencialização, subjacente a qualquer tipo de abordagem, das consequências de níveis permanentes de baixa fecundidade. O retomar de valores mais elevados, no início da década de 90, em países com uma tendência histórica de declínio, como é o caso da Suécia², tanto poderá ser resultado dessa consciencialização, como poderá significar a "inversão natural" de uma tendência, que posterior e progressivamente será observada, em todos os outros países, após atingirem níveis de fecundidade muito

²A Suécia é o único país industrializado que, de acordo com as estimativas do *Population Reference Bureau*, apresenta em 1992, um valor da descendência média de 2.1, valor limite mínimo que permite a substituição das gerações, em função dos níveis de mortalidade observados nestes países. Comparativamente, países tradicionalmente considerados de elevada fecundidade apresentam, no mesmo ano, valores que não ultrapassam 1.5, valores manifestamente insuficientes para assegurar a substituição das gerações (Grécia: 1.5; Portugal: 1.4; Espanha e Itália: 1.3).

baixos. Contudo, será sempre possível admitir, em qualquer dos casos, que a adopção de um modelo de fecundidade mais elevada poderá ser provocada através de uma política demográfica pró-natalista eficaz ou, pelo contrário, ser consequência de uma dada situação demográfica, não controlada nem esperada, como se se tratasse de um processo auto-gerador de soluções que permitam a conservação do próprio sistema.

Todavia, a grande maioria dos países europeus (com excepção apenas para os recém-criados estados independentes do Leste da Europa) não substituem as gerações. Esta situação encontra-se directamente relacionada com a adopção, pela maioria da população, da "norma" de dois filhos, como o número ideal de filhos por casal. O número dois é, curiosamente, não só o número ideal de filhos, mas também o máximo e o mínimo desejados. Assiste-se ainda a uma homogeneização, por estrato social e por zona de residência, rural e urbana, na identificação das famílias com a do modelo de família caracterizado por ter apenas dois filhos. Os resultados do *World Fertility Survey*³, vieram provar que a maioria das mulheres entrevistadas identificam a sua própria família com esse tipo de família ideal. Controlando variáveis, normalmente consideradas como influenciadoras dos comportamentos, tais como o estrato social e a dimensão da localidade de residência, as conclusões mantiveram-se: as

³Inquérito à escala mundial sobre a fecundidade humana, realizado por diferentes organismos internacionais com o apoio dos diferentes governos, durante a última metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80.

mulheres não só desejam, como têm, em média, apenas dois filhos ao longo de todo o seu ciclo de vida. Podemos assim concluir que a família ideal de dois filhos se encontra instalada na mentalidade europeia dos nossos dias. Todavia, a fecundidade é um comportamento social, cultural e também biológico. Assim, por questões meramente biológicas, de esterilidade ou por razões relacionadas com o divórcio dos jovens casais, uma grande parte das famílias não atinge o seu número óptimo de filhos, impossibilitando-se assim a substituição das gerações⁴. Perante esta situação, alguns países desenvolveram políticas de população que visam a alteração da atitude dos casais perante a fecundidade. Qualquer tipo de política governamental parte do pressuposto de que essa atitude sofre alterações em função de pressões motivadas pela variação das condições socioeconómicas das populações. Por um lado, à medida que aumenta o número de filhos diminui o rendimento per capita na família. Por outro lado, diminui o tempo disponível do casal para outras actividades. Ou seja, além das restrições financeiras tem vindo a tornar-se cada vez mais premente a consideração das dificuldades, por parte dos casais com um elevado número de filhos, na afectação do seu tempo disponível entre mercado de trabalho e família, entre tempo dispendido no trabalho e

⁴Andorka, R., (1989), "Demographic Change and Economic Development in Hungary Since The Second World War", in A. Wenig & K. Zimmermann (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 183-201.

tempo dedicado a criar e a educar os filhos⁵. Assim, um efeito directo de políticas deste tipo será provocado pelo aumento dos benefícios sociais e pela diminuição da carga fiscal concedidos às famílias numerosas, aumentando assim o seu rendimento *per capita*. A criação de centros especializados de guarda e apoio às crianças nos primeiros anos de vida tem, por outro lado, o objectivo de reduzir as restrições em tempo impostas aos jovens casais. Existe, ainda, uma importante influência indirecta através da alteração de valores que uma orientação política pró-natalista pressupõe. Surgem condições que permitem recriar um ambiente social mais favorável às famílias com um maior número de filhos. O facto de ter uma família numerosa passa a ser considerado como um valor social positivo.

No entanto, enquanto se mantiver uma situação de declínio na maioria dos países europeus, terão de ser analisadas cuidadosamente as suas consequências. Os países que vêm persistindo num processo de declínio da fecundidade durante várias gerações, irão permanecer com níveis de fecundidade abaixo do nível de substituição das gerações. Para estes países, segundo Keyfitz (1971)⁶ "existe um *momentum* para o declínio da fecundidade que, uma vez seguido

⁵Mendes, M. F. & Pereira, P. T., (1989), "Allocation of Time: An empirical study of the case of the portuguese families", *Working Paper 130*, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa; Mendes, M. F. & Pereira, P. T., (1990), "Afectação do Tempo das Famílias Portuguesas: Um estudo empírico da diferenciação regional" in *Economia e Sociologia*, 49, Évora, pp. 5-38.

⁶Keyfitz, N., (1971), "On the *Momentum* of Population Growth", in *Demography*, Vol. 8.

durante algum período de tempo, requer um aumento da fecundidade verdadeiramente extraordinário para repovoar a população das idades reprodutivas".

Assim, como consequência imediatamente visível, podemos observar uma diminuição da dimensão total das populações. Devido às constantes correntes migratórias de carácter regional e intercontinental, verificar-se-á inevitavelmente um afluxo de indivíduos oriundos de diferentes regiões, sujeitos a processos de socialização e aculturação completamente distintos, que acabarão por afectar o modelo social, cultural e comportamental de uma sociedade com cada vez menos - e mais envelhecidos - membros.

Uma outra consequência, talvez a mais relevante na actualidade, é o envelhecimento das populações, que por sua vez traz implicações (sociais, económicas, políticas e demográficas), em certa medida ainda totalmente imprevisíveis. Se, por um lado, podemos considerar que o envelhecimento das populações tem na sua origem um declínio da fecundidade, por outro lado a relação entre ambos os fenómenos demográficos não é unidireccional, uma vez que um maior índice de envelhecimento causa, para idênticos modelos de fecundidade, uma redução do número de nascimentos. A persistência desta interrelação poderá vir a provocar o envelhecimento de uma população já envelhecida⁷. A intensificação do envelhecimento, nas próximas décadas, revestir-se-á das características já referidas

⁷Sauvy, A., (1979), "Les Consequences du Vieillissement de la Population", in Chaunu, P., Dumont, G., Legrand, J. & Sauvy, A., *La France Ridée*, Paris, Livre de Poche, pp. 61-118.

anteriormente. Mesmo que se admita uma situação estável, em que a taxa de crescimento do número de nascimentos permaneça constante durante um período de tempo suficientemente longo para que a população adquira uma estrutura por idades constante, a proporção dos idosos no total da população será permanentemente mais elevada do que no início do declínio da fecundidade. Trata-se do efeito de envelhecimento a longo prazo. Por outro lado, observa-se um efeito de envelhecimento transitório com uma intensidade maior que a do primeiro, originado pelo facto de as gerações dos mais velhos manterem taxas de crescimento mais elevadas do que as gerações mais jovens. Assim sendo, podemos concluir que existe um desfasamento temporal, que abrange um período de tempo ainda muito vasto, entre o declínio da fecundidade e a demonstração de todas as suas consequências ao longo de toda a estrutura por idades (Berthold, 1984)⁸. O envelhecimento da população que acompanha o actual declínio da fecundidade constituirá, segundo van Imhoff (1989)⁹, um importante problema a nível económico e social, nos países industrializados, pelo menos até ao ano 2060.

O problema mais grave que uma situação de envelhecimento da população coloca é o das pensões de reforma. Ano após ano, à medida que aumenta a percentagem do rendimento nacional dispendida em pensões de reforma,

⁸Berthold, N., (1984), "Demographic Change and Old-Age Security", in Steinmann, G., (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 218-237.

⁹van Imhoff, E., (1989), *Optimal Economic Growth and Non-Stable Population*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

assiste-se a uma diminuição do valor real de cada pensão em termos individuais. O aumento regular anual das pensões de reforma é manifestamente insuficiente para anular os efeitos do aumento anual do custo de vida, sendo esta uma das razões que provoca o aumento do índice de pobreza da população idosa, mesmo num contexto populacional em que os indicadores de pobreza mostram uma progressiva deterioração da qualidade de vida. No caso dos países que, como Portugal, financiam as pensões de reforma através do Orçamento Geral do Estado, a sobrecarga será cada vez maior, em função da diminuição da população activa face à população dependente. Relativamente aos gastos com a população idosa, a percentagem do rendimento nacional dispendida em subsídios às famílias é muito menor. Todavia, este sistema de financiamento das pensões de reforma tem vindo a sofrer, ultimamente, profundas alterações. No moderno *welfare state* uma das questões mais problemáticas é, sem dúvida, a da segurança social. As transferências são feitas da população activa para os não activos, idosos, crianças e desempregados. Todavia, as necessidades variam em função dos diferentes grupos etários, e, assim sendo, à medida que a população dependente envelhece os critérios de redistribuição do rendimento também terão de vir a ser forçosamente alterados. O funcionamento dos esquemas de segurança social encontra-se baseado em juízos de valor sobre o que se pensa ser o nível mínimo de subsistência a que todos os cidadãos deverão ter acesso. Assim, a determinação dos níveis de pobreza, os indicadores de

qualidade de vida da população idosa, irão sofrendo modificações ao longo do tempo, tanto em função da idade média das populações, como do nível de rendimento atingido durante os anos activos. O sistema de segurança social assenta num compromisso entre gerações, concretiza-se através de um processo de transferência entre gerações. Como até ao momento as contribuições esperadas das gerações mais jovens excediam os seus benefícios esperados, as gerações mais velhas recebiam uma transferência líquida de igual montante por parte da segurança social. Deste modo, as gerações de trabalhadores num dado momento do tempo financiam as pensões de reforma dos idosos nesse mesmo momento, e estabelecem implicitamente um acordo com as gerações seguintes, que só poderá ser cumprido caso se mantenham idênticos modelos de fecundidade e de mortalidade que impliquem a invariabilidade das estruturas. Se tal não acontecer, este sistema provocará inevitavelmente uma desigual relação de custo-benefício entre gerações consecutivas (Holler, Dinkel, Kleindorfer & Schulenburg, 1986)¹⁰. Deste modo, torna-se óbvio o crescente interesse em sistemas de segurança social alternativos num futuro próximo.

¹⁰Holler, M., (1986), "Intergeneration solutions to the social security dilemma", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 54-74; Dinkel, R., (1986) "Social security and intergenerational equity", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 77-107; Kleindorfer, P., & von der Schulenburg, J., (1986), "Intergenerational equity and fund balances for statutory health insurance", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 108-129.

No entanto, o desenvolvimento de políticas de segurança social é influenciado, nos regimes democráticos, por um processo de decisão pública, (Schneider, 1986)¹¹. No caso de uma "democracia directa", a influência política dos diferentes grupos de idades pode ser expressa directamente através do seu comportamento de voto. Numa sociedade democrática onde a maioria dos votantes tem uma idade avançada, os resultados eleitorais poderão ser cada vez mais favoráveis aos grupos mais conservadores, como um reflexo da correlação positiva observada entre o grau de conservadorismo e o grau de envelhecimento das populações.

Um outro problema que necessariamente coloca o estudo da fecundidade como uma questão hoje importante é a implicação do movimento demográfico com as condições do mercado de trabalho, em particular na sua articulação com os esquemas de segurança social. Os países industrializados confrontam-se com uma população a envelhecer e uma força de trabalho a envelhecer, os indivíduos nascidos durante o *baby boom* a atingirem a idade da reforma, *cohortes* cada vez mais reduzidas a entrarem no mercado de trabalho, uma esperança de vida média cada vez mais elevada e um abandono da força de trabalho cada vez mais precoce, ao mesmo tempo que a sua descendência média não permite a substituição das gerações. Toda esta conjuntura demográfica implicará forçosamente profundas reestruturações em termos de política económica e

¹¹Schneider, F., (1986), "The influence of political institutions on social security policies: A public choice view", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 13-31.

social (Schmähl, 1989)¹². Mas, mesmo em termos de tomada de decisão política, este processo envolve tarefas bastante complicadas. Uma reacção adequada ao actual desenvolvimento demográfico, inclusivamente a tentativa de o influenciar e alterar, requer uma perspectiva de longo prazo e uma abordagem integrada que tenha em conta áreas tão distintas como o mercado de trabalho, a segurança social e a distribuição de rendimentos, compatibilizando instrumentos como os impostos, as transferências e as prestações da segurança social.

No entanto, à escala regional a evolução da dimensão total da população e a sua composição por idades pode ser bastante diferenciada, prendendo-se directamente com um conceito implícito de "óptimo de população" (Zimmermann, 1989)¹³. Embora este conceito tenha ocupado desde sempre um lugar de relevo em questões de população, passou a considerar-se recentemente uma dicotomia no que respeita à diferente distribuição das populações no espaço. Os países com excesso de população são aqueles que, pelo seu modelo de desenvolvimento económico, são considerados não industrializados, enquanto que os países mais industrializados se debatem com problemas de défice populacional. Todavia, em qualquer dos casos, relacionada

¹²Schmähl, W., (1989), "Retirement at the cross-roads: tasks and problems under changing economic and demographic conditions. Some introductory remarks", in W. Schmähl, (ed.), *Redefining the Process of Retirement: An International Perspective*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 1-12.

¹³Zimmermann, K.F., (1989), "Optimum population: An introduction", in K. Zimmermann, (ed.), *Economic Theory of Optimal Population*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 1-18.

com o debate sobre um "óptimo de população", encontra-se a questão da existência de uma "taxa de crescimento óptima" que minimize a taxa de dependência demográfica, medida pela relação entre o número de inactivos (idosos e jovens) e o de activos, minimize igualmente a taxa de dependência económica, medida pela média de rendimento per capita que cada activo despende com os não-activos, e maximize o consumo líquido *per capita* (Schmitt-Rink, 1989)¹⁴.

Um outro aspecto que sofreu significativas alterações devidas às transformações no movimento demográfico das populações foi, sem dúvida, o do consumo nas sociedades industrializadas. As recentes alterações na dimensão e composição da população tiveram um considerável impacte no nível e no crescimento quer do consumo total, quer do consumo *per capita*, quer ainda na distribuição do consumo entre o "cabaz" de bens e serviços (principalmente educação e saúde), em função das preferências do consumidor (Luptácik & Schmoranz, 1989)¹⁵. Alterações na procura de bens de consumo provocarão alterações na produção em distintos sectores da economia, que por sua vez afectarão a procura de trabalho, assim como a distribuição primária do rendimento, a qual, por seu turno, determina os padrões de despesa e,

¹⁴Schmitt-Rink, G., (1989), "Is there an optimal growth rate for population", in K. Zimmermann, (ed.), *Economic Theory of Optimal Population*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 51-67.

¹⁵Luptácik, M., & Schmoranz, I., (1989), "An extension of a static input-output model for demographic-economic analysis", in A. Wenig, & K. Zimmermann, (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 253-271.

assim, o nível e a estrutura do consumo privado (Serow, 1984)¹⁶. Directamente relacionada com esta questão, encontra-se a modelização da influência da composição demográfica na estrutura da poupança (Alessie & Kapteyn, 1989)¹⁷. Em primeiro lugar, a idade e a dimensão familiar influenciam o consumo e a poupança através da modificação do sistema de preferências dos consumidores, ou seja, as preferências variam em função da idade e da composição das famílias. A idade altera os hábitos de consumo e os idosos tendem a consumir menos que os jovens e a poupar mais, o que poderá originar um crescimento das poupanças privadas.

Um outro aspecto a referir será o do reflexo do crescimento populacional no crescimento tecnológico. Enquanto a perspectiva económica tradicional desvaloriza o impacte da população na criação e adopção de novas tecnologias, esta visão é, recentemente, contestada pela observação empírica de que as maiores conquistas técnicas, económicas e culturais da Europa Ocidental, foram conseguidas precisamente nos períodos de maior crescimento populacional. As inovações tecnológicas poderão ser devidas ao crescimento populacional e não apesar do crescimento

¹⁶Serow, W., (1984), "The impact of population change on consumption", in G. Steinmann, (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 168-178.

¹⁷Alessie, R., & Kapteyn, A., (1989), "Consumption, savings and demography", in A. Wenig & K. Zimmermann, (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 272-305.

populacional (Steinmann, 1989)¹⁸. Por um lado, são os indivíduos que criam, adoptam e transmitem as novas formas de conhecimento. Por outro lado, um maior número de indivíduos ocasiona um aumento por parte da procura, bem como a concentração de elites intelectuais nos aglomerados populacionais de maior dimensão permite uma mais frutuosa troca de ideias e informação, que conduz à evolução científica e tecnológica (Steinmann, 1984)¹⁹. No entanto, a adopção de nova tecnologia requer, na maioria dos casos, novos equipamentos em capital, e daí existir por vezes um desajustamento temporal entre a invenção e a inovação. Considerando que o crescimento populacional está, no longo prazo, positivamente correlacionado com o crescimento do investimento, podemos concluir que este desfasamento se reduz bastante mais nos períodos em que a população aumenta rapidamente. Podemos ainda considerar que a introdução de novas tecnologias no processo de produção pode ser dificultado pelo agravamento do envelhecimento das populações. Nestes termos, em virtude do declínio da fecundidade, diminui o influxo de população activa jovem, recentemente educada em função dos novos processos de produção. Por outro lado, a adaptação a novas tecnologias provoca mobilidade da mão-de-obra, geográfica, profissional

¹⁸Steinmann, G., (1989), "Malthusian crises, booserupian escapes and longrun economic progress", in A. Wenig & K. Zimmermann, (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 3-28.

¹⁹Steinmann, G., (1984), "A model of the history of demographic-economic growth", in G. Steinmann, (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 29-49.

e sectorialmente. Os custos da mobilidade aumentam à medida que a idade aumenta; o casamento e o nascimentos dos filhos constitui um travão à mobilidade dos indivíduos. Uma diferença entre a oferta e a procura de trabalho irá provocar, simultaneamente, uma reacção de substituição a nível da procura, e de mobilidade a nível da oferta, o que, por seu turno, condicionará o funcionamento do mercado de trabalho.

Directamente relacionada com as implicações em termos de mercado de trabalho provocadas pelo comportamento demográfico recente, encontra-se a questão da participação das mulheres no mercado de trabalho, em particular a das mulheres casadas. Na maioria dos países industrializados observou-se uma relação negativa entre a participação das mulheres casadas na força de trabalho e a fecundidade (Blake, 1965)²⁰. Embora continue em debate a direcção da relação causal entre as duas variáveis (será a crescente participação da mulher no mundo do trabalho que provoca uma redução na fecundidade, ou, pelo contrário, uma diminuição na dimensão familiar média permite à mulher uma maior afectação do seu tempo a actividades extra-familiares), é defendida a hipótese de que se observa uma influência bastante intensa nas duas direcções (Turchi, 1975)²¹. Desde os trabalhos pioneiros de Mincer (1962), Becker (1965),

²⁰Blake, J., (1965), "Demographic science and the redirection of population policy", in M. C. Sheps & J. C. Ridley, (eds.), *Public Health and Population Change*, Pittsburgh.

²¹Turchi, B. A., (1975), "Microeconomic theories of fertility: A critique", in *Social Forces*, 54, pp. 107-125.



Easterlin (1969), Schultz (1974) e Leibenstein (1975)²², muitos têm sido os estudos desenvolvidos no âmbito da análise das decisões familiares no contexto da teoria neo-clássica. Zimmermann (1984)²³ apresenta uma avaliação econométrica da fecundidade e do emprego da mulher na Alemanha no período de 1960 a 1979. Contrariamente ao que habitualmente se defende não encontrou nenhuma prova empírica de que o acentuado declínio da fecundidade na Alemanha tenha sido causado pelo aumento da participação das mulheres na força de trabalho. Demonstrou através da sua análise a existência de uma relação positiva entre fecundidade e participação da mulher no mercado de trabalho, assim como observou uma influência negativa da fecundidade na força de trabalho.

Podemos concluir que o actual declínio da fecundidade afecta não só a dimensão total das populações, mas também, e com consequências a curto e médio prazo ainda mais graves, a sua composição por idades. Todavia, logo no início da nossa exposição referimos que as alterações mais

²²Becker, G. S., (1965), "A theory of the allocation of time", in *Economic Journal*, 75, pp. 493-517; Easterlin, R. A., (1969), "Toward a socioeconomic theory of Fertility", in S. J. Behrman et al., (eds.), *Fertility and Family Planning: A World View*, Ann Arbor; Leibenstein, H., (1975), "The economic theory of fertility decline", in *Quarterly Journal of Economics*, 89, pp. 1-31; Mincer, J., (1962), "Labor force participation of married women: A study of labor supply", in National Bureau of Economic Research, (ed.), *Aspects of Labor Economics*, Princeton; Schultz, T. W., (1974), *Economics of the Family*, Chicago.

²³Zimmermann, K., (1984), "The dynamics of women's labor force participation and fertility: A simultaneous ARX-model", in G. Steinmann, (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 386-403.

significativas do comportamento demográfico das sociedades contemporâneas se fazem sentir ao nível da redução observada nos valores quer de fecundidade, quer de mortalidade. No entanto, segundo Ansley Coale (1957)²⁴, o papel da fecundidade na formação da estrutura por idades estável é, simultaneamente, mais simples e quantitativamente mais importante do que o da mortalidade, pelo facto de as diferenças de fecundidade operarem na mesma direcção ao afectarem a estrutura relativa por idades. Por esta razão podemos afirmar que o envelhecimento das sociedades industrializadas dos nossos dias se deve, fundamentalmente, à observação de uma tendência histórica de declínio na fecundidade e não ao aumento substancial da esperança de vida.

²⁴Coale, A., (1957), "How the age distribution of a human population is determined", Cold Spring Harbor Symposia on *Quantitative Biology*, 22, pp. 83-88, in D. Smith & N. Keyfitz, (eds.), *Mathematical Demography*, Biomathematics, Vol. 6, pp. 167-172.

I.3 PERSPECTIVAS DE ANÁLISE ESTRUTURANTES DA DISSERTAÇÃO

Numa apresentação prévia das diferentes perspectivas teóricas de análise dos determinantes da fecundidade, queremos principiar por considerar três pontos de fundamental importância e que são passíveis de aceitação generalizada.

I - A fecundidade é uma questão tão complexa que se torna difícil, senão impossível, encontrar uma explicação única, válida para todas as situações. Assim, compreender os mecanismos que influenciam e explicam a fecundidade tem vindo a constituir uma árdua tarefa, levada a cabo nas mais diversas áreas do conhecimento, particularmente nas últimas décadas, sem, no entanto, ter sido inteiramente conseguida.

II - Encontramo-nos, na grande maioria dos países europeus, perante uma situação de baixa fecundidade. Situação esta que apresenta importantes consequências a nível demográfico, social, económico e cultural; no limite, é posta em causa a própria sobrevivência das sociedades, assim como será inevitável a inversão de determinadas "constantes" de população observadas ao longo dos tempos. Já referimos, a título de exemplo, o progressivo declínio da população europeia, assim como o de todos os países desenvolvidos no seu conjunto, *versus* o previsível aumento,

num futuro próximo, da população dos países em vias de desenvolvimento. Além desta, todas as outras implicações que uma situação de baixa fecundidade, mantida durante um longo período de tempo, e sem perspectivas de alteração significativa, possa vir a causar.

Mas sempre ao longo dos tempos a questão da população, do crescimento populacional e do papel da variação da fecundidade nesse crescimento, foi matéria de estudo e de controvérsia entre autores pertencentes às mais diferentes áreas do conhecimento. Neste momento, com mais veemência do que nunca, estas questões são levantadas. Perante um tão reduzido nível de fecundidade, como será possível alterar a tendência actual? Ao mesmo tempo, será esta nova situação de fecundidade alarmante ou, pelo contrário, ainda será recuperável em função de determinadas políticas pró-natalistas?

Admitindo-se que estes baixos níveis não irão diminuir ainda mais num futuro próximo, a taxa de crescimento passará, então, na perspectiva mais optimista, a ser permanentemente igual a zero. Todavia, coloca-se sempre o problema da substituição das gerações, ou seja, como garantir que não será quebrado o frágil equilíbrio gerado pela taxa de crescimento zero. Um aumento súbito da mortalidade, uma quebra substancial das uniões matrimoniais ou aumento de divórcios, poderão facilmente romper o compromisso entre nascimentos e óbitos e pôr em risco a substituição das gerações.

Portanto os cientistas sociais procuram determinar

quais as causas, quais as variáveis que influenciam, e, além disso, como poderemos identificá-las em função do seu grau de influência. Precisamos de responder a estas interrogações para, em seguida, encontrarmos a resposta à questão fulcral: a partir de que mecanismos poderá ser alterado o comportamento fecundo das populações.

No plano da teoria analítica surgem várias tentativas de explicação. Não pretendemos, neste estudo, fazer um levantamento exaustivo de todas as teorias que reivindicam uma determinada capacidade explicativa, de todos os trabalhos tendentes a avaliar e a determinar os factores responsáveis pela fecundidade, ou a compilar estudos de casos parcelares, quer por análises de séries temporais, quer por análises da diversidade espacial, baseadas em análises de pequenas comunidades ou em estudos, localizados no tempo, em função de diferentes estratos sociais. Tal constituiria uma tarefa impossível face à recente proliferação de estudos efectuados à micro-escala privilegiando uma dada situação temporal ou espacial, efectuados sob uma pluralidade de perspectivas, provenientes das mais diferentes áreas do conhecimento, desde a análise demográfica estrita, à biologia, economia, sociologia, psicologia, história e antropologia.

Vamos restringir as nossas referências aos estudos dominados pelas perspectivas demo-sociológica e demo-económica, porque, efectivamente, são aquelas que mais têm desenvolvido e aprofundado estas questões.

III - Em terceiro lugar, podemos dizer que ocorreu, de facto, uma transição (no que transição significa de passagem, mudança mais ou menos lenta, com implicações e contextos de causalidade eventualmente diversos, mais ou menos diferenciadas no espaço e no tempo). Verificou-se uma passagem de elevados para baixos níveis de fecundidade (e a única tentativa de explicação em termos globalizantes é, com todas as suas lacunas e limitações, e apesar de todas as justas críticas de que tem sido objecto, a teoria da transição demográfica)²⁵.

Assim, apesar da pluralidade de perspectivas podemos encontrar um esquema comum. A transição observada no caso dos países desenvolvidos caracterizou-se por um processo de declínio prolongado, ao longo de séculos. Independentemente das circunstâncias contextuais, implicações e consequências que discutiremos posteriormente, para que a transição ocorresse teve de observar-se uma alteração do comportamento reprodutivo das massas populacionais e não apenas de elites, com representatividade mínima no conjunto da população. Pode, no entanto, ter começado por estratos, por sectores específicos da população, em função de condicionalismos particulares. Será possível a verificação empírica desta hipótese, desde que se disponha de séries temporais que sustentem uma análise retrospectiva à micro-escala.

Assim, podemos dizer que:

²⁵Noin, D., (1983), *La Transition Démographique dans le Monde*, Presses Universitaires de France, Paris; Nazareth, J. M., (1982) *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar, subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, pp. 61-98.

i) Para esta transição se observar teve de se verificar uma alteração no comportamento reprodutivo.

Por sua vez, para acontecer essa alteração no comportamento reprodutivo teve de observar-se uma alteração da atitude relativamente à reprodução, logo, face ao fenómeno fecundidade. Todavia, ter-se-à verificado uma alteração da atitude individual ou uma alteração da atitude da sociedade? As perspectivas de explicação teórica dividem-se. Umas, reforçam a primeira; baseando-se em estudos individuais, estudos de caso, reconhecem supremacia à decisão individual, caracterizando-a pela sua racionalidade. São as teorias de decisão, entre as quais destacamos a teoria microeconómica da fecundidade por ser uma das mais desenvolvidas nos últimos anos.

Outras porém, colocam toda a ênfase na segunda perspectiva, caso das teorias estruturais e normativas (podemos incluir neste segundo caso a teoria da transição demográfica).

Assim, continuando a seguir o mesmo esquema, podemos acrescentar que:

ii) Para ocorrer uma alteração no comportamento tem de ocorrer uma alteração da atitude face à reprodução.

No entanto, para ocorrer uma tal alteração de atitude necessária a existência de uma motivação. A motivação teve na sua origem uma evolução estrutural da sociedade, foi causada pela modernização e, com estes argumentos, temos a explicação tradicional, clássica, que de imediato relaciona

o declínio da fecundidade com a evolução socioeconómica. Por outro lado, a motivação surge no indivíduo, no casal, na atitude mental face à reprodução; nesta perspectiva podemos incluir as teorias que dão supremacia ao valor dos filhos e que encontram as razões do declínio nas características individuais.

Assim, podemos afirmar que:

iii) Para se verificar uma alteração da atitude face à reprodução tem de existir motivação.

Assim, de acordo com o esquema proposto, ocorre a motivação, formando-se uma nova atitude. Todavia, resta a forma de relação motivação/atitude, para muitos autores a chave da mudança: a contracepção. Na verdade, tudo é explicado pelo aperfeiçoamento científico-tecnológico, pela publicidade, difusão, facilidade de acesso e despenalização gradual da contracepção. Mas também neste caso a despenalização pode ser resultado de uma atitude mental consciente do próprio indivíduo, ou pode ser considerada um reflexo da sociedade, através de uma alteração das normas respeitantes à reprodução e à contracepção.

Na verdade, para alterar um comportamento, de uma elevada para uma baixa fecundidade, os casais passam, no seu conjunto, a ter um número menor de filhos. A atitude face ao comportamento reprodutivo mudou. Verificou-se uma motivação para a mudança, utilizaram-se os meios que efectivassem essa mudança.

Pensamos que existe um elevado grau de concordância,

até mesmo uma unanimidade latente, em todas as linhas de pensamento seguidas pelas diferentes perspectivas de análise teórica quanto a estas três questões básicas.

Como referimos, alguns autores dão maior ênfase ao comportamento individual, outros responsabilizam a sociedade. Daqui resultam enquadramentos teóricos distintos, uns a nível macro outros a nível micro. Alguns consideram a fecundidade um fenómeno social em essência. Portanto a alteração da atitude face à reprodução existe porquanto é obviamente influenciada pela sociedade; a motivação é instalada pelas normas sociais, os meios são difundidos pela própria sociedade que globalmente despenaliza a sua utilização.

No entanto, outros dão maior importância ao comportamento individual, à tomada de decisão, à introdução de racionalidade no processo de tomada de decisão, e explicam desta forma a mudança de atitude perante a motivação individual, pessoal, assim como a procura de meios eficazes que efectivem, com o menor risco, a mudança. Introduce-se uma relevância especial ao evoluir do papel da contracepção. Consideram os autores que contracepção sempre existiu, uma vez que nunca nenhuma sociedade atingiu o máximo biológico. As formas de contracepção evoluíram para outras mais eficazes, em função da necessidade do casal em ajustar a fecundidade realizada à desejada, devido à introdução de racionalidade no processo de decisão da fecundidade.

Numa situação intermédia, encontram-se aqueles que

misturam os dois tipos de contexto, o individual e o social, que defendem a passagem gradual de um controlo total da sociedade para um exercício pleno da capacidade de decisão individual, um afrouxar das relações indivíduo/sociedade e um desabrochar das aspirações individuais.

De qualquer forma estamos seguros de que:

iv) Uma explicação monocausal está necessariamente condenada a falhar, quer pela complexidade do tema, quer pela inter-relação necessária entre atitude/motivação/meios, quer ainda pela multidisciplinaridade de abordagens que o rodeia.

Fizemos um percurso em termos de raciocínio lógico, partindo do observável para as causas. Isto é: em função da parte visível do fenómeno, do comportamento fecundo dos casais, cujo resultado é uma situação de baixa fecundidade, verificada após uma transição, procurámos os factores determinantes, explicativos e com poder previsivo da evolução da fecundidade. Podemos sintetizar da seguinte forma:

- mudança de atitude

- novas motivações

- criação/utilização dos meios de ajustamento
motivação/atitude.

Não podemos retirar importância à validade explicativa, nesta variação total da fecundidade, de outros factores,

tais como: as alterações socioeconómicas, as mutações institucionais e estruturais da sociedade, as variações da capacidade normativa da sociedade em termos de regulação do comportamento reprodutivo, a introdução de racionalidade na decisão individual de fecundidade, etc.

A adopção de uma nova atitude face ao comportamento reprodutivo (entendemos comportamento no sentido de resultado de uma atitude prática, e atitude prática como acção) implica uma nova atitude face aos filhos: ter menos filhos, querer ter menos filhos, desejar menos filhos. Ou seja, no fundamental, é função do valor dos filhos para os pais (e/ou para a sociedade), ou melhor, de uma transição no valor dos filhos.

Por outro lado, o ajustamento motivação/atitude implica procurar o meio mais eficaz. Quanto maior o valor (a importância da motivação quanto mais se quer o filho), maior o valor do filho. Assim, a visão de Becker²⁶, quantidade/qualidade, que defende que a evolução pode ter-se verificado em favor da qualidade e em detrimento da quantidade.

Mas, além desta parte observável, visível, no

²⁶Becker, G. S., (1956), "An economic analysis of fertility", in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, a Conference of the Universities-National Bureau Committee for Economic Research, Princeton, N.J.:Princeton University Press, for the National Bureau of Economic Research; Becker, G. S. & Lewis, H. G., (1973), "On the interaction between the quantity and quality of children", in *Journal of Political Economy*, 81(2, pt.2): S279-S288.

comportamento fecundo, existe segundo Ariès²⁷, o não visível, o secreto. A transição invisível, a sentimental, "o novo", o "variável que fez variar", terá sido o diferente e evolutivo "valor" dos filhos ao longo dos tempos. No entanto, quando nos referimos ao valor dos filhos deveremos sempre distinguir entre um valor subjectivo, ou valor esperado dos filhos, e um valor objectivo, ou percepção dos custos e benefícios afectos aos filhos.

Todavia, também neste campo, existem diferentes tipos de abordagem, desde uma perspectiva meramente psicológica, em que o valor da criança é fundamentalmente relacionado com a relação emocional com o filho, até uma perspectiva estritamente económica em que o valor é medido em termos de utilidade. Neste caso, a análise distingue-se ainda entre a evolução do custo e do valor económico da criança para a sociedade em geral, e do filho para o indivíduo²⁸.

O comportamento reprodutivo implica, por definição, ter filhos. A adopção de uma nova/qualquer atitude face ao comportamento reprodutivo implica, necessariamente, uma atitude face à criança, quer individualmente, quer por parte da comunidade. A motivação que conduz a uma nova/qualquer

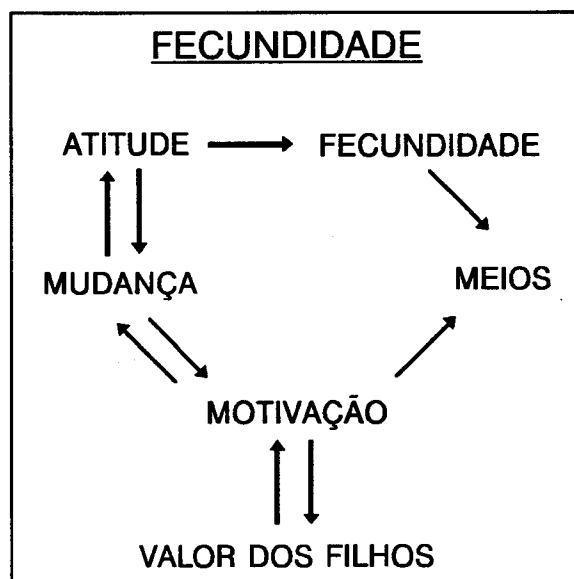
²⁷Ariès, P., (1982), "Two successive motivations for the declining birth rate in the west", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Editions, Liège.

²⁸Falamos em filhos e não em crianças porque a decisão de fecundidade, controlada ou não pela sociedade, é do casal, e este não está interessado no valor da criança mas sim no valor do filho, pensa na criança como filho; entende o custo e o valor, não em termos genéricos e abrangentes de qualquer criança da sociedade em abstracto ou de todas as crianças da sociedade em geral, mas o custo e o valor do seu filho, de mais um filho.

atitude face à fecundidade está, necessariamente, relacionada com a importância da criança para o indivíduo e para a sociedade. No ajustamento motivação/atitude mede-se essa importância. O dado novo, porque é subterrâneo na transição visível da fecundidade, é o diferenciado valor da criança. A transição no valor da criança para o indivíduo e/ou para a sociedade pode, pois, ser considerada como a raiz de todo o problema.

Tendo presente este esquema vamos propor o seguinte faseamento no nosso estudo:

I- O Visível ou O Comportamento Fecundo da Sociedade Portuguesa no Momento.



Existe uma situação de baixa fecundidade em Portugal Continental na década de 80. Perante uma situação de fecundidade idêntica à da maioria dos países europeus, qual o significado deste facto, quais as suas implicações e qual a importância do seu estudo?

Pretendemos identificar qual a situação real da fecundidade em Portugal Continental, na última década, em toda a sua extensão, intensidade e diversidade. Para tal, procedemos a uma análise demográfica em sentido estrito, que ocupa toda a primeira parte do nosso estudo.

Todavia, a adopção de uma nova atitude face à fecundidade é resultado de uma motivação. Pretendemos identificar as variáveis endógenas ou exógenas, individuais ou sociais, conjunturais ou estruturais, que determinam a motivação para controlar a fecundidade no caso da sociedade portuguesa. Começamos, assim, por nos situar dentro de uma perspectiva de análise tradicional, considerando, segundo a teoria da transição demográfica, que a transição da fecundidade, e, logo, os determinantes da motivação, são resultado de uma alteração na estrutura social e económica da sociedade. O nível de desenvolvimento, o grau de instrução e de urbanização das populações, a eficácia do controle social e a secularização, são vistas como incentivos à redução da dimensão familiar e, conseqüentemente, à diminuição no número de filhos desejado pelos casais portugueses.

De acordo com este raciocínio, numa segunda parte do nosso estudo foram questionados os modelos explicativos tradicionais, no campo da análise sociológica, fundamentalmente pela aplicação aos dados portugueses da teoria clássica que sustenta a influência das variáveis socioeconómicas como chave da evolução da fecundidade.

Em seguida, colocámo-nos perante uma perspectiva diferente. Os determinantes da motivação não se encontram apenas numa alteração ao nível das instituições sociais, mas também variam em função das características individuais, uma vez que a tomada de decisão de fecundidade é individual, apesar de influenciada pela sociedade a que o indivíduo

pertence.

II- O Não Visível ou os Determinantes da Motivação: A Transição no Valor dos Filhos.

Face a um desajustamento entre o número de filhos sobreviventes, que os casais teriam se não controlassem a sua fecundidade (a que chamaremos "oferta de filhos"), e a dimensão e composição da família desejadas pelo casal (a que chamaremos "procura de filhos"), em função dos custos subjectivos (normativos e psíquicos) e objectivos (monetários, em tempo e em termos de efeitos de saúde secundários) da utilização eficaz da contracepção, procuramos determinar em que medida as características individuais influenciam o processo de decisão da fecundidade. Em primeiro lugar, investigámos qual a relação entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, através das diferenças observadas, a nível individual, entre o número de filhos nascidos, ou o número de filhos sobreviventes e o número desejado de filhos, ou o número de filhos considerado óptimo. Além disso, determinámos quais as variáveis responsáveis pela diferença observada em relação ao óptimo.

Na impossibilidade de analisar empiricamente o grau de influência no processo de tomada de decisão da percepção do valor e do custo dos filhos em termos socioemocionais, procurámos quantificar o custo económico dos filhos, mediante uma estimativa indirecta do seu peso nos orçamentos das famílias.

CAPÍTULO II - ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA FECUNDIDADE
EM PORTUGAL CONTINENTAL NA DÉCADA DE 80.

II.1 Conceitos básicos e qualidade dos dados

II.2 Indicadores seleccionados

II.3 Análise de resultados

II.1 CONCEITOS BÁSICOS E QUALIDADE DOS DADOS

Antes de procedermos à apresentação dos indicadores seleccionados, começaremos por uma breve referência aos conceitos básicos e aos dados a utilizar. Sendo a demografia uma ciência que está dependente da observação e do registo sistemáticos dos acontecimentos demográficos a qualidade e disponibilidade da informação são questões de fundamental importância. No início de qualquer processo de análise demográfica, vemo-nos confrontados com a necessidade prévia de esclarecer que tipo de dados se encontram acessíveis, publicados ou não, e qual o grau de qualidade dessa mesma informação. Isto é, a observação e o consequente levantamento dos dados apenas possibilitam um diagnóstico correcto do fenómeno que pretendemos estudar na medida em que a informação corresponda efectivamente aos acontecimentos ocorridos.

No estudo do comportamento reprodutivo das populações deparamo-nos com a existência de três termos que, embora possam considerar-se alternativos, pretendem interpretar o mesmo conceito. Frequentemente aparece referido qualquer um dos termos, "natalidade", "fecundidade" ou "nascimentos" quando se trata da quantificação do impacto destes últimos na evolução, dimensão e estrutura das populações. Normalmente existe, por convenção, uma distinção na utilização dos termos natalidade e fecundidade, com base num diferente processo de recolha de dados e em função do nível de sofisticação das medidas estatísticas propostas. Quando se faz referência a "nascimentos" trata-se somente de

nados-vivos, excluindo-se à partida os nados-mortos. Encontramos ainda o termo "fertilidade" normalmente associado aos anteriores. Enquanto este último respeita à capacidade fisiológica de conceber e dar à luz um filho, o termo fecundidade traduz a reprodução completa e realizada de uma mulher ou grupo de mulheres. A fecundidade de uma mulher encontra-se assim limitada pela sua fertilidade e apresenta sempre um valor inferior ao máximo potencial. Embora nos preocupemos neste estudo com a medição da fecundidade não queremos deixar de referir que a proporção de mulheres não férteis numa população é extremamente difícil de avaliar com precisão. Uma mulher não fecunda não significa que seja igualmente uma mulher não fértil. A infecundidade da mulher pode ser devida apenas a um controlo voluntário dos nascimentos, ou então, a esterilidade por parte do marido.

Em termos muito genéricos passamos a expor alguns dos problemas que poderão vir a colocar-se no que respeita à qualidade na recolha e sistematização dos dados de base no estudo do fenómeno em causa.

Podemos referir, à partida, cinco tipos de condicionantes a ter em conta. Em primeiro lugar, é factor de influência a forma como é entendida e posteriormente aplicada a própria definição de "nado-vivo"¹. Perante a ocorrência de um nascimento, podem

¹De acordo com a definição estatística de "nado-vivo" apresentada pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial de Saúde, passamos a citar: "Live birth is the complete expulsion or extraction from its mother of a product of conception, irrespective of the duration of pregnancy, which, after such separation, breathes or shows any other evidence of life, such as beating of the heart, pulsation of the umbilical cord, or definite movement of voluntary muscles, whether or not the umbilical cord has been cut or the placenta is attached; each

surgir dúvidas sobre o facto de se tratar ou não de um nado-vivo. Existem sempre variações mais ou menos substanciais quanto aos prazos decorrentes entre as datas de nascimento e de registo, em consequência não só do sistema legislativo que regulamenta oficialmente o registo de nascimentos como também das práticas ligadas aos hábitos e costumes das populações. O aumento desses prazos assim como a falta de penalização pela omissão do registo, podem potencialmente favorecer uma má qualidade dos dados. No entanto, à medida que a maioria dos partos ocorre cada vez mais em hospitais ou em casa com assistência médica, a declaração de nado-vivo é mais precisa e mais provável o registo. A segunda condicionante está relacionada com o nível de exactidão e sistematização conseguido no registo dos nascimentos, função da maior ou menor capacidade das entidades responsáveis pelo processo de recolha em abranger rigorosamente toda a área em observação. Uma outra possibilidade de correcção prende-se directamente com a questão da afectação dos nascimentos por local de ocorrência do facto. Actualmente devido ao aumento substancial dos partos assistidos verifica-se uma maior concentração dos nascimentos nas cidades em detrimento das zonas rurais e suburbanas. Deste modo, uma afectação dos nascimentos por ocorrência do facto poderá eventualmente conduzir a uma conclusão falaciosa. Por essa razão, todos os nossos cálculos estatísticos se baseiam em dados recolhidos em função do local de residência

product of such a birth is considered live-born" in United Nations, *Principles for a Vital Statistics System*, Statistical Papers, Series M, No. 19, August, 1953, p. 6; World Health Organization, *Official Records of the World Health Organization*, No. 28, *Third World Health Assembly, Geneva, 8 to 27 May 1950*, December 1950, p. 17.

habitual das mães. Existem ainda situações em que são facilmente observáveis discrepâncias significativas entre o cálculo estatístico baseado em nascimentos por data de ocorrência e por data de registo, quando a amplitude do intervalo entre as duas datas, principalmente em situações de mortalidade infantil elevada, vem provocar um enviesamento dos resultados. Finalmente, uma última condicionante diz respeito à possibilidade de uma correcta classificação dos nascimentos em função de características demográficas e socio-económicas. A complexidade que envolve a análise desta variável demográfica resulta não só das características específicas dos dados de base utilizados como também dos factores que afectam essas mesmas características. Por isso se torna indispensável o conhecimento tão aprofundado quanto possível do contexto socioeconómico envolvente, em relação à criança e ao casal. Embora apenas uma pequena parte da população se possa considerar "em risco", surgem elaborações estatísticas de diferentes resultados desde que distintamente referenciadas, à mãe, ao pai ou ao casal, com a conseqüente diversidade de interpretações de acordo com cada um dos casos em particular. Apesar de o nascimento poder ocorrer somente uma única vez na perspectiva da criança recém-nascida, um adulto pode considerar-se durante um longo período de tempo sujeito "ao risco" de ser pai ou mãe, com um maior ou menor grau de frequência. A variação da amplitude do intervalo considerado "em risco", determinada biológica e culturalmente, é sumamente importante quando se trata de analisar quer as flutuações anuais observadas no nível de fecundidade das populações quer as diferenças entre estas e os níveis de fecundidade realizados

pelos casais no final do seu ciclo de vida. Entre os factores que influenciam ambos os níveis de fecundidade - anual e acumulada - podemos referir factores de ordem fisiológica, social, económica, cultural e psicológica².

Os dados disponíveis nas séries de estatística demográfica publicadas anualmente, se por um lado, devido à sua extensão e qualidade, nos possibilitam uma análise demográfica precisa, por outro lado não são suficientemente pormenorizados, inviabilizando por isso a determinação dos factores que condicionam os resultados estatísticos obtidos. Assim sendo, torna-se necessário complementá-los com informação constante dos recenseamentos da população e de inquéritos específicos propositadamente elaborados para o efeito.

Assim sendo, por uma questão de qualidade e acessibilidade da informação, baseámos toda a nossa investigação em dados recolhidos pelas entidades oficiais de estatística portuguesas.

Neste capítulo, utilizámos dados constantes do Recenseamento da População e Habitação, de Março de 1981, das Séries Estimativas Provisórias e, das Estatísticas Demográficas, referentes aos períodos de 1979/80/81/82/86/87/88/89, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Posteriormente, ao longo dos capítulos seguintes, analisámos os dados do Inquérito Português à Fecundidade, de 1980/81, e do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares de 1989/90. Ambos os inquéritos foram igualmente realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, que, gentilmente, nos disponibilizou o acesso aos micro-dados,

²Shryock, H.S., Siegel, J.S. & Associates, (1976), *The Methods and Materials of Demography*, Academic Press, New York, pp. 273-276.

a partir das entrevistas individuais, o que possibilitou, pela primeira vez em Portugal, um estudo do comportamento fecundo com base em dados desagregados.

II.2 INDICADORES SELECCIONADOS

Em primeiro lugar, podemos objectar que ao seleccionar indicadores corremos, à partida, alguns riscos. Sendo estes redutores da informação total disponível, o ideal seria analisar cada acontecimento de per si, de acordo com uma situação espacial e temporal específica, considerando o contexto cultural, social e económico que o rodeia. Mas tal resultaria numa tarefa impraticável. Assim sendo, passamos a referir os métodos e as técnicas que nos permitem encontrar medidas que, embora compactando a informação disponível, nos fornecem indicações precisas sobre os comportamentos e as tendências dos fenómenos observados. Em segundo lugar, impõe-se uma selecção que passe, necessariamente, pela consideração daquelas medidas que, de acordo com o seu nível de sofisticação, nos assegurem uma maior representatividade da informação inicial. Em terceiro lugar, torna-se indispensável um ajustamento, em virtude da compatibilização entre o cálculo estatístico das medidas que julgámos mais adequadas, retratando da melhor forma a realidade em observação, e a disponibilidade e qualidade dos dados existentes necessários ao seu cálculo, em especial quando se trata de um tipo de análise à escala regional.

Entre a grande variedade de medidas que visam a análise dos fenómenos demográficos, alguns autores procedem a uma distinção primária entre aquelas a que, pela simplicidade do cálculo, reduzido número de dados necessário e facilidade de interpretação, dão o nome de "taxas observadas", e outras muito

mais complexas em todos os aspectos citados anteriormente, às quais dão o nome de "taxas ajustadas"³. A exposição que faremos em seguida baseia-se nas definições apresentadas por Pressat (1964), Coale (1965), Thompson & Lewis (1965), Shryock & Siegel (1976), Wunsch & Termote (1976), Newell (1988) e Nazareth (1988).

Assim, entre as medidas utilizadas em análise demográfica no estudo da variável em causa avulta, em primeiro lugar, a taxa bruta de natalidade. Esta taxa relaciona o número de nascimentos, numa determinada região, num dado ano civil, com o total da população existente nessa região a meio do ano⁴. Ou seja,

$$\text{TBN} = \text{N/P} * 1000$$

O total da população a meio do ano representa, neste caso, uma estimativa da população média "em risco" ao longo de todo o ano civil ou do número total de anos vividos pela população durante esse período de tempo. A taxa bruta de natalidade indica-nos qual o número de nascimentos por 1000 habitantes.

Embora apresentem um processo de cálculo extremamente simples, para o qual se encontram facilmente disponíveis os dados de base, do ponto de vista analítico podem considerar-se bastante limitadas. Podemos referi-las até como as medidas mais elementares de todas as que pretendem estudar os fenómenos

³Shryock & Siegel, (1976), *op. cit.*, pp. 276 e ss.

⁴Wunsch, G.J. & Termote, M.G., (1976), *Introduction to Demographic Analysis, Principles and Methods*, Plenum Press, New York, pp. 143 e ss.; Nazareth, J. M., (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, pp. 269 e ss.; Newell, C., (1988), *Methods and Models in Demography*, Belhaven Press, London, pp. 37 e ss.

demográficos, uma vez que misturam o modelo com a estrutura da população que lhe deu origem. Por esse motivo, oferecem-nos uma visão deturpada, já que a variação do valor da taxa pode ficar a dever-se apenas a um envelhecimento ou a um rejuvenescimento da população total num dado período de tempo, e não a uma diminuição real, efectiva, do número de nascimentos nesse mesmo período.

Assim, quando se proceder ao cálculo de taxas brutas de natalidade devemos atender a estas condicionantes e levar em linha de conta algumas considerações fundamentais. Quanto menor for a área geográfica na qual incida o estudo, maior deverá ser o cuidado em seleccionar os dados de base. Torna-se recomendável recolher os nascimentos em função da residência habitual das mães, uma vez que a margem de erro dos cálculos poderá vir a aumentar na medida em que diminua a dimensão das localidades em que se verifique a ocorrência do nascimento. Afim de evitar enviesamentos devidos a flutuações aleatórias ou a pequenos números, é frequente calcular-se uma taxa bruta "média" abrangendo um período de tempo superior a um único ano civil.

De acordo com alguns autores⁵, este tipo de taxas é denominado "taxas brutas" em virtude de, no seu cálculo não ser considerada nem a composição por sexos e idades (uma vez que ignora completamente a estrutura da população feminina no período considerado fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade), nem por estado civil (desconhece quer o valor da proporção de

⁵Thompson, W.S. & Lewis, D.T., (1970), *Population Problems*, 5. ed., McGraw-Hill Book Company, New York, p. 242; Pressat, R., (1983), *L'Analyse Démographique, Concepts- Méthodes- Resultats*, 4. ed., Presses Universitaires de France, Paris, pp. 153 e ss; Nazareth, J. M., (1988), *op. cit.*, pp. 198 e ss.

mulheres casadas no total da população, quer o valor da proporção de mulheres casadas por grupos de idades férteis).

Neste caso, sofisticar a análise terá a particularidade de introduzir um esquema que permita isolar o efeito da estrutura populacional do modelo de fecundidade das populações. As taxas "ajustadas" constituem uma das formas de anular as diferenças, por idade ou grupos de idades, entre as proporções de mulheres situadas dentro dos limites do intervalo fértil. Este segundo tipo de taxas indica-nos qual seria o valor observado nas taxas de natalidade em duas populações distintas, por idades ou grupos de idades, caso a composição etária da população feminina fosse idêntica em ambas. São normalmente utilizadas em análises comparativas.

Em seguida, distinguimos as taxas de fecundidade geral. Estas taxas relacionam, por sua vez, o número total de nascimentos, independentemente da idade das mães, ocorridos numa determinada região, num dado ano civil, com o total da população feminina com idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos exactos, ou seja, com o total de mulheres consideradas em idade fértil nessa região, a meio do ano civil. Isto é,

$$\text{TFG} = \text{N}/\text{PF}_{\text{fr}} * 1000$$

Indicam-nos qual o número de nascimentos por 1000 mulheres em idade fértil.

Esta medida já reduz em parte o enviesamento dos resultados motivado pelo efeito da interacção entre o modelo do fenómeno e a estrutura populacional. São eliminados os homens e as mulheres

cujas idades se encontram fora do período em que potencialmente são mais férteis. Por esta razão, torna-se de grande importância, como medida complementar de análise, o cálculo da proporção de mulheres, no total da população, com idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos exactos. Na verdade, numa situação em que duas populações apresentem o mesmo modelo de fecundidade apareceria favorecida, em termos de resultado final, aquela em que esta proporção fosse mais relevante. No entanto, este tipo de taxa não faz qualquer referência à distribuição das mulheres por idades dentro dos limites do período fértil, assim como não assinala o facto de existir na população uma maior ou menor proporção de mulheres casadas.

Aplicando o mesmo esquema de raciocínio a cada idade ou grupo de idades em particular, encontramos taxas de fecundidade específicas por idades ou grupos de idades. Ou seja,

$$TFG_a = N_a / PF_a * 1000$$

em que a representa a idade ou grupo de idades considerado.

Indicam-nos o número de nascimentos observados num dado grupo de idades das mães, por 1000 mulheres nesse mesmo grupo de idades, num ano civil.

A divisão por grupos de idades do intervalo fértil da mulher, recomendada pelas Nações Unidas, abrange, para além dos grupos de idades quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, um grupo inicial que engloba as mães com idade inferior a 15 anos, um outro que agrupa as mães com mais de 50 anos, e, finalmente, um grupo residual de idade desconhecida. é, assim, essencial, para

o cálculo deste tipo de taxas, que se disponha da informação respeitante ao registo dos nascimentos em função da idade das mães.

De acordo com alguns autores⁶, a forma da representação gráfica das taxas de fecundidade por grupos de idades apresenta invariavelmente as seguintes características:

- 1- A linha gráfica resultante aproxima-se da da curva normal, moderadamente enviesada para a direita;
- 2- As taxas correspondentes ao último grupo de idades, 45-49 anos, têm pouco significado tanto absoluto como relativo;
- 3- As taxas respeitantes ao grupo de idades 40-44, apresentam, de um modo geral, valores inferiores aos do grupo de idades 15-19 anos;
- 4- Do mesmo modo, as taxas respeitantes ao grupo de idades 35-39, já apresentam valores superiores aos do grupo de idades 15-19 anos;
- 5- Assim, os grupos de idades responsáveis pela forma da curva de fecundidade são os compreendidos entre os 15 e os 39 anos, contribuindo com cerca de 92 a 98% da fecundidade total;
- 6- Dentro deste intervalo, o grupo de idades dos 20 aos 29 anos apresenta entre 50 a 60% do total de nascimentos.

Uma outra medida auxiliar na definição do modelo de fecundidade é a idade média da fecundidade. Para controlar os efeitos da estrutura populacional deve substituir-se, quando do seu cálculo, o valor absoluto dos nascimentos em cada grupo de

⁶Shryock & Siegel, (1976), *op. cit.*, pp. 278 e ss.

idades pelo valor da respectiva taxa de fecundidade específica nesse grupo de idades. Assim, teremos,

$$IMF = \Sigma (x_a * TFG_a) / \Sigma TFG_a$$

onde x_a representa o ponto médio em cada intervalo de idades, (17.5; 22.5; 27.5; 32.5; 37.5; 42.5; 47.5), e TFG_a representa a taxa de fecundidade específica para cada grupo de idades quinquenal. A construção deste indicador tem por base a existência de um modelo de fecundidade formulado numa *cohorte* fictícia de mulheres. Isto é: parte-se do princípio de que um grupo de mulheres se comporta como tendo, hipoteticamente, ao longo de todo o seu ciclo de vida, um modelo de fecundidade idêntico ao observado, simultaneamente em todas as *cohortes*, durante um único ano civil.

Como medidas de análise cada vez mais complexas, e com base nas taxas de fecundidade específicas por grupos de idades, podemos calcular as taxas de reprodução e as taxas estandardizadas. No entanto, como estamos a trabalhar com grupos de idades, e não idade a idade, passamos a considerar a taxa de fecundidade para cada grupo como a média desse grupo de idades, partindo do princípio de que a fecundidade observada em cada idade dentro dos limites desse grupo corresponde ao valor médio encontrado.

Calculando o somatório das taxas de fecundidade específicas para todos os grupos de idades, entre os 15 e os 49 anos completos, e multiplicando o resultado pela amplitude do intervalo considerado, encontramos um valor correspondente à

medida da fecundidade total das populações. Surge, assim, a descendência média, uma forma de tentar quantificar a fecundidade das populações, relativa à magnitude aproximada da dimensão familiar final, isto é, referindo-nos já qual o número médio de crianças que as mulheres pertencentes a uma determinada população deram à luz ao longo de todo o seu ciclo de vida. Então, teremos

$$DM = 5 * (\Sigma TFG_x)$$

Indica-nos o número médio de filhos que uma mulher teria durante todo o seu ciclo de vida, partindo da hipótese de que as taxas de fecundidade específicas, por grupos de idades observadas no momento, permaneceriam constantes ao longo de todo o seu período fértil.

De todas as medidas apresentadas até ao momento é a primeira totalmente liberta dos efeitos da estrutura populacional, uma vez que a construção deste indicador tem na sua base as taxas de fecundidade específicas por grupos de idades. Anula-se, assim, a possibilidade de distorções na análise global do fenómeno devidas ao facto de uma das populações em questão possuir uma distribuição de mulheres dentro do período fértil mais vantajosa, em termos de fecundidade potencial, do que a outra. Ou seja, possuir um maior número de mulheres nas idades mais jovens, e, por isso mesmo, mais férteis, dentro do intervalo de idades globalmente designado por período fértil.

Todavia, quando procedemos ao cálculo da descendência média, além de partirmos do princípio de que as mulheres ao longo de todo o período fértil não são afectadas pela mortalidade,

sustentamos ainda uma outra situação igualmente hipotética. De facto, esta taxa acaba de ser interpretada como o número de filhos que uma *cohorte* fictícia de mulheres teria, em média, no final do seu ciclo de vida, segundo os valores das taxas de fecundidade específicas por idades observados num dado ano civil. Ora, esta hipótese só seria verificada se não houvesse qualquer diferença entre as taxas de fecundidade específicas por idades ao longo de uma geração⁷.

Segundo a selecção de indicadores que temos vindo a considerar, atingimos uma situação em que se ultrapassou a perturbação, observada no valor final das medidas calculadas, originada pela interacção entre modelo e estrutura, presente em toda a análise demográfica do tipo transversal⁸. Assim, todas as outras medidas que possam vir a ser calculadas, com maior ou

⁷O termo *geração* ou *cohorte* designa neste caso um conjunto de mulheres nascidas no mesmo ano civil. Normalmente, em análise demográfica, o termo *cohorte* significa um conjunto de indivíduos submetidos ao mesmo acontecimento demográfico de origem.

⁸Em demografia entende-se por análise transversal toda a análise que se refere especificamente a um conjunto de acontecimentos que ocorreram num determinado período de tempo, considerando um ou mais períodos de calendário, anos civis ou meses, por exemplo. Não tratando directamente com as *cohortes* limita-se a observar as mudanças na dimensão e composição da população ao longo do tempo. O principal problema deste tipo de análise encontra-se em conseguir distinguir, num determinado momento do tempo, entre o impacte da estrutura populacional e o processo de *cohorte* que lhe é simultâneo (Cf. G. Wunsch & M. Termote, 1978, *op. cit.*, p. 51). Existem duas formas de estudar a fecundidade das populações: por períodos e por *cohortes*. A característica fundamental da primeira traduz-se numa análise transversal da fecundidade, que parte do princípio de que os nascimentos ocorreram durante um período de tempo específico, que normalmente compreende um ano civil. No segundo caso a fecundidade é analisada por *cohortes* ao longo do tempo, isto é, longitudinalmente. Todos os nascimentos considerados ocorreram num grupo específico de mulheres, normalmente todas as mulheres nascidas ou casadas durante um determinado ano civil (Cf. C. Newell, 1988, *op. cit.*, p. 36).

menor grau de sofisticação, apresentam igual valor em termos da representatividade do fenómeno.

Estão neste caso as taxas de reprodução. Além da simples quantificação do processo de substituição natural das populações humanas, na relação de crescimento natural entre a natalidade e a mortalidade, existem medidas que exprimem o nível de reprodução com base na observação do comportamento de uma *cohorte*. Esta *cohorte* poderá ser eventualmente fictícia, envolvendo neste caso a observação de um ou mais anos de calendário.

Começemos por considerar a taxa bruta de reprodução, que apresenta a particularidade de considerar nulo o efeito da mortalidade durante o período fértil das mulheres. Esta taxa pode considerar-se um caso particular da descendência média, que quantificava a fecundidade total de uma população na ausência de mortalidade. A taxa bruta de reprodução indica-nos o número de filhas, potenciais mães no futuro, que uma *cohorte* de mulheres teria se as taxas de fecundidade específicas por idade, observadas num dado ano, se mantivessem constantes. Esta taxa pode obter-se por conversão simples a partir da descendência média, multiplicando o valor desta última pela proporção dos nascimentos femininos no total de nascimentos ocorridos no ano para ao qual se referem os cálculos. Ou seja,

$$\text{TBR} = 5 * (N_r/N_t) * (\Sigma N_i/P_i) * K$$

em que N_i representa o número de filhos nascidos às mulheres pertencentes ao grupo de idades i , P_i o número de mulheres no grupo de idades i , na população observada a meio do período, a

fracção N_f/N_t representa a proporção de nascimentos femininos no total de nascimentos, e K é uma constante (1, 100 ou 1000)⁹.

Por seu lado, a taxa líquida de reprodução entra em linha de conta com os óbitos que ocorrem durante cada período de cinco anos, ao longo do intervalo fértil das mulheres. Isto é, indica-nos o número de raparigas que uma *cohort*e de mulheres recém-nascidas teria durante o seu ciclo de vida, partindo da hipótese de que se mantinham fixos, durante uma geração, quer o esquema de taxas de fecundidade específicas por idade, quer o conjunto de taxas de mortalidade, observados ambos durante o mesmo período de tempo. Assim, teremos

$$TLR = 5 * (N_f/N_t) * (\Sigma (N_i/P_i) * (L_x/l_0))$$

sendo L_x/l_0 o valor da probabilidade de sobrevivência dado pela tábua de mortalidade, tendo como raiz $l_0 = 100000$.

Por uma questão de conveniência, no processo de cálculo de ambas as taxas, as taxas específicas por idade são calculadas a partir do total de nascimentos, de ambos os sexos, sendo somente numa última fase aplicada ao resultado final a proporção de nascimentos femininos observada.

As taxas de reprodução são estabelecidas em relação à população feminina não só porque o período fértil das mulheres é mais curto do que o dos homens, mas também porque se torna mais fácil conhecer dados relativos às mães do que aos pais no caso dos nascimentos ocorridos fora do casamento.

No nosso estudo não pretendemos analisar em que medida o

⁹Shryock & Siegel, (1976), *op.cit.*, pp. 314-315.

nível de mortalidade afecta o comportamento fecundo das mulheres, mas, sim, estabelecer medidas que nos ofereçam, sem considerar as interacções de outras variáveis microdemográficas (caso da mortalidade e dos movimentos migratórios), uma visualização da situação da fecundidade em Portugal da forma mais ajustada possível. Por esse facto não foi dada especial relevância à diferença de valores observados entre as taxas bruta e líquida de reprodução.

Mas, quando passamos a uma análise à micro-escala, a carência de dados não nos permite o cálculo de alguns dos indicadores apresentados. Resta-nos o recurso à standardização, isto é, à comparação entre o modelo de fecundidade observado e um outro considerado como padrão¹⁰.

No caso presente, interessa-nos conhecer em que medida a composição por idades da população, em especial a da população feminina no interior do intervalo fértil, influencia a análise da fecundidade. Assim, no processo de cálculo é escolhida como modelo uma determinada distribuição de mulheres por grupos de idades, real ou hipotética. A questão resume-se em determinar qual a diferença existente entre o resultado obtido inicialmente e o valor observado se a distribuição em estudo apresentasse exactamente a mesma composição por idades daquela escolhida como modelo. Isto é, determinar qual o número de nascimentos que ocorreria na distribuição modelo caso se verificassem as mesmas taxas de fecundidade específicas por idades observadas na população real. Para tal basta multiplicar em cada idade, ou grupo de idades, as taxas de fecundidade específicas da população

¹⁰Thompson & Lewis, (1970), *op. cit.*, pp. 253 e ss.

em estudo pelo número de mulheres, na mesma idade ou grupo de idades, da distribuição modelo, e proceder ao somatório destes resultados parciais. A diferença observada entre os dois valores revela a diferença real da fecundidade entre as duas populações, uma vez liberta do efeito da estrutura.

No nosso estudo recorreremos a um processo de estandardização proposto por Ansley Coale¹¹. Este autor estabeleceu três novas medidas de fecundidade: um índice de fecundidade total (I_t), um índice de fecundidade dentro do casamento (I_g) e um índice de fecundidade fora do casamento (I_h), que são considerados como simples rácios de estandardização indirecta¹². Indicam o nível de fecundidade em função do nível mais elevado alguma vez observado, isto é, qual a fecundidade que teria a população em estudo se aí se observassem as mais elevadas taxas de fecundidade específicas jamais registadas, e, além disso, qual a posição da fecundidade da população a ser comparada em função desse máximo. A fecundidade da população Hutterite, no período de 1921-30, é,

¹¹Coale, A.J., (1965), *Factors Associated with the Development of Low Fertility: An Historic Summary*, Vol. II, Belgrade: World Population Conference, United Nations, pp. 205-209.

¹²Existem dois tipos de estandardização conhecidos, respectivamente por "directa" e "indirecta", embora esta designação seja de certa forma mais convencional do que justificada por processos distintos de cálculo. Quando se fala em estandardização directa, considera-se uma população como modelo à qual se aplica o conjunto de taxas específicas a ser comparado. De modo contrário, a estandardização indirecta parte de um conjunto de taxas considerado como modelo, que posteriormente se aplica à população a ser comparada, a fim de determinar qual o número de acontecimentos esperado. A maior vantagem da estandardização dita indirecta sobre a directa é a de não necessitar de conhecer as taxas específicas da população em estudo, requerendo apenas os dados respeitantes à composição da referida população. Em geral, os dois processos de estandardização apresentam resultados finais similares, desde que os modelos escolhidos sejam próximos.

até ao momento, a mais elevada que foi possível quantificar a partir de dados com uma qualidade digna de confiança¹³.

O processo de cálculo destes índices é bastante simples. Em primeiro lugar, aplica-se à população em estudo a série de taxas de fecundidade específicas, dentro do casamento, das mulheres Hutterite, de modo a calcular o número de nascimentos esperado se o nível de fecundidade atingido fosse idêntico ao do modelo. Em seguida, reduz-se o número de nascimentos efectivamente observado a uma proporção desse valor esperado.

Coale definiu ainda um quarto índice diferente dos anteriores que pretende comparar as populações em estudo com a população Hutterite, em função da idade no casamento (I_m). Consiste na média ponderada das proporções de mulheres casadas nos diferentes grupos de idades férteis, considerando como pesos de ponderação as taxas de fecundidade específicas, dentro do casamento, das mulheres Hutterite.

No nosso caso seleccionámos apenas o índice estandardizado de fecundidade geral, porque considerámos globalmente a fecundidade quer dentro, quer fora do casamento¹⁴.

Passamos agora a apresentar os resultados obtidos para

¹³A população Hutterite é caracterizada pelo facto de ser uma pequena seita religiosa cristã, que se encontra na parte centro-norte dos Estados Unidos da América e sul do Canadá. Embora não apresentem um casamento relativamente precoce, a sua religião motiva os casais a terem o maior número de filhos possível, levando-os assim a apresentarem níveis extremamente elevados de fecundidade. Não praticam qualquer tipo de contracepção, sendo até o período de aleitamento bastante reduzido.

As taxas de fecundidade específicas observadas dentro do casamento, por mulher, na década de 1921-30, por grupos de idades quinquenais entre os 15 e os 49 anos completos, foram as seguintes: 0.300; 0.550; 0.502; 0.447; 0.406; 0.222 e 0.061.

¹⁴Newell, C., (1988), *op. cit.*, pp. 44-49 e 66-67.

Portugal Continental, nos períodos de 1979/82 e de 1986/89, por distritos, no que se refere aos indicadores do nível de fecundidade seleccionados que nos permitem analisar com a máxima precisão a situação desta variável demográfica.

II.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Passamos a analisar a situação da fecundidade em Portugal Continental na década de 80¹⁵. Recorremos, para tal, ao cálculo dos indicadores utilizados para esse fim em análise demográfica. Colocámo-nos perante uma situação específica em termos temporais¹⁶, a da fecundidade da sociedade portuguesa na década de 80. Orientámos o nosso trabalho em função de uma investigação que assenta na análise de situações demográficas espacialmente determinadas, optando para o efeito por uma regionalização do país baseada na divisão administrativa por distritos. A análise de situações demográficas a um nível mais desagregado teve por objectivo permitir-nos, no final, a mais ajustada composição da situação portuguesa vista como um todo. Em seguida, preocupámo-nos com a articulação entre os resultados apresentados pelos indicadores nas diversas situações em si e as razões responsáveis pela evolução específica de cada situação. Passámos a centrar nesta questão o objectivo primário da fase posterior da nossa investigação, que se traduz, genericamente, em encontrar

¹⁵A nossa análise exclui as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. A situação demográfica destas regiões insulares de Portugal implica um estudo em separado que permita contemplar as características específicas de cada uma delas. Em particular, no caso da fecundidade, estamos perante contextos de causalidade bastante distintos dos observados nas regiões continentais, além de que não dispomos de dados estatísticos que nos permitam proceder a um outro tipo de análise que ultrapasse o cálculo estritamente demográfico.

¹⁶No caso do nosso país, devido à insuficiência de dados requeridos pela análise de séries temporais, tivemos de escolher um determinado conjunto de anos civis para, em função dos dados disponíveis, procedermos a uma análise do tipo transversal.

os factores determinantes da fecundidade em Portugal Continental no referido período. Para tal partimos do seguinte pressuposto: o declínio da fecundidade observado nas últimas décadas é o resultado de uma evolução tendencial perante um processo de longo prazo, inserido num contexto de causalidade ainda em parte desconhecido. Neste contexto de causalidade verificámos, no entanto, a presença de factores condicionantes, de ordem biológica, cultural, social, económica e demográfica. Por razões várias, particularmente razões de carácter sociodemográfico que examinaremos com detalhe nos capítulos seguintes, consideramos que a evolução da fecundidade em Portugal não apresenta apenas uma única vertente de explicação.

Assim sendo, estabelecemos à partida um dado momento no tempo, seleccionando aquele para o qual dispúnhamos da mais recente informação. Esta primeira fase do nosso trabalho traduziu-se, assim, numa pesquisa delineada em função das diversidades observadas no espaço continental português na década de 80.

Apesar de nos basearmos, no final da década, apenas em estimativas e não em valores reais da estrutura populacional, pudemos verificar que ocorreu uma profunda transformação no comportamento fecundo das mulheres portuguesas. Tanto quanto nos foi possível observar, a partir dos dados dos nascimentos ocorridos no período considerado, a situação alterou-se substancialmente não só a nível de distritos mas como também a nível global do país acentuou-se profundamente o processo de declínio já em curso no início da década. Por esta razão, numa primeira etapa de análise demográfica estrita foram calculadas

estimativas com valor comparativo para o início e o final do período em causa.

Embora reconheçamos a importância que os estudos comparativos possuem em demografia, vimo-nos confrontados com um problema inerente a todas as ciências sociais: trata-se da impossibilidade de poder generalizar o resultado obtido numa dada pesquisa localizada no espaço e no tempo, limitando-se assim as nossas conclusões à situação estudada. Deste modo, a leitura dos comentários apresentados deverá ser feita em função da situação concreta de um dado fenómeno demográfico no espaço e no tempo, a da fecundidade no continente português na década de 80¹⁷.

Passamos, em seguida, a apresentar um comentário global da diversidade espacial da fecundidade em Portugal Continental no período de 1979/82 a 1986/89, com base nos resultados obtidos através do cálculo dos principais indicadores previamente seleccionados e que constam dos Quadros I a VII (ver cálculos,

¹⁷Tivémos como base os trabalhos de outros autores sobre a situação demográfica portuguesa ao longo do tempo. Entre eles destacamos: Arroteia, J., (1984), *A Evolução Demográfica Portuguesa*, Col. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa; Arroteia, J., (1991), "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional", in *Estudos Demográficos*, nº 30, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, pp. 31-39; Barata, O. S., (1985), *Natalidade e Política Social em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa; Carrilho, M. J., (1991), "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português", in *Estudos Demográficos*, nº 30, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, pp. 11-29; Livi-Bacci, M., (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton University Press, Princeton; Nazareth, J. M., (1979), *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa; Nazareth, J. M., (1988), *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Vol. III de: Portugal - os próximos 20 anos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; Nazareth, J. M., (1991), "Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta", in *Estudos Demográficos*, nº 30, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, pp. 41-45.

páginas 403 a 535).

Iniciamos a apresentação dos resultados com os obtidos através do cálculo das taxas brutas de natalidade.

Todavia, como dissemos anteriormente, as taxas brutas são indicadores fortemente influenciados pela própria composição por sexos e idades das populações em estudo. Assim sendo, variações observadas neste tipo de taxas, quer em análises de séries temporais sobre a mesma região, quer num dado momento do tempo entre regiões distintas, poderão ficar a dever-se, em grande medida, a alterações na repartição dos efectivos populacionais entre homens e mulheres no total da população e à sua distribuição por grupos etários.

Entendemos, assim, anteceder o referido comentário com a apresentação das representações gráficas das estruturas populacionais observadas em Portugal Continental, por distritos, nos dois períodos em estudo.

Em primeiro lugar, pretendemos oferecer uma imagem que permita visualizar a desigualdade das estruturas, de modo a destacar a influência das mesmas no cálculo dos sucessivos indicadores apresentados. As estruturas populacionais não só são manifestamente distintas no início do período, ao longo do espaço português, mas também se alteram substancialmente entre o início e o final da década, em cada região; é claramente visível o envelhecimento das estruturas, em todo o Continente, durante a década, assim como o desigual comportamento das relações de masculinidade numa observação pormenorizada à escala regional.

O envelhecimento das estruturas populacionais tem uma enorme influência no comportamento dos fenómenos demográficos. Em

particular, poderão observar-se diferenças nos níveis de fecundidade das populações, não só devido à existência de uma enorme diversidade de comportamentos das relações de masculinidade, isto é, de diferentes rácios homens/mulheres, por idades, em cada distrito, mas também em função da desigual distribuição das mulheres ao longo das idades férteis.

Em segundo lugar, é nosso propósito chamar a atenção para a importância da fecundidade no quadro da incidência das variáveis microdemográficas na formação das estruturas. Como referimos anteriormente, Coale¹⁸ demonstrou que numa população fechada aos movimentos migratórios o efeito da fecundidade na formação das estruturas, era não só mais simples, porque operava na mesma direcção (duplo envelhecimento ou duplo rejuvenescimento), como quantitativamente mais importante do que o da mortalidade. Nestes termos, uma fecundidade baixa durante um continuado período de tempo provoca, por si só, um duplo envelhecimento das estruturas populacionais. Logo, um maior envelhecimento na base e no topo reflecte, à partida, uma acção prolongada de baixos níveis de fecundidade, quer globalmente para o país, quer regionalmente a nível de distritos¹⁹. Mesmo que a mortalidade se mantenha constante, uma fecundidade em declínio, (reduzindo o número dos efectivos de *cohortes* sucessivas, observando embora idênticos modelos de comportamento perante o casamento e a fecundidade), provoca uma diminuição proporcional

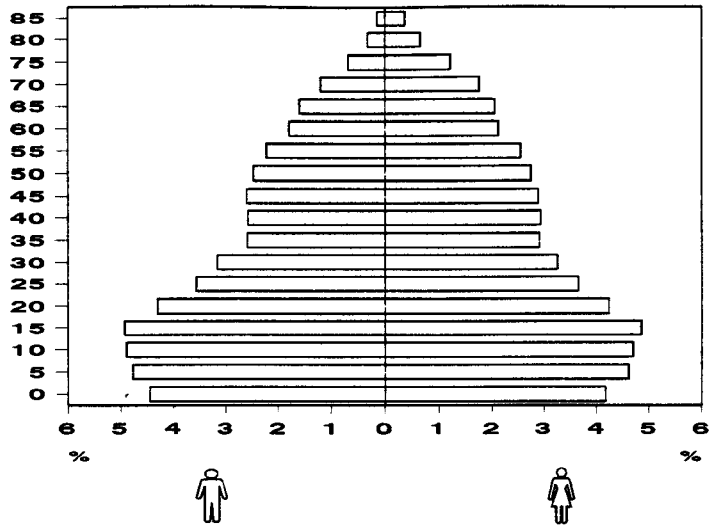
¹⁸Coale, A., (1957), *op. cit.*

¹⁹Todavia, sabemos que nunca poderemos excluir no duplo envelhecimento das populações portuguesas a enorme importância dos movimentos migratórios, externos e/ou internos, cuja análise, no entanto, está fora do âmbito do nosso estudo.

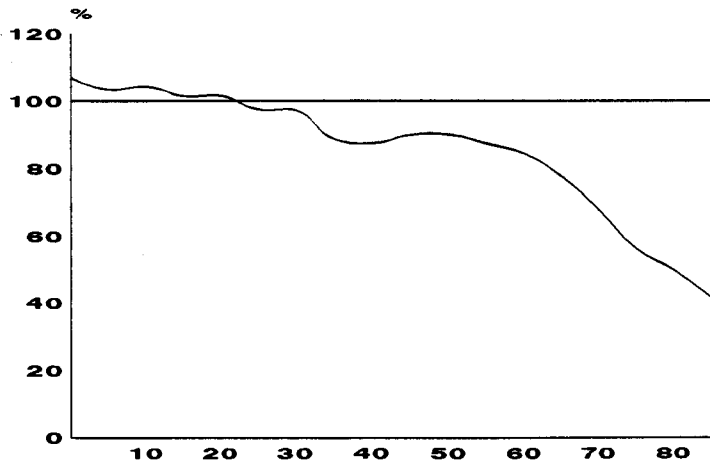
do número de jovens e um empolamento, também proporcional, da população idosa (ver gráficos nas páginas seguintes).

GRÁFICOS
PIRÂMIDES ETÁRIAS E RELAÇÕES DE MASCULINIDADE
(1981 e 1987)

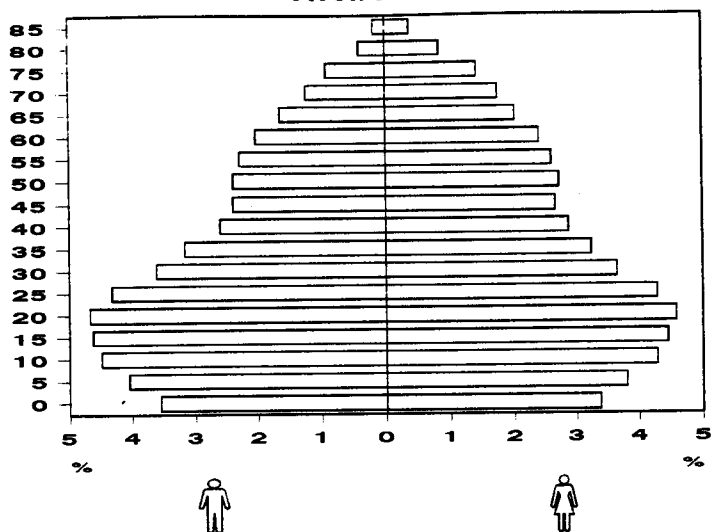
Estrutura Etária da População Aveiro 1981



Relações de Masculinidade Aveiro 1981

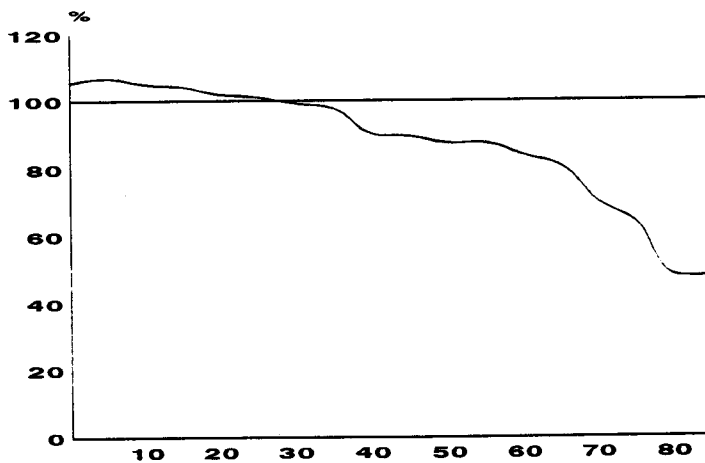


Estrutura Etária da População Aveiro 1987



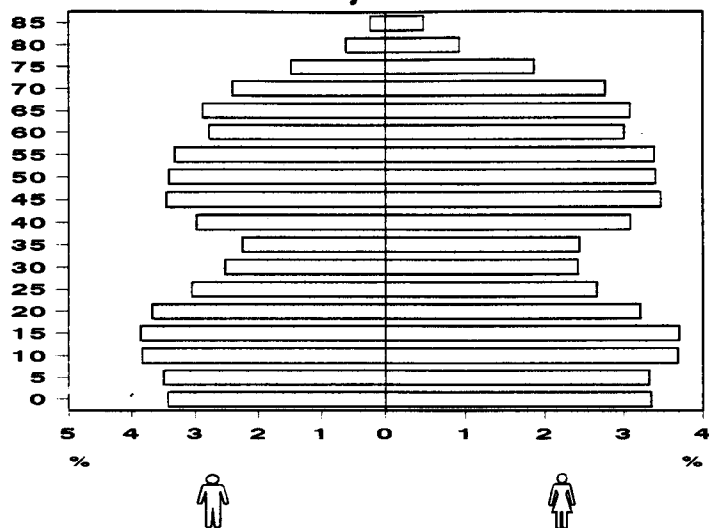
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Aveiro 1987



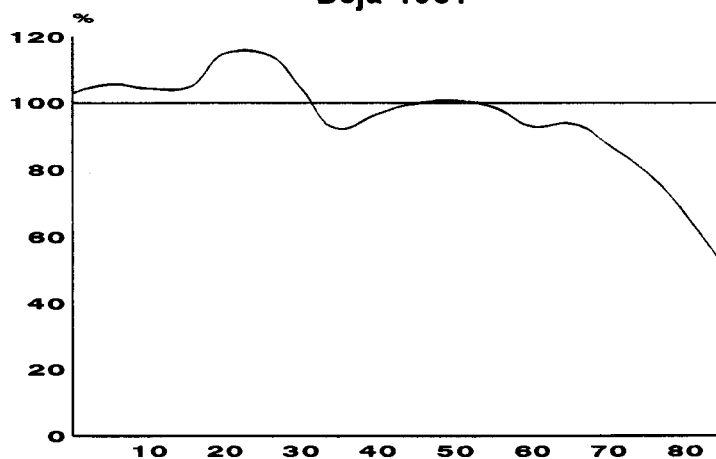
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Beja 1981



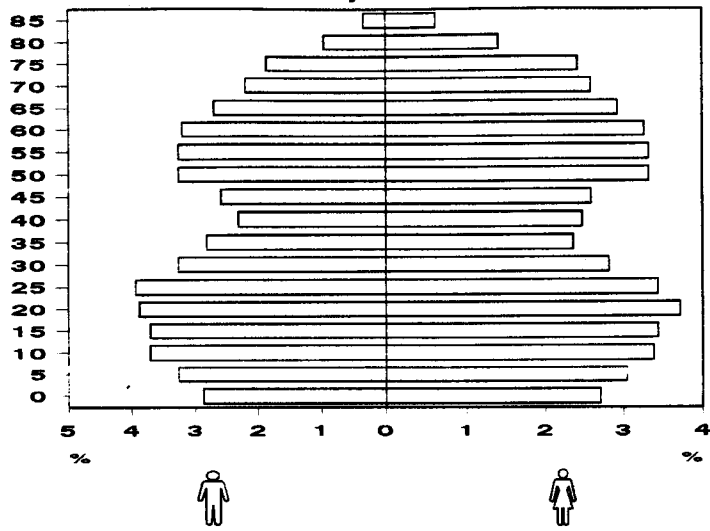
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Beja 1981



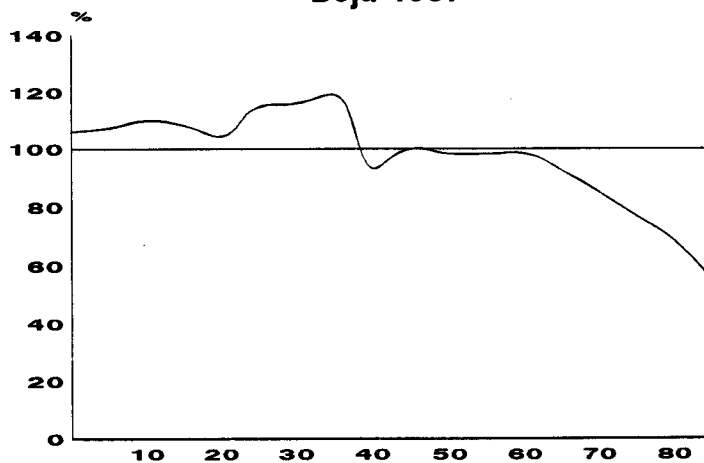
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Beja 1987



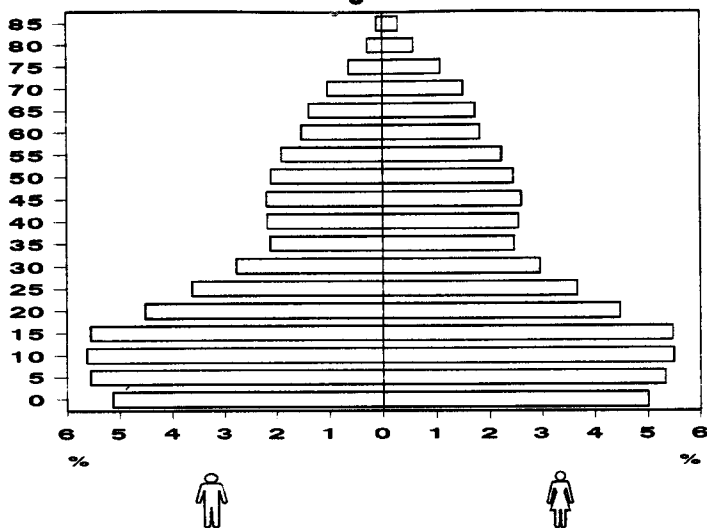
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Beja 1987



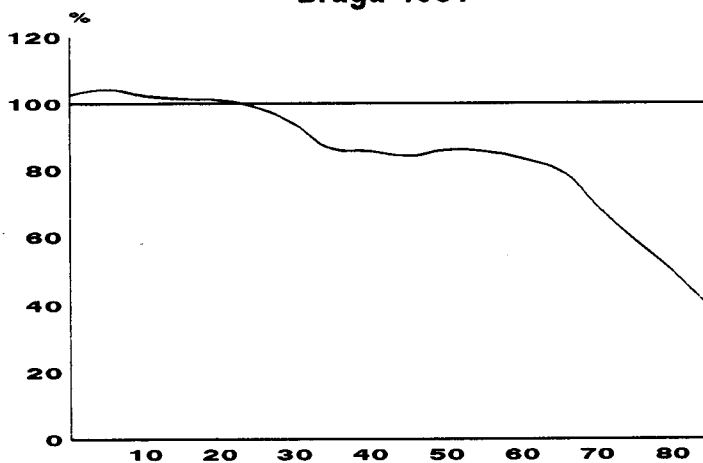
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Braga 1981



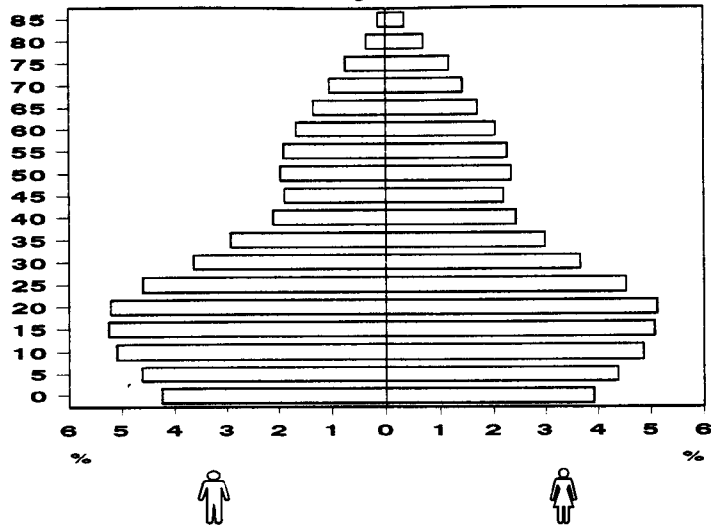
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Braga 1981



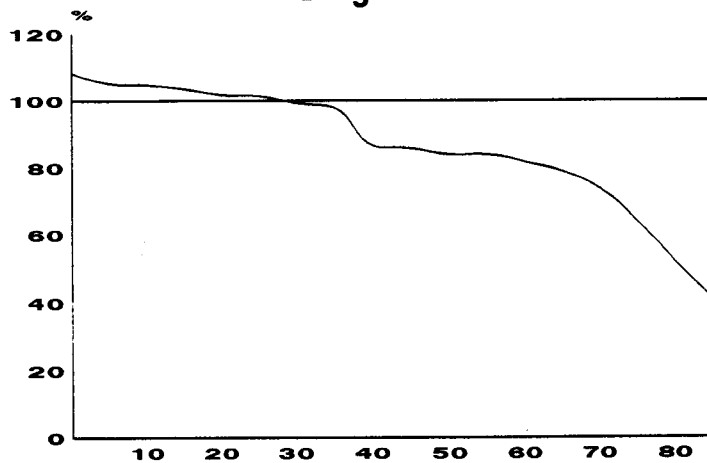
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Braga 1987



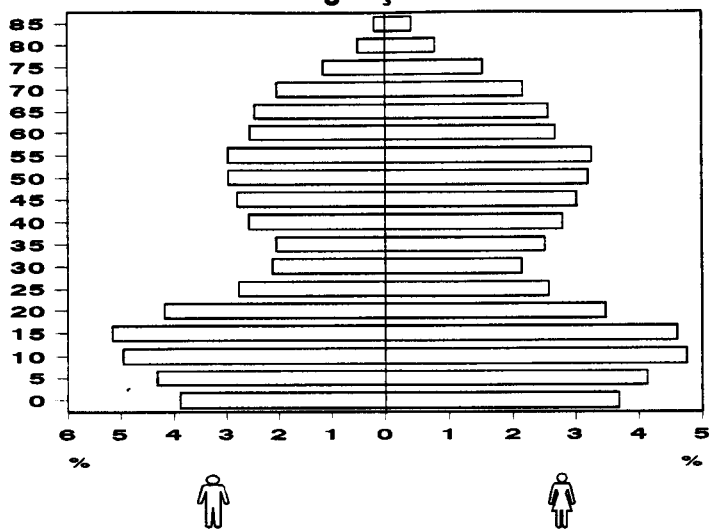
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Relações de Masculinidade Braga 1987



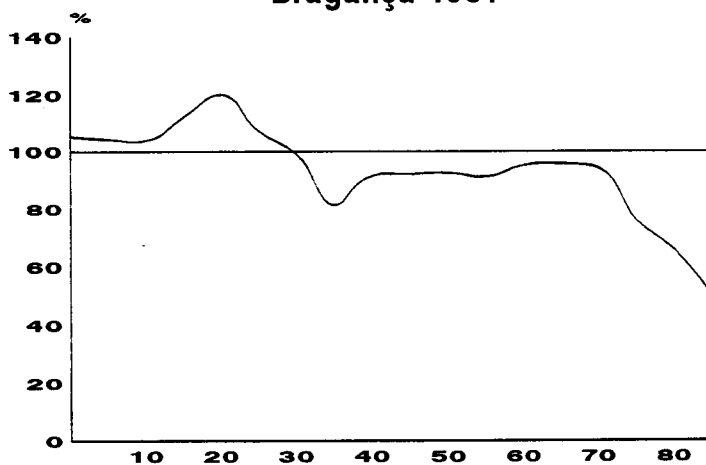
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Estrutura Etária da População Bragança 1981



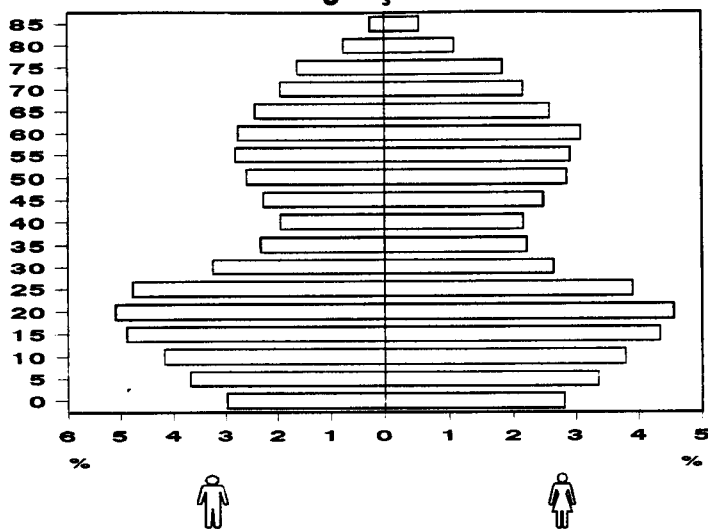
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Bragança 1981



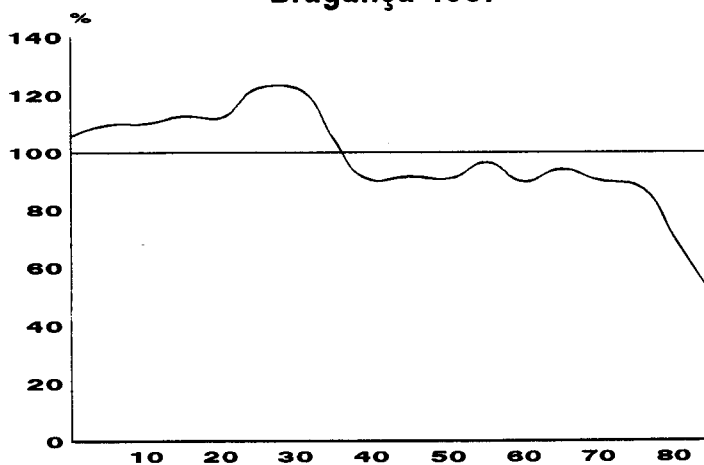
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Bragança 1987



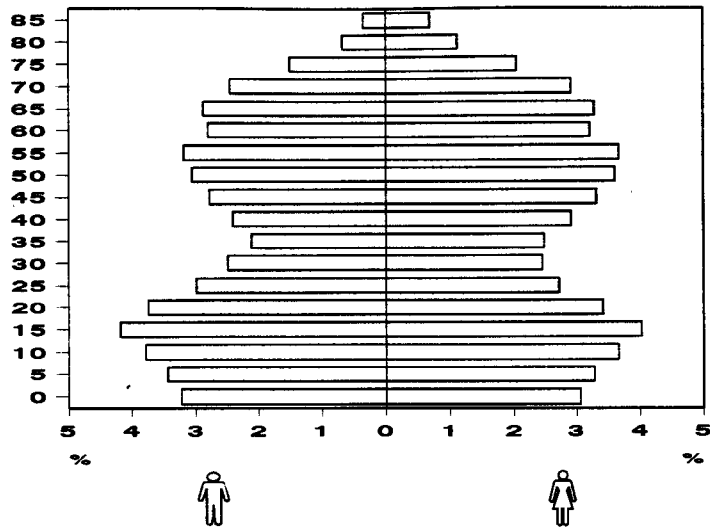
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Bragança 1987



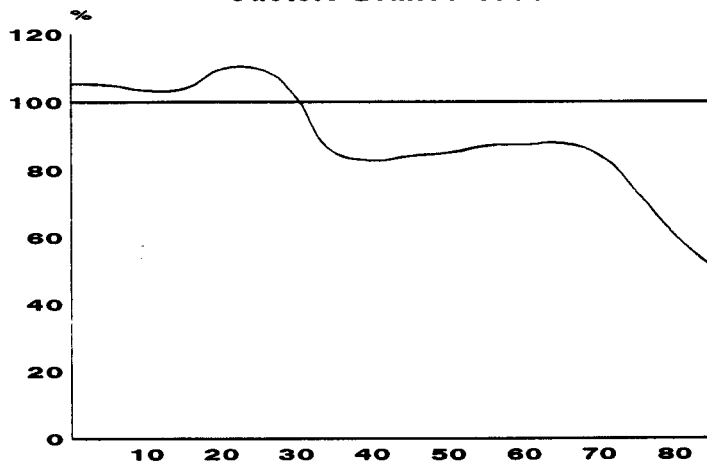
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Castelo Branco 1981



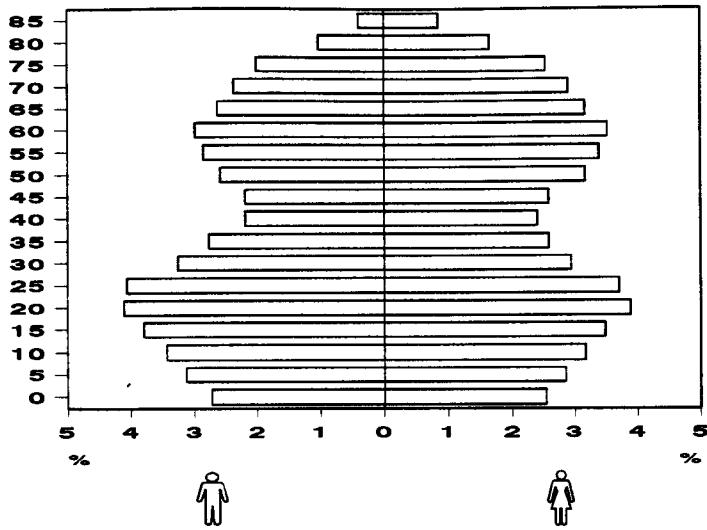
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Castelo Branco 1981



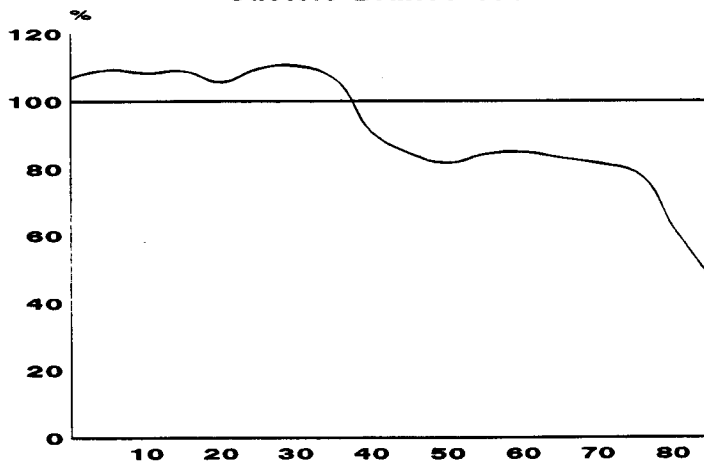
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Castelo Branco 1987



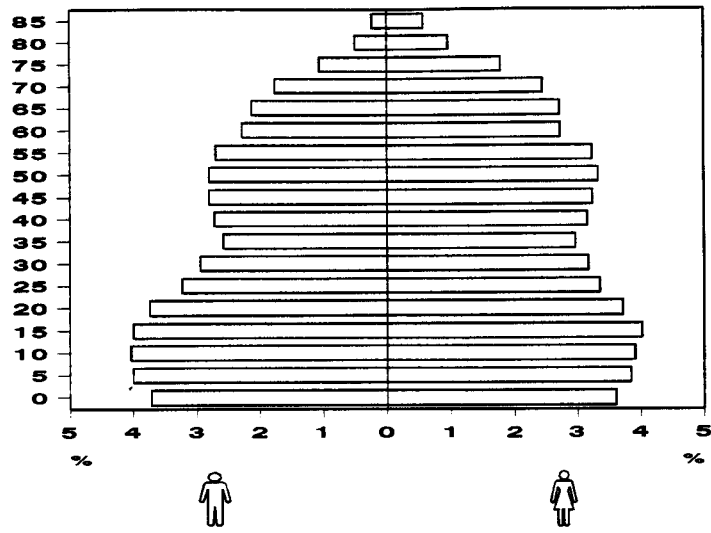
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Castelo Branco 1987



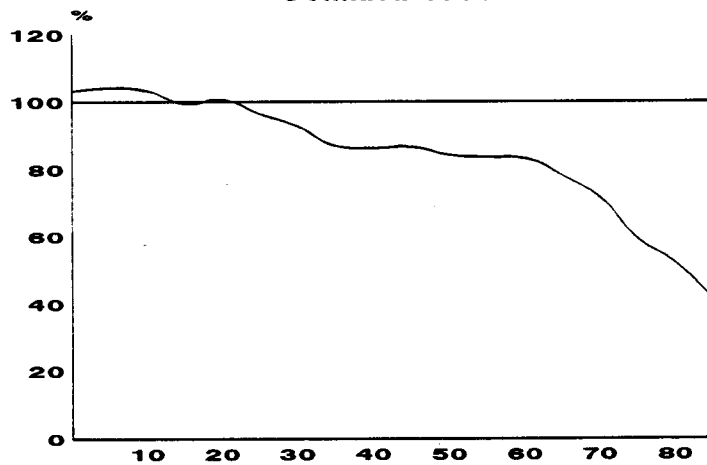
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Coimbra 1981



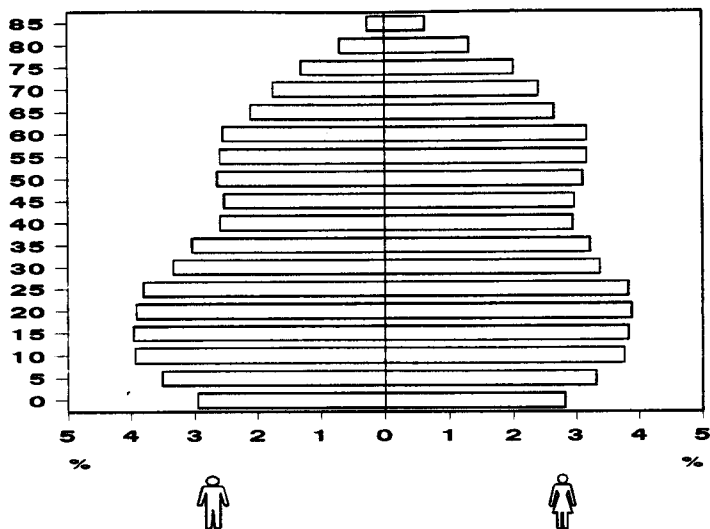
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Coimbra 1981



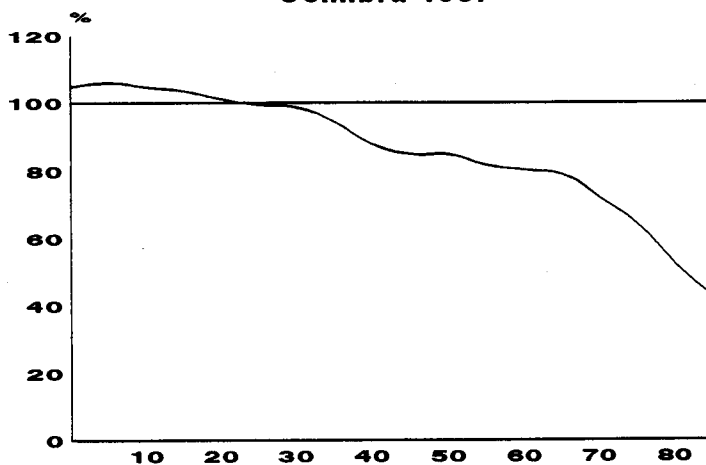
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Coimbra 1987



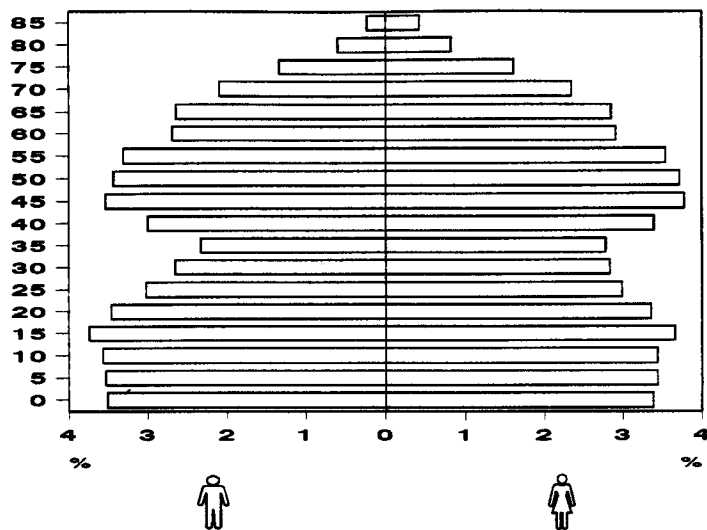
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Relações de Masculinidade Coimbra 1987



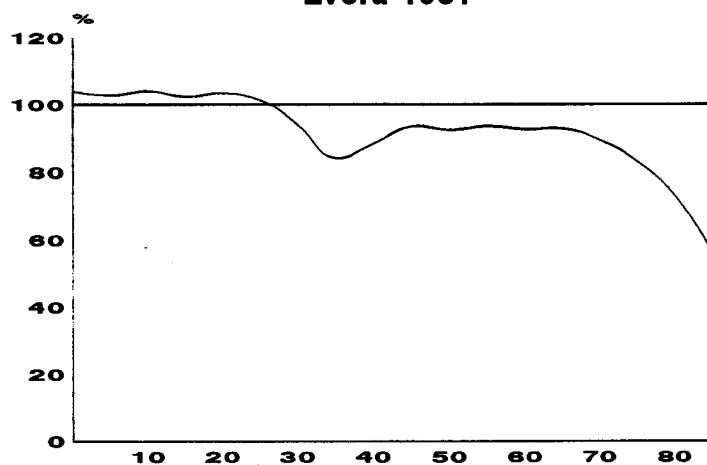
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Estrutura Etária da População Évora 1981



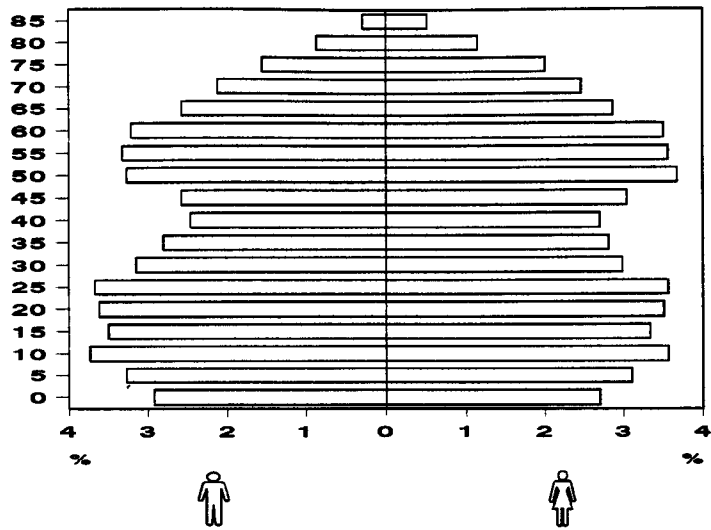
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Évora 1981



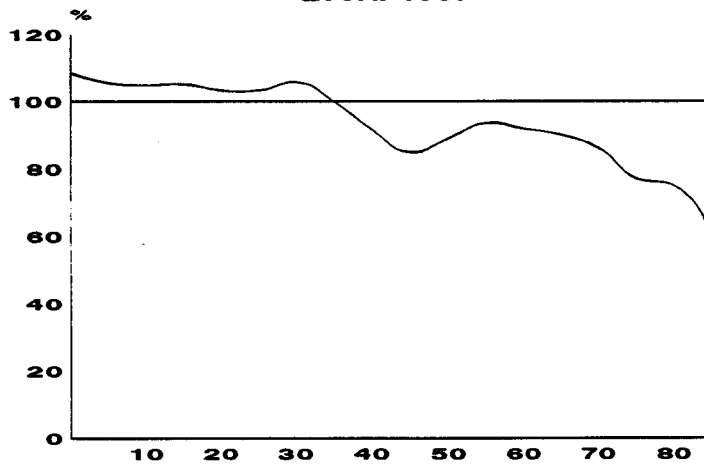
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Évora 1987



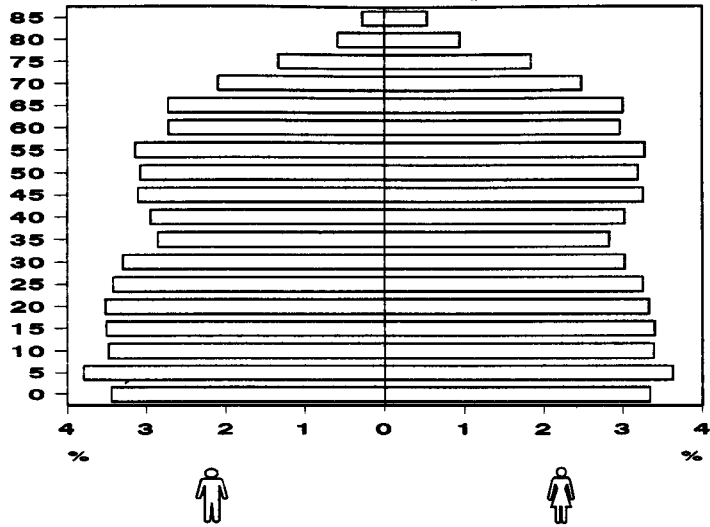
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Évora 1987



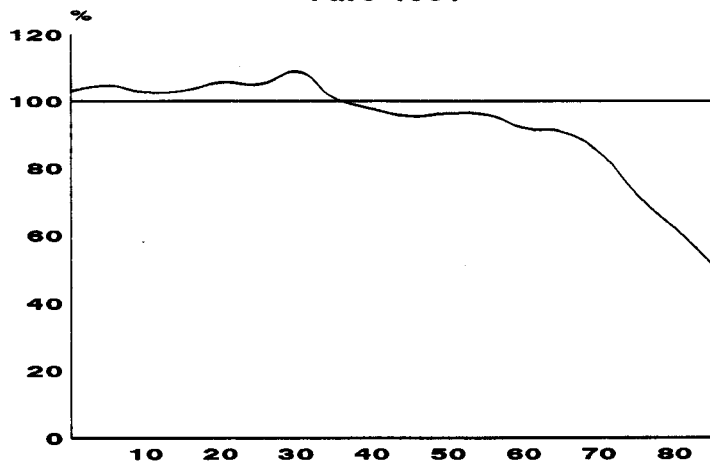
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Faro 1981



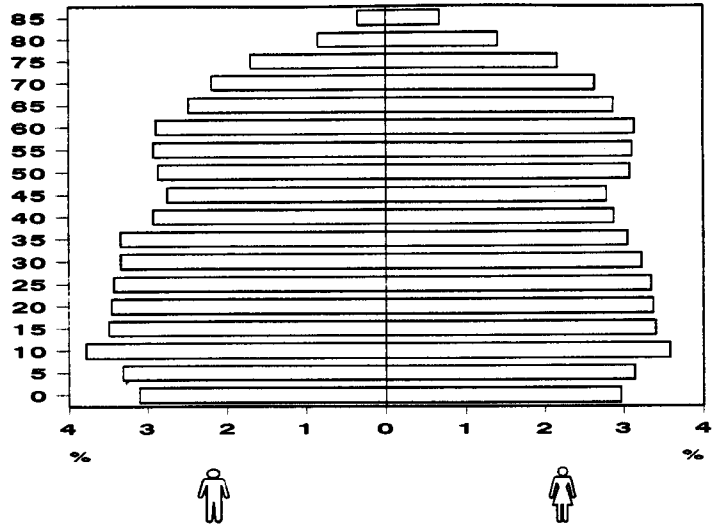
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Faro 1981



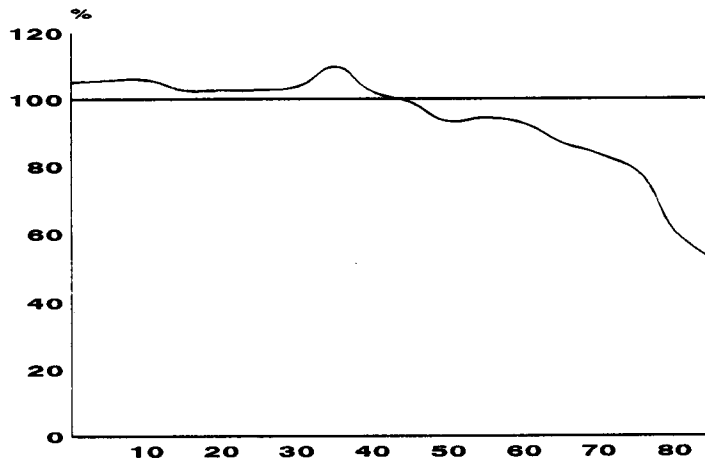
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Faro 1987



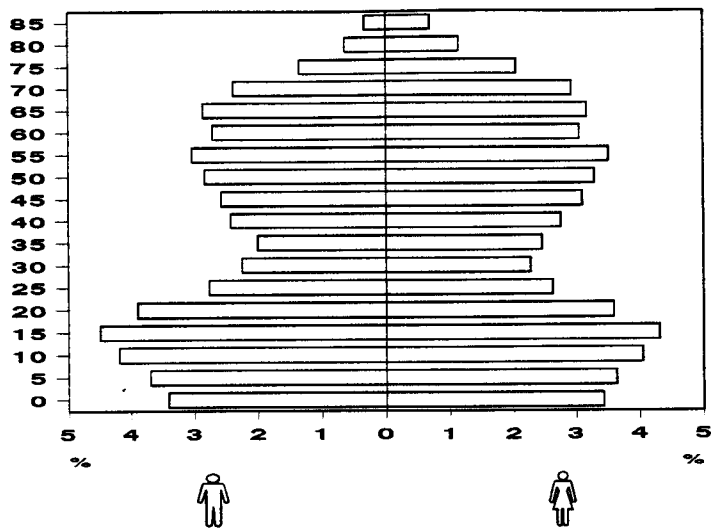
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Faro 1987



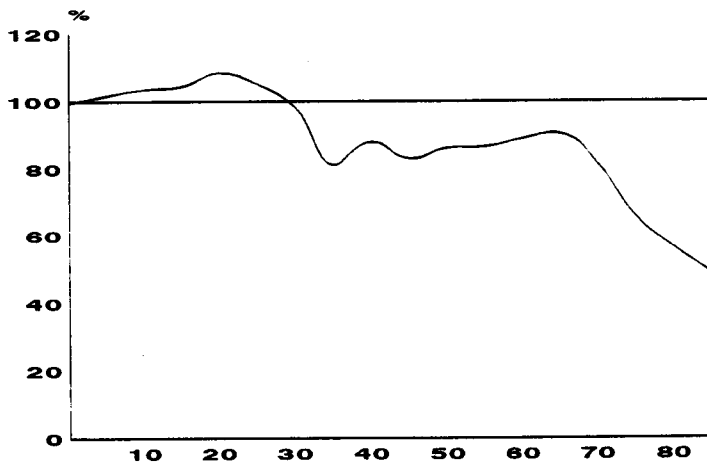
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Guarda 1981



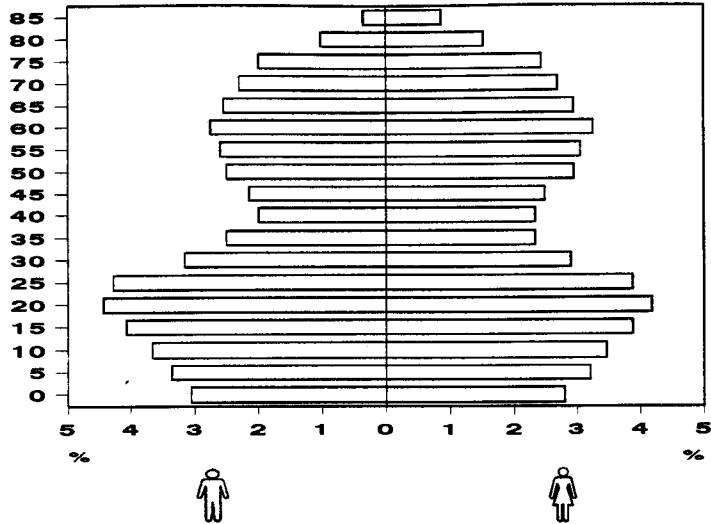
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Guarda 1981



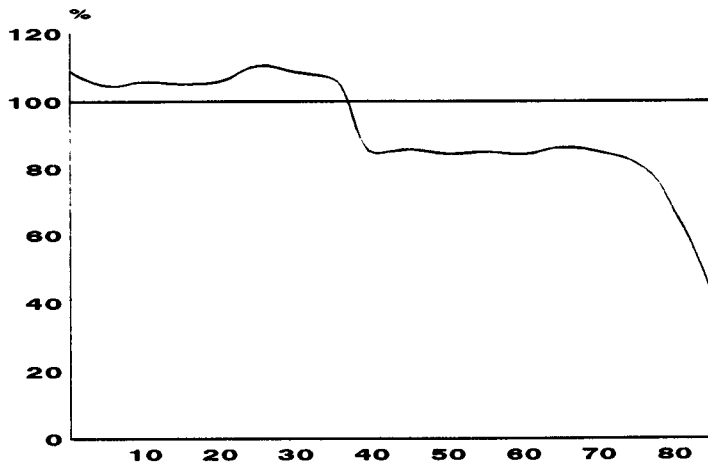
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Guarda 1987



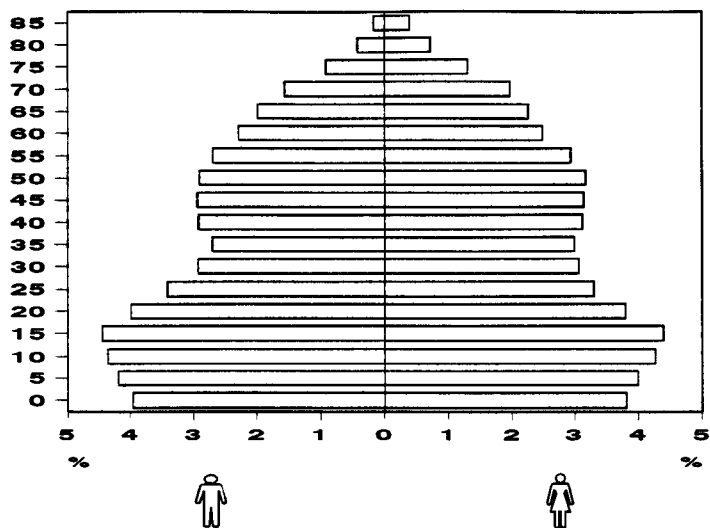
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Guarda 1987



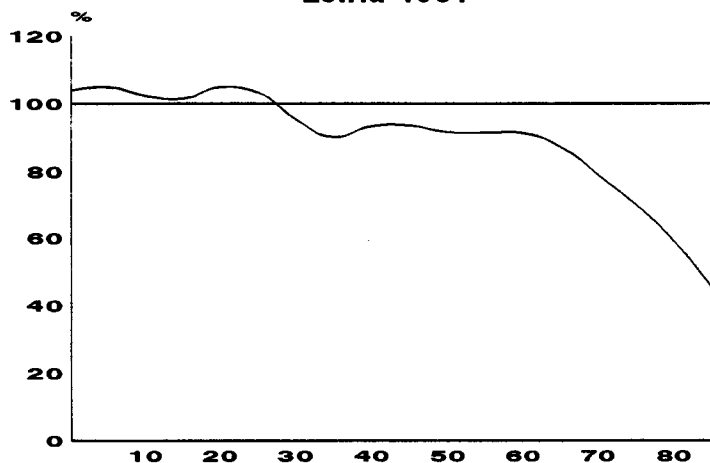
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Leiria 1981



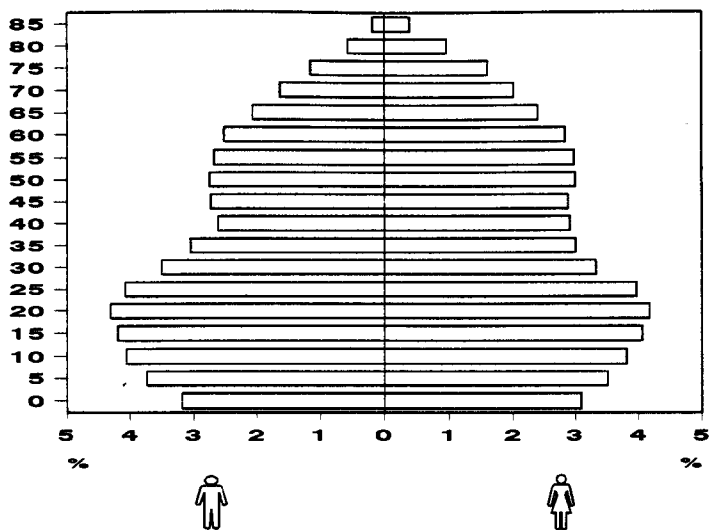
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Leiria 1981



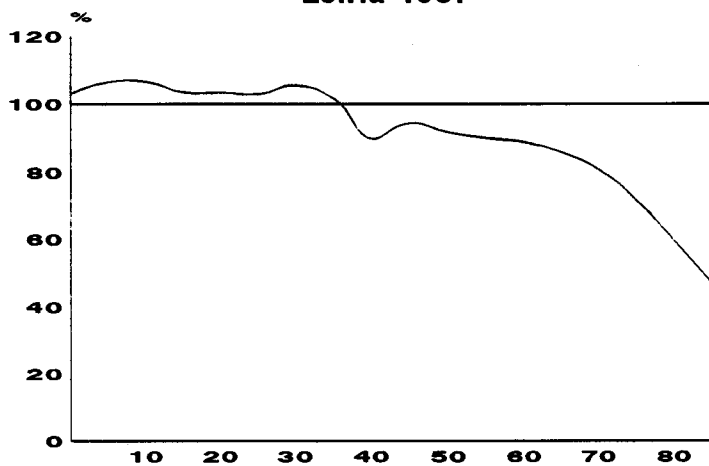
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Leiria 1987



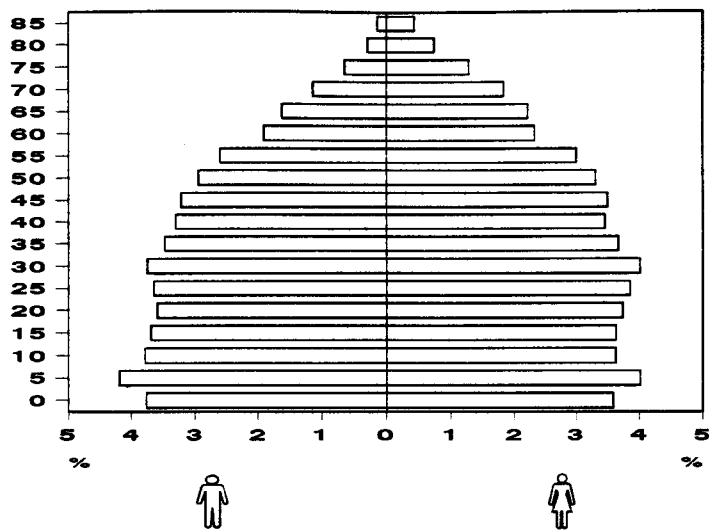
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Leiria 1987



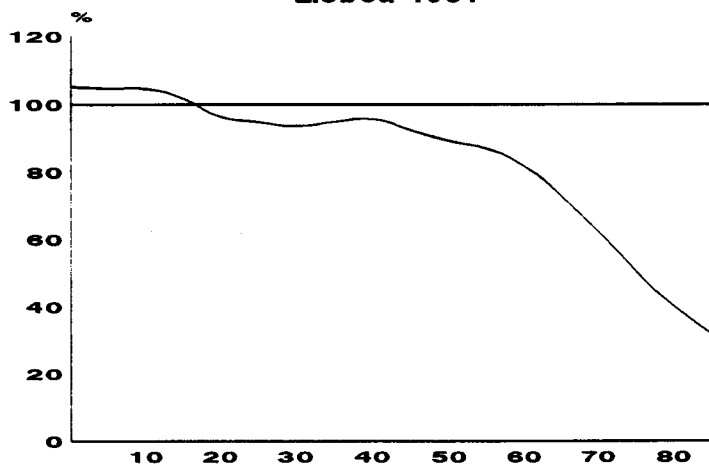
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Lisboa 1981



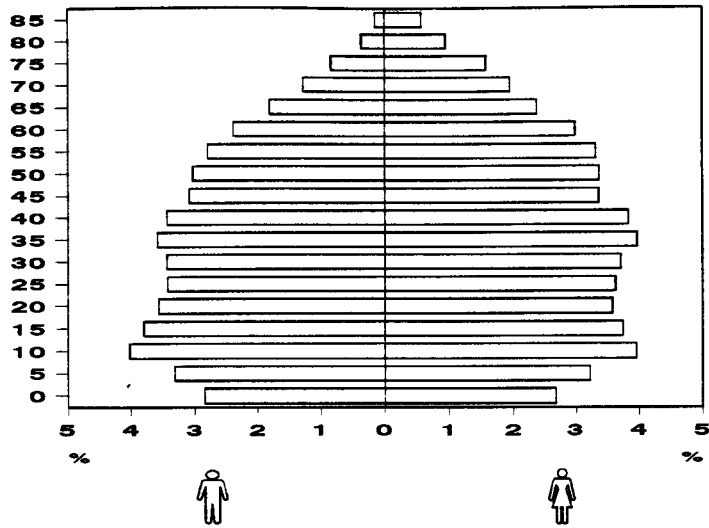
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Lisboa 1981



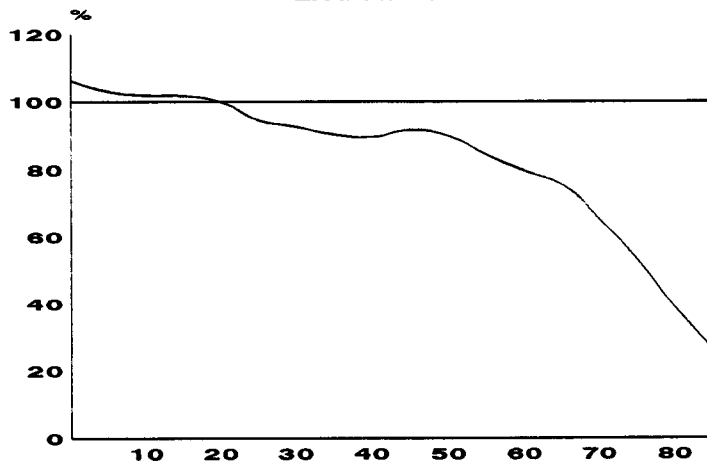
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Lisboa 1987



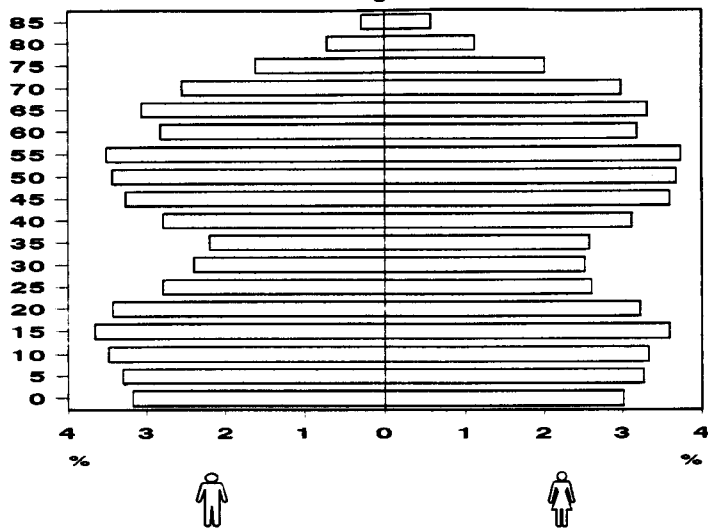
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Relações de Masculinidade Lisboa 1987



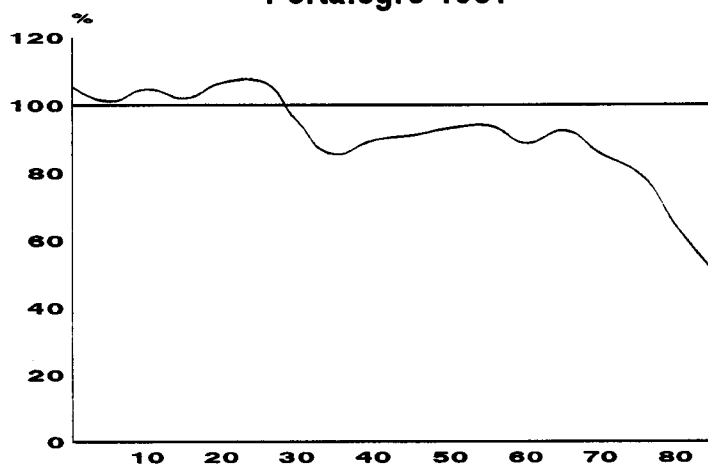
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Estrutura Etária da População Portalegre 1981



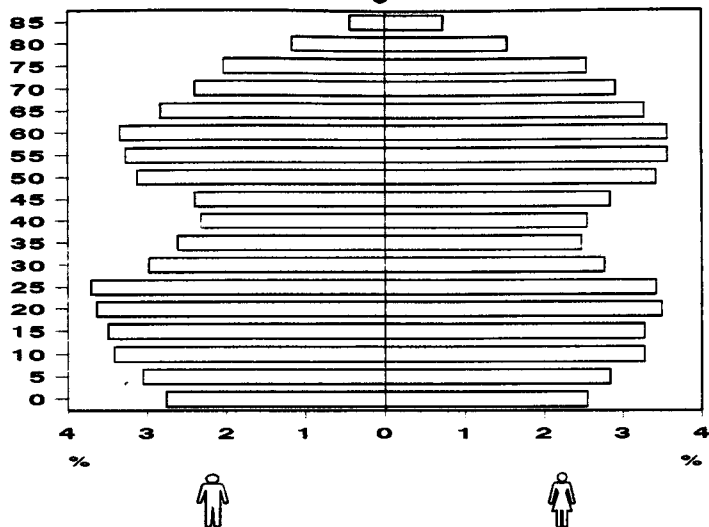
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Portalegre 1981



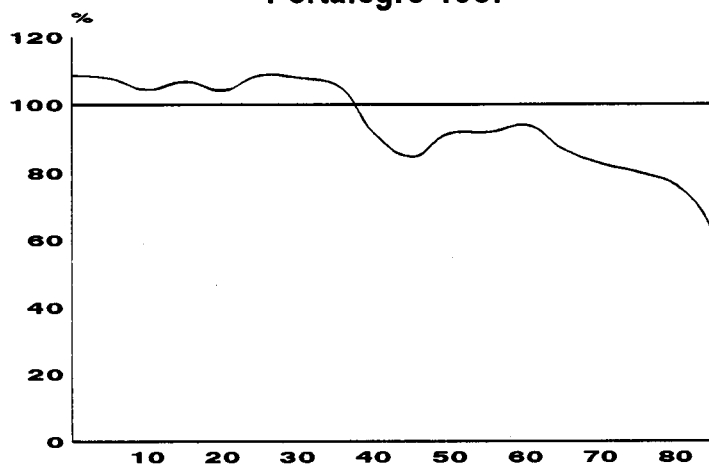
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Portalegre 1987



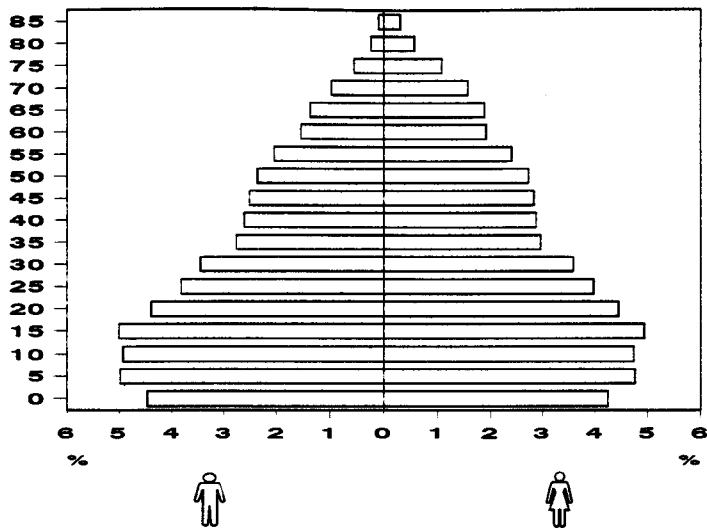
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Portalegre 1987



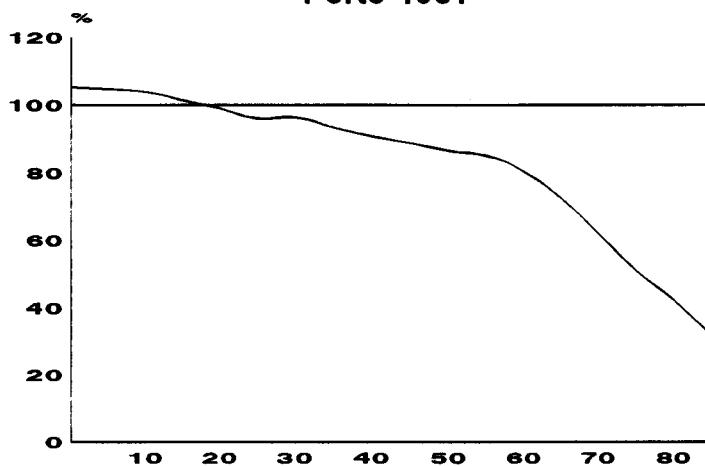
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Porto 1981



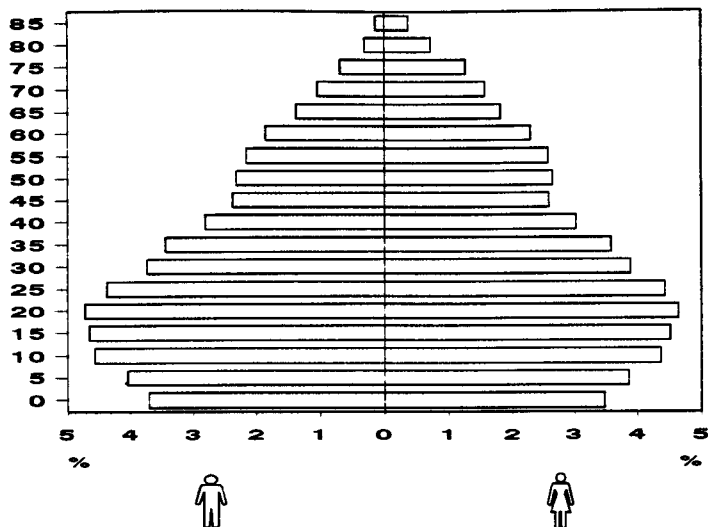
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Porto 1981



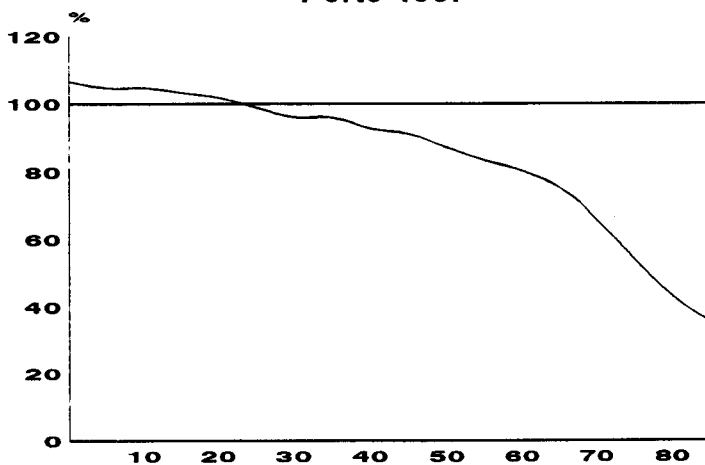
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Porto 1987



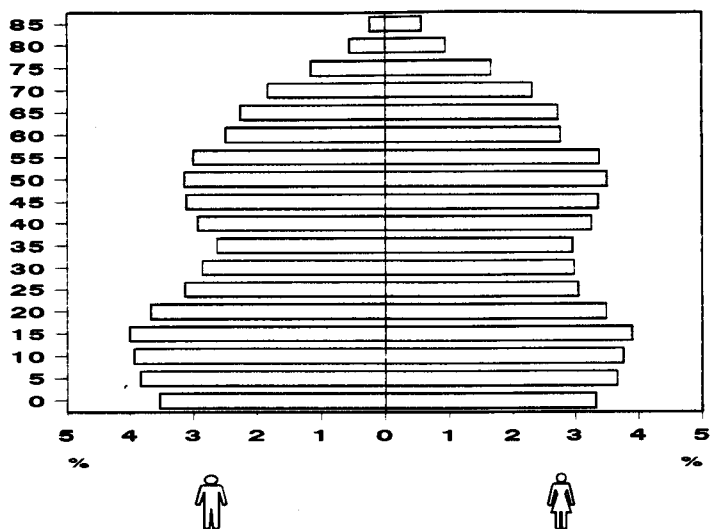
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Porto 1987



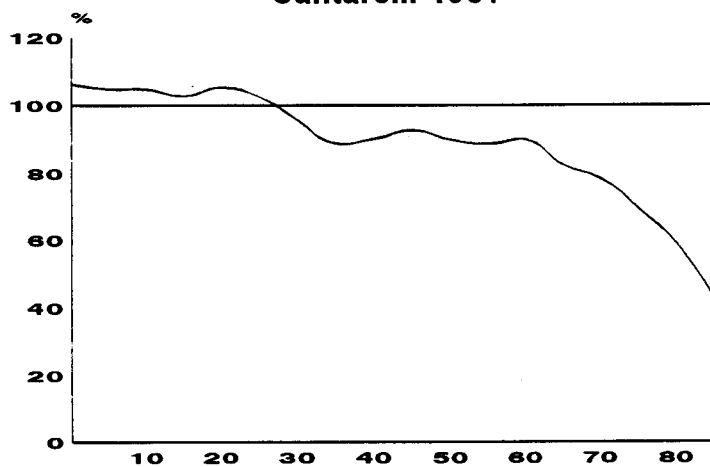
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Santarém 1981



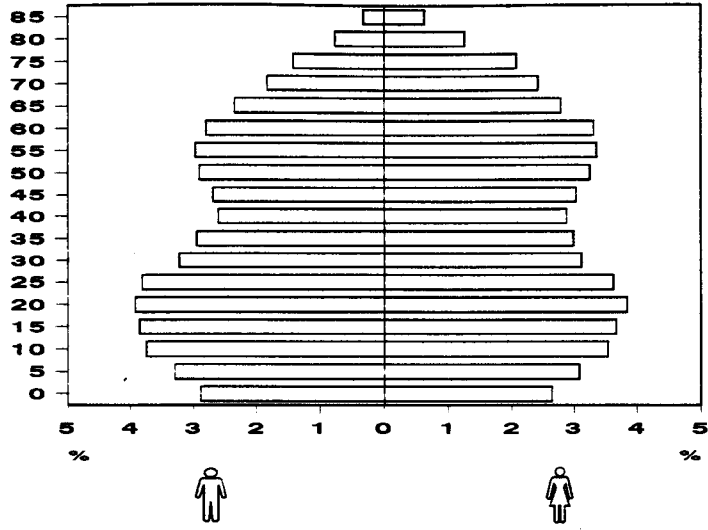
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Santarém 1981



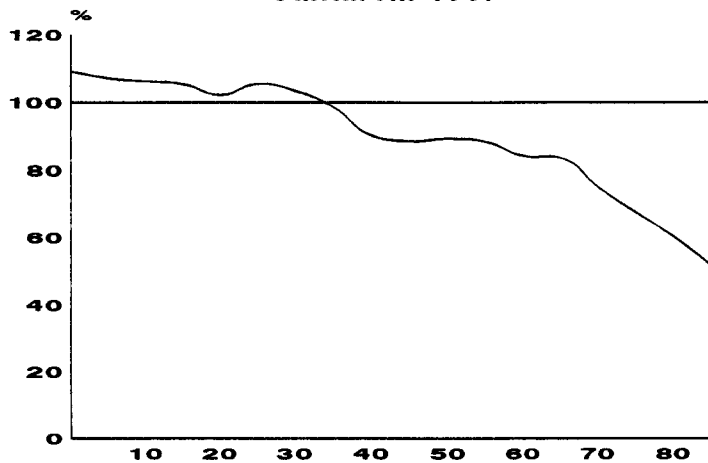
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Santarém 1987



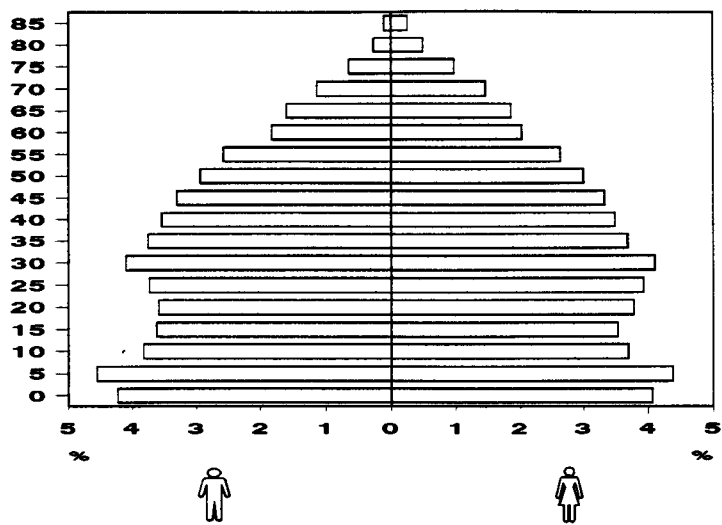
Fonte: INE. *Estimativas da População, 1987*

Relações de Masculinidade Santarém 1987



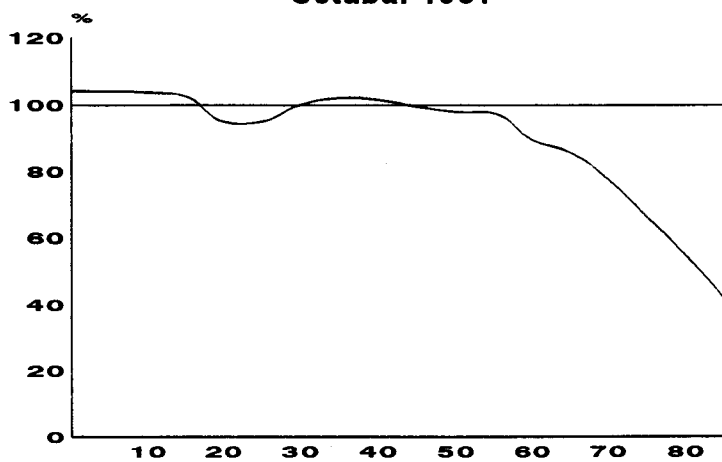
Fonte: INE. *Estimativas da População, 1987*

Estrutura Etária da População Setúbal 1981



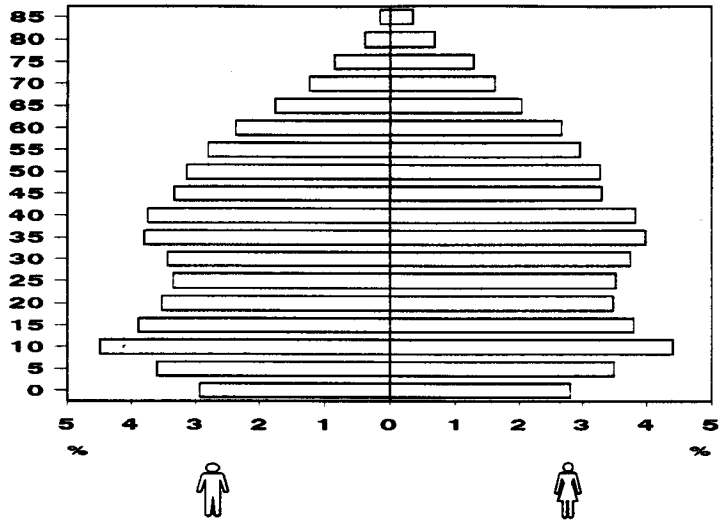
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Setúbal 1981



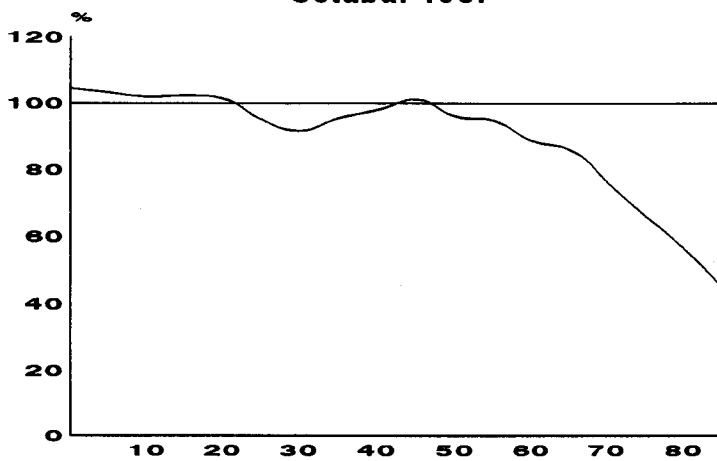
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Setúbal 1987



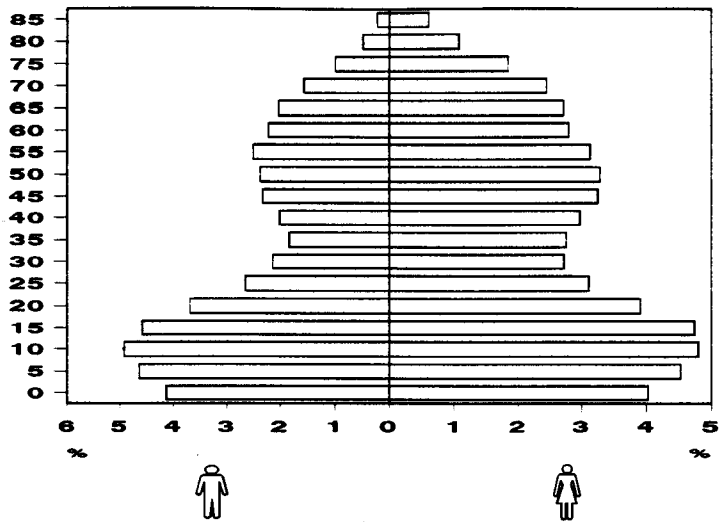
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Setúbal 1987



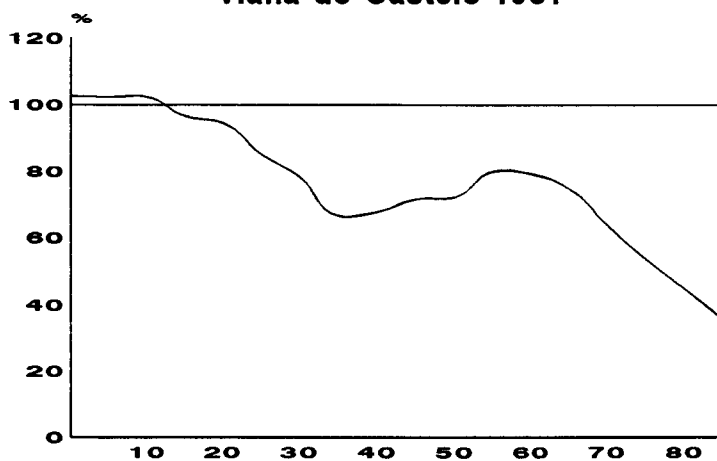
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Viana do Castelo 1981



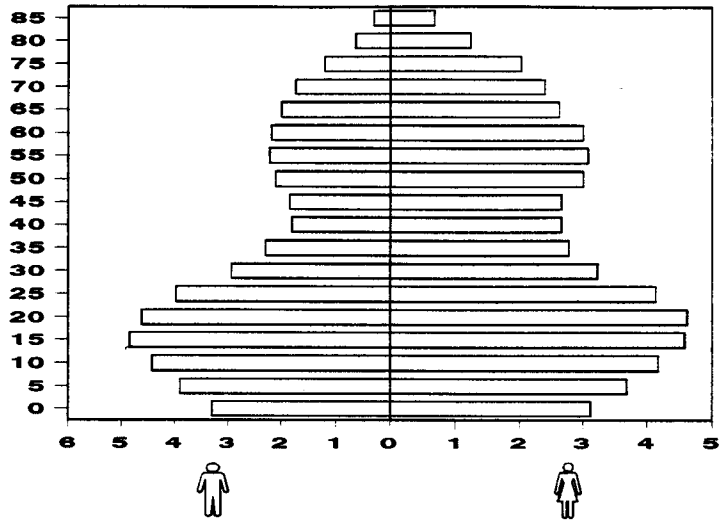
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Viana do Castelo 1981



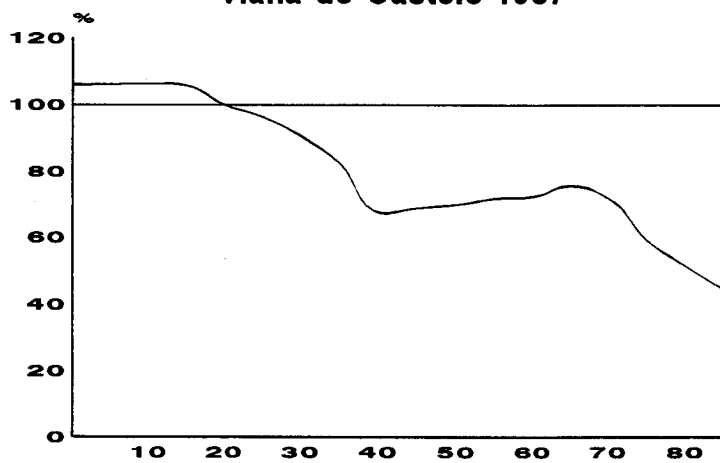
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Viana do Castelo 1987



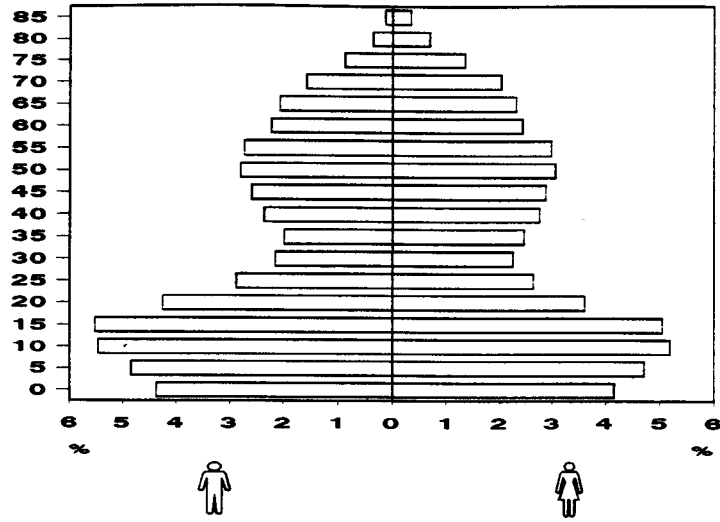
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Relações de Masculinidade Viana do Castelo 1987



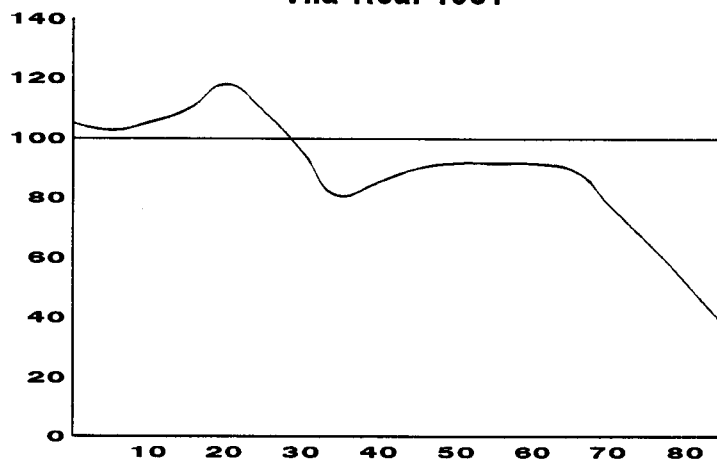
Fonte: INE, *Estimativas da População, 1987*

Estrutura Etária da População Vila Real 1981



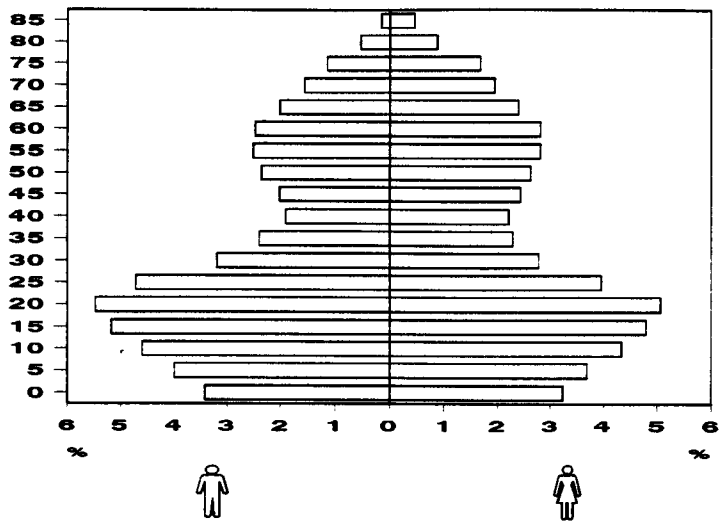
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Vila Real 1981



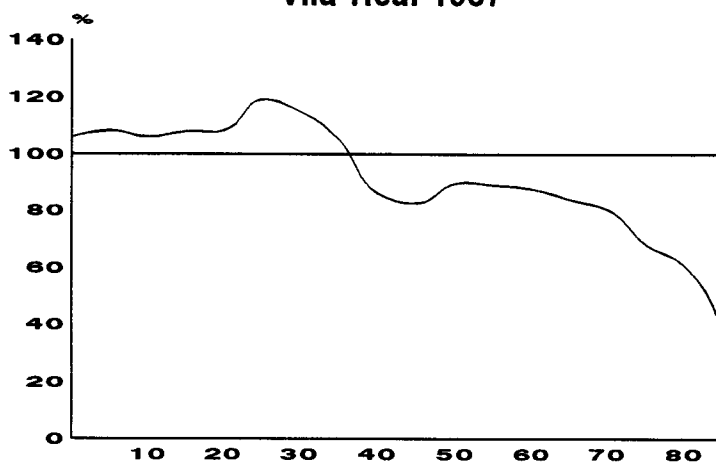
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Vila Real 1987



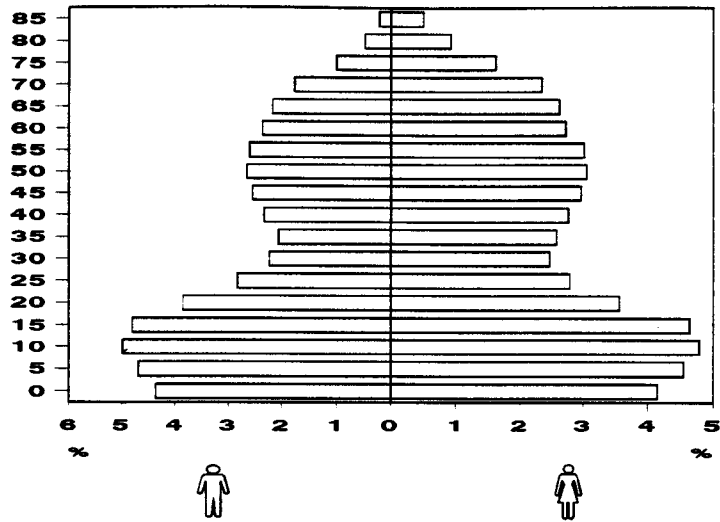
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Vila Real 1987



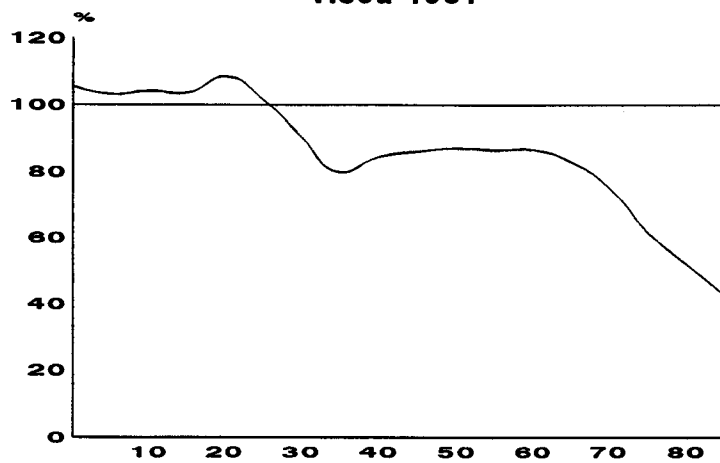
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Viseu 1981



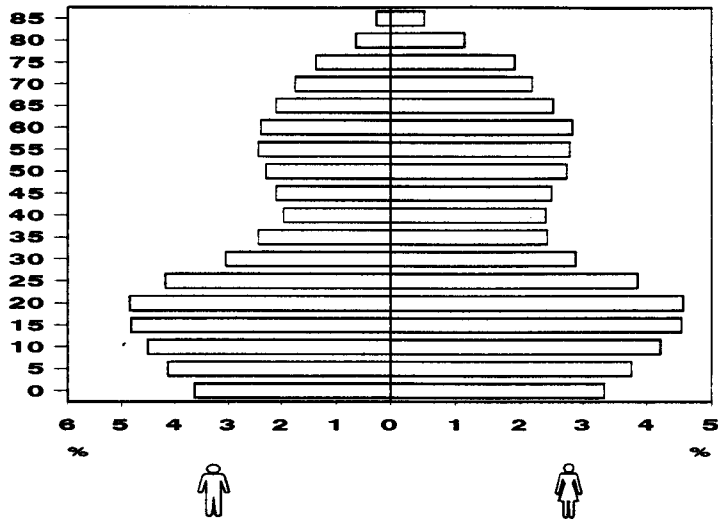
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Viseu 1981



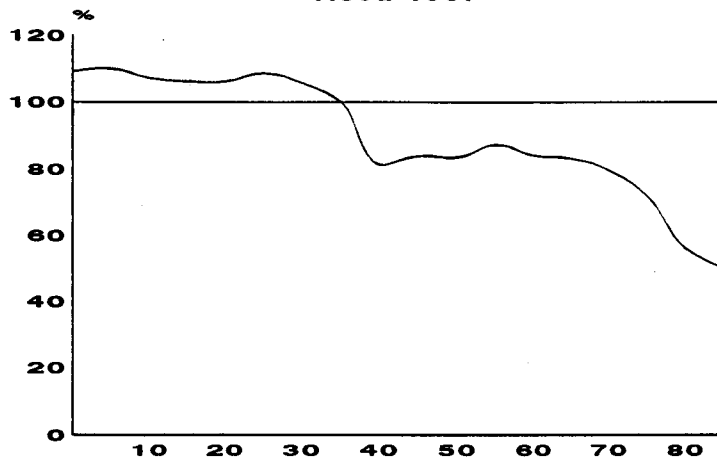
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Viseu 1987



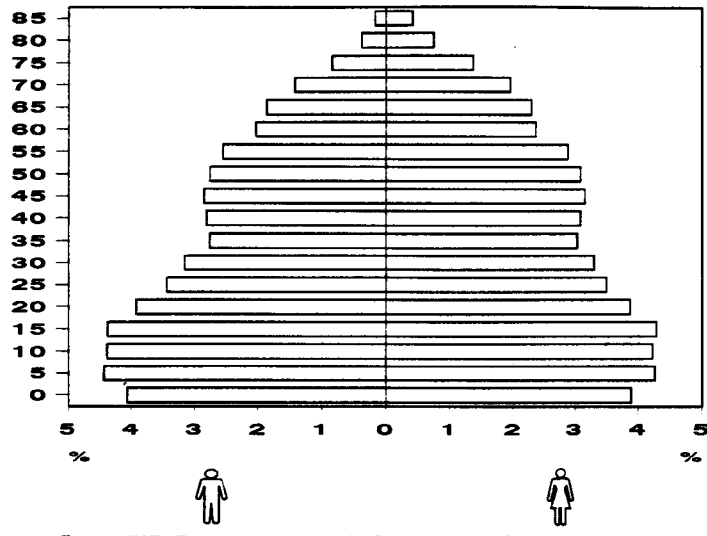
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Viseu 1987



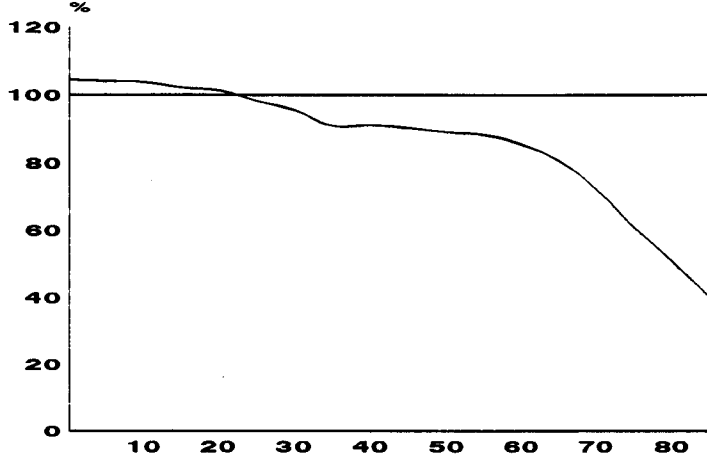
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Estrutura Etária da População Continente 1981



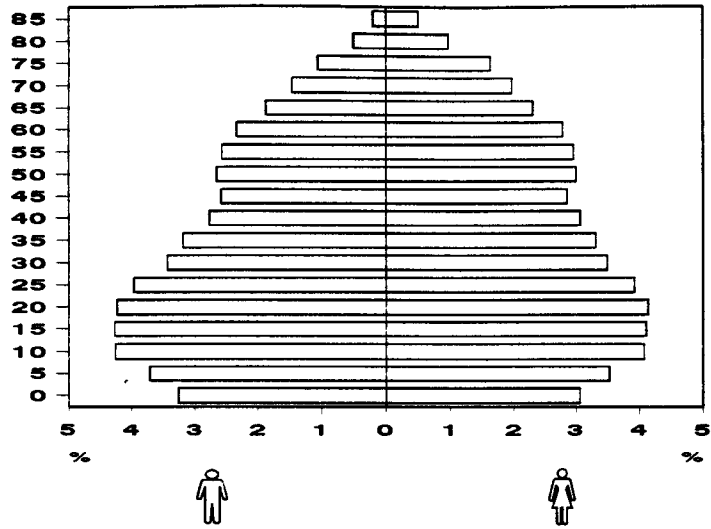
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Relações de Masculinidade Continente 1981



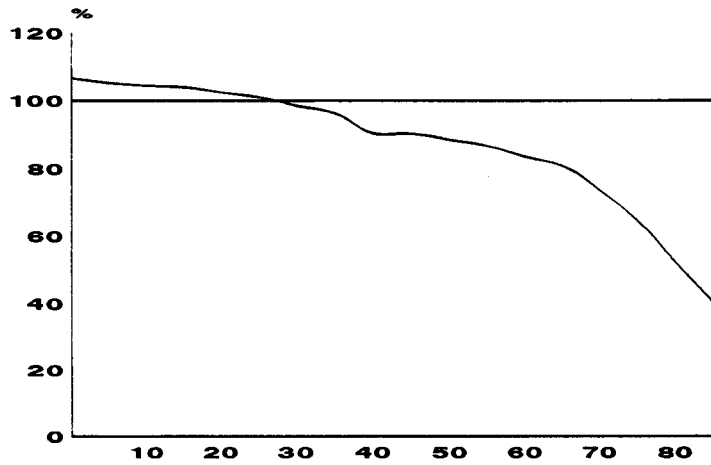
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Estrutura Etária da População Continente 1987



Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Relações de Masculinidade Continente 1987



Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Passemos, então, a comentar os valores obtidos numa análise demográfica estrita da fecundidade no continente português, na década em estudo.

De acordo com os resultados apresentados no Quadro I, começamos por analisar a evolução das taxas brutas de natalidade entre os dois períodos em estudo.

QUADRO I

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

Regiões	TAXA BRUTA DE NATALIDADE (‰)		
	79/82	86/89	VAR. (%)
Continente	15.27	11.75	-23.05
Aveiro	16.91	12.89	-23.77
Beja	12.59	10.20	-18.98
Braga	20.00	15.39	-23.05
Bragança	14.90	10.61	-28.79
C. Branco	12.28	9.90	-19.38
Coimbra	14.55	10.48	-27.97
Évora	12.85	10.50	-18.29
Faro	12.96	11.57	-10.73
Guarda	13.41	10.90	-18.72
Leiria	15.19	11.54	-24.03
Lisboa	13.57	10.32	-23.95
Portalegre	12.02	10.06	-16.31
Porto	17.32	13.76	-20.55
Santarém	13.14	9.89	-24.73
Setúbal	14.14	10.12	-28.43
V. Castelo	15.93	11.33	-28.88
Vila Real	16.61	12.36	-25.59
Viseu	17.10	12.66	-25.96

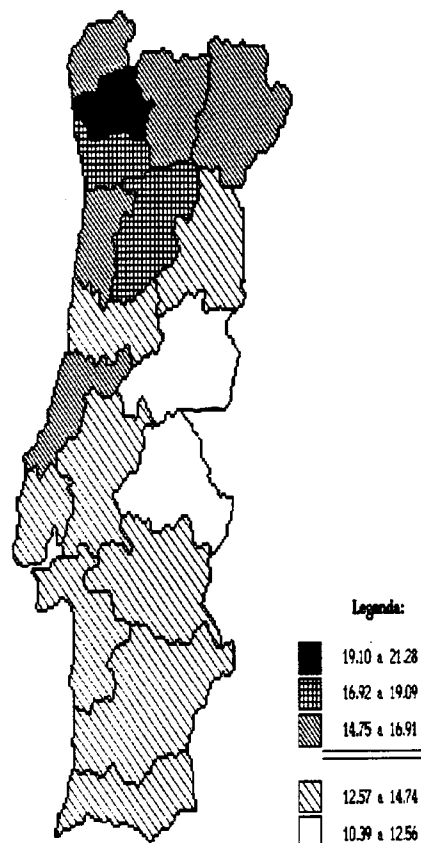
A taxa bruta de natalidade apresenta, em 1979/82, um valor médio de 14.5‰, variando entre um mínimo de 12.0‰, observado em Portalegre e um máximo de 20.0‰, em Braga. Os distritos de mais elevada natalidade são, além do distrito de Braga, já referido, os distritos do Porto e de Viseu, seguidos pelos de Aveiro, Vila Real e Viana do Castelo. Podemos, assim, considerar uma zona onde

o fenómeno é mais intenso, localizada no litoral norte do país. Apresentando ainda valores acima da média encontram-se os distritos de Bragança e Leiria. Em todos os outros distritos do país os valores observados situam-se abaixo da média. Neste conjunto de distritos destacamos os distritos de Coimbra e Setúbal, por serem os de maior natalidade, e, os de Castelo Branco e Portalegre, porque, ao contrário, são os que possuem uma natalidade mais baixa.

De acordo com os valores obtidos pelo cálculo da taxa bruta de natalidade, para o período de 1986/89²⁰, concluímos que se processa durante a década de oitenta um rápido declínio do fenómeno em estudo. Encontramos, neste período, um valor médio de 11.36‰ (ou seja, um decréscimo de 22%), sendo o distrito de Santarém o de menor natalidade (9.89‰) e o de Braga o de valor

Mapa I

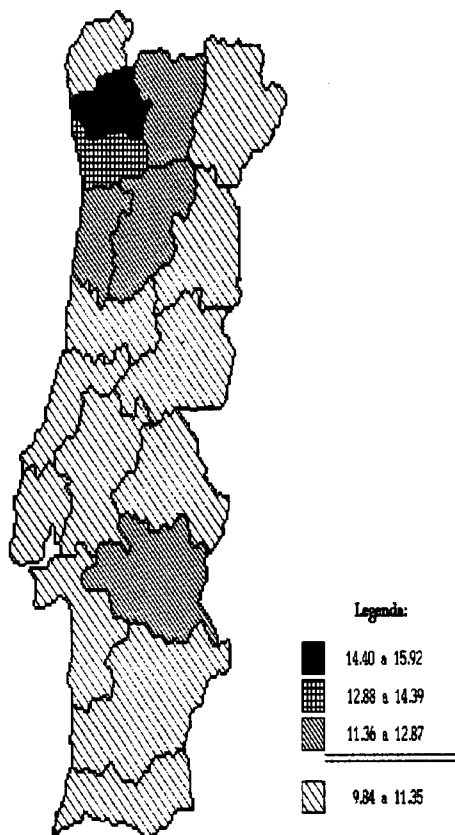
Taxas brutas de natalidade, por distrito, em 1979/82



²⁰Os valores obtidos para o período de 1986/89, foram calculados com base nas Estatísticas Demográficas de 1986, 1987, 1988 e 1989, e, a partir das estimativas de população residente em 31.XII.1987, segundo o sexo e por idades, publicados pelo Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística.

Mapa II

Taxas brutas de natalidade, por distrito, em 1986/87



máximo observado (15.3‰). Os distritos de maior natalidade continuam a situar-se numa zona litoral norte do país, mas deparamos com algumas diferenças importantes. Braga continua a apresentar o valor máximo observado, mas com uma redução de 23%, seguido pelo distrito do Porto (-21%); o distrito de Aveiro (-24%), os distritos de Vila Real (-26%) e de Viseu (-26%), situam-se respectivamente entre os grupos de distritos com mais elevados níveis de natalidade. Com valores acima da média encontramos ainda o distrito de Leiria (-24%), e a sul, o distrito de Évora (-11%). Os restantes distritos apresentam valores abaixo da média. No entanto, devemos distinguir os casos dos distritos de Viana do Castelo (-29%), de Bragança (-29%) e da Guarda (-19%), de um outro grupo formado pelos distritos de Coimbra (-28%), Castelo Branco (-19%), Portalegre (-16%), Santarém (-25%), Lisboa (-24%), Setúbal (-28%), Beja (-19%) e Faro (-18%), com os valores de natalidade mais baixos.

Se todos os distritos apresentam ritmos elevados de declínio, são, contudo, os distritos do sul e centro-interior do

país que vêem diminuir menos a sua natalidade (casos de Évora, Portalegre, Faro, Beja, Castelo Branco e Guarda). Por outro lado, são os distritos onde tradicionalmente se observava uma maior intensidade do fenómeno que apresentam, na década de oitenta, um maior declínio: casos de, Viana do Castelo, Bragança, Vila Real e Viseu.

Ao eliminarmos uma parte do efeito da estrutura populacional, no resultado dado pela taxa de fecundidade geral, o país aparece-nos com algumas distinções a nível dos agrupamentos anteriormente considerados, em virtude de algumas situações estarem perturbadas pela diferente proporção de mulheres em idade fértil existente em cada distrito, em cada período de tempo considerado (ver Quadro II).

QUADRO II

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE
NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

Regiões	TAXA DE FECUNDIDADE GERAL (‰)		
	79/82	86/89	VAR. (%)
Continente	63.00	47.20	-25.08
Aveiro	68.33	50.02	-26.80
Beja	60.00	48.96	-18.40
Braga	82.65	59.14	-28.45
Bragança	70.51	47.53	-32.59
C. Branco	57.56	45.76	-20.50
Coimbra	61.59	43.55	-29.29
Évora	56.41	47.87	-15.14
Faro	58.61	52.51	-10.41
Guarda	63.44	49.50	-21.97
Leiria	63.71	47.44	-25.54
Lisboa	52.51	39.98	-23.86
Portalegre	56.59	48.35	-14.56
Porto	67.64	51.57	-23.76
Santarém	57.09	42.64	-25.31
Setúbal	54.76	39.50	-27.87
V. Castelo	67.91	45.94	-32.35
Vila Real	76.87	52.57	-31.61
Viseu	78.58	54.62	-30.49

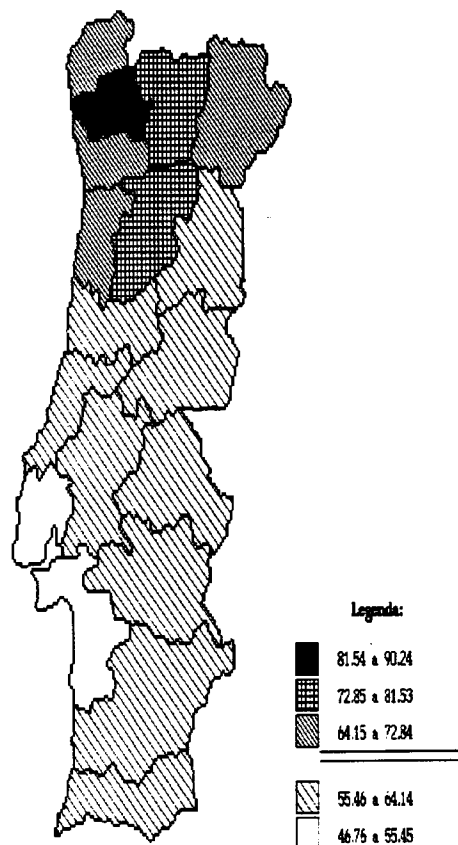
No período de 1979/82, o valor médio verificado é de 64.15‰, apresentando o distrito de Lisboa o nível de fecundidade mais baixo (52.5‰), sendo o valor máximo observado em Braga (82.65‰). Concluimos, assim, que o distrito de Portalegre apresenta o valor da taxa bruta de natalidade mais baixo apenas porque possui uma muito menor proporção de mulheres em idade fértil do que o distrito de Lisboa no mesmo período.

Os distritos que apresentam valores acima da média continuam a situar-se no norte do país, distribuindo-se em função dos resultados obtidos de acordo com os seguintes grupos: Braga; Viseu; Vila Real; Bragança; e um quinto grupo constituído por Viana do Castelo, Porto e Aveiro.

Todos os restantes distritos, incluindo Leiria (que, aquando da análise através da taxa bruta de natalidade, apresentava um valor acima da média), apresentam valores abaixo da média. Podemos também neste caso distinguir entre três grupos de distritos com valores de fecundidade por ordem decrescente de intensidade. O primeiro grupo formado pelos distritos situados mais a norte: Guarda, Leiria, Coimbra e, ainda, pelo distrito de Beja; um segundo constituído pelos distritos de Castelo Branco, Santarém, Portalegre, Évora e Faro; e, finalmente, um terceiro que agrupa os distritos de Lisboa e Setúbal.

Mapa III

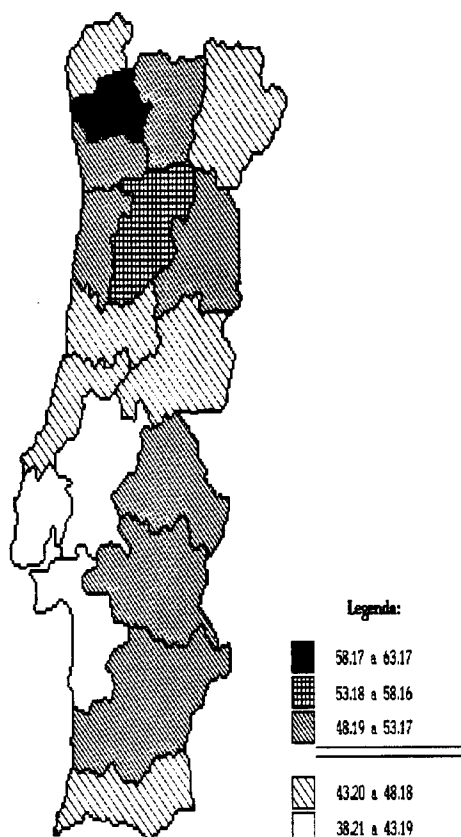
Taxa de fecundidade geral, por distrito, em 1979/82



No período de 1986/89 estimamos para a taxa de fecundidade geral um valor médio de 48.19‰. O distrito que apresenta o valor mínimo é o distrito de Setúbal, com uma taxa de 39.50‰. O valor mais elevado continua a pertencer ao distrito de Braga com 59.14‰. Em termos de valor médio, o país reduz a sua taxa de fecundidade geral em cerca de 25%, aumentando, assim, a diferença entre os dois períodos considerados em relação à análise levada

a cabo através da taxa bruta de natalidade, de onde se conclui que a proporção de mulheres em idade fértil, em termos de média, é favorável ao período mais recente.

Mapa IV
Taxas de fecundidade geral, por distrito, em 1986/89



Os resultados obtidos para o período de 1986/89 mostram-nos que existem três zonas distintas em função dos mais elevados níveis de fecundidade observados no país. A primeira constituída pelo distrito de Braga que apresenta o valor mais elevado; uma segunda formada pelo distrito de Viseu; uma terceira, que agrupa, a norte do país, os distritos de Vila Real, Porto, Aveiro e Guarda, e, a sul, os distritos de Portalegre, Évora e Beja. Consideramos importante insistir nesta inversão dos valores de fecundidade de

alguns distritos do sul do país, em particular o caso do distrito de Évora, que passam a situar-se no conjunto de distritos com valores acima da média observada no país.

Os restantes distritos apresentam valores abaixo da média observada. Todavia, os distritos de Viana do Castelo, Bragança, Guarda, Leiria e Faro, distinguem-se por ordem decrescente de

intensidade dos distritos de Coimbra, Santarém e, finalmente, de um grupo formado pelos de Lisboa e Setúbal que apresentam os valores mais baixos de todo o país.

Os distritos de Lisboa e Setúbal, apresentam, em 1986/89, valores mais baixos quando consideramos os resultados obtidos através do cálculo da taxa de fecundidade geral, uma vez que possuem, em relação ao conjunto dos distritos com valores de natalidade abaixo da média, uma maior proporção de mulheres em idade fértil.

Numa análise complementar dos dois tipos de taxas referidos até ao momento, taxa bruta de natalidade e taxa de fecundidade geral, passamos a considerar as diferenças entre a proporção de mulheres em idade fértil nos dois períodos (ver Quadro III).

QUADRO III

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE
NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

Regiões	PROPORÇÃO DE MULHERES		
	79/82	86/89	VAR. (%)
Continente	0.24235	0.24885	2.68
Aveiro	0.24744	0.25762	4.11
Beja	0.20978	0.20833	-0.69
Braga	0.24199	0.26027	7.55
Bragança	0.21137	0.22319	5.59
C. Branco	0.21334	0.21626	1.37
Coimbra	0.23625	0.24071	1.89
Évora	0.22776	0.21929	-3.72
Faro	0.22103	0.22033	-0.32
Guarda	0.21145	0.22018	4.13
Leiria	0.23834	0.24335	2.10
Lisboa	0.25848	0.25817	-0.12
Portalegre	0.21233	0.20800	-2.04
Porto	0.25608	0.26677	4.17
Santarém	0.23012	0.23187	0.76
Setúbal	0.25815	0.25629	-0.72
V. Castelo	0.23451	0.24671	5.20
Vila Real	0.21603	0.23507	8.81
Viseu	0.21761	0.23170	6.47

Verificamos, assim, que, em média, a proporção de mulheres em idade fértil aumenta ligeiramente entre os dois períodos, passando de 0.23011 para 0.23578.

Os distritos que em 1979/82 se situam acima da média são, respectivamente, por ordem decrescente, Porto, Lisboa e Setúbal; Aveiro; Braga; Viana do Castelo, Coimbra, Leiria e Santarém. Com valores abaixo da média encontram-se, pela mesma ordem, respectivamente, os distritos de Faro; Vila Real, Viseu, Castelo Branco e Évora; Bragança, Guarda, Portalegre e Beja.

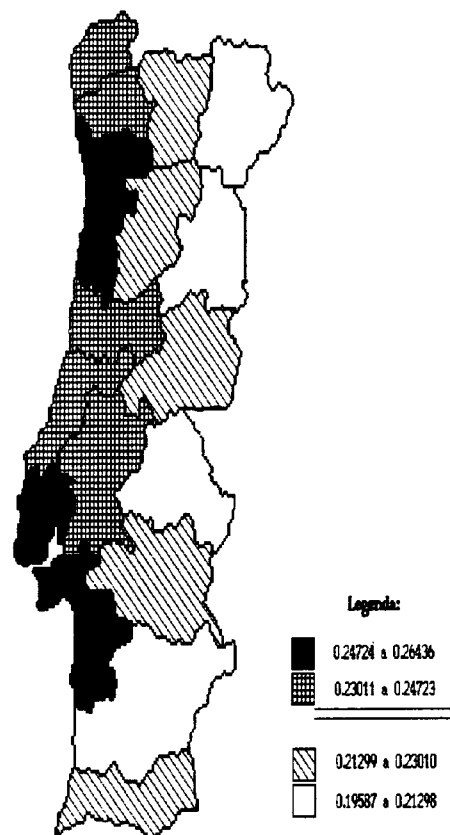
A maior concentração de mulheres em idade fértil coincide com uma região litoral, com excepção do sul. Toda a região interior, (norte, centro e sul), se encontra numa situação à

partida desfavorável em termos de fecundidade potencial. A distribuição geográfica da proporção de mulheres, em idade fértil, acompanha os movimentos dos fluxos migratórios internos, com o conseqüente abandono das regiões do interior e fixação nas regiões do litoral. É notória a atracção dos grandes centros urbanos como Lisboa, Porto e Setúbal. Levanta-se aqui uma questão oportuna: quais seriam os valores do nível de fecundidade que, por exemplo, Lisboa e Setúbal apresentariam se não beneficiassem do facto de possuírem as maiores proporções de mulheres em idade fértil registadas no país? Pelo contrário, quais os valores apresentados por Portalegre e Beja, por exemplo, se não sofressem a limitação de disporem de tão baixas proporções de mulheres no intervalo fértil?

No período de tempo mais recente, o modelo de distribuição geográfica das diferentes proporções de mulheres em idade fértil mantém, nas suas linhas gerais, as mesmas características. Assim, em 1986/89, o distrito que apresenta o valor máximo, em termos

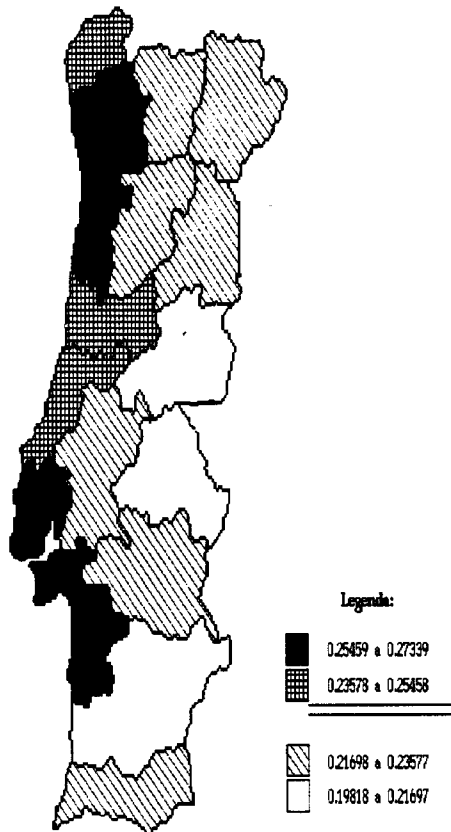
Mapa V

Proporções de mulheres em idade fértil, por distritos, em 1979/82



Mapa VI

Proporções de mulheres em idade fértil, por distritos, em 1986/89



da variável em observação, é o distrito do Porto, logo seguido pelos distritos de Braga, Lisboa, Aveiro e Setúbal. Apresentando valores ainda acima da média encontramos os distritos de Viana do Castelo, Coimbra e Leiria. Todos os restantes distritos se caracterizam por valores abaixo da média, com particular realce para os distritos de Castelo Branco, Beja e Portalegre em que se verificam as proporções mais baixas.

Observando os valores da descendência média, indicador que, como afirmámos anteriormente, se encontra totalmente liberto de distorções provocadas por diferenças na composição por idades das populações femininas no intervalo fértil, encontramos ligeiras alterações nos níveis de fecundidade ao longo do país em ambos os períodos (ver Quadro IV, na página seguinte).

QUADRO IV

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE
NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

Regiões	DESCENDÊNCIA MÉDIA		
	79/82	86/89	VAR.(%)
Continente	2.12	1.53	-27.83
Aveiro	2.23	1.55	-30.49
Beja	2.14	1.53	-28.50
Braga	2.76	1.78	-35.51
Bragança	2.52	1.47	-41.67
C. Branco	2.05	1.43	-30.24
Coimbra	2.08	1.41	-32.21
Évora	2.02	1.57	-22.28
Faro	2.00	1.75	-12.50
Guarda	2.26	1.53	-32.30
Leiria	2.17	1.51	-30.41
Lisboa	1.79	1.41	-21.23
Portalegre	2.04	1.56	-23.53
Porto	2.17	1.60	-26.27
Santarém	2.00	1.39	-30.50
Setúbal	1.85	1.40	-24.32
V. Castelo	2.39	1.44	-39.75
Vila Real	2.75	1.62	-41.09
Viseu	2.77	1.70	-38.63

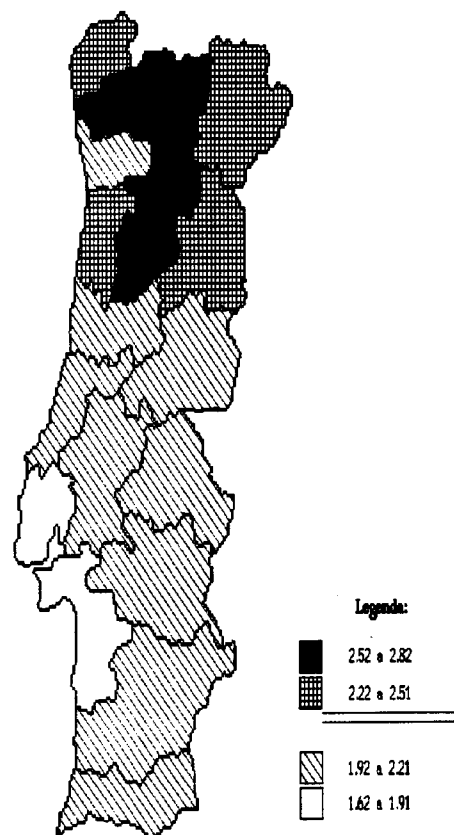
Assim, de acordo com os valores apresentados no quadro anterior, em 1981 a maioria dos distritos do centro e do sul já não substituem as gerações²¹. Por sua vez, os distritos de Beja, Leiria e Porto encontram-se no limiar de substituição. Em 1987 nenhum distrito substitui as gerações.

Em termos de descendência média o distrito que, no início

²¹Considera-se como valor limite para a descendência média, de modo a que possibilite a substituição das gerações, tendo em conta as actuais condições de mortalidade (em países que atingirem baixos níveis de mortalidade), o valor de 2.1 filhos por mulher. Este valor, que indica o nível a partir do qual a população de um país deixará de crescer (ou de diminuir), partindo-se evidentemente da hipótese de o nível de migração ser nulo, pode variar até 2.5, nos países com mais elevados índices de mortalidade. (in *World Population Data Sheet of the Population Reference Bureau, Inc.*, 1985, Washington).

do período em análise, em 1979/82, apresenta o valor máximo é o distrito de Viseu (2.77 filhos por mulher), estando os valores mais elevados concentrados numa mancha geográfica que abrange todos os distritos do norte do País, com excepção para o distrito do Porto: Viseu, Braga, Vila Real; Bragança e Viana do Castelo; Guarda e Aveiro. Quanto aos valores apresentados pelas restantes regiões situam-se todos abaixo da média, sendo os mais baixos os dos distritos de Setúbal e de Lisboa, que neste último caso apresenta o valor mínimo: 1.79 filhos por mulher.

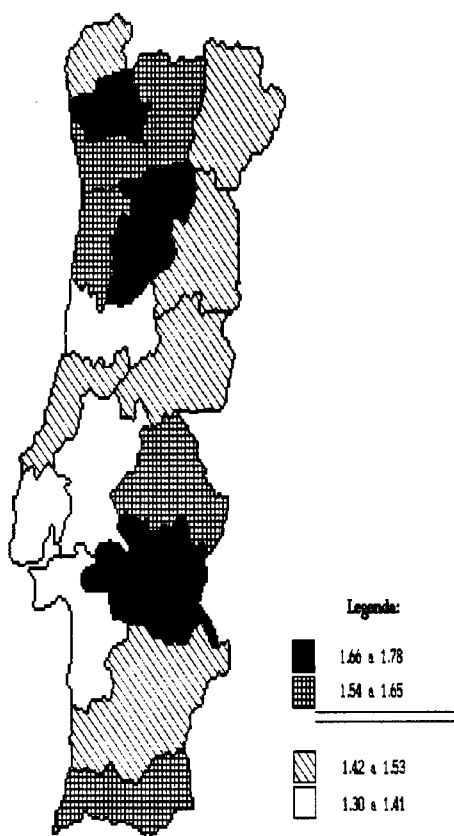
Mapa VII
Descendência média, por distrito, em 1979/82



No final do período em análise, 1986/89, a situação de baixa fecundidade em Portugal adquire, pela primeira vez, uma dimensão mais grave, na medida em que se generaliza a todo o país, atingindo dimensões de tal forma reduzidas que, a não serem rapidamente tomadas medidas que permitam uma inversão na tendência diagnosticada, poderão produzir graves consequências. Mesmo sem se atingir situações-limite, devemos preocuparmo-nos seriamente com as transformações que, num futuro mais ou menos

próximo, inevitavelmente surgirão, quer a nível económico, quer social: uma quebra continuada dos níveis de fecundidade provoca um acentuado envelhecimento da população na base e no topo, com consequentes problemas no âmbito da segurança social, política fiscal, estrutura do consumo e alterações a nível do mercado de trabalho, entre outros.

Mapa VIII
Descendência média, por distrito, em 1986/89



Além de nenhum distrito substituir já as gerações, o valor máximo observado (1.78 filhos por mulher, no distrito de Braga) é inferior ao mínimo observado em 1981. Por outro lado, o valor mais baixo observado é, no distrito de Santarém, de 1.39 filhos por mulher. Em termos médios podemos dizer que a descendência se reduziu em cerca de 31%, passando de 2.22 filhos por mulher para 1.54. A partir da análise deste último valor podemos concluir que o período mais recente é caracterizado por uma distribuição de mulheres no

interior do intervalo fértil que favorece as idades mais jovens e, conseqüentemente, potencialmente mais férteis, uma vez que a diferença em termos médios entre os indicadores, taxa de

fecundidade geral e descendência média, aumentou de 25 para 31%, como resultado de eliminarmos parte do efeito da estrutura populacional.

Refiramos algumas situações que são, pela sua especificidade, particularmente reveladoras de modelos de comportamento fecundo diferenciados no conjunto do país. Consideramos serem os distritos de Lisboa e Setúbal os que, em 1981, evidenciam uma situação mais grave, uma vez que apresentam, simultaneamente, os mais baixos valores de descendência média e as mais elevadas proporções de mulheres em idade fértil. A conjugação destes dois factores demonstra por si só que é nos distritos de maior concentração populacional que os modelos de mais fraca fecundidade estão a verificar-se. Como não existe grande probabilidade de inversão da tendência manifestada pelo modelo de comportamento fecundo das mulheres residentes nestes distritos, a questão do reduzido número de filhos que cada mulher deixa na população, mantendo constantes as taxas específicas observadas por grupos de idades, projecta-se num futuro próximo. Assim, verificamos que esta situação extrema se mantém, em 1987, nos mesmos distritos, estendendo-se ao distrito de Coimbra.

Uma outra questão a merecer ser referida é a de distritos como Bragança e Guarda, apenas para citar aqueles em que a alteração dos modelos observada foi mais radical. Distritos com baixa proporção de mulheres em idade fértil em 1981, mas que em 1987 apresentam um aumento nessa proporção, e que do escalão mais elevado de valores observados no primeiro período transitam, no segundo período em análise, para escalões com valores inferiores à média. Podemos dizer que nestes distritos, assim como nos de

Vila Real e Viseu, entre os dois períodos em análise, verificaram-se profundas alterações em termos dos modelos de fecundidade realizados.

Situação inversa foi a observada nos distritos de Évora e Portalegre que, apesar de já em 1981 se caracterizarem pelas mais baixas proporções de mulheres em idade fértil, e de em 1987 verem ainda mais diminuídas essas mesmas proporções, conseguem atingir níveis acima da média, situando-se mesmo o distrito de Évora (conjuntamente com o de Braga) no agrupamento de distritos a que pertencem os valores de descendência média mais elevados.

A taxa bruta de reprodução, enquanto indicador do nível de fecundidade, apenas difere da descendência média na medida em que, de acordo com os mesmos pressupostos de cálculo desta última, nos indica qual o número de raparigas que, em média, uma mulher deixa na população em sua substituição. Os valores obtidos para este novo indicador do nível de fecundidade das populações, constam do Quadro V, na página seguinte.

QUADRO V

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE
NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

Regiões	TAXA BRUTA DE REPRODUÇÃO		
	79/82	86/89	VAR.(%)
Continente	1.03	0.74	-28.16
Aveiro	1.09	0.76	-30.28
Beja	1.04	0.75	-27.88
Braga	1.35	0.87	-35.56
Bragança	1.23	0.72	-41.46
C. Branco	1.00	0.70	-30.00
Coimbra	1.02	0.69	-32.35
Évora	0.99	0.77	-22.22
Faro	0.98	0.85	-13.27
Guarda	1.10	0.74	-32.73
Leiria	1.06	0.74	-30.19
Lisboa	0.87	0.69	-20.69
Portalegre	1.00	0.76	-24.00
Porto	1.06	0.78	-26.42
Santarém	0.98	0.68	-30.61
Setúbal	0.90	0.68	-24.44
V. Castelo	1.17	0.70	-40.17
Vila Real	1.34	0.79	-41.04
Viseu	1.35	0.83	-38.52

Assim, em 1981, uma mulher já não deixa outra mulher na população, mantendo-se idênticas taxas de fecundidade específicas por idades, nos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém, Faro e Évora. Nos distritos de Castelo Branco e Portalegre o valor encontra-se exactamente no limite. A maioria dos distritos portugueses apresentam valores muito próximos de 1. Em situação mais vantajosa encontram-se os distritos de Viseu, Braga, Bragança e Viana do Castelo. Estes valores podem considerar-se ainda mais graves, uma vez que estamos a considerar a situação hipotética de uma *cohort*e fictícia de mulheres que não sofreriam o efeito da mortalidade do princípio ao fim do intervalo de idades fértil. Numa análise comparativa entre os dois períodos

em análise, 1979/81 e 1986/89, podemos assistir à descida generalizada do valor deste indicador em todo o país: nenhum distrito atinge a unidade, os valores mais elevados correspondem a idênticas situações no que se refere aos valores observados para a descendência média.

Como medidas de análise complementar, utilizámos a idade média da fecundidade e a variância das taxas de fecundidade geral por grupos de idades (ver Quadro VI).

QUADRO VI

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

Regiões	IDADE MÉDIA DA FECUNDIDADE			VARIÂNCIA		
	79/82	86/89	VAR. (%)	79/82	86/89	VAR. (%)
Continente	27.20	27.24	0.15	38.10	34.77	-8.74
Aveiro	27.22	26.99	-0.84	38.53	35.48	-7.92
Beja	26.35	26.22	-0.49	37.71	38.77	2.81
Braga	28.88	28.10	-2.70	43.50	37.10	-14.71
Bragança	27.77	27.87	0.36	43.25	44.32	2.47
C. Branco	27.16	27.28	0.44	35.55	35.59	0.11
Coimbra	26.55	26.65	0.38	34.86	32.31	-7.31
Évora	26.15	26.28	0.50	34.73	35.15	1.21
Faro	25.94	26.54	2.31	37.73	36.57	-3.07
Guarda	27.73	27.76	0.11	38.67	37.31	-3.52
Leiria	26.91	27.05	0.52	34.98	33.32	-4.75
Lisboa	26.83	27.29	1.71	34.91	32.07	-8.14
Portalegre	26.29	26.55	0.99	35.48	36.79	3.69
Porto	27.61	27.41	-0.72	38.48	34.72	-9.77
Santarém	26.46	26.81	1.32	34.10	32.79	-3.84
Setúbal	26.10	26.77	2.57	35.90	32.16	-10.42
V. Castelo	28.24	27.97	-0.96	41.48	38.25	-7.79
Vila Real	28.23	28.19	-0.14	44.80	42.87	-4.31
Viseu	27.85	27.81	-0.14	42.08	41.24	-2.00

Pudemos, a partir dos resultados, obter uma estimativa da forma das curvas de fecundidade características de cada distrito em cada um dos períodos considerados.

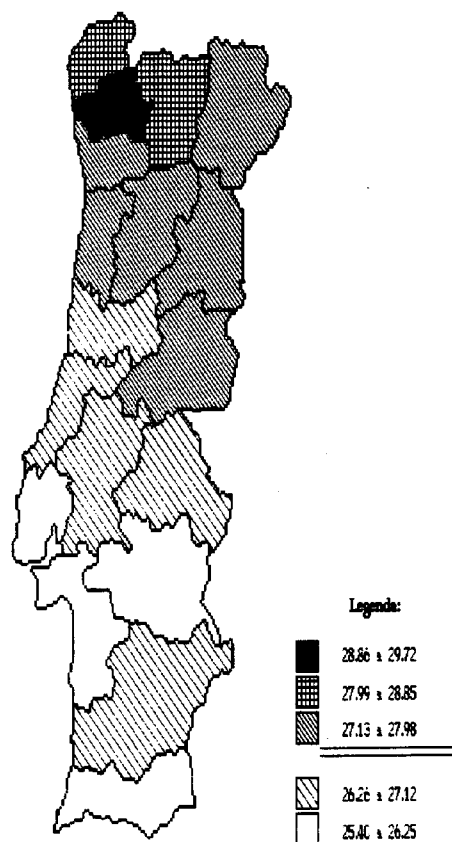
A idade média da fecundidade é uma medida de calendário que nos indica qual a idade em que, em média, as mulheres têm os filhos. Permite-nos distinguir os distritos em que a fecundidade

é mais precoce ou mais tardia. Se com o cálculo deste índice conjugarmos o da variância das taxas de fecundidade geral por grupos de idades, podemos observar se as mulheres têm os filhos ao longo de todo o período fértil (caso dos valores de variância mais elevados) ou se, pelo contrário, limitam a utilização do período fértil a um intervalo mais reduzido (caso dos valores de variância mais baixos).

No que se refere à idade média da fecundidade em 1981, podemos observar que todo o sul e centro-litoral apresentam valores baixos relativamente ao norte-interior e norte-litoral. São, contudo, os distritos de Braga, Viana do Castelo e Vila Real aqueles em que as mulheres têm, em média, os filhos mais tarde (apresentando o distrito de Braga o valor máximo: 28.88 anos). Os distritos do Porto, Aveiro, Bragança, Guarda, Viseu e Castelo Branco, encontram-se acima da média (27.13 anos). Os distritos

onde, em média, as mulheres têm os filhos mais cedo estão situados a sul do país, Évora, Setúbal e Faro, sendo o valor

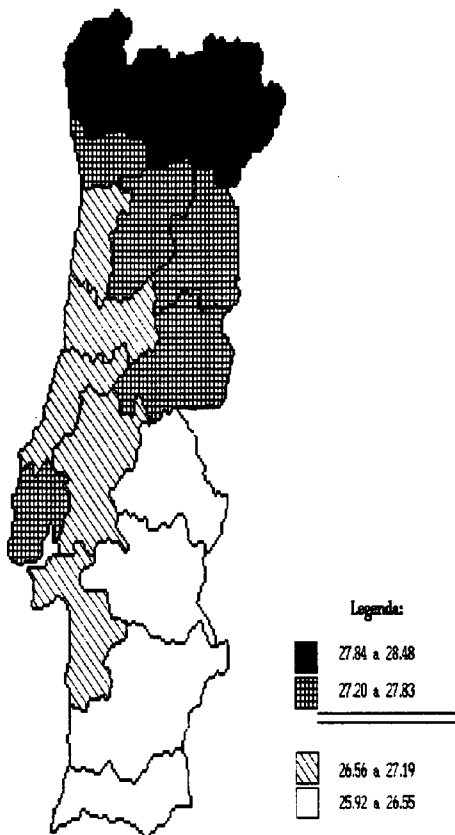
Mapa IX
Descendência média, por distrito, em 1979/82



mínimo observado em Faro 25.94 anos.

Mapa X

Idade média da fecundidade, por distrito, em 1986/89



Em 1987, o valor médio observado aumenta muito ligeiramente (27.20 anos) mas os valores distritais aproximam-se, verificando-se uma diminuição no máximo observado (28.19 anos) e um aumento no valor mínimo (26.22 anos). Em termos gerais, a variação espacial da idade em que, em média, as mulheres têm os filhos permanecem sem grandes alterações, com exceção para os distritos do Porto e de Lisboa: enquanto no distrito do Porto as mulheres passam a ter os filhos mais cedo, com um valor a nível distrital abaixo do valor

médio, no distrito de Lisboa passam a ter os filhos muito mais tarde com um valor a nível distrital acima do valor médio.

Quanto aos valores da variância, podemos observar que entre os dois períodos de tempo considerados a variância diminuiu, o que significa que as mulheres portuguesas concentraram a sua fecundidade num intervalo mais reduzido do período fértil.

Em 1981, eram apenas os distritos do norte do país aqueles em que as mulheres utilizavam uma maior extensão do período

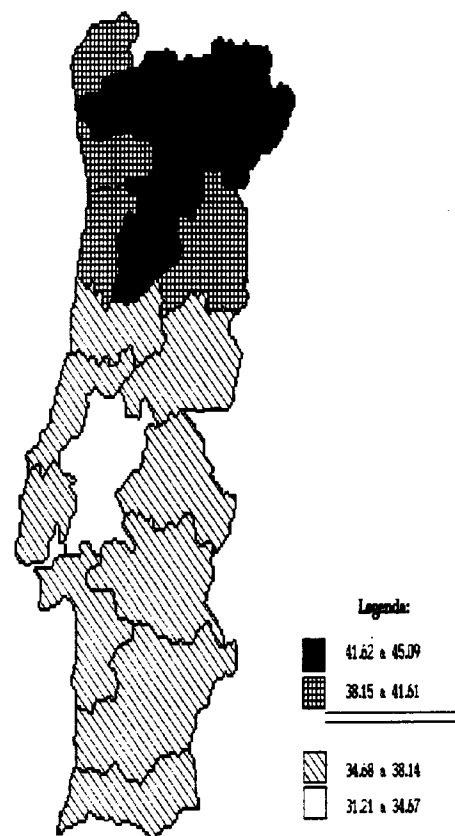
fértil: Vila Real (com o valor máximo de 44.80), Braga, Bragança e Viseu. Ainda apresentando valores acima da média, temos Viana do Castelo, Porto, Aveiro e Guarda. Todos os restantes distritos apresentam valores abaixo da média, com particular realce para o distrito de Santarém com o valor mínimo de 34.10.

Em 1981 todos os distritos do centro e sul do país mantinham uma situação caracterizada por uma idade média da fecundidade baixa e, simultaneamente, uma variância reduzida, ou seja, as mulheres residentes nestes distritos não só tinham os filhos mais cedo, mas também concentravam os nascimentos num período de tempo mais pequeno, em oposição a todos os distritos do norte do país onde as mulheres aí residentes não só tinham os filhos mais tarde, como ainda estendiam os nascimentos por um intervalo mais vasto.

A situação em 1987 revela-nos que já se iniciou um processo de transformação dos modelos de fecundidade, anteriormente diagnosticado nalguns distritos, aquando dos comentários aos outros indicadores inicialmente apresentados.

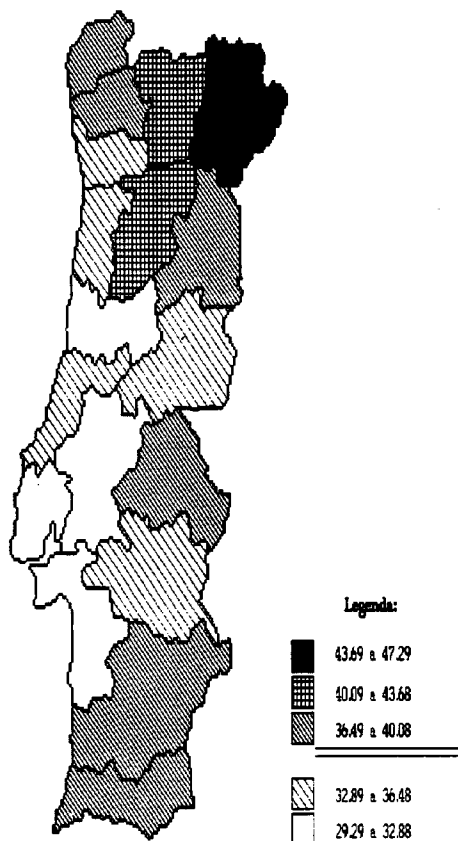
Mapa XI

Variância das taxas de fecundidade geral, por distrito, em 1979/82



Mapa XI

Variância das taxas de fecundidade geral, por distrito, em 1986/89



Assim, enquanto o distrito de Braga, Aveiro e Porto vêm bastante reduzida a variância das suas taxas de fecundidade geral, distritos como os de Faro, Beja e Portalegre surgem na situação contrária. Embora os distritos onde se verifica a variância mais elevada continuem a situar-se no norte do país (Bragança, com o valor máximo de 44.32, Vila Real e Viseu), distritos como Braga, Viana do Castelo, Guarda, Portalegre, Beja e Faro passam a situar-se no mesmo escalão (apresentando valores acima da média). Por outro lado, o escalão de

variância mais reduzida passa a englobar os distritos de Coimbra, Santarém, Setúbal e Lisboa com o valor mínimo de 32.07.

Como conclusão geral deste primeiro conjunto de indicadores, podemos referir que a situação mais grave, no âmbito regional, parece ser a do distrito de Lisboa que alia ao facto de as mulheres terem os filhos mais tarde, o de afectarem um curto intervalo do período fértil para realizarem a sua fecundidade total. Imediatamente a seguir, consideramos o distrito do Porto onde verificamos igualmente uma baixa idade média da fecundidade

e uma reduzida variância das taxas de fecundidade geral por grupos de idades. A situação mais favorável é observada em distritos do sul do país, Beja, Portalegre e Faro, onde se verifica, simultaneamente, em termos comparativos, uma idade média da fecundidade mais baixa e uma variância mais elevada.

Finalmente apresentamos os resultados obtidos através da utilização de uma medida de standardização indirecta, o índice de fecundidade total de Coale, que exprime uma relação entre a fecundidade observada nos períodos em questão e a fecundidade máxima realizada no mundo (ver Quadro VII).

QUADRO VII

INDICADORES DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE NOS PERÍODOS DE 1979/82 E 1986/89

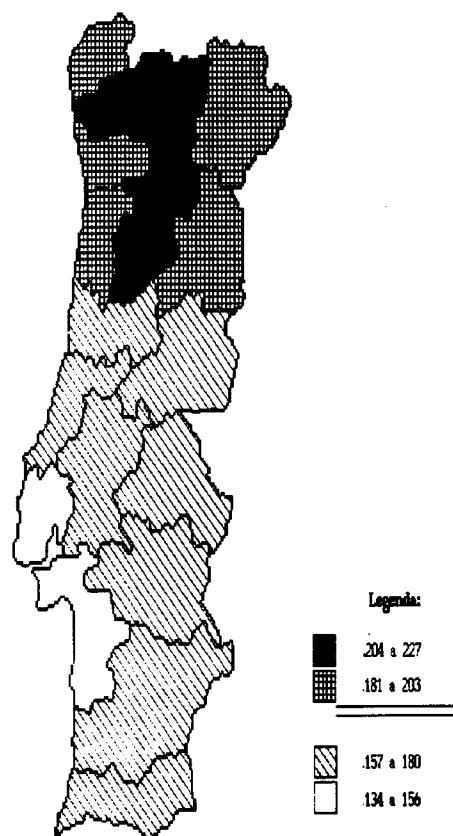
Regiões	If de Coale		
	79/82	86/89	VAR. (%)
Continente	0.174	0.127	-27.01
Aveiro	0.186	0.132	-29.03
Beja	0.175	0.132	-24.57
Braga	0.222	0.152	-31.53
Bragança	0.202	0.125	-38.12
C. Branco	0.166	0.122	-26.51
Coimbra	0.172	0.118	-31.40
Évora	0.164	0.132	-19.51
Faro	0.165	0.144	-12.73
Guarda	0.181	0.131	-27.62
Leiria	0.178	0.128	-28.09
Lisboa	0.145	0.112	-22.76
Portalegre	0.166	0.132	-20.48
Porto	0.182	0.136	-25.27
Santarém	0.162	0.117	-27.78
Setúbal	0.150	0.111	-26.00
V. Castelo	0.191	0.122	-36.13
Vila Real	0.218	0.137	-37.16
Viseu	0.222	0.144	-35.14

Assim, em 1981, o valor médio observado para este índice foi de 0.181, com um máximo de 0.222 (em Braga) e um mínimo de 0.145 (em Lisboa). Os distritos do norte apresentam os valores mais elevados (Braga; Vila Real e Viseu; Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Bragança e Guarda). Todos os restantes distritos apresentam valores abaixo da média, com especial destaque para os casos de Setúbal e de Lisboa.

Em 1987, de acordo com os valores do índice de Coale, para um valor médio de 0.129 (menos 29% do que em 1981), se o distrito de Braga mantém o valor máximo observado (0.152), os distritos com valores imediatamente a seguir em ordem de grandeza são os de Viseu e Beja. Além dos distritos de Vila Real e do Porto, encontram-se ainda com valores acima da média os de Aveiro, Guarda, Portalegre, Beja e Faro. Também através deste indicador, que apresenta apenas um valor comparativo, confirma-se a clara recuperação, em termos de diminuição da velocidade de declínio, da fecundidade dos distritos do sul do país, com excepção para as áreas metropolitanas de Lisboa e Setúbal, que

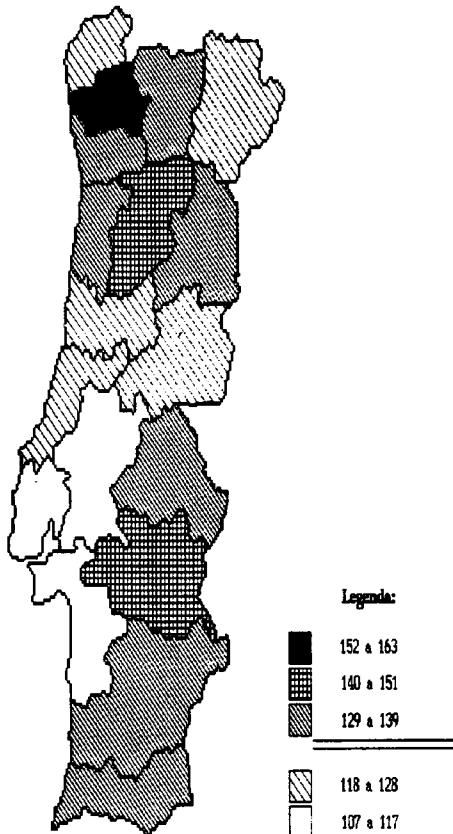
Mapa XIII

Índice de Coale, por distritos, em 1979/82



Mapa XIV

If de Coale. por distrito, em 1986/89



surgem com os valores mais baixos de todo o país, logo seguidos pelo distrito de Santarém. Enquanto os distritos de Viana do Castelo e Bragança (tradicionalmente com fecundidade elevada) se aproximam agora dos de Leiria, Coimbra e Castelo Branco, formando um grupo de distritos caracterizados por valores abaixo da média.

Podemos, agora, traçar em linhas gerais o panorama da fecundidade no Continente nos anos 80 e a situação que é possível prever no final da década.

Assim, em termos de taxas brutas, podemos observar que todos os distritos apresentam ritmos de declínio elevados entre o início e o final da década. Mas, curiosamente, são os distritos do sul e centro interior do país que vêm diminuir menos a sua fecundidade. Pelo contrário, os distritos onde o fenómeno se apresentava tradicionalmente com valores mais elevados são aqueles onde, na década de 80, se verificam velocidades de declínio mais elevadas.

Podemos, então, colocar uma hipótese de interpretação que iremos reavaliando em função dos resultados apresentados pelos

diferentes indicadores utilizados. Se o país, no início dos anos oitenta, ainda apresentava um valor global relativamente elevado, devia-o à contribuição dos distritos do norte onde se mantinha um nível de fecundidade mais elevado relativamente ao resto do país. O valor da fecundidade apresentado pela população portuguesa, em termos globais, não representava uma situação homogénea a nível regional, mas resultava de diversidades espaciais que se vinham verificando há algumas décadas e que distanciavam os distritos do norte dos do centro e sul do país, assumindo um carácter particular as regiões metropolitanas de Lisboa e Setúbal. Subitamente, e devido a um contexto de causalidade ainda desconhecido, a situação dos distritos de fecundidade tradicionalmente elevada altera-se, ao longo da década. Com uma velocidade de declínio espantosa, superior à das restantes regiões, a fecundidade diminui. O valor global do país sofre uma queda brusca, em virtude de estar a ser suportado até esse momento exactamente pela fecundidade dessas regiões.

De igual forma podemos tecer o mesmo tipo de conclusões quanto aos valores apresentados pela taxa de fecundidade geral. Embora o valor máximo continue a pertencer ao distrito de Braga no final da década, tal valor, 59.14‰, é pouco mais elevado do que o mínimo observado ao nível de todos os distritos portugueses no início da década: 52.51‰ (valor verificado no distrito de Lisboa).

Todavia, a proporção de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos completos, isto é, em idade fértil, é favorável ao período mais recente, ao final da década. Então, se entre 1979/82 e 1986/89 aumentou a proporção de mulheres em idade

fértil, estariam criadas condições tendentes a um aumento da fecundidade caso se mantivesse o mesmo modelo de comportamento reprodutivo por parte das mulheres portuguesas. Mas, pelo contrário, a fecundidade reduziu-se em cerca de 25% neste intervalo de tempo.

Como poderá entender-se este facto senão pela alteração do modelo de comportamento fecundo das mulheres portuguesas, com especial relevância para as mulheres do norte do país que parece terem assimilado o tipo de comportamento das mulheres dos distritos do sul? Podemos observar situações extremas como as dos distritos de Lisboa e Setúbal que, no conjunto do país, são os distritos que, simultaneamente, apresentam as mais baixas taxas de fecundidade e as mais elevadas proporções de mulheres em idade fértil. Comparativamente, pode levantar-se a questão de saber qual seria o valor da taxa de fecundidade apresentado por distritos como Beja e Portalegre, se não apresentassem as mais baixas proporções de mulheres em idade fértil. Todo o centro interior e o sul, com excepção de Lisboa e Setúbal, se encontram em idêntica situação.

Finalmente, passemos a referir as principais conclusões a que nos conduzem os valores observados em termos de descendência média. No início da década a maioria dos distritos do centro e do sul do país já não substituíam as gerações. No final da década nenhum distrito substituíam as gerações. A situação de baixa fecundidade em Portugal atingia, pela primeira vez, um carácter generalizado e simultâneo a níveis nunca antes observados.

Podemo-nos interrogar quanto à dimensão da capacidade de alteração iniciada por um novo modelo de comportamento que atrás

propusemos como hipótese interpretativa. Se Lisboa e Setúbal, no início da década, e os mesmos distritos acrescidos pelo de Coimbra no final da década, são os distritos com a mais baixa fecundidade, com a maior proporção de mulheres em idade fértil, e com uma distribuição dentro do período fértil que dá o maior peso às mulheres mais jovens, também são os mais densamente povoados, com maior concentração populacional. Será razoável supor que o modelo reprodutivo adoptado pelas mulheres nestas regiões poderá "alastrar", generalizar-se. No início da década a fecundidade dos outros distritos menos industrializados, com menor índice de urbanismo²², contrabalançava em certa medida o efeito destes valores tão baixos. Mas, actualmente, será que podemos pensar numa tendência que se generaliza, num comportamento que se inicia nos distritos de maior concentração de mulheres, e de mulheres mais jovens, que, facilitando uma igualdade de valores, promove novas motivações e gera uma nova atitude face à fecundidade?

Situações como as do distrito de Bragança ou da Guarda, distritos tradicionalmente com fecundidade elevada e que no final da década, apesar de terem sofrido um ligeiro aumento da proporção de mulheres em idade fértil, apresentam valores inferiores à média nacional, mostram que ocorreu uma alteração efectiva em termos de modelos de comportamento.

Por outro lado, em situação inversa estão os distritos de Évora e Portalegre. Tradicionalmente distritos de baixa fecundidade, viram diminuir ainda mais a sua proporção de

²²Neste caso referimos o urbanismo apenas enquanto factor que favorece a concentração populacional e não como uma eventual razão responsável pela evolução da fecundidade.

mulheres em idade fértil entre os dois períodos. Todavia, no final da década apresentam valores de fecundidade acima da média.

Como poderemos compreender o significado destes valores? Até que ponto será significativa esta inversão de tendências? Será que estamos a assistir a uma recuperação nos distritos de fecundidade mais baixa, como resultado, por exemplo, de uma consciencialização nas pessoas dos problemas afectos à queda da fecundidade, não substituição das gerações e envelhecimento das populações?

Parece-nos que a questão não poderá ser colocada desta forma, uma vez que não podemos falar em recuperação, seja em que termos for, quando se transita de um valor médio de 2.22 crianças de descendência média em 1981, para um outro valor médio de 1.54 crianças em 1987. A ordem de grandeza dos valores atingidos no final dos anos oitenta é, no mínimo, preocupante. Devemos recordar que não estamos a entrar em linha de conta com o efeito da mortalidade. Isto é, apesar da esperança de vida das mulheres nos grupos de idades considerados ser elevada, não podemos deixar de referir que os valores finais ainda serão mais reduzidos em virtude da interacção das outras variáveis microdemográficas, particularmente a da mortalidade. Também o recente aumento dos níveis de emigração, no final da década de 80, favorece uma maior redução no número de nascimentos totais.

Quanto à forma apresentada pelas curvas de fecundidade nos dois períodos, podemos concluir que, enquanto a variância das taxas de fecundidade geral diminui, a idade média da fecundidade, em termos médios, aumenta ligeiramente. Donde podemos retirar uma primeira síntese quanto ao comportamento fecundo das mulheres

portuguesas: não só passam a ter menos filhos, como os têm mais tarde, e durante um intervalo de tempo mais reduzido.

No início da década, a idade média da fecundidade apresentava valores inferiores nos distritos do sul e do centro litoral relativamente aos distritos do norte interior e norte litoral. No final da década, além de se observar um ligeiro aumento do valor médio global para o país, assiste-se a uma aproximação entre os valores a nível distrital. Isto é, existe uma uniformização em relação à idade em que em média as mulheres em todo o país têm os seus filhos.

Em 1981 os distritos do sul caracterizavam-se, de um modo geral, por uma idade média baixa e, simultaneamente, uma variância das taxas de fecundidade geral reduzida. Pelo contrário, os distritos do norte, apresentavam valores mais elevados quer na idade média, quer na variância. No final do período em análise, a situação em termos de variância torna-se menos clara. De um modo geral, os distritos do norte reduzem a variância das taxas de fecundidade geral (caso de distritos como os de Braga, Aveiro e Porto). Todavia, continua a ser no norte do país que se observam os valores de variância mais elevados (casos de Bragança, Vila Real e Viseu). Os distritos onde as mulheres reduzem em maior escala a utilização do período fértil são os de Coimbra, Santarém, Setúbal e Lisboa. Os distritos onde a situação de fecundidade será potencialmente mais grave, pela acção conjunta da baixa idade média e da reduzida variância, são os distritos de Lisboa e Porto, que são igualmente aqueles onde se situam as duas maiores zonas metropolitanas do país. Aqueles que, pelas mesmas razões, surgem com uma situação potencialmente

mais favorável são os distritos de Beja e Portalegre, distritos caracterizados por fraca concentração populacional.

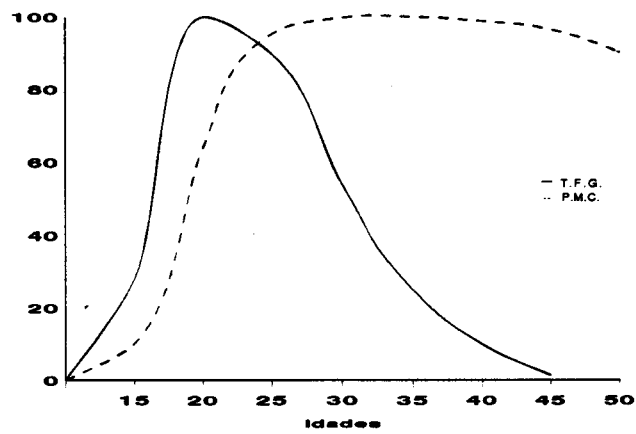
Podemos visualizar, a nível regional, a diversidade de comportamentos de fecundidade (evolução das taxas de fecundidade específicas, e casamento mais ou menos precoce) mediante a observação das diversas formas adoptadas, quer pelas curvas de fecundidade total, quer pelas proporções de mulheres casadas, ajustadas a 100²³. A maior ou menor variação das taxas de fecundidade específicas em torno da idade média mostra uma maior ou menor tendência para a utilização eficaz de métodos contraceptivos; a conjugação de um casamento precoce com uma redução do intervalo de utilização do período fértil feminino, favorece, à partida, um baixo nível de fecundidade (ver gráficos nas páginas seguintes).

²³O ajustamento a 100 tem por finalidade permitir a comparação, quer das curvas de fecundidade total, quer das proporções de mulheres casadas, em ambos os períodos estudados, entre os diferentes distritos que constituem o continente português.

No período de 1986/89 não dispunhamos de dados sobre o estado civil da população, pelo que não nos foi possível representar em simultâneo a proporção de mulheres casadas, em função dos diferentes grupos de idades férteis, para o referido período.

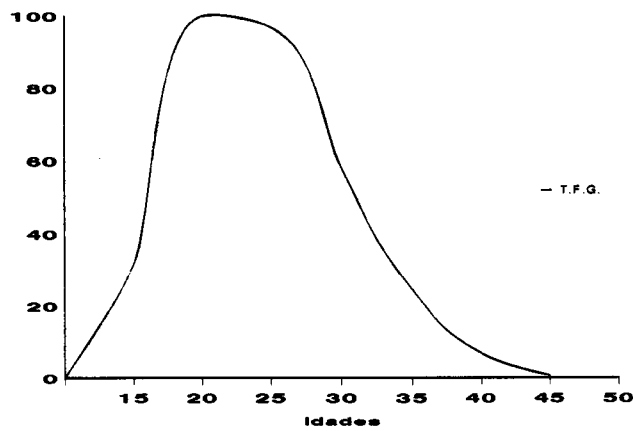
GRÁFICOS
CURVAS DE FECUNDIDADE
(1981 e 1987)

Análise da Fecundidade Aveiro 1981



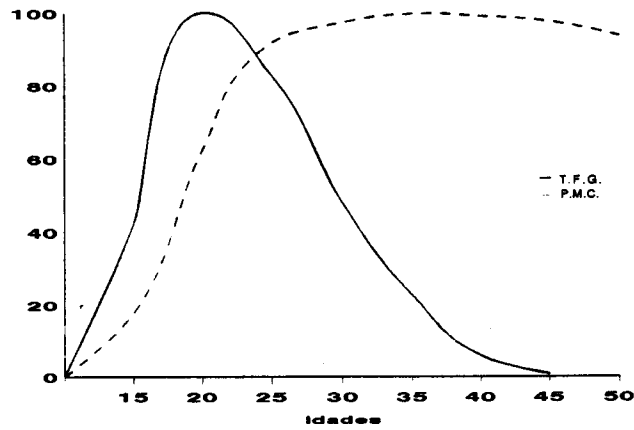
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Aveiro 1987



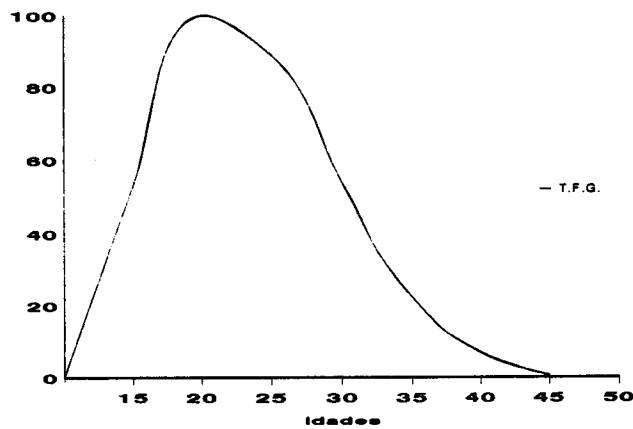
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Beja 1981



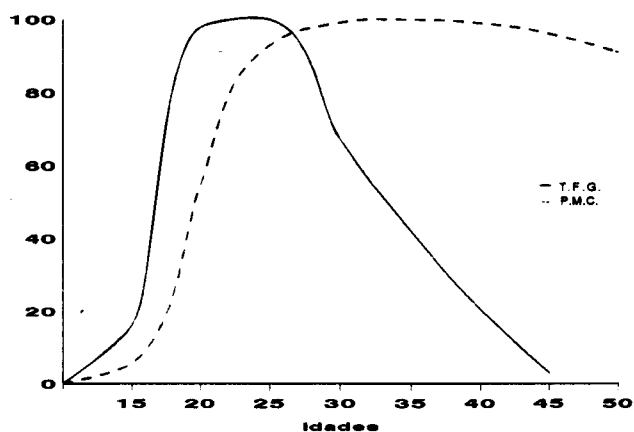
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Beja 1987



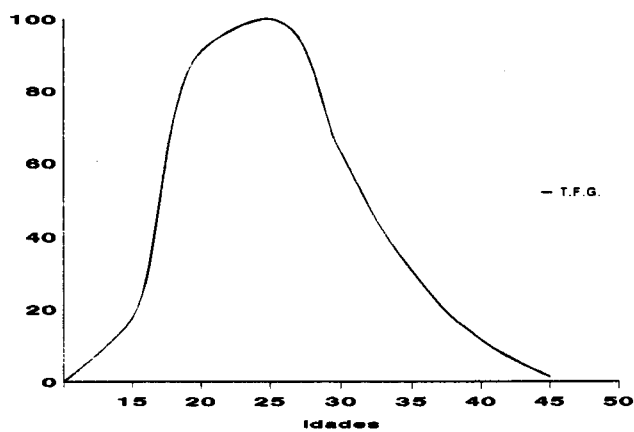
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Braga 1981



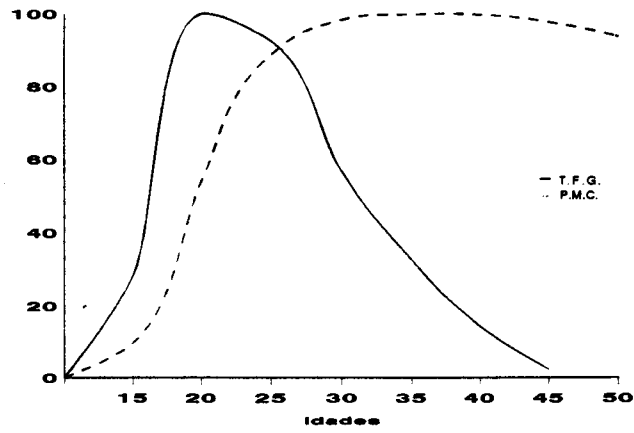
Fonte: INE. Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Braga 1987



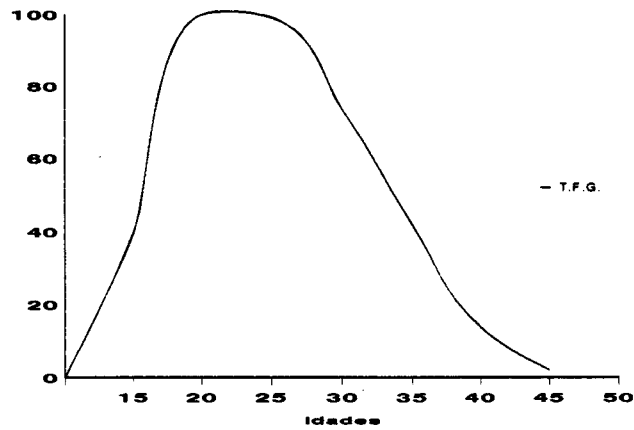
Fonte: INE. Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Bragança 1981



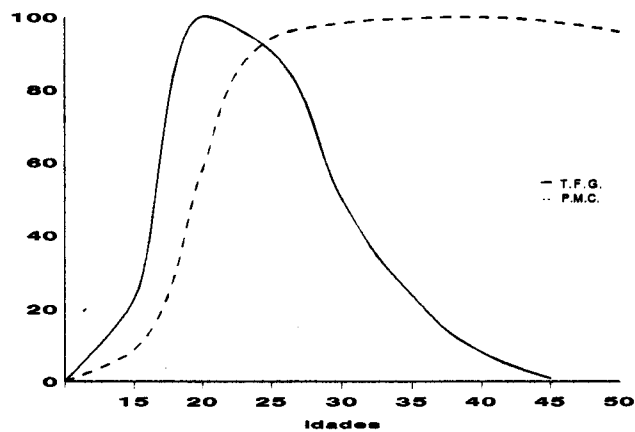
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Bragança 1987



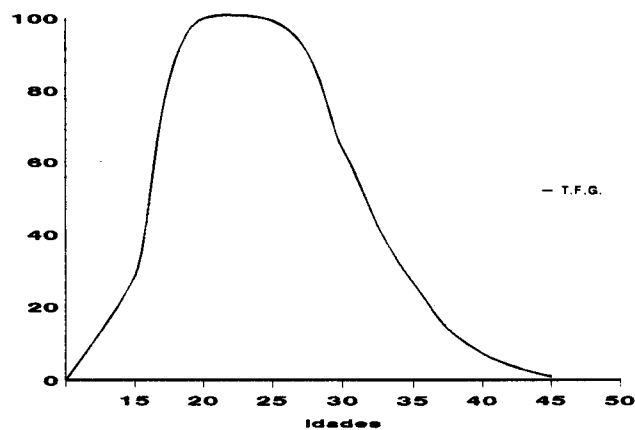
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Castelo Branco 1981



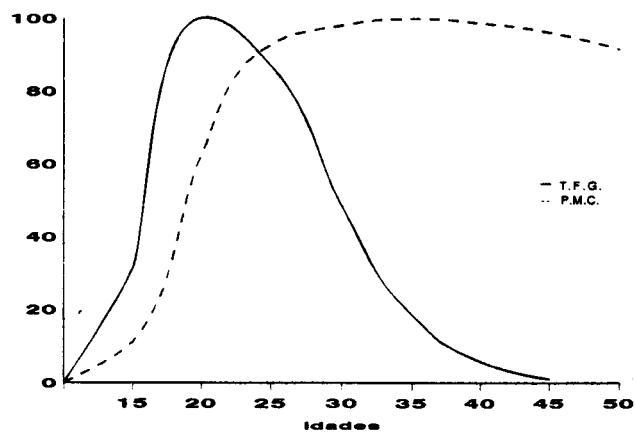
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Castelo Branco 1987



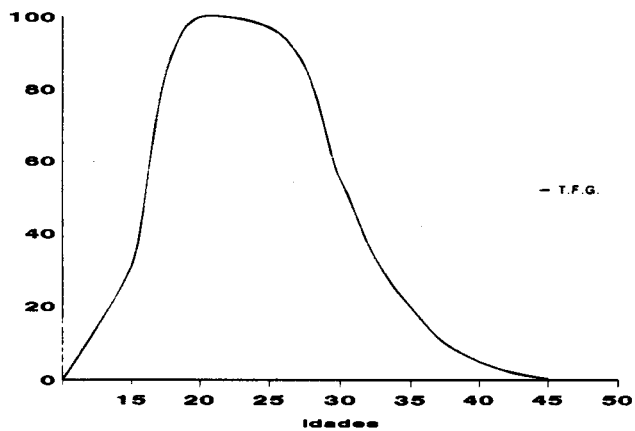
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Coimbra 1981



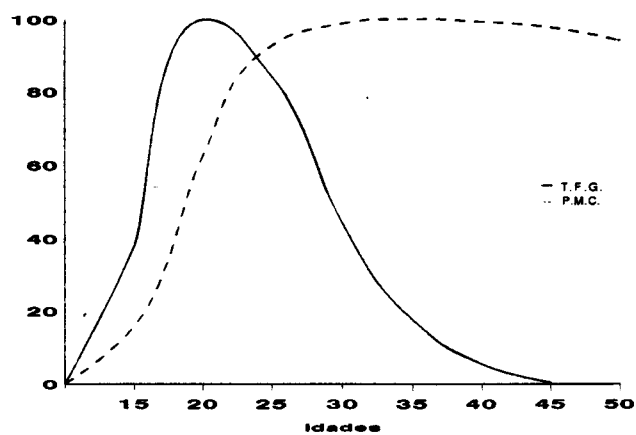
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Coimbra 1987



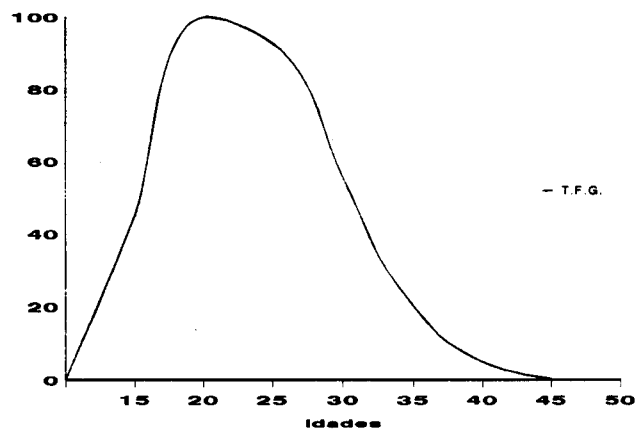
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Évora 1981



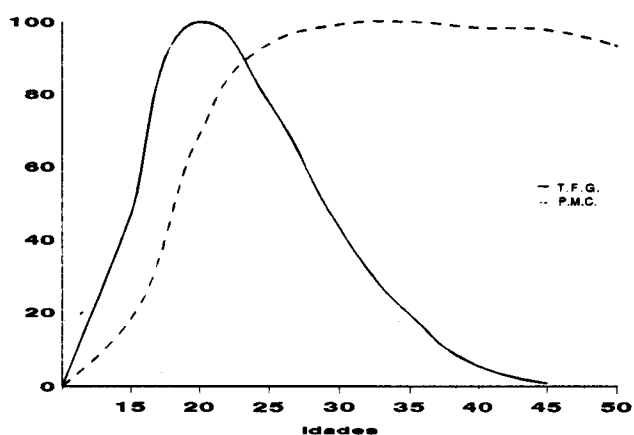
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Évora 1987



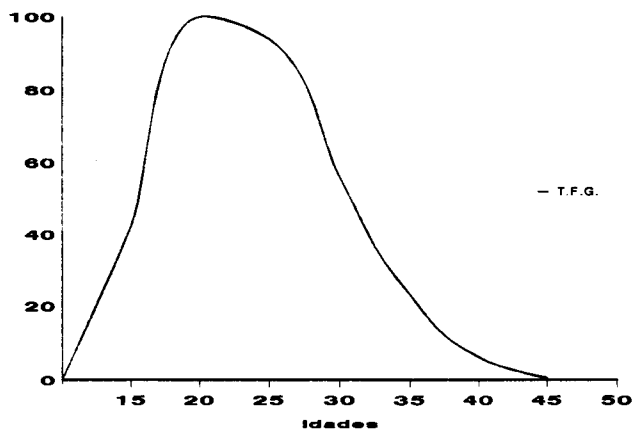
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Faro 1981



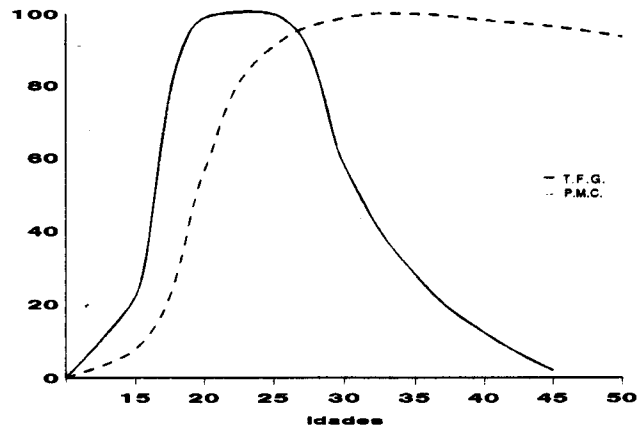
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Faro 1987



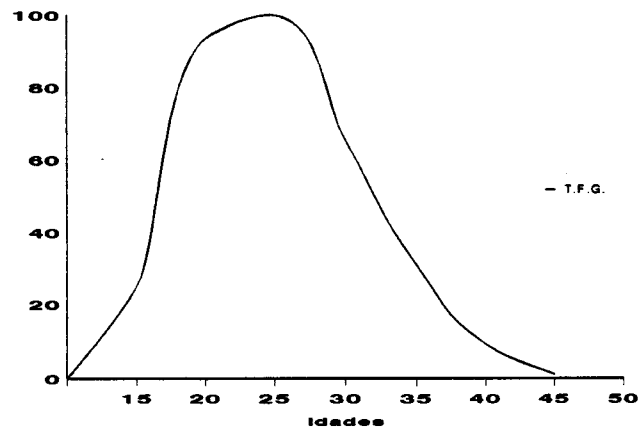
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Guarda 1981



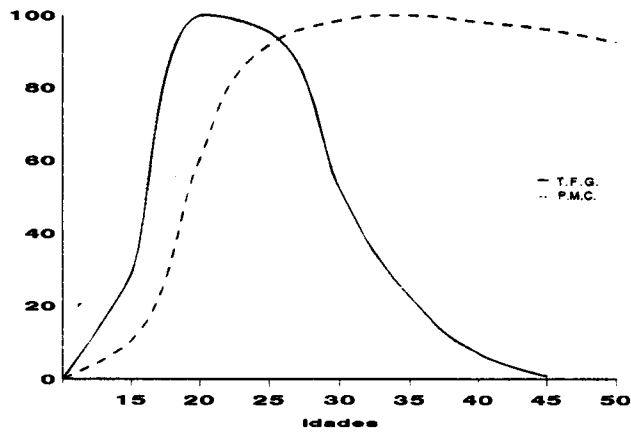
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Guarda 1987



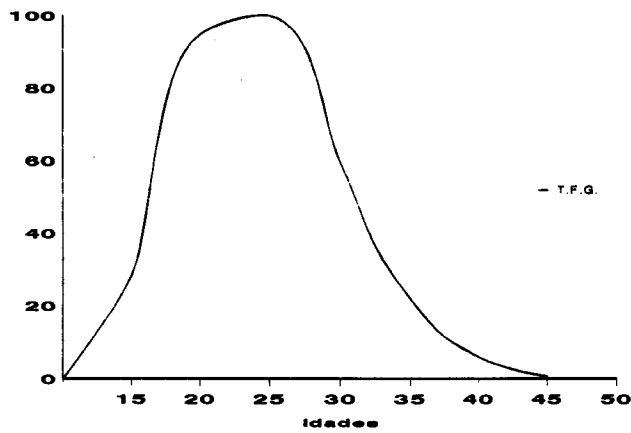
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Leiria 1981



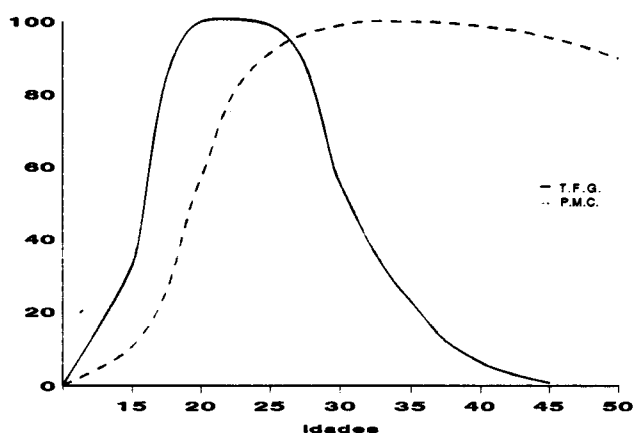
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Leiria 1987



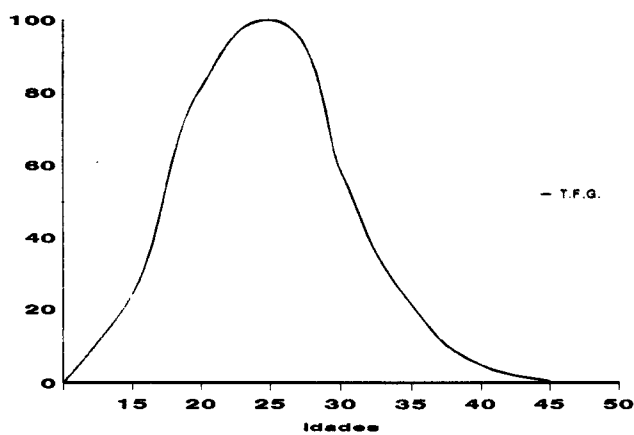
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Lisboa 1981



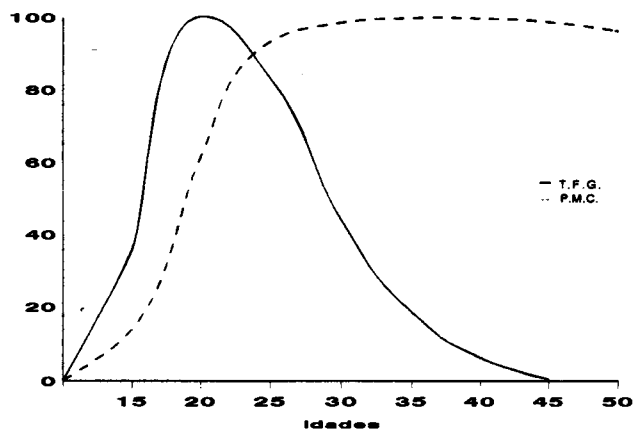
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Lisboa 1987



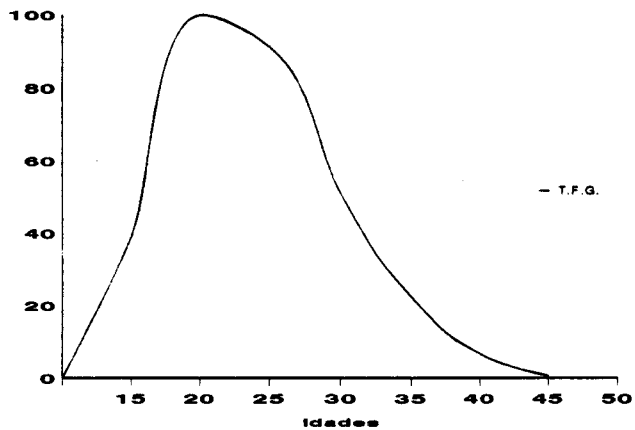
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Portalegre 1981



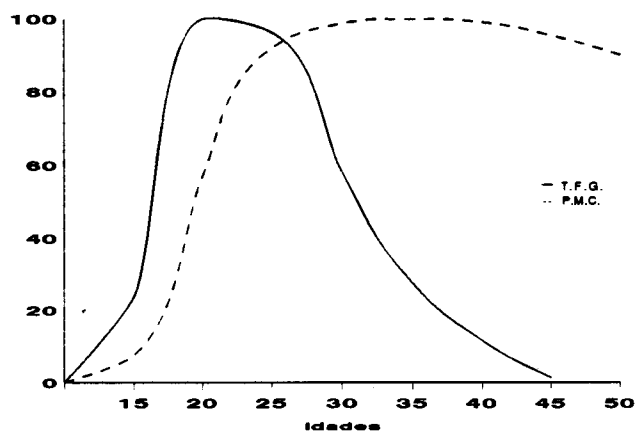
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Portalegre 1987



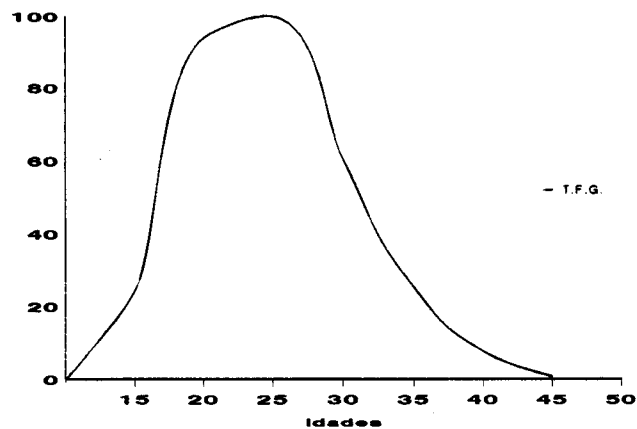
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Porto 1981



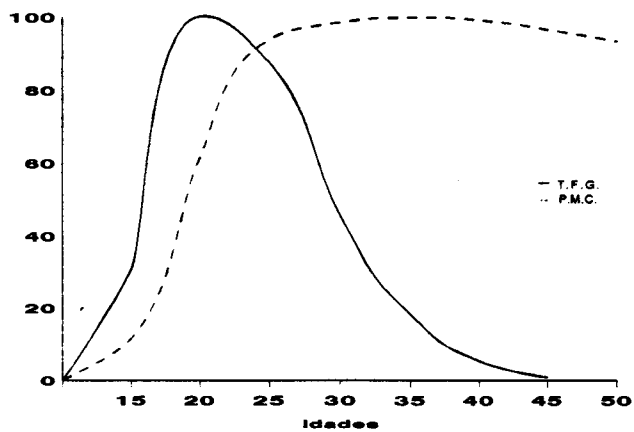
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Porto 1987



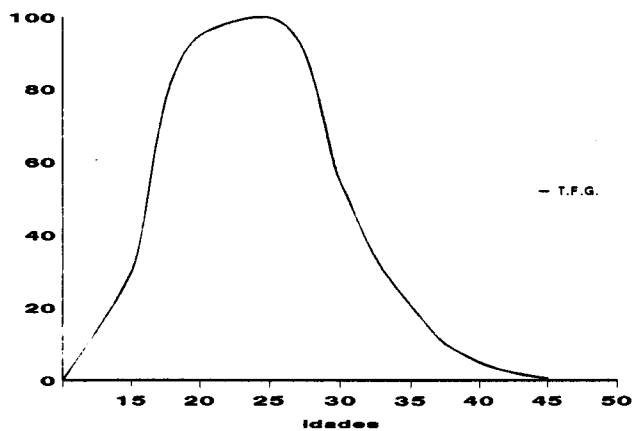
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Santarém 1981



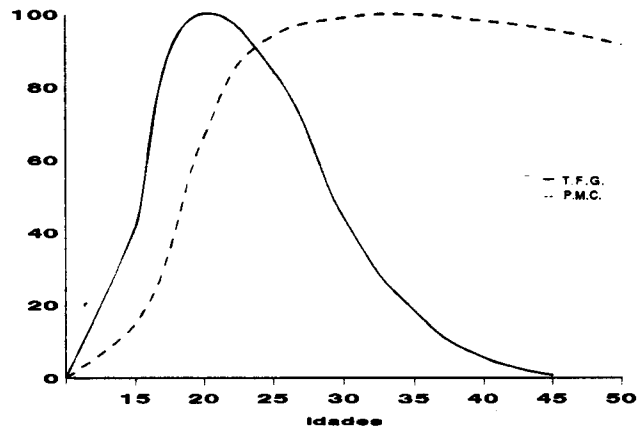
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Santarém 1987



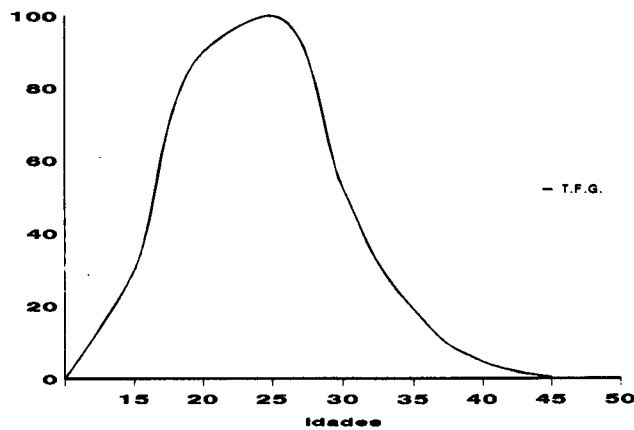
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Setúbal 1981



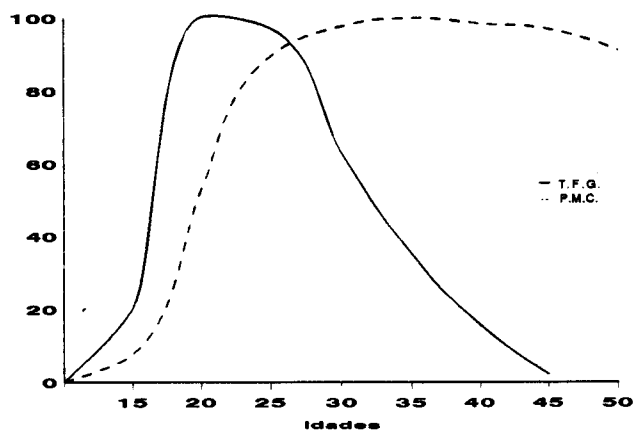
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Setúbal 1987



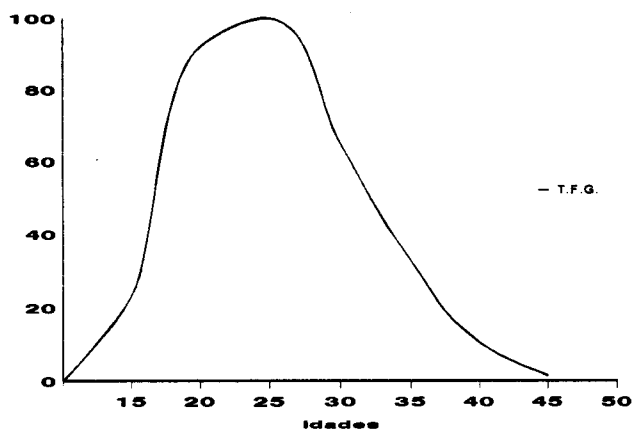
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Viana do Castelo 1981



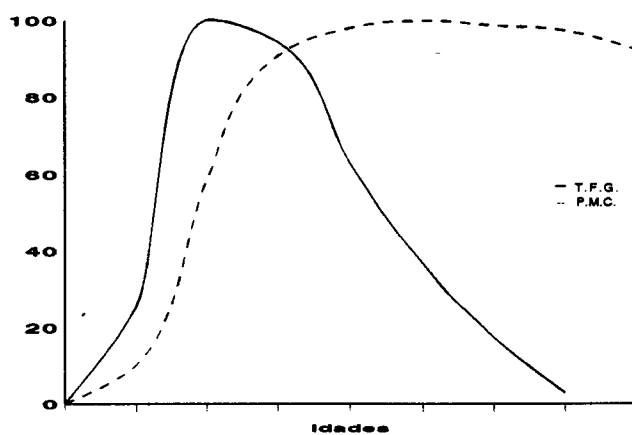
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Viana do Castelo 1987



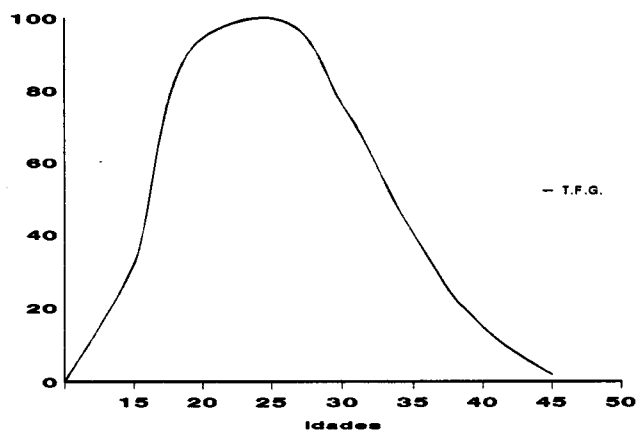
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Vila Real 1981



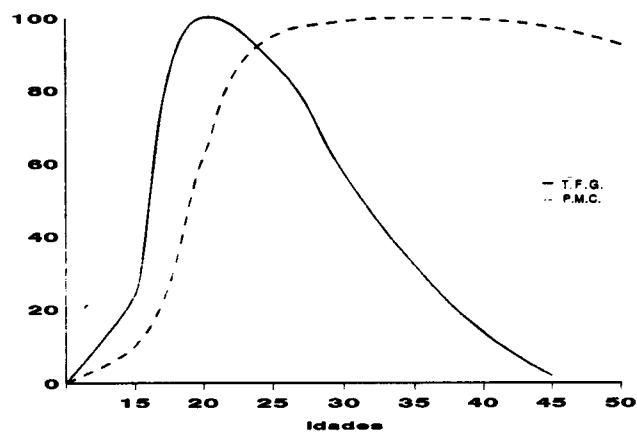
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Vila Real 1987



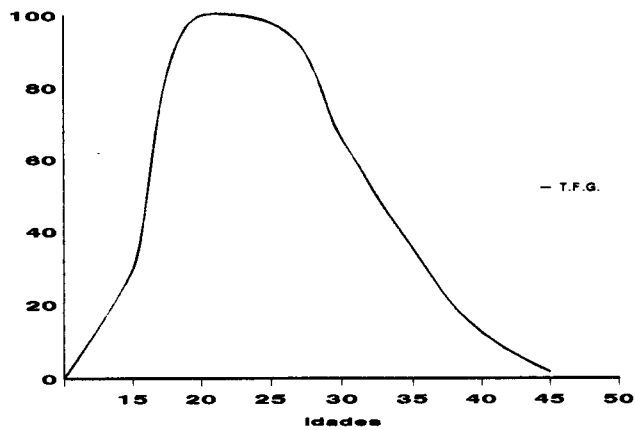
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Viseu 1981



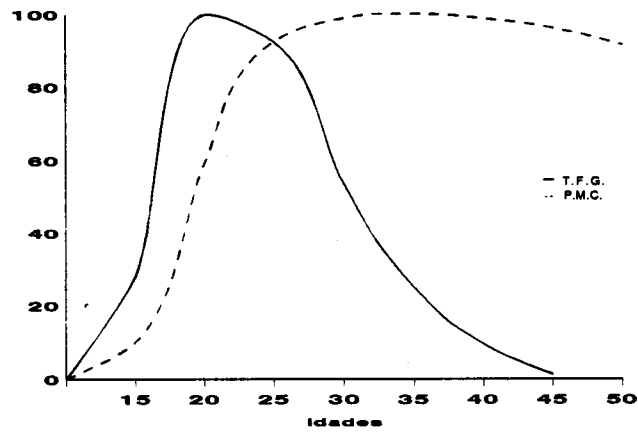
Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Viseu 1987



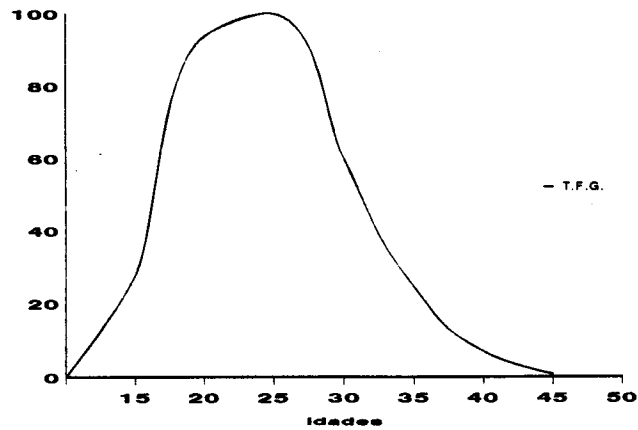
Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Análise da Fecundidade Continente 1981



Fonte: INE, Recenseamento da População, 1981

Análise da Fecundidade Continente 1987



Fonte: INE, Estimativas da População, 1987

Por fim, o último indicador calculado, o índice estandardizado de Coale, vem apenas confirmar que, a nível do país, são os distritos do sul que apresentam uma menor velocidade de declínio da fecundidade, com excepção para Lisboa e Setúbal, que, conjuntamente com Santarém, possuem os níveis mais baixos em termos comparativos.

Como conclusão global, podemos afirmar que todos os valores apontam para uma uniformização, uma homogeneidade do país em termos de fecundidade, no final da década.

A partir da situação observada, coloca-se com relevância a questão da alteração do modelo de comportamento fecundo da mulher portuguesa. A par do declínio do número de filhos por mulher, está a formar-se um novo modelo que se caracteriza pelo facto de a mulher não só ter menos filhos, mas também ter esses filhos mais tarde, durante um breve espaço de tempo.

Torna-se fundamental estabelecer as relações entre os factores que poderão, a nível distrital, ter influenciado a formação de um novo comportamento reprodutivo da mulher portuguesa. Para tal vamos avançar no nosso estudo, prosseguindo com uma outra etapa inteiramente dedicada à investigação das influências, das relações causais, dos factores determinantes da fecundidade no nosso país.

CAPÍTULO III - FACTORES DETERMINANTES DA
FECUNDIDADE EM PORTUGAL CONTINENTAL
NA DÉCADA DE 80: A ANÁLISE
SOCIODEMOGRÁFICA E SEUS LIMITES

III.1 Apresentação das variáveis seleccionadas.

III.2 Análise sociodemográfica:

a) A partir de dados agregados

b) A partir de dados desagregados

III.3 Perspectivas teóricas alternativas:

inventário crítico

III.1 APRESENTAÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS

Iniciamos neste capítulo a pesquisa dos factores determinantes da fecundidade em Portugal, numa perspectiva de análise sociodemográfica. Pretendemos explicar as diferenças encontradas entre os distritos portugueses recorrendo para tal a uma avaliação das influências dos factores sociodemográficos nessa evolução diferenciada.

Embora no período de 1980/81 encontremos ainda situações distritais muito díspares, essa diversidade vai-se atenuando progressivamente até ao final da década, quando, no conjunto do espaço português, deparamos com uma situação global de baixa fecundidade, tendo-se atingido os valores mais baixos jamais experimentados no nosso país.

Assim, em termos metodológicos, procedemos, em primeiro lugar, a uma selecção das variáveis que, com base nas perspectivas de explicação teóricas, são factores determinantes da fecundidade. Em seguida, utilizámos as análises de correlação e de regressão com base nos indicadores demográficos calculados e nas variáveis sociológicas anteriormente seleccionadas, observadas a nível distrital.

Em virtude de não dispormos de séries temporais, os dados utilizados permitem-nos apenas análises do tipo transversal. Deste modo, seleccionámos, entre os indicadores demográficos disponíveis, a taxa de fecundidade geral (número de nados vivos por mulher com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos completos, idades limites do intervalo fértil) e a descendência

média (número médio de filhos por mulher, admitindo que se mantinham constantes, ao longo de todo o ciclo de vida fértil, as taxas de fecundidade específicas observadas, em cada grupo de idades, no momento em análise).

No entanto, como a nível da forma da curva de fecundidade total existe uma diferenciação em função dos diferentes grupos de idades em que subdividimos o intervalo fértil, medimos a associação, em cada um desses grupos de idades, entre o valor da taxa de fecundidade específica observada nesse mesmo grupo de idades e os indicadores sociológicos seleccionados. Posteriormente, mantendo a mesma metodologia, por grupos de idades, determinámos quais os factores explicativos da situação de fecundidade diferenciada no momento em observação entre os distritos. Finalmente, utilizando igualmente a análise de regressão, determinámos quais os factores que podemos referir com uma contribuição significativa, isto é, que explicam o nível de fecundidade observado em termos globais.

Ao procedermos à selecção das variáveis significativas de cariz sociológico, em termos de associação com a fecundidade, e com poder explicativo em relação à situação actual da fecundidade em Portugal, fundamentámo-nos nas análises teóricas que, dentro de uma linha de pensamento tradicional, apresentam os determinantes sociodemográficos da fecundidade.

Assim, começámos por incluir na nossa análise o seguinte conjunto de variáveis: o rácio homens/mulheres no distrito; o rácio mulheres casadas em cada grupo de idades/total de mulheres em cada grupo de idades; o rácio mulheres casadas no distrito/total de mulheres no distrito; e a idade média ao

primeiro casamento das mulheres que casaram, pela primeira vez, antes dos 55 anos. A razão da consideração de qualquer um destes índices no conjunto das variáveis seleccionadas, prende-se directamente com a ligação muito forte existente entre o casamento, ou melhor, a idade ao casamento (ou, ainda, entre o tempo de solteira) e a fecundidade. é vulgar admitir-se a hipótese de que quanto maior a possibilidade de contrair casamento e quanto mais este for precoce, maior será também, em termos potenciais, o número de nascimentos. é evidente que esta relação não será tão linearmente simples, dependendo da disposição dos casais no sentido de adoptar mais ou menos eficazmente práticas contraceptivas, e, assim, mesmo casando cedo, restringir de uma forma mais ou menos radical, em função das suas motivações, o número final de filhos. Rudolf Andorka (1982)¹ é um dos autores, pertencentes a esta linha de pensamento, que vai mais longe, ao considerar que os padrões de casamento influenciam fortemente a fecundidade apenas enquanto prevalecer o modelo de fecundidade natural. Ou seja, defende que o tipo de casamento socialmente aceite como ideal, nas diferentes sociedades, constitui um meio de ajustamento das populações às condições económicas e sociais, com resultados semelhantes aos conseguidos posteriormente, com a utilização da contracepção no interior do casamento. Refere, ainda, para comprovar a sua perspectiva teórica de explicação, que o modelo de casamento no antigo regime demográfico europeu, caracterizado por um casamento

¹Andorka, R., (1982), "Lessons from Studies on Differential Fertility in Advanced Societies", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Editions, Liège.

tardio e um elevado celibato definitivo, teve como consequência uma limitação no crescimento das populações nos séculos XVIII e XIX. A grande maioria dos autores que se debruçam sobre a investigação dos determinantes da fecundidade considera indispensável a inclusão no estudo dos modelos de casamento. A idade ao casamento pode ser encarada como uma forma, paralela e alternativa à contracepção, de atingir um dado nível de fecundidade desejada. A questão central passa a colocar-se, deste modo, em termos da investigação das motivações que influenciam e condicionam os modelos de casamento adoptados. Todavia, o casamento pode ter outros fins que não unicamente o de ter filhos, ao mesmo tempo que muitas crianças nascem de uniões fora do casamento. No entanto, a grande maioria dos nascimentos continua a ser observada dentro do casamento ou dentro de uniões consensuais com um comportamento similar. No entanto, ainda nos dias de hoje, a principal razão para casar continua a ser o desejo de ter filhos². A escolha da idade ao primeiro casamento envolve, ao menos potencialmente, uma escolha conjunta da idade da maternidade. Além disso, o sistema de normas sociais vigente na sociedade actual continua a favorecer um clima de

²Becker, G. S., (1973), "A Theory of Marriage: Part I", in *Journal of Political Economy*, 81(4), pp. 813-846; Davis, K. & Blake, J., (1956), "Social Structure and Fertility: An Analytic Framework", in *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 4, April. Reprinted in Charles B. Nam, (ed.), *Population and Society*, Boston: Houghton Mifflin, 1968; Goody, J., (1985), *L'Évolution de la Famille et du Marriage en Europe*, Armand Colin, Paris; Matras, J., (1977), *Introduction to Population: A Sociological Approach*, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey; Smith, H. L., (1989), "Integrating Theory and Research on the Institutional Determinants of Fertility", in *Demography*, Vol. 26, No. 2, May; Tilly, C., (1978), "The Historical Study of Vital Processes", in Tilly, C., (ed.), *Historical Studies of Changing Fertility*, Princeton University Press, Princeton.

complementaridade entre casamento e maternidade. Por outro lado, um casamento tardio, limitando o período do intervalo fértil sexualmente activo, criando condições de uma menor exposição ao risco de gravidez, propicia, em termos práticos, uma redução da fecundidade dos casais.

Também introduzimos na nossa análise o rácio casamentos católicos/total de casamentos, de modo a possuímos um indicador que nos permitisse medir o sentido e a intensidade da relação entre religiosidade e fecundidade. As transformações características das sociedades modernas dos nossos dias que conduziram a um novo modelo demográfico de baixa fecundidade têm, simultaneamente, vindo a pôr em causa os valores morais e religiosos tradicionais. Continua, porém, a ser fundamental examinar a influência que ainda subsiste entre filiação e prática religiosa, por um lado, e opiniões e comportamentos em matéria de fecundidade, por outro³. Em vários estudos sobre estas questões, refere-se que a religião está fortemente associada à fecundidade em função de três elementos: o sentimento de filiação a uma dada religião, a intensidade da prática religiosa, a maior ou menor homogeneidade dos casais motivada pela religião. Por um lado, o grau de coesão, identidade e coerência dos grupos religiosos, assim como a influência das doutrinas e a eficácia do controlo social, sofreram profundas transformações que implicaram um enfraquecimento na intensidade da influência da religiosidade no comportamento dos indivíduos. Além de que temos vindo a assistir a um nivelamento, a valores muito baixos, dos

³Norvez, A., (1986), "Fécondité et appartenance religieuse", in VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés, Éditions du CNRS, Paris.

níveis de fecundidade dessas sociedades. Assim, dilui-se um pouco a situação clássica de uma fecundidade mais elevada associada a um mais elevado grau de prática religiosa (caso dos países ou regiões de maioria católica em relação aos de tradição protestante)⁴. No entanto, quando se analisa comparativamente a fecundidade de grupos católicos inseridos em populações mais vastas de não católicos, encontram-se níveis significativamente mais elevados de fecundidade nos católicos. Apesar da influência religiosa não se fazer sentir unicamente pelo simples facto de existir uma reconhecida filiação religiosa, o ter sido educado, socializado, segundo uma dada cultura religiosa pode conduzir o indivíduo, definitivamente ao longo de todo o seu ciclo de vida, a adoptar uma determinada atitude face à fecundidade, uma vez que este se encontra submetido ao respeito pela doutrina, à obediência às normas, assim como à pressão social da comunidade⁵. Assim, além da distinção ao nível do sentimento de filiação religiosa dos casais, em termos de influência sobre as opiniões em matéria de dimensão familiar e do número de filhos desejado, torna-se necessário analisar o grau de prática religiosa em função das atitudes dos crentes e dos praticantes perante as directivas eclesiásticas. Tanto o Judaísmo como a maior parte das Igrejas Protestantes adoptaram posições que permitem aos casais decidir livremente sobre a sua fecundidade. Contudo, sendo Portugal um país de maioria católica interessa-nos fundamentalmente o posicionamento desta Igreja nesta questão

⁴Andorka, R., (1978), *Determinants of Fertility in Advanced Societies*, Methuen, Londres.

⁵Morsa, J., (1972), "Une Enquête Nationale sur la Fécondité", in *Population et Famille*, 26-27, Décembre.

específica, pois somente a Igreja Católica Romana continua a afirmar a sua total oposição aos métodos contraceptivos e ao aborto⁶. No entanto, tem vindo a assistir-se a um nivelamento, em termos de dimensão familiar realizada, entre católicos e não católicos. Existem, todavia, núcleos isolados de praticantes, mais fundamentalistas, que adoptam posições radicais quanto aos comportamentos tradicionais católicos em matéria de fecundidade, mas, neste momento, constituem grupos marginais sem significado em termos de fecundidade total. Alguns autores referem ainda a existência de alguns desajustamentos entre as opiniões dos casais quanto à sua fecundidade e o seu posterior comportamento reprodutivo, chegando mesmo a considerar que a religião deixou de constituir um impedimento à racionalidade dos casais, sucumbindo o seu comportamento a factores tais como um mais elevado grau de educação. Fundamentam-se na observação do comportamento da grande maioria dos casais que, dizendo-se católicos, praticam uma contracepção eficaz, a despeito dos preceitos doutrinários em contrário⁷.

Utilizámos a taxa de urbanização a fim de medir a influência que a residência em zonas rurais ou urbanas possa vir a ter sobre a fecundidade dos casais portugueses. Embora a assimilação de um comportamento rural ou urbano possa estar mais ligada à vivência prolongada numa dada área geográfica, consideramos que, no caso do nosso país, podemos vir a encontrar uma situação

⁶*Controle des naissances et theologie. Le dossier de Rome*, (1967), Éditions du Seuil, Paris.

⁷Simons, J., (1982), "Reproductive Behaviour as Religious Practice", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

significativamente diferenciada no espaço em função do grau de concentração populacional na localidade de residência actual. Se, por um lado, uma diferente dimensão da localidade de residência pode implicar um efeito directo no comportamento dos indivíduos, pode, por outro lado, dar origem, indirectamente, a uma alteração ao nível de outros factores igualmente determinantes, como são o rendimento do casal, a participação da mulher no mercado de trabalho, a educação e a mobilidade social. Ao mesmo tempo, o grau de urbanismo pode favorecer o desenvolvimento de condicionamentos noutros comportamentos tais como o religioso, a idade ao casamento, a estabilidade do casamento, comportamentos estes bastante influenciados pelo grupo em que o casal se sente inserido e pela própria pressão social grupal. Embora se refira sempre que a fecundidade nas zonas rurais é superior à das zonas urbanas, existem estudos que indicam, por exemplo, que em França, em meados do século XIX, a fecundidade urbana era superior à rural⁸. Contribuía para esta situação, segundo o autor, a súbita criação de inúmeros postos de trabalho nas cidades mais industrializadas enquanto, conjuntamente, se verificava um aumento na importância do trabalho infantil nas fábricas. No entanto, nos finais do século, o mesmo autor considera que a fecundidade urbana teria diminuído cinco vezes mais do que a fecundidade rural, donde resulta uma interacção permanente com as circunstâncias socioeconómicas envolventes. Apesar de as diferenças entre fecundidade urbana e rural terem vindo a atenuar-se nas últimas décadas, continuam ainda a fazer-se

⁸Tugault, Y., (1975), "Fécondité et Urbanization", Institut National d'études Démographiques, *Travaux et Documents*, Cahier 74, P.U.F., Paris.

sentir. Um contributo importante, para um maior nivelamento, poderá ser induzido pelas migrações internas, campo-cidade, que, por si só, favorecem a deslocação de indivíduos de zonas de mais forte fecundidade para zonas de mais fraca fecundidade. Todavia, estes migrantes vindos das comunidades rurais rapidamente se vêm confrontados com um ambiente mais complexo onde as atitudes tradicionais se encontram desajustadas em termos de modos de vida, de tipos de trabalho, de oportunidades em tempos livres e de lazer. Em geral, todas estas características do meio urbano conduzem a um aumento da idade média ao primeiro casamento e, correlativamente, a um adiamento do nascimento do primeiro filho⁹. Um outro aspecto normalmente considerado como uma das razões da fecundidade diferenciada cidade-campo seria o diferente nível de conhecimento de práticas contraceptivas, que da mesma forma, nos anos mais recentes, tende a igualar-se. A diferença atenuou-se em virtude do crescimento das áreas suburbanas, as quais tornaram menos importantes as diferenças nas condições de vida entre residentes nas zonas rurais e nas zonas urbanas. No entanto, para uma correcta análise da geografia da fecundidade, e do impacte da diferenciação da dimensão das localidades na dimensão final das famílias, torna-se fundamental uma visão integrada dos factores económicos e culturais que inter-actuaem em todo este processo¹⁰.

Um outro factor que todos os autores são unânimes em considerar como determinante das variações da fecundidade é o

⁹Thompson, W. & Lewis, D., (1970), *op. cit.*

¹⁰Cosio, M. E., (1986), "Fécondité et Taille de la Localité de Résidence", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

nível de mortalidade infantil, ou melhor, a percepção, por parte dos casais, das probabilidades que afectam um dado número de nados-vivos de atingir ou não a idade adulta. A determinação da dimensão familiar óptima será, desta forma, função do número de filhos sobreviventes. Se os pais desejam um determinado número de filhos na idade adulta, tenderão a ter um excedente de nascimentos de modo a ajustarem a dimensão familiar final ao nível de mortalidade infantil e juvenil experimentado ao longo do seu ciclo de vida. Assim, quando se observa um declínio na mortalidade infantil, verifica-se posteriormente, com um maior ou menor desfasamento, um declínio no número de nascimentos. Todavia alguns autores defendem que, devido ao baixíssimo significado da mortalidade infantil e juvenil nos países mais industrializados, este factor deixou de ter influência sobre a fecundidade¹¹. Por outro lado, nos países com menor índice de industrialização é de esperar que uma quebra brusca da mortalidade infantil e juvenil possa, indirectamente, contribuir para uma maior motivação na utilização, por parte dos casais, de práticas contraceptivas destinadas a reduzir o número final de filhos, na medida em que se vão apercebendo de que já não será necessário o anterior excedente de nascimentos. Pelo contrário, o número de dependentes torna-se muito maior do que no passado, aumentando incomparavelmente a sobrecarga familiar. Neste caso, também não podemos negligenciar o efeito da redução da mortalidade feminina nas idades férteis o que permite a formação de um maior número de famílias e, conseqüentemente, um maior número de nascimentos do que no passado. Alguns autores, que

¹¹Andorka, R., (1980), *op. cit.*

analisam a influência da mortalidade infantil sobre o comportamento reprodutivo, partem do pressuposto de que os casais controlam, pelo menos em parte, a sua fecundidade de modo a que o efeito de substituição de um filho morto por um outro nascimento venha a ter impacte significativo, quer sobre o espaçamento dos nascimentos inicialmente deliberado, quer sobre o número final de filhos do casal. Existem estudos a nível microeconómico que pretendem esclarecer em que medida este efeito de substituição altera o curso da fecundidade dos casais ao longo de toda a sua história de vida. Outros autores foram até mais longe na forma redutora como encararam a explicação da transição demográfica, classificando o declínio da mortalidade como a causa do posterior declínio da fecundidade. Uma consequência do declínio da mortalidade é, como referimos anteriormente, a necessidade de um menor número de nascimentos para assegurar uma dada dimensão familiar desejada. Para que uma quebra no nível de mortalidade infantil passe a induzir uma redução no número de nascimentos observados é necessária a percepção, por parte dos casais, de que um dado número de filhos sobreviverá, efectivamente, até à idade adulta. As três razões normalmente apontadas pelos casais para justificarem a sua dimensão familiar final são a existência de um número de filhos que, na idade adulta, permita assegurar aos pais o suporte económico e/ou emocional que lhes for necessário durante a velhice; a formação de um determinado rácio entre filhos de ambos os sexos; e, finalmente, garantir a perpetuação da família. Deste modo, baixas taxas de mortalidade infantil implicarão baixas taxas de natalidade com idêntico nível de satisfação dos objectivos

propostos pelos casais¹². No caso português, embora a nível de esperança de vida à nascença os valores observados nos últimos anos se enquadrem perfeitamente dentro do conjunto de valores observados na Europa Ocidental, continua ainda a caracterizar-se por possuir a taxa de mortalidade infantil mais elevada da Europa¹³.

O grau de instrução atingido pelos casais, particularmente pelas mulheres, tem vindo a ser considerado como uma das variáveis com maior valor explicativo no estudo da fecundidade diferencial. Uma das formas mais vulgarmente utilizadas para medir o nível de educação das populações é através da avaliação da representatividade dos diferentes graus de instrução. Assim, introduzimos na nossa análise alguns indicadores tais como: as taxas de analfabetismo, para o sexo feminino e para ambos os sexos; a proporção de indivíduos que possui como habilitação escolar o ensino secundário, quer no total da população, quer no conjunto das mulheres. Uma análise diferenciada por grau de instrução surge relacionada, indirectamente, com uma diferenciação por grupos socio-profissionais e também por classes de rendimento. Isto é, ao proceder a uma análise da influência da educação dos casais na fecundidade, não podemos desagregar o impacte de factores tais como a hierarquização das diferentes categorias profissionais na população e a forma de distribuição

¹²Matras, J., (1977), *op. cit.*

¹³Portugal apresenta, em 1990, uma taxa de mortalidade infantil de 14.9%, segundo os últimos dados publicados pelo Population Reference Bureau no *World Population Data Sheet*, sendo o valor mais elevado da Europa, se excluirmos da observação os países de leste, seguido pela Grécia com o valor de 11.0%, verificando-se os valores mais baixos na Finlândia e na Suécia com 5.8%..

dos rendimentos entre as famílias. Isto porque, associadas a um mais elevado grau de instrução, se encontram, na maioria dos casos, as situações profissionais que auferem mais elevados índices de rendimento. Assim sendo, o facto de ter seguido um período de escolaridade mais ou menos longo afecta quer o modelo familiar, quer a atitude do casal em matéria de fecundidade. Por outro lado, em termos exclusivamente sociológicos, um grau de instrução mais elevado permite uma relativa autonomia cultural em relação às normas sociais, e, implicitamente, uma melhor capacidade de conhecer e de compreender essa mesma sociedade. Todavia, o nível de instrução adquirido está, simultaneamente, muito ligado à origem social do indivíduo e a um certo tipo de socialização que transmite os modelos culturais e o sistema de valores, que influencia a dimensão familiar, a intensidade e o calendário da fecundidade. A própria inserção social é função, em grande medida, do nível de instrução, assim como a escolha do cônjuge, a actividade profissional, as possibilidades de ascensão social. Segundo alguns inquéritos de opinião, existe uma rede de relações de forte intensidade entre a o nível de instrução, a dimensão familiar desejada, as atitudes contraceptivas e o papel da mulher na família e na sociedade¹⁴. Embora durante o período da transição demográfica se tenha observado uma consistente associação negativa entre educação e fecundidade, numerosos estudos do tipo longitudinal têm permitido demonstrar uma associação em forma de U, ou até, mesmo, em determinadas sociedades, uma associação positiva. Também no caso particular

¹⁴Hibert, T., (1986), "Fécondité et Niveau d'Instruction", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

desta variável, à semelhança de outras referidas anteriormente, alguns autores admitem que o grau de educação poderá não ser, em si mesmo, um determinante directo da fecundidade. Assim, admitem como determinante real uma mudança de atitudes, de comportamentos, induzida por uma determinada variação do nível de educação¹⁵. Um dos aspectos com o qual se pressupõe que a educação tenha uma associação fortemente positiva é o da prática contraceptiva. A existência de influência na informação sobre, acesso a, e na adopção de métodos contraceptivos eficazes pelos casais, poderá ser encarada como um efeito indirecto da educação, actuando mediante as preferências dos casais. Mas, para tal, torna-se necessária a verificação da hipótese de que a eficácia contraceptiva será sempre atingida na medida do desejável. Contudo, esta condição nunca conseguiu ser satisfeita, em nenhum tipo de sociedade, na totalidade dos casos¹⁶. Alguns autores referem que a educação pode ajudar a prever o nível de fecundidade nas sociedades modernas, na medida em que influencia teoricamente as percepções, a nível individual, do estilo de vida, da qualidade do consumo e inclusivamente dos grandes objectivos da vida¹⁷. Para alguns autores uma promoção ao nível da educação, tanto no caso da mulher como do homem, vem favorecer as condicionantes da transição demográfica ao provocar, simultaneamente, uma redução na mortalidade infantil e na

¹⁵Andorka, R., (1980), *op. cit.*

¹⁶Blake, J., & Del Pinal, J., (1980), "Educational Attainment and Reproductive Preferences: Theory and Evidence", in C.Höhn & R. MacKensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

¹⁷Cochrane, S. H., (1979), "Fertility and Education: What Do We Really Know", in *World Bank Occasional Papers*, 26, pp. 11-52.

fecundidade. Inúmeros estudos têm comprovado a existência de uma relação forte entre o número de anos de escolaridade da mãe e a diminuição da mortalidade dos filhos nos primeiros anos de vida¹⁸. O nível de instrução do pai, embora influencie no mesmo sentido, tem um muito menor impacto do que o da mãe.

Todavia, os efeitos sobre a fecundidade são bastante mais complexos. A diferença entre o nível de instrução das mulheres e a fecundidade total, a nível mundial, com base nos resultados do *World Fertility Survey*, durante os anos setenta, mostra a importância da educação da mulher no adiamento do casamento, o que provoca conseqüentemente uma redução no número final de filhos, particularmente na Ásia e na África. Da mesma forma, ficou demonstrada a importância da educação sobre a procura de contracepção eficaz de modo a atingir a dimensão familiar desejada sem a ultrapassar¹⁹. Uma outra proposta de explicação interessante do facto de coexistir um declínio na fecundidade com uma ascensão no nível de instrução dos casais é o denominado crescimento da liberdade intelectual²⁰. Na sociedade ocidental operaram-se significativas mudanças nas esferas social e intelectual. Um número cada vez maior de indivíduos começa a compreender que o homem pode exercer um certo controlo sobre os

¹⁸Cochrane, S., Leslie, J. & O'Hara, D., (1980), "The Effects of Education on Health", *The World Bank Staff Working Paper 405*, Washington D. C; Barrera, A., (1990), "The Role of Maternal Schooling and its Interaction with Public Health Programs in Child Health Production", in *Journal of Development Economics*, 32, pp. 69-91.

¹⁹Schultz, T. P., (1990), "Economic and Demographic Consequences of Educating Women: Social Returns to Women's Schooling", *Paper presented in the Annual Meeting of the European Society for Population Economics*, Istambul.

²⁰Thompson, W. & Lewis, D., (1970), *op. cit.*, pp. 318-319.

acontecimentos com relevância para o seu bem-estar. Isto é, enquanto o homem se encontra submetido à tradição e aos dogmas, aceitando que tudo o que acontece está fora do seu controlo, terá poucos incentivos para deliberadamente empreender mudanças significativas, quer a nível social, quer a nível económico. Assim, o desenvolvimento de uma atmosfera intelectual favorável à liberdade de pensamento transformou-se gradualmente num elemento básico da era moderna, caracterizada pela utilização da ciência e da técnica para aumentar o bem-estar do homem. Esta emancipação do homem, em termos de pensamento e de acção, reflectiu-se igualmente na forma como os casais passaram a encarar o processo de criação dos filhos, a aceitar o controlo voluntário da dimensão familiar, o que constituiu um dos factores de declínio da taxa de natalidade.

Considerámos, no conjunto das variáveis explicativas, duas outras variáveis que pretendem medir a influência da mobilidade geográfica sobre a fecundidade, quer no caso da mulher, quer no caso de ambos os cônjuges. Partimos do pressuposto de que uma mudança do local de residência poderá implicar, para o casal, uma alteração na organização do seu quotidiano social, e, assim, um afrouxar da pressão social consequente da percepção de desenraizamento provocada pela nova situação de residência. Estas transformações condicionam, por sua vez, a adopção de diferentes normas em termos de todo o tipo de comportamento social, inclusive em matéria de casamento, dimensão familiar desejada e contracepção. A mobilidade geográfica poderá constituir, de resto, uma substituição eficaz da medição da mobilidade social para a qual não temos dados que facultem uma análise empírica

directa. A mobilidade social afecta a fecundidade, em termos da percepção das vantagens ou desvantagens inerentes ao facto de ter um determinado número de filhos, em função da promoção social dos cônjuges. Esta associação entre a ambição de ascender a posições sociais que conferem um estatuto mais elevado e a possibilidade de inibição dessa mobilidade causada por uma família de grande dimensão, defendida pela primeira vez, em 1890, pelo demógrafo francês Arsène Dumont (1901)²¹, foi retomada, posteriormente, por outros autores. Devido à mobilidade, o casal decide a sua fecundidade, em parte em função do grupo de origem, em parte em função do grupo de destino. No entanto, este último será sempre fundamental, uma vez que o casal em ascensão altera a expectativa e a avaliação da sua própria vida em sociedade, em função das condições económicas e sociais do grupo de destino e da posição social prospectiva do casal.

Finalmente, as últimas variáveis a serem seleccionadas dizem respeito à relação entre a actividade profissional e a fecundidade. A influência, na fecundidade, da crescente participação da mulher na força de trabalho é uma questão abordada em todos os estudos sobre os determinantes da fecundidade. A relação entre actividade profissional e fecundidade é bastante complexa. Poder-se-á admitir que terá sido a baixa da fecundidade que terá tornado a mulher mais disponível para um trabalho profissional, tal como se poderá ter verificado uma relação de causalidade exactamente inversa, como ainda poderá ter havido um condicionamento mútuo entre ambos os fenómenos ou,

²¹Dumont, A., (1901), *La Morale basée sur la Démographie*, Schleicher Frères, Paris.

então, terem sido, conjuntamente, influenciados por outros factores²². No entanto, quer em estudos do tipo transversal, quer em análises de séries temporais, observa-se a conjugação de três factores, num quadro de fecundidade total baixa. Em primeiro lugar, verifica-se um crescimento permanente do número das mulheres activas entre as mulheres casadas; em segundo lugar, assiste-se a um adiamento (e, posteriormente, a um espaçamento entre os nascimentos) cada vez maior dos primeiros nascimentos no caso das mulheres activas; por último, sucede que, mesmo entre as mulheres inactivas, caracterizadas por uma maior fecundidade, a descendência média se reduz cada vez mais. Por outro lado, a actividade da mulher varia não só em função do número, mas também da idade dos filhos, uma vez que os filhos quanto mais jovens mais exigentes são em tempo e cuidados da mãe. Neste caso, as condições de acesso, disponibilidade e utilização de centros especializados nos cuidados e guarda de crianças tais como creches e jardins de infância, desempenham um papel bastante importante no caso da existência de filhos pequenos. Torna-se igualmente importante referir, no caso da relação entre actividade maternal e profissional, as quebras e o retomar da actividade profissional na altura do nascimento dos filhos, e enquanto são mais pequenos, as implicações desse tipo de situações ao nível da formação, da promoção na carreira e do sucesso profissional para a mulher. Nestes termos, a relação entre participação da mulher no mercado de trabalho e fecundidade não é simples nem clara. Na realidade, se podemos considerar

²²Rollet, C., (1980), "Activité Professionnelle Féminine et Fécondité", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

elementos que favorecem uma associação negativa, também existem factores que encorajam a fecundidade. Normalmente, uma associação negativa resulta da incompatibilidade do tipo de trabalho da mãe com o facto de possuir uma família de grandes dimensões. Todavia, o tipo de actividade profissional que mantém a mulher de acordo com os seus papeis tradicionais, a maior parte do tempo em casa, não causa grande impacte na dimensão familiar final. A mulher continua a movimentar-se no seu círculo familiar, o seu contacto com o mundo exterior é limitado, o seu estatuto não se altera e o seu sentido de autonomia não evolui. A associação inversa observa-se nas situações em que o trabalho afasta a mulher do seu contexto familiar, lhe oferece novas formas de satisfação e segurança, estatuto social e rendimento. Possuir uma actividade profissional pode oferecer às mulheres um grau mais elevado de controlo sobre as suas vidas, o que por sua vez é condição de independência económica e psicológica²³. Finalmente, tem sido considerado que a escolha, por parte da mulher, entre limitação ou não do número de filhos, a partir de uma dada paridade, adiamento ou antecipação do nascimento dos filhos, estará dependente, na sociedade actual, destes condicionamentos entre actividade ou inactividade profissional. Assim, incluímos na nossa análise as taxas de actividade e de desemprego femininas e masculinas, porque considerámos que existe um impacte diferente em termos da participação no mercado de trabalho da mãe ou do pai. Como referimos, as decisões de actividade ou inactividade variam, no caso da mulher, em função do facto de ela ser ou não

²³Newland, K., (1977), "Women and Population Growth: Choice Beyond Childbearing", *Worldwatch Paper 16*, Worldwatch Institute, Washington, D. C.

casada e de ter ou não filhos não activos. Seleccionámos, portanto, outras tantas variáveis que nos permitissem integrar estes factores diferenciais (ver cálculos de base, páginas 537 a 550).

III.2 ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

a) A partir de dados agregados

Nesta fase do nosso trabalho procurámos as variáveis explicativas de uma fecundidade diferenciada nos distritos do Continente Português, no início da década de 80, mediante a análise da influência dos factores sociodemográficos determinantes que fazem parte do modelo teórico. A partir dos dados agregados de que dispomos a nível oficial²⁴, procedemos, em primeiro lugar, à escolha dos indicadores que reflectem comportamentos que, numa perspectiva de análise sociodemográfica tradicional, são considerados os determinantes da evolução da fecundidade (ver Quadro VIII, na página seguinte).

Em segundo lugar, medimos o sentido e a intensidade da sua influência no caso de Portugal, em função dos diferentes distritos, através da análise de correlação para cada um dos grupos etários quinquenais em que se subdivide o intervalo de idades férteis, entre o valor das taxas de fecundidade específicas e os indicadores previamente seleccionados.

Em terceiro lugar, testámos o grau de significância do modelo explicativo adoptado.

²⁴Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

QUADRO VIII

DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS

VALORES PARA O CONTINENTE

Variável	Descrição	Média
x1	Taxa de fecundidade geral	.06050
x2	Descendência média	2.11761
x3	Rácio homens/mulheres	.93114
x4	Rácio mulh.cas.em cd g. idades/ tot.mulh.em cd g. idades	.69679
x5	Rácio mulh.cas. no distrito/ tot.mulh. no distrito	.35893
x6	Rácio casam.catól./tot.casam.	.75009
x7	Taxa de urbanização	.45835
x8	Taxa de mortalidade infantil	.02277
x9	Taxa de analf.fem. por g.idades	.10338
x10	Taxa de analf.fem no distrito	.29470
x11	Taxa de analf. ambos os sexos	.25999
x12	Prop.mulh.c/ens.sec.p/ g.idades	.18913
x13	Prop.mulh.c/ens.sec. no distrito	.11982
x14	Prop.pop.c/ens.sec. no distrito	.13376
x15	Mobilidade geog. das mulheres	1.00000
x16	Mobilidade geog. ambos os sexos	1.00000
x17	Id. méd. 1.casam. mulheres	24.45293
x18	Taxa de desemprego mulh.p/ g.id.	.05787
x19	Taxa de desemprego feminino	.03489
x20	Taxa de desemprego masculino	.02404
x21	Taxa de act.mulh.p/ g.idades	.45279
x22	Taxa de actividade feminina	.26018
x23	Taxa de actividade masculina	.53355
x24	Taxa de act.mulh.cas.c/filhos n/activos p/ g.idades	.32154
x25	Taxa de act.mulh.cas.c/filhos n/activos no distrito	.24309
x26	Taxa de act.mulh.cas.c/ e s/ filhos p/ g.idades	.47013
x27	Taxa de act.mulh.cas.c/ e s/ filhos no distrito	.37362
x28	Taxa de desemprego das mulh.cas. c/ filhos p/ g.idades	.03089
x29	Taxa de desemprego das mulh.cas. c/ filhos no distrito	.01804

Existem alguns factores que, à partida, influenciam positivamente, outros negativamente, outros ainda poderão ter, eventualmente, um duplo efeito sobre a taxa de fecundidade nos diferentes grupos de idades considerados.

Entre aqueles que poderão ter uma influência positiva podemos considerar o rácio homens/mulheres (x3); o rácio mulheres casadas/total de mulheres, no grupo de idades (x4) e no distrito (x5); o rácio casamentos católicos/total de casamentos (x6); a taxa de mortalidade infantil (x7); a taxa de analfabetismo feminino, em cada grupo de idades (x9) e no distrito (x10); a taxa de analfabetismo em relação a ambos os sexos (x11); a taxa de actividade masculina (x23).

à partida, quanto maior o rácio homens/mulheres (x3) maior será a probabilidade de as mulheres contraírem casamento. Daí o facto de se verificar uma relação positiva com a taxa de fecundidade específica apenas nos dois primeiros grupos de idades, uma vez que a maior procura de casamentos se situa nas idades mais jovens.

O rácio mulheres casadas/total de mulheres, em cada grupo de idades (x4) e no distrito (x5), também deveria apresentar uma relação positiva com a fecundidade. Quanto maior a proporção de mulheres casadas em cada grupo de idades, relativamente ao total de mulheres existentes nessas idades, maior a possibilidade de ocorrência de nascimentos (o que se observa, no nosso caso, somente no primeiro grupo de idades). Na verdade, podemos constatar que a maioria dos nascimentos observados acontece no interior do casamento. Assim, quanto maior o número de mulheres casadas, mais elevada a exposição e o risco de gravidez das

mulheres fecundas, em virtude de uma maior frequência de relações sexuais, o que implicaria, como consequência, um aumento potencial da fecundidade total da população. Todavia, no caso português, esta relação passa a ser negativa, a partir do grupo de idades 20 a 24 anos. Consideramos como responsável por esta inversão da tendência natural a utilização de métodos contraceptivos por parte da população fecunda casada e, daí, a redução do número de nascimentos no interior do casamento.

No caso do grau de religiosidade admitimos, em princípio, a existência de um efeito positivo, isto é, quanto maior o número de casamentos católicos em relação ao total de casamentos (x6), maior o valor da taxa de fecundidade geral, o que efectivamente se observa em todos os grupos de idades. No entanto, não sabemos se será correcto, no caso português, considerar o indicador escolhido (a proporção de indivíduos que optam por um casamento católico) como um bom indicador do grau de religiosidade, enquanto participação religiosa, comunhão de ideais e de princípios católicos. A decisão de um casamento católico deixou de implicar, actualmente, um compromisso de prática e de seguimento rigoroso dos preceitos doutrinários da religião católica, para a maioria dos casais²⁵.

A taxa de mortalidade infantil (x8) também apresenta, a priori, uma relação positiva com a fecundidade. à medida que aumenta a probabilidade de morte das crianças, surge a necessidade de um maior número de nascimentos para assegurar que o número desejado de filhos (e/ou filhas) sobreviva até à idade

²⁵Silva, A., (1979), "A Igreja em Portugal - Resultados do I Recenseamento da Prática Dominical a nível nacional", in *Economia e Sociologia*, 25-26, Évora.

adulta. Logo, a fecundidade tende a aumentar na medida em que se acentue a mortalidade infantil, verificando-se uma relação positiva, em todos os grupos de idades, no início da década de 80.

Podemos esperar um comportamento semelhante no que respeita à taxa de analfabetismo (x11). Quanto maior a taxa de analfabetismo de uma população, menor será o seu grau de instrução. Em geral, atribui-se uma relação negativa entre o grau de instrução e o conhecimento contraceptivo. Um menor nível de educação, significa menor acesso à informação quanto à existência de métodos contraceptivos eficazes e, simultaneamente, uma maior relutância na sua utilização, o que implicará uma maior fecundidade realizada nos casais com menor grau de instrução. Todavia, se as taxas de analfabetismo feminino no grupo de idades (x9) e no distrito (x10), se encontram relacionadas positivamente com a taxa de fecundidade específica por idades, o mesmo não se verifica no caso da taxa de analfabetismo para ambos os sexos (x11). Neste último caso, nos grupos de idades 40 a 44 anos e 45 a 49 anos a relação observada é negativa.

Por último, encontram-se normalmente associadas positivamente a taxa de actividade masculina (x23) e a taxa de fecundidade observada. O aumento de actividade por parte do homem favorece um aumento de rendimento e de bem-estar das famílias que é propício a um aumento do número de filhos. Contudo, em Portugal, na década de 80, tal não se verifica, ou seja, a relação é, a partir do grupo de idades 20 a 24 anos, sempre negativa. O aumento de rendimento provocado por um aumento da actividade masculina poderá, eventualmente, passar a ser afectado

a outras actividades alternativas, o que implicará uma redução na dimensão familiar.

Consideremos em seguida os factores que poderão ter uma influência negativa. Destacamos, entre eles, a taxa de urbanização (x7); a proporção de mulheres que possuem como grau de instrução o ensino secundário, no grupo de idades (x12) e no distrito (x13); a proporção da população total do distrito que possui o mesmo grau de ensino (x14); a mobilidade geográfica quer no que se refere ao sexo feminino (x15), quer a ambos os sexos (x16); a idade média ao primeiro casamento das mulheres que casaram pela primeira vez antes dos 55 anos de idade (x17); a taxa de desemprego masculino (x20).

Uma taxa de urbanização (x7) elevada implica a adopção, por parte de uma cada vez maior faixa populacional, de um outro tipo de comportamento que, à partida, tenderá a reduzir a dimensão familiar. Na verdade, o casal passa a realizar a sua fecundidade em função de um esquema de vida novo, onde coexistem diferentes oportunidades nas quais este pretende dispendir rendimento, energia e tempo, e que, por esse facto, são competitivas relativamente aos filhos. Na verdade, em todos os distritos portugueses, a partir do grupo de idades 20 a 24 anos, a taxa de fecundidade específica por idades surge sempre negativamente associada ao grau de urbanização.

Uma proporção de mulheres com um grau de instrução mais elevado potencia uma menor fecundidade pelas razões contrárias às expostas quando comentámos a influência do analfabetismo feminino. Também nestas circunstâncias as motivações para ter filhos se alteram e surgem diferentes alternativas de ocupação

do tempo da mãe, o que pode provocar como consequência uma redução da fecundidade. Podemos observar que, a partir do grupo de idades 20 a 24 anos, qualquer uma das variáveis que medem a proporção de população com o ensino secundário, mulheres no grupo de idades (x12), no distrito (x13) e total no distrito (x14), está negativamente associada à taxa de fecundidade específica.

A mobilidade geográfica, quer feminina (x15), quer de ambos os sexos (x16), possibilita o confronto com novos sistemas de valores e novas atitudes face à vida. O grande fluxo migratório em Portugal dirige-se do campo para a cidade, do interior para o litoral. A nova zona de atracção da população caracteriza-se por uma baixa fecundidade, logo, um aumento da mobilidade em termos espaciais propiciaria, em princípio, uma menor fecundidade. No entanto, podemos observar que, pelo contrário, ao longo dos diferentes grupos de idades, a fecundidade aumenta na medida em que aumenta a mobilidade das populações. Uma razão para que tal suceda reside no facto de que os indivíduos, quando mudam de local de residência, fazem-no, na maior parte dos casos, nas idades activas mais jovens, logo, nas idades mais férteis. Será precisamente nessa altura do seu ciclo de vida que decidirão, simultaneamente, qual o número de filhos que desejam vir a ter e realizarão a sua fecundidade. Por outro lado, esses casais deslocam-se para regiões que lhes ofereçam melhores condições de trabalho, melhores salários, logo, passam a desfrutar de situações mais favoráveis a um aumento na fecundidade.

A variação da idade média ao primeiro casamento (x17) altera, à partida, o nível de fecundidade completa das famílias,

visto que quanto mais tardio for o casamento, menor a fecundidade potencial, porque menor o intervalo de tempo em que a mulher está exposta ao risco de gravidez. Todavia, a partir do grupo de idades 25 a 29 quanto mais elevada a idade média ao primeiro casamento, mais elevada a fecundidade realizada. Este facto poderá dever-se a uma menor utilização da contracepção por parte das mulheres com mais idade no interior do intervalo fértil.

No que se refere à taxa de desemprego masculino (x20), pelas razões inversas às expostas no caso da taxa de actividade masculina, consideramos que influencia negativamente a fecundidade. Um aumento do desemprego do homem, além de provocar uma redução no rendimento familiar, provoca graves desequilíbrios a nível familiar, gerados pela instabilidade da situação de falta de emprego, que conduzem na generalidade dos casos a uma diminuição do número de filhos. No caso português podemos verificar que, pelo contrário, a relação observada é sempre positiva. Esta situação poderá dever-se a uma imprecisão nos dados de base que subestimam largamente os desempregados existentes no país.

Finalmente, podemos observar alguns factores que poderão exercer um duplo efeito sobre a taxa de fecundidade específica por grupos de idades. Estão neste caso a taxa de desemprego das mulheres no grupo de idades (x18) e no distrito (x19); a taxa de actividade das mulheres por grupos de idades (x21); a taxa de actividade feminina no distrito (x22); as taxas de actividade das mulheres casadas, com e sem filhos, nos grupos de idades (x26) e no distrito (x27); as taxas de desemprego das mulheres casadas com filhos, no grupo de idades (x28) e no distrito (x29).

Quanto à questão da actividade da mulher, consideramo-la bastante complexa. Por um lado, existe um efeito positivo provocado por um aumento do rendimento total da família, o qual, provocará, *a priori*, um aumento do número de filhos. Por outro lado, causado pelo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, existe um outro efeito de sentido contrário, que tenderá a reduzir o número de filhos. Na verdade, um aumento de rendimento aumenta a possibilidade de aquisição de bens e serviços em maior quantidade, mas também de maior qualidade. Donde podemos concluir que um aumento do rendimento das famílias não implica directamente um aumento na quantidade de filhos nascidos, podendo antes motivar um aumento na "qualidade" dos filhos²⁶. Do ponto de vista da diminuição do rendimento em função de uma quebra da participação da mulher no mercado de trabalho, isto é, de um maior nível de desemprego feminino, este não significa, necessariamente, um aumento na quantidade de filhos nascidos em consequência de uma maior disponibilidade de tempo por parte da mãe. Pelo contrário, o casal poderá tentar igualar os padrões de comportamento do grupo social a que pertence e, para o conseguir, terá de manter uma dimensão familiar reduzida. Admitindo que o bem-estar físico e a aprovação social são objectivos, em termos gerais, de todo o ser humano, tanto a participação da mulher no mercado de trabalho, como uma baixa fecundidade constituem, nos dias de hoje, formas de favorecer a

²⁶Becker, G. S. & Lewis, H. G. (1973), "On the Interaction between the Quantity and Quality of Children", in *Journal of Political Economy*, 81.

realização desses objectivos²⁷. Além disso, os níveis de fecundidade e de emprego feminino, são, ambos, resultado de um processo de carreiras paralelas (profissional, familiar e pessoal), continuamente em interacção, num mesmo contexto psicológico, social e económico. Estas carreiras, embora paralelas, são simultâneas e competem em termos de recursos disponíveis²⁸. Cada pessoa tem uma quantidade de tempo escasso e de energia limitada para afectar ao mercado de trabalho e à família. No caso particular da mulher, estas carreiras atingem as suas fases cruciais sensivelmente no mesmo período do seu ciclo de vida. A mulher realiza a sua fecundidade e tem filhos pequenos, logo, mais exigentes em energia e tempo da mãe, na mesma faixa etária em que pretende atingir o máximo na escala profissional, sendo por conseguinte necessário afectar ao trabalho e à formação profissional mais tempo e energia, e ainda, sendo estes os anos em que a mulher é mais jovem, maior tenderá a ser o seu esforço de realização pessoal.

Alguns dos factores aqui referidos poderão ser eventualmente "substitutos" dada a forte correlação que existe entre eles (ver os quadros de resultados da análise de correlação entre todas as variáveis, nas páginas 551 a 564). Estão neste caso as seguintes variáveis: taxa de analfabetismo feminino (x10) e taxa de

²⁷Lindenberg, S., (1991), "Social Approval, Fertility and Female Labour Market Behaviour", in J. Siegers, J. Jong-Gierveld & E. van Imhoff, (eds.), *Female Labour Market Behaviour and Fertility, A Rational-choice Approach*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

²⁸Willekens, F., (1991), "Understanding the Interdependence between Parallel Careers", in J. Siegers, J. Jong-Gierveld & E. van Imhoff, (eds.), *Female Labour Market Behaviour and Fertility, A Rational-choice Approach*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg, pp. 11-31.

analfabetismo de ambos os sexos no distrito (x11); proporção de mulheres que possuem como grau de instrução o ensino secundário, no grupo de idades (x12), no distrito (x13), e proporção da população, com idêntico grau de instrução, no distrito (x14); mobilidade geográfica das mulheres (x15) e mobilidade geográfica de ambos os sexos (x16); taxa de desemprego feminino no grupo de idades (x18) e no distrito (x19); taxa de actividade das mulheres no grupo de idades (x21) e no distrito (x22); taxas de actividade das mulheres casadas com filhos não activos, no grupo de idades (x24), no distrito (x25), taxas de actividade das mulheres casadas com e sem filhos, no grupo de idades (x26) e no distrito (x27); taxa de desemprego das mulheres casadas com filhos, no grupo de idades (x28) e no distrito (x29); finalmente, a taxa de actividade feminina (x22) está fortemente correlacionada com as taxas de actividade das mulheres casadas com filhos não activos, no grupo de idades (x24) e no distrito (x25), e com as taxas de actividade das mulheres casadas com e sem filhos, no grupo de idades (x26) e no distrito (x27) (ver Quadros IX a XXII, nas páginas seguintes).

QUADRO IX
VARIÁVEIS SELECCIONADAS
GRUPO DE IDADES: 15 A 19 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv.Pad.	Min	Max
x1	18	.042306839	.010618942	.0252306	.06381914
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.099630576	.034103698	.048077915	.165756911
x5	18	.347459634	.03719433	.291114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.016155173	.005168963	.011663231	.033534802
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.413921569	.115101711	.240621462	.644641936
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.144332064	.039279108	.098414525	.231719583
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.258999557	.100019905	.122683525	.471220255
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.102768795	.042072388	.028596962	.189710617
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.341909103	.101019734	.157381609	.54394424
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.04291	.021458955	.009361702	.07694675
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO X
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
GRUPO DE IDADES: 15 A 19 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	-0.3993
x3	0.6168
x4	0.9718
x5	0.5805
x6	-0.6245
x7	0.4210
x8	-0.2048
x9	0.2710
x10	0.2278
x11	0.3572
x12	0.5222
x13	0.2311
x14	0.1529
x15	-0.1744
x16	-0.1630
x17	-0.2584
x18	0.4299
x19	0.5616
x20	0.1916
x21	-0.6808
x22	-0.5204
x23	0.4708
x24	-0.5335
x25	-0.5487
x26	-0.3412
x27	-0.3424
x28	0.4715
x29	0.7039

QUADRO XI
VARIÁVEIS SELECCIONADAS
GRUPO DE IDADES: 20 A 24 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv.Pad.	Min	Max
x1	18	.142667065	.013402957	.112493046	.174679801
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.530097516	.051750022	.427488536	.630644858
x5	18	.347459634	.03719433	.2911114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.02166444	.007218562	.013711152	.037793223
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.323318425	.085683473	.188772619	.508468449
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.117612186	.036821295	.076591022	.188182727
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.423733518	.112939294	.218891487	.65964824
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.267040822	.084347575	.137593746	.460477382
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.469975329	.124221444	.241604179	.708972871
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.051414215	.028542863	.019859329	.100087285
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO XII
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
GRUPO DE IDADES: 20 A 24 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	0.9031
x3	0.0504
x4	-0.2175
x5	-0.6795
x6	0.7195
x7	-0.8054
x8	0.6772
x9	0.3030
x10	0.4405
x11	0.3833
x12	-0.7544
x13	-0.8163
x14	-0.8282
x15	0.7130
x16	0.7156
x17	-0.0348
x18	-0.3772
x19	-0.2405
x20	0.2439
x21	-0.1999
x22	-0.2848
x23	-0.6524
x24	-0.1658
x25	-0.1980
x26	-0.4313
x27	-0.3779
x28	-0.5175
x29	-0.4232

QUADRO XIII
VARIÁVEIS SELECCIONADAS
GRUPO DE IDADES: 25 A 29 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv. Pad.	Min	Max
x1	18	.12936263	.016144244	.105778538	.159529477
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.815272361	.034746035	.722994089	.876649737
x5	18	.347459634	.03719433	.291114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.031870482	.010940545	.019735977	.057995979
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.159570606	.058719039	.088721454	.312878817
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.05676491	.025898818	.031293027	.109116301
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.50176591	.10588923	.335527629	.703928649
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.403867294	.093464629	.263534456	.607590616
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.518031327	.106552639	.33844468	.715521455
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.041038645	.023795007	.017342096	.083710946
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO XIV
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
GRUPO DE IDADES: 25 A 29 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	0.9402
x3	-0.2111
x4	-0.6012
x5	-0.8208
x6	0.8353
x7	-0.8062
x8	0.7061
x9	0.2471
x10	0.1334
x11	0.0454
x12	-0.7923
x13	-0.6792
x14	-0.6683
x15	0.5818
x16	0.5781
x17	0.2114
x18	-0.7257
x19	-0.4712
x20	0.1889
x21	0.0386
x22	0.0506
x23	-0.7444
x24	0.0759
x25	0.1676
x26	-0.1530
x27	-0.1078
x28	-0.7483
x29	-0.6976

QUADRO XV
VARIÁVEIS SELECCIONADAS
GRUPO DE IDADES: 30 A 34 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv. Pad.	Min	Max
x1	18	.076101757	.01574123	.055397991	.107161596
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.869668235	.028881404	.790594637	.923034132
x5	18	.347459634	.03719433	.291114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.05072543	.020076914	.024148772	.100678489
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.111475382	.046036686	.061320756	.253519952
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.0370561	.022336171	.015866209	.08623331
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.460229023	.095186052	.319982499	.651330292
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.400966095	.087036752	.270669281	.560316563
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.467771835	.091477668	.309368193	.656832576
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.032025462	.021967822	.011571145	.0824311
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO XVI
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
GRUPO DE IDADES: 30 A 34 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	0.9648
x3	-0.2249
x4	-0.6512
x5	-0.8149
x6	0.7632
x7	-0.7552
x8	0.7429
x9	0.1776
x10	0.0680
x11	0.0019
x12	-0.6308
x13	-0.6372
x14	-0.6353
x15	0.5335
x16	0.5301
x17	0.2828
x18	-0.6734
x19	-0.4651
x20	0.2958
x21	0.0241
x22	0.1075
x23	-0.7758
x24	0.0623
x25	0.2425
x26	-0.1416
x27	-0.0303
x28	-0.6509
x29	-0.6734

QUADRO XVII
VARIÁVEIS SELECCIONADAS
GRUPO DE IDADES: 35 A 39 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv. Pad.	Min	Max
x1	18	.037441534	.013611988	.023280773	.06725046
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.88099984	.028250706	.809322059	.932015181
x5	18	.347459634	.03719433	.291114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.10672377	.037242476	.049158949	.193919659
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.065443912	.034234677	.034773059	.178747848
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.030436106	.025718737	.010028249	.091816366
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.409259998	.084349366	.269810498	.59036845
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.344142069	.072015182	.228668943	.490661681
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.410217148	.078065822	.258410543	.580437481
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.025841818	.023303518	.007097232	.081032947
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO XVIII
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
GRUPO DE IDADES: 35 A 39 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	0.9604
x3	-0.1493
x4	-0.6329
x5	-0.7906
x6	0.6920
x7	-0.6994
x8	0.7724
x9	0.2205
x10	0.0927
x11	0.0487
x12	-0.4915
x13	-0.5983
x14	-0.6153
x15	0.4939
x16	0.4909
x17	0.3093
x18	-0.5577
x19	-0.4033
x20	0.4094
x21	-0.0142
x22	0.0565
x23	-0.8075
x24	0.0550
x25	0.2128
x26	-0.2183
x27	-0.0577
x28	-0.5457
x29	-0.6112

QUADRO XIX
VARIÁVEIS SELECCIONADAS
GRUPO DE IDADES: 40 A 44 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv. Pad.	Min	Max
x1	18	.014475643	.008199617	.006980746	.032749943
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.871781256	.02786346	.796512365	.914445043
x5	18	.347459634	.03719433	.291114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.285396562	.063182718	.138454005	.413852513
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.038368913	.026125383	.016258031	.129228398
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.025886372	.027136473	.00774165	.089823298
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.376604252	.077203887	.230187953	.530178905
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.271031227	.060748421	.166080847	.39160493
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.370685604	.073482197	.213312835	.507551312
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.017725494	.019313467	.00497992	.062109519
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO XX
ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
GRUPO DE IDADES: 40 A 44 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	0.9435
x3	-0.1783
x4	-0.6469
x5	-0.7814
x6	0.7060
x7	-0.6801
x8	0.7688
x9	0.2588
x10	0.0401
x11	-0.0055
x12	-0.4325
x13	-0.5769
x14	-0.5844
x15	0.4703
x16	0.4656
x17	0.2629
x18	-0.5198
x19	-0.4143
x20	0.3572
x21	0.0157
x22	0.0937
x23	-0.7858
x24	0.2319
x25	0.2501
x26	-0.2115
x27	-0.0214
x28	-0.4924
x29	-0.6223

QUADRO XXI
VARIÁVEIS SELECIONADAS
GRUPO DE IDADES: 45 A 49 ANOS

Variáv.	Obs	Média	Desv.Pad.	Min	Max
x1	18	.001988513	.001340307	.000586854	.00473613
x2	18	2.22171992	.301408466	1.78694439	2.76526666
x3	18	.937534769	.037901226	.828378201	.991460025
x4	18	.854030748	.02958465	.783563316	.894616902
x5	18	.347459634	.03719433	.291114897	.43807292
x6	18	.788232413	.16910129	.404822171	.941374302
x7	18	.343866979	.210326528	.083124749	.812108696
x8	18	.023716443	.006111271	.016769087	.038512617
x9	18	.365998885	.073836611	.187195733	.500459254
x10	18	.337064101	.05317271	.217734337	.421470404
x11	18	.298020681	.049927364	.196239904	.392039061
x12	18	.032817462	.024499548	.015961263	.118803941
x13	18	.09924467	.031867974	.061861027	.195670933
x14	18	.110152509	.034707841	.072855294	.213942528
x15	18	.829849586	.127454327	.462112099	.917850971
x16	18	.830560057	.125277304	.465202659	.919176102
x17	18	24.4006869	.461336013	23.6917362	25.4054222
x18	18	.022235025	.025699595	.004919016	.089495309
x19	18	.036069674	.013955632	.020788837	.063838333
x20	18	.024721194	.007021545	.016734984	.042406671
x21	18	.347086165	.06876135	.218077481	.504979014
x22	18	.227647301	.052315578	.136093527	.313028544
x23	18	.524719621	.024574418	.483782262	.558324516
x24	18	.188158816	.050446347	.123431325	.310365945
x25	18	.204625409	.062647448	.118303306	.327213228
x26	18	.336498213	.066646633	.196928829	.473740608
x27	18	.32772757	.074117553	.193060771	.458597302
x28	18	.010555891	.012177622	.002449855	.042140469
x29	18	.017866245	.011903968	.006539762	.042598318

QUADRO XXII
 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO
 GRUPO DE IDADES: 45 A 49 ANOS

	x1
x1	1.0000
x2	0.9268
x3	-0.1094
x4	-0.5737
x5	-0.7559
x6	0.6643
x7	-0.6723
x8	0.8098
x9	0.1904
x10	0.0220
x11	-0.0162
x12	-0.3726
x13	-0.5239
x14	-0.5418
x15	0.4280
x16	0.4249
x17	0.2245
x18	-0.5325
x19	-0.4698
x20	0.3923
x21	-0.0461
x22	0.0086
x23	-0.7810
x24	0.5025
x25	0.1803
x26	-0.2812
x27	-0.1116
x28	-0.5041
x29	-0.6469

Para concluir esta parte do nosso estudo utilizámos a análise de regressão a fim de determinar quais os factores que explicam a fecundidade em cada grupo de idades considerado.

Numa primeira fase, a nossa principal tarefa resumiu-se em procurar quais as variáveis que estavam relacionadas com a variável que pretendemos estudar, a taxa de fecundidade específica em cada grupo de idades, e qual a intensidade dessa relação. Após encontrar as variáveis com significado, em termos de modelo, passámos a concentrar a nossa atenção na capacidade explicativa dessas variáveis no comportamento do fenómeno em causa.

Procedemos a uma subdivisão da análise entre valores em função do grupo de idades e valores a nível de distrito. Na primeira situação, escolhemos como variável dependente a taxa de fecundidade geral específica no grupo de idades (x_1 = número de nascimentos no grupo de idades/número de mulheres no grupo de idades). Na segunda situação, a variável dependente passou a ser a descendência média (x_2 = número médio de filhos que cada mulher teria durante todo o seu ciclo de vida, se atravessasse o seu período fértil de acordo com as taxas de fecundidade específicas observadas no início da década, nos diferentes distritos).

As variáveis explicativas, de acordo com o modelo teórico, são as seguintes: o rácio homens/ mulheres no distrito (x_3); o rácio mulheres casadas no grupo de idades/ total de mulheres no grupo de idades (x_4); o rácio casamentos católicos/ total de casamentos no distrito (x_6); a taxa de urbanização no distrito (x_7); a taxa de mortalidade infantil no distrito (x_8); a taxa de analfabetismo feminino no grupo de idades (x_9); a

proporção de mulheres que possuem, como habilitação, o ensino secundário, no grupo de idades (x12); a taxa de mobilidade geográfica das mulheres (x15); a idade média ao primeiro casamento das mulheres que casaram pela primeira vez com menos de 55 anos, no distrito (x17); a taxa de actividade das mulheres no grupo de idades (x21); a taxa de actividade masculina (x23).

Numa segunda etapa, alterámos as variáveis correspondentes a uma análise específica por grupos de idades, introduzindo novas variáveis com os valores observados no distrito.

As análises de regressão foram calculadas através do programa SPSS, utilizando o método "stepwise"²⁹.

Os critérios estatísticos utilizados na construção das

²⁹O método "stepwise" resulta da combinação entre dois outros métodos que são igualmente apresentados pelo SPSS: o "forward" e o "backward". O processo inicia-se com o método "forward". O programa parte da situação em que nenhuma variável explicativa se encontra na equação, para em seguida considerar a que está mais correlacionada com a variável dependente e testar a hipótese da sua entrada. A variável entra na equação se o nível de significância da estatística F for superior a um determinado valor (o nível de significância crítico é de 0.05). Se a primeira variável entra na equação, o programa vai procurar uma segunda, aquela que tiver um maior coeficiente de correlação parcial com a variável dependente. O critério de entrada é idêntico ao que vigorou para o caso da primeira variável, mas exige-se simultaneamente que satisfaça um critério de tolerância mínima, uma vez que já existe uma variável dentro da equação (o nível de tolerância mínima admitido é de 0.01). Quando não for permitida a entrada de mais nenhuma variável na equação, o SPSS examina a hipótese de alguma variável sair passando a utilizar o método "backward". Este método parte da equação completa e passa a excluir a variável que apresentar um maior nível de significância na estatística F. A variável é excluída se esse nível de significância for maior que um determinado valor (o nível de significância crítico é igual a 0.10). Quando mais nenhuma variável puder sair, o SPSS retoma o método "forward", e assim sucessivamente, até que nenhuma variável satisfaça os critérios de saída ou de entrada. Cf. M. Lebre de Freitas, "Introdução ao SPSS/PC+", *Notas do Centro de Cálculo*, Nota n.6, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Maio, 1988, Lisboa.

equações foram os seguintes: Tolerância e Mínimo de Tolerância³⁰, (0.01), Probabilidade de entrada das variáveis seleccionadas, (0.10), Probabilidade de saída das variáveis, (0.11).

Iniciamos a apresentação dos resultados obtidos através da análise de regressão com os valores referentes ao grupo de idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos (ver Quadro XXIII, na página seguinte)³¹.

Podemos verificar que as variáveis utilizadas explicam, no seu conjunto, o comportamento da variável dependente. As variáveis significativas, a um nível de significância de 0.05, são apenas o rácio mulheres casadas no grupo de idades/ total de mulheres no grupo de idades, (x4), a taxa de mortalidade infantil, (x8), e a idade média das mulheres ao primeiro casamento. Assim, neste primeiro grupo de idades a fecundidade aumenta quando aumenta a proporção de mulheres casadas nesse grupo de idades e quando aumenta a mortalidade infantil; diminui quando aumenta a idade média ao primeiro casamento.

No caso do grupo de idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, o modelo continua a mostrar-se globalmente bastante significativo (ver Quadro XXIV, na página 210).

³⁰As variáveis têm de passar os testes de tolerância e tolerância mínima para entrarem e permanecerem na equação. Tolerância é a proporção da variância da variável não explicada por outras variáveis independentes na equação. O mínimo de tolerância associado a uma variável que esteja fora da equação é a menor tolerância que qualquer variável já existente na equação teria se a variável em questão fosse incluída.

³¹As estatísticas apresentadas para a equação são o R múltiplo, o R quadrado, o R quadrado ajustado e o desvio padrão da estimativa.

* * * * QUADRO XXIII * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .98628
 R Quadrado .97274
 R Quadrado Ajust. .96690
 Standard Error 1.931873E-03

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	3	.00186	.00062
Residual	14	.00005	.00000
F = 166.54486		Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
x4	.31266	.01468	1.00412	21.291	.0000
x8	.27112	.08254	.15603	3.285	.0054
x17	-2.57254E-03	1.04693E-03	-.11176	-2.457	.0277
(Constante)	.06750	.02555		2.642	.0193

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Parcial	Min Toler	T	Sig T
x3	-.05417	-.21052	.41171	-.776	.4514
x6	.05917	.20122	.31521	.741	.4721
x7	-.06869	-.31373	.56851	-1.191	.2548
x9	2.7214E-03	.01375	.62895	.050	.9612
x12	-.06876	-.29822	.51268	-1.126	.2803
x15	.01873	.09855	.69882	.357	.7268
x21	.04553	.18620	.40191	.683	.5064
x23	-.03673	-.13815	.38555	-.503	.6234

* * * * QUADRO XXIV * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .93048
 R Quadrado .86579
 R Quadrado Ajust. .82449
 Standard Error 5.615046E-03

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	4	.00264	.00066
Residual	13	.00041	.00003
F =	20.96499	Signif F =	.0000

----- Variáveis na Equação -----

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
x7	-.02631	.01265	-.41288	-2.079	.0579
x8	1.06283	.27376	.48461	3.882	.0019
x4	.10009	.03186	.38646	3.142	.0078
x12	-.05995	.03010	-.38326	-1.992	.0678
(Constante)	.09283	.01965		4.725	.0004

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x3	-.06597	-.10153	.25124	-.354	.7298
x6	.04023	.03745	.11631	.130	.8989
x9	-.02791	-.05133	.26175	-.178	.8616
x15	-.04585	-.06872	.20100	-.239	.8154
x17	.04801	.10164	.24201	.354	.7295
x21	.05188	.07071	.13270	.246	.8102
x23	-.19588	-.26622	.18926	-.957	.3576

Neste grupo de idades as variáveis significativas (a um nível de significância de 0.10), são a taxa de urbanização, (x7), e a proporção de mulheres que, no grupo de idades, possui como grau de instrução o ensino secundário, (x12). A fecundidade aumenta quando diminui o grau de concentração populacional no local onde a mulher reside e quando diminui o seu grau de instrução. A fecundidade varia positiva e significativamente (a um nível de significância de 0.05), com a taxa de mortalidade infantil (x8), e com o rácio de mulheres casadas no grupo de idades (x4).

Quanto ao grupo de idades entre os 25 e os 29 anos, podemos verificar que as variáveis utilizadas explicam, no seu conjunto, uma grande parte da variação da taxa de fecundidade geral neste grupo de idades (ver Quadro XXV, na página seguinte).

Conforme podemos observar, a fecundidade, neste grupo de idades, aumenta quando aumenta a taxa de mortalidade infantil, (x8), e quando aumenta a actividade da mulher; diminui quando aumenta o grau de urbanização. Todas as variáveis referidas são significativas, para um nível de significância de 0.05.

Observamos uma situação idêntica no grupo de idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos: a fecundidade varia significativamente, a um nível de significância de 0.05, em função da variação da taxa de mortalidade infantil (x8), da actividade da mulher (x21), e da taxa de urbanização. A fecundidade aumenta com o nível de mortalidade das crianças com menos de um ano de idade e com a participação da mulher no mercado de trabalho; diminui nas zonas de maior aglomeração populacional (ver Quadro XXVI, na página 213).

* * * * QUADRO XXV * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .95130
 R Quadrado .90497
 R Quadrado Ajust. .88461
 Standard Error 5.484012E-03

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	3	.00401	.00134
Residual	14	.00042	.00003
F = 44.44304		Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
x8	1.55543	.27710	.58879	5.613	.0001
x21	.06332	.01401	.41530	4.519	.0005
x7	-.04505	7.36926E-03	-.58696	-6.114	.0000
(Constante)	.07619	.01247		6.111	.0000

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x3	.11255	.26402	.52293	.987	.3417
x4	.13131	.29043	.42717	1.094	.2937
x6	-.02545	-.02968	.12922	-.107	.9164
x9	.03386	.03069	.07806	.111	.9135
x12	-.15085	-.21361	.18980	-.788	.4446
x15	-.14322	-.25603	.29417	-.955	.3570
x17	.04683	.14442	.56174	.526	.6076
x23	.03169	.05829	.32154	.211	.8365

* * * * QUADRO XXVI * * * *

* * * * REGRESSAO MÚLTIPLA * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .96486
 R Quadrado .93096
 R Quadrado Ajust. .91616
 Standard Error 4.557768E-03

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	3	.00392	.00131
Residual	14	.00029	.00002
F =	62.92611	Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variable	B	SE B	Beta	T	Sig T
x8	1.73743	.22529	.67453	7.712	.0000
x21	.08047	.01300	.48658	6.188	.0000
x7	-.04143	6.14548E-03	-.55363	-6.742	.0000
(Constante)	.01211	.01002		1.208	.2469

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x3	.16238	.40437	.42815	1.594	.1349
x4	.17494	.39242	.34738	1.538	.1480
x6	-.29280	-.41273	.13719	-1.634	.1263
x9	.07013	.13465	.25452	.490	.6323
x12	-.10363	-.15302	.15054	-.558	.5861
x15	-.15656	-.32927	.30416	-1.257	.2308
x17	.05098	.17969	.57333	.659	.5217
x23	-.03978	-.08469	.31292	-.306	.7641

No caso do grupo de idades 35 a 39 anos a análise de regressão continua a permitir concluir que o modelo é significativo. No entanto, na análise da variação em função dos valores observados no distrito, aparecem como significativas, a nível individual (a um nível de significância de 0.05), a taxa de mortalidade infantil (x8), a taxa de actividade das mulheres no grupo de idades (x21), a taxa de urbanização (x7), o rácio homens/mulheres (x3), a taxa de actividade masculina no distrito (x23). A fecundidade varia positivamente com a mortalidade infantil, com a participação da mulher na força de trabalho e como rácio homens/mulheres; pelo contrário, varia negativamente com a dimensão do local de residência e com o grau de actividade do homem (ver Quadro XXVII, na página seguinte).

No grupo de idades 40 a 44 anos também o conjunto de variáveis escolhido é significativo (a um nível de significância de 0.05). No entanto, apenas são significativas, para o mesmo nível de significância, a taxa de mortalidade infantil (x8), a taxa de actividade da mulher no grupo de idades (x21), o rácio homens/mulheres (x3), a taxa de actividade masculina no distrito (x23) e o rácio de casamentos católicos/total de casamentos (x6). A fecundidade aumenta quando aumenta a taxa de mortalidade infantil, a actividade da mulher, o rácio homens/mulheres. Pela primeira vez, a fecundidade varia positiva e significativamente com o rácio casamentos católicos/total de casamentos, isto é, neste grupo de idades, quanto mais religiosos forem os casais, maior será a sua fecundidade. Pelo contrário, a fecundidade aumenta quando diminui a taxa de actividade masculina (ver Quadro XXVIII, na página 216).

* * * * QUADRO XXVII * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .98090
 R Quadrado .96216
 R Quadrado Ajust. .94640
 Standard Error 3.151462E-03

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	5	.00303	.00061
Residual	12	.00012	.00001
F = 61.03046		Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
x8	1.10850	.20477	.49768	5.413	.0002
x21	.12112	.01573	.75055	7.701	.0000
x7	-.03372	6.16287E-03	-.52106	-5.472	.0001
x3	.17784	.03808	.49517	4.670	.0005
x23	-.20438	.05955	-.36898	-3.432	.0050
(Constante)	-.08631	.04245		-2.033	.0647

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x4	.29356	.35900	.05659	1.276	.2283
x6	-.10544	-.20006	.11526	-.677	.5123
x9	-9.685E-03	-.02691	.19682	-.089	.9305
x12	-.20136	-.38984	.13573	-1.404	.1879
x15	-.10015	-.28052	.19833	-.969	.3532
x17	.04648	.18295	.22467	.617	.5497

* * * * QUADRO XXVIII * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .97224
 R Quadrado .94524
 R Quadrado Ajust. .92243
 Standard Error 2.283718E-03

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	5	.00108	.00022
Residual	12	.00006	.00001
F =	41.43093	Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variable	B	SE B	Beta	T	Sig T
x8	.43782	.16173	.32631	2.707	.0191
x21	.09382	.01502	.88340	6.248	.0000
x3	.16391	.03666	.75765	4.472	.0008
x23	-.18582	.04169	-.55691	-4.457	.0008
x6	.02596	5.51304E-03	.53548	4.710	.0005
(Constante)	-.10788	.03653		-2.953	.0121

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x4	-.01103	-.01014	.04630	-.034	.9738
x7	-.21656	-.33276	.12928	-1.170	.2666
x9	-.03943	-.10650	.15887	-.355	.7291
x12	-.10464	-.24899	.15886	-.853	.4120
x15	-.12376	-.28062	.15857	-.970	.3531
x17	-.07497	-.22590	.15459	-.769	.4580

Finalmente, em relação ao último grupo de idades, 45-49 anos, o modelo continua a ser significativo e as variáveis significativas (a um nível de significância de 0.05) são apenas a taxa de mortalidade infantil (x8) e o rácio de mulheres casadas no grupo de idades (x4). A fecundidade aumenta quando aumenta a mortalidade infantil e quando diminui o rácio de mulheres casadas no grupo de idades (ver Quadro XXIX).

* * * * QUADRO XXIX * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: TFG (x1)

Método: Stepwise

R Múltiplo .89321
 R Quadrado .79782
 R Quadrado Ajust. .77086
 Standard Error 6.415750E-04

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	2	.00002	.00001
Residual	15	.00001	.00000
F =	29.59594	Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
x8	.15544	.02636	.70877	5.897	.0000
x4	-.01768	5.44550E-03	-.39015	-3.246	.0054
(Constante)	.01340	4.85266E-03		2.761	.0146

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x3	.32770	.30797	.17379	1.211	.2459
x6	.13380	.21941	.54362	.841	.4142
x7	-.23083	-.41700	.65982	-1.717	.1081
x9	.06858	.13026	.72944	.492	.6306
x12	-.15973	-.32524	.78470	-1.287	.2190
x15	.02859	.05587	.74489	.209	.8372
x17	-.13400	-.26366	.76538	-1.023	.3238
x21	-.13212	-.14225	.23435	-.538	.5992
x23	-.24846	-.36197	.42913	-1.453	.1683

Como conclusão, podemos verificar que a taxa de mortalidade infantil influencia positiva e significativamente, em todos os grupos de idades, a taxa de fecundidade específica; o que quer dizer que a fecundidade é maior nos distritos em que a mortalidade infantil também é mais elevada, uma vez que as mulheres, em todos os grupos de idades analisados, tendem a repor o número de filhos falecidos, de modo a manterem a fecundidade completa, no final do seu ciclo de vida, o mais próxima possível da fecundidade ideal. O casal preocupa-se com o número de filhos vivo e não com o número de filhos nascidos. Podemos observar, ainda, que, nas idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos, essa reposição toma um valor superior a 1.

O rácio mulheres casadas/total de mulheres no grupo de idades surge com uma influência significativa nos dois primeiros grupos de idades considerados e no último. No caso das idades até aos 24 anos essa influência é positiva. Isto é, numa situação em que a maioria das mulheres ainda não são casadas, a taxa de fecundidade observada será tanto maior quanto mais elevado for o número de mulheres casadas no total das mulheres, nessas idades. Quanto ao grupo de idades consideradas a partir dos 45 anos, existe um outro tipo de influências distintas que passa a ser relevante num período pós-fértil, como, por exemplo, o caso de uma maior proporção de viúvas com filhos, e que alteram os resultados da análise.

A idade média ao primeiro casamento das mulheres que casam antes dos 55 anos, apenas surge como significativa no grupo de idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Esta variável influencia negativamente a fecundidade observada neste grupo de

idades, isto é, a fecundidade aumenta quando a idade ao casamento baixa. Nos restantes grupos de idades, o tempo de casada não é uma variável significativa, embora dos 20 aos 39 anos tenha uma influência positiva; a partir dos 40 anos, em que a grande maioria das mulheres já atingiu a sua fecundidade completa, a influência passa a ser negativa. Considerando apenas as mulheres com mais de 40 anos, podemos dizer que têm mais filhos aquelas que casaram mais cedo. Nos grupos de idades intermédios, a mulher ainda não realizou totalmente a sua fecundidade, os modelos de comportamento contraceptivo foram alterados, e as mulheres que casam mais tarde podem concentrar a sua fecundidade num pequeno intervalo de tempo. Todavia, este tipo de conclusões só poderá ser verificado com uma análise similar a partir de dados desagregados, onde passamos a incluir, entre outras, uma variável que identifique as atitudes da mulher perante a contracepção.

Do mesmo modo a educação da mulher apenas é significativa no grupo de idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos; quanto maior a proporção de mulheres que possuem, como grau de instrução, o ensino secundário, menor a taxa de fecundidade observada. Esta relação observa-se em todos os grupos de idades, ou seja, o aumento da educação da mulher provoca, embora nem sempre significativamente, uma redução na fecundidade das populações. Também neste caso poderá ser relevante um melhor acesso à informação sobre contracepção, por parte das mulheres mais instruídas, e, simultaneamente, uma diminuição dos custos de uma utilização eficaz. Da mesma forma se justifica uma análise complementar a partir de dados desagregados.

A taxa de urbanização influencia negativa e

significativamente a fecundidade das mulheres entre os 20 e os 39 anos. As mulheres que residem em localidades onde se verifica uma menor concentração populacional têm um menor número de filhos. Nos restantes grupos de idades, a influência do urbanismo, embora não significativa, é sempre negativa. Daí podermos concluir que, em Portugal, no início da década de 80, a dimensão da localidade de residência afecta negativamente o número de filhos por casal, confirmando-se a diferenciação cidade-campo em termos de comportamento face à fecundidade.

Quanto ao comportamento das variáveis que medem a influência da participação da mulher e do homem no mercado de trabalho, os resultados obtidos pela análise surgem no sentido inverso do esperado. Embora nos grupos de idades em que a fecundidade é mais intensa, entre os 25 e os 39 anos, a taxa de actividade da mulher seja uma das variáveis significativas do modelo, a relação observada não é clara. Isto é, à partida espera-se que a fecundidade diminua quando aumente a participação da mulher no mercado de trabalho, observando-se, segundo os nossos dados, uma relação contrária para todos os grupos de idades com excepção do último. Se, por um lado, podemos igualmente esperar que um aumento de actividade da mãe possa provocar um aumento no rendimento total da família que incentive a fecundidade, por outro lado esse efeito não é suficientemente claro para aceitarmos de imediato essa explicação. Finalmente, também a relação taxa de actividade do homem/taxa de fecundidade específica, com excepção para o grupo de idades, 25 a 29 anos, não é pacífica. Assim, é de todo o interesse aprofundar a análise ao nível desagregado, uma vez que os indicadores tomados em

termos agregados podem conduzir a um enviesamento dos resultados.

Da mesma forma, também o comportamento da variável que mede o impacto do grau de religiosidade das populações no nível de fecundidade induz a uma investigação adicional. Podemos observar que a variável rácio de casamentos católicos/total de casamentos surge apenas como significativa no grupo de idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos; para as mulheres mais idosas, dentro do período fértil, a fecundidade varia positivamente com a religiosidade. Embora o mesmo se verifique nas idades até aos 24 anos (não sendo todavia estatisticamente significativa), nas idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos a relação passa a ser negativa, ou seja, quanto mais religiosas menos filhos. No entanto, consideramos que o grau de religiosidade dos casais deverá ser medido não pelo facto de contraírem um casamento civil ou celebrarem um casamento católico, mas, antes, pelo grau de compromisso perante a doutrina da Igreja Católica, pela intensidade da prática religiosa no quotidiano dos casais, e, em que medida esse comportamento afecta o comportamento reprodutivo dos casais.

Quanto à variável que mede o grau de mobilidade geográfica das mulheres, podemos observar que (embora sem significado estatístico), as mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 44 anos diminuem a sua fecundidade à medida que a sua mobilidade aumenta.

De seguida, pelo mesmo processo de análise, considerámos como variável dependente a descendência média (x_2), ou seja, passámos a utilizar como indicador da fecundidade das populações

o número médio de filhos que cada mulher existente na população teria durante o seu ciclo de vida, se atravessasse todo seu período fértil segundo o esquema de fecundidade observado nos diferentes grupos de idades, no início da década de 80. Como este indicador é calculado para o distrito, também as variáveis independentes são referentes ao distrito. Transitamos de uma análise em função de taxas de fecundidade específicas por grupos de idades para uma análise em termos de fecundidade total, isto é, de todos os grupos de idades (ver Quadro XXX, na página seguinte).

Como podemos verificar, o modelo é significativo. As variáveis significativas (a um nível de significância de 0.05), são a taxa de mortalidade infantil (x8), a taxa de urbanização (x7), a taxa de actividade da mulher, no distrito (x22), o rácio homens/mulheres (x3) e a taxa de analfabetismo feminino (x10); o rácio de casamentos católicos/total de casamentos (x6) é significativo a um nível de significância de 0.10. Assim, a descendência média varia entre os distritos do continente português, no início da década de 80, aumentando quando aumenta a mortalidade infantil, a actividade da mulher, o rácio homens/mulheres e a taxa de analfabetismo; por outro lado, aumenta quando diminui a taxa de urbanização e a religiosidade. De um modo que não é estatisticamente significativo, aumenta quando aumenta a proporção de mulheres casadas, e quando diminui a proporção de mulheres com o ensino secundário, a mobilidade geográfica das mulheres, a idade média ao primeiro casamento e a taxa de actividade masculina. A variação observada em função

* * * * QUADRO XXX * * * *

* * * * R E G R E S S A O M Ú L T I P L A * * * *

Variável Dependente: DM (x2)

Método: Stepwise

R Múltiplo .98078
 R Quadrado .96193
 R Quadrado Ajust. .94116
 Standard Error .07311

Análise de Variância

	GL	Soma de Quadrados	Quadrado Médio
Regressão	6	1.48560	.24760
Residual	11	.05880	.00535
F =	46.31775	Signif F = .0000	

----- Variáveis na Equação -----

Variável	B	SE B	Beta	T	Sig T
x8	37.50340	4.49591	.76041	8.342	.0000
x7	-1.13595	.21869	-.79268	-5.194	.0003
x22	5.05810	.94204	.87794	5.369	.0002
x3	3.46423	.84227	.43562	4.113	.0017
x10	1.85604	.72429	.32743	2.563	.0264
x6	-.56237	.27593	-.31551	-2.038	.0663
(Constante)	-2.85874	1.15447		-2.476	.0308

----- Variáveis fora da Equação -----

Variável	Beta In	Partial	Min Toler	T	Sig T
x5	.28528	.32376	.04904	1.082	.3046
x13	-.02706	-.04124	.08579	-.131	.8987
x15	-.13795	-.27582	.11068	-.907	.3855
x17	-.07087	-.22567	.09662	-.733	.4807
x23	-.14184	-.32699	.12338	-1.094	.2995

da mortalidade infantil, do urbanismo, do grau de instrução, do tempo de casada e da mobilidade geográfica da mulher, está de acordo com o proposto no modelo teórico; o mesmo não acontece no caso da religiosidade, e da participação da mulher e do homem no mercado de trabalho.

A comparação dos resultados da análise a nível dos diferentes grupos de idades em que subdividimos o período fértil com os da análise em termos de fecundidade total, leva-nos a concluir que as variáveis sugeridas pela perspectiva tradicional, em termos agregados, não esclarecem satisfatoriamente a diversidade observada no espaço português no início da década. O poder explicativo dos factores sociodemográficos determinantes da fecundidade, em termos clássicos, fica aquém das nossas expectativas. Ou seja, podemos dizer, em termos gerais, que se o conjunto de variáveis utilizado é estatisticamente significativo, numa análise do impacto de cada uma das variáveis, em termos individuais, na variação da fecundidade, a situação não é tão clara. Apenas podemos concluir que estas variáveis, elaboradas a partir de dados agregados, embora relevantes porque demonstram uma influência no comportamento da fecundidade, não possuem a capacidade explicativa ou preditiva da variação do fenómeno que à partida esperávamos do modelo. Assim, passamos a testar o mesmo modelo a partir de dados desagregados, de modo a podermos esclarecer as questões levantadas nesta etapa do nosso estudo.

Resta-nos abandonar o estudo dos determinantes da fecundidade em termos agregados e passarmos à análise dos mesmos determinantes em termos desagregados, ou seja, partindo de dados

individuais.

b) A partir de dados desagregados

Nos primeiros capítulos do nosso trabalho procedemos a uma análise exaustiva dos métodos e técnicas de análise da fecundidade passíveis de aplicação à situação portuguesa. Para além de uma primeira abordagem metodológica, apresentámos um estudo empírico que descreve a situação da fecundidade no nosso país na década de 80, quer num âmbito global nacional, quer em termos regionais, por distritos. Concluimos que a década de 80 é uma década privilegiada no que se refere à fecundidade, uma vez que é precisamente nos anos oitenta que, em Portugal, os indicadores demográficos apresentam os valores mais baixos alguma vez observados. Embora o actual baixo nível de fecundidade possa ser considerado como resultado de um processo de declínio que se instalou com carácter permanente nos anos sessenta, e se agravou nos anos setenta, foi, sem dúvida, na última década que o declínio se generalizou a todo o país. Repentinamente, o fenómeno adquiriu proporções inesperadas, uma vez que nada fazia prever uma quebra tão brusca e acentuada no número de nascimentos da população portuguesa. Com efeito, o declínio, súbita e simultaneamente, consolidou-se em todos os distritos do país e atingiu a sua mais grave dimensão. Se, por um lado, se vinha assistindo a um caminhar gradual, ao longo de aproximadamente duas décadas, para uma diminuição do nível de fecundidade no

conjunto do país, algumas regiões, contudo, ainda vinham oferecendo valores bastante acima dos observados a nível europeu, constituindo uma espécie de "reserva" de natalidade que conduzia a que o país, em termos médios, se caracterizasse por uma fecundidade elevada. No entanto, no final da década em estudo essas situações de elevada fecundidade tinham deixado de existir. Verificámos assim uma evolução global para o declínio, mas com ritmos e velocidades diferenciadas em termos regionais. No final da década, de acordo com os valores estimados, resultado de uma homogeneização de comportamentos ao nível de todo o país, Portugal ocupa o terceiro lugar da Europa com um dos mais baixos índices de fecundidade, apenas ultrapassado pela ex-República Federal da Alemanha, pela Espanha e pela Itália³². Considerámos, portanto, ser neste clima de transformação, ou melhor de radicalização do fenómeno, que teríamos as maiores probabilidades de sucesso ao procurar diagnosticar as razões que poderiam estar na base de todo este processo. Assim, situámos o nosso estudo num período de tempo compreendido entre 1979 e 1989, e, numa fase preliminar de análise das relações entre o comportamento fecundo e o comportamento de determinadas factores que o influenciariam, caracterizámos a sociedade portuguesa no início da década de 80 em função desses factores.

Não dispomos, em termos teóricos, de uma visão única explicativa do declínio da fecundidade no mundo, nem mesmo apenas no caso das situações de baixa fecundidade. Embora muito tenha sido escrito sobre o assunto, não existe um consenso sobre as

³²Valores estimados para 1992 pelo Population Reference Bureau, publicados no *World Population Data Sheet, 1992*.

causas do declínio, quer nos países que já atingiram níveis baixos de fecundidade, quer nos países onde o processo está ainda a iniciar-se. Não se observando uma causa única explicativa da queda dos valores dos nascimentos, fica-nos apenas a possibilidade de procurar razões que venham esclarecer a evolução do comportamento fecundo, em particular no caso português.

Na etapa imediatamente anterior do nosso estudo, face à natureza dos dados disponíveis a nível agregado, estabelecemos as relações entre o nível de fecundidade observado regionalmente, no início da década em análise, e os factores que poderiam ter motivado esses mesmos valores, procurando distinguir entre variáveis responsáveis e com capacidade explicativa e preditiva do comportamento reprodutivo da sociedade portuguesa nos dez anos seguintes. Orientámos o nosso trabalho de acordo com a perspectiva de análise mais generalizada, a análise sociodemográfica clássica dos factores determinantes da fecundidade. No entanto, os resultados não foram de modo nenhum esclarecedores uma vez que, embora resultasse significativa a capacidade explicativa conjunta das variáveis seleccionadas, a nível individual a análise mostrou-se inconclusiva. Assim, em nosso entender, julgámos conveniente abandonar o conceito de uma sociedade homogénea e coerente e aproximarmo-nos de um novo modelo explicativo, onde os indivíduos ou casais são enquadrados num processo de decisão, em função de um dado contexto social e das circunstâncias que lhe são inerentes. Neste novo modelo onde o indivíduo, ou o casal, surge como uma personalidade autónoma, as decisões deixam de ser primária e exclusivamente determinadas pelas normas tradicionais. Deste modo, embora ainda num mesmo

quadro de análise sociodemográfica, deixámos de utilizar na nossa investigação dados agregados e passámos a analisar registos pessoais. A primeira parte deste estudo micro-analítico foi exclusivamente preenchida com o tratamento da informação recolhida através do inquérito mais completo e pormenorizado que até à data foi realizado no nosso país nesta temática: o Inquérito Português à Fecundidade, de 1980/81.

O Instituto Nacional de Estatística justifica a realização de um inquérito específico à fecundidade em Portugal no âmbito de um programa mais vasto de estudos sobre o comportamento fecundo em todo o mundo, concretizado através do *World Fertility Survey* (WFS). Embora sustente a existência de uma boa capacidade informativa em termos de qualidade, extensão, detalhe e disponibilidade das séries estatísticas em Portugal, considera como particular a evolução recente da fecundidade. Tal resultaria, na opinião dos serviços oficiais de estatística portugueses, em virtude de alterações observadas na adopção e eficácia de práticas contraceptivas que, conseqüentemente, terão colocado a fecundidade como um fenómeno demográfico único, que teria deixado de manifestar um comportamento aleatório, em oposição às restantes variáveis microdemográficas. Em virtude deste facto novo, conclui pela necessidade da passagem, em termos metodológicos, de uma simples observação estatística de resultados para uma pesquisa dos factores que determinam o recurso a essa possibilidade de controlo de um fenómeno até aqui em grande medida regido pelo acaso.

Será fundamentalmente nesta linha que irá ser desenvolvido o nosso trabalho, nesta nova perspectiva de análise, a partir de

dados desagregados, dos factores sociodemográficos determinantes da fecundidade. No entanto, a nossa preocupação ultrapassará a questão da contracepção, cujo impacte, certamente bastante importante na evolução recente da fecundidade, não pode, sob pena de se incorrer numa justificação demasiado simplista, ser considerado como o único responsável pela inversão e posterior manutenção de uma tendência.

Começaremos por uma breve referência aos dados que serviram de base a este segundo tipo de estudo, micro-analítico, dos factores sociodemográficos determinantes da fecundidade em Portugal. Os dados individuais utilizados foram os apurados através do Inquérito Português à Fecundidade (IPF)³³. Este Inquérito faz parte de um projecto a nível mundial estabelecido com o objectivo de coordenar toda a investigação internacional sobre o tema da fecundidade humana. O WFS, único na sua dimensão e importância, tem vindo a constituir o suporte de muitos estudos empíricos nos últimos anos. Embora os métodos de amostragem tenham variado de país para país, todos os inquéritos foram realizados em duas fases. A primeira fase foi constituída por um inquérito ao agregado familiar, onde foi recolhida a informação demográfica de base, quer sobre cada um dos membros do agregado, quer sobre as características do próprio agregado. O inquérito ao agregado teve igualmente por finalidade identificar as mulheres que satisfaziam as condições de elegibilidade para a entrevista, na segunda fase do projecto. Nalguns países estas

³³Os dados do Inquérito Português à Fecundidade (IPF), foram cedidos pelo Dynamic Data Base (DDB), do *International Statistical Institute Research Centre*, na Holanda, mediante acordo com o Instituto Nacional de Estatística e a Universidade de Évora, Departamento de Sociologia.

condições reuniam todas as mulheres alguma vez casadas com idade inferior a 50 anos, noutros países, onde se inclui Portugal, todas as mulheres alguma vez casadas³⁴, com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos. Normalmente, para investigação posterior, é possível relacionar os dados do inquérito ao agregado e os dados do inquérito individual. Nalguns países foi recolhida informação adicional através de uma série de "módulos" opcionais, em que os mais utilizados foram os módulos referentes à regulação da fecundidade, ao planeamento familiar e aos factores outros que não a contracepção que afectam a fecundidade. Foram utilizados com menor frequência módulos respeitantes ao aborto induzido e às influências económicas na fecundidade.

O questionário individual utilizado em Portugal teve por base o questionário básico do inquérito-WFS para países de baixa fecundidade, tendo sido introduzido um módulo suplementar sobre planeamento familiar. O questionário foi composto por oito secções distintas que abrangeram a caracterização da entrevistada, a história da gravidez, o grau de conhecimento contraceptivo, a regulação anterior da fecundidade, a história do casamento, a regulação actual da fecundidade, a história do trabalho e, finalmente, a caracterização do marido. A fase de recolha da informação decorreu de Novembro de 1979 a Julho de 1980, tendo sido obtidas 5148 entrevistas completas.

³⁴A mulher seleccionada para a entrevista terá de, necessariamente, ter sido alguma vez casada, isto é, "casada actualmente ou anteriormente, entendendo-se esta situação como uma situação de facto, independente de um eventual vínculo legal ou religioso" (in *Inquérito Português à Fecundidade, Relatório Principal, Volume I: Metodologia e Resultados*, Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1980, pag. 62).

O nosso trabalho iniciou-se com a selecção das variáveis necessárias ao estudo das relações entre a fecundidade e os factores, que denominamos globalmente de sociodemográficos, que a afectam, em função do modelo classicamente proposto neste tipo de análise. A listagem das variáveis seleccionadas constam dos Quadros XXXI e XXXII (ver quadros nas páginas seguintes). O passo seguinte consistiu na exclusão de todas as entrevistas que não continham informação precisa, situações de resposta incorrecta no caso de alguma das variáveis seleccionadas, ou em que a resposta era "não sabe", "não respondeu", "não foi aplicada", "não foi indicada", ou não tenha mesmo sido apurada. No final desta fase dispúnhamos de 3484 entrevistas completas e correctas, que constituíram a base de todo o nosso estudo micro-analítico.

QUADRO XXXI

Variáveis usadas

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
a1	Data do nascimento	536.77	97.04
a4	Idade (grupos quinquenais)		
	1- <20 anos	1.26%	
	2- 20-24 anos	9.93%	
	3- 25-29 anos	17.54%	
	4- 30-34 anos	19.95%	
	5- 35-39 anos	18.43%	
	6- 40-44 anos	17.05%	
	7- 45-49 anos	15.84%	
a5	Início da união	803.49	91.34
a6	Estatuto da união		
	1- Casada	97.33%	
	2- Viúva	1.00%	
	3- Divorciada	0.66%	
	4- Separada	1.00%	
a20	1. Casamento Dissolvido		
	0- Não	97.33%	
	1- Sim	2.67%	
a21	2. Casamento		
	0- Não	0.00%	
	1- Sim	2.67%	
	88- Não dissolvido	97.33%	
a25	Idade ao 1. casamento		
	1- <15 anos	1.15%	
	2- 15-17 anos	8.93%	
	3- 18-19 anos	17.88%	
	4- 20-21 anos	22.47%	
	5- 22-24 anos	28.76%	
	6- 25-29 anos	17.80%	
	7- 30 e+ anos	3.01%	
a26	Meses passados casada	157.45	90.77
a29	Anos desde o 1. casamento		
	1- <5 anos	17.05%	
	2- 5-9 anos	22.07%	
	3- 10-14 anos	20.64%	
	4- 15-19 anos	18.86%	
	5- 20-24 anos	13.66%	
	6- 25-29 anos	6.89%	
	7- 30 e+ anos	0.83%	
a32	Número de filhos nascidos	2.28	1.58
	0 filhos	0.77%	
	1 filho	32.15%	
	2 filhos	38.49%	
	3 filhos	14.55%	
	4 filhos	6.23%	
	5 filhos	3.04%	
	6 filhos	2.10%	
	7 filhos	1.09%	
	8 filhos	0.66%	
	9 filhos	0.23%	
	10 filhos	0.29%	
	11 filhos	0.20%	
	12 filhos	0.06%	
	13 filhos	0.06%	
	14 filhos	0.03%	
	15 filhos	0.06%	

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
a33	Número de filhos vivos	2.15	1.43
	0 filhos	1.03%	
	1 filho	34.07%	
	2 filhos	39.84%	
	3 filhos	12.97%	
	4 filhos	5.54%	
	5 filhos	2.84%	
	6 filhos	1.95%	
	7 filhos	0.80%	
	8 filhos	0.32%	
	9 filhos	0.23%	
	10 filhos	0.20%	
	11 filhos	0.11%	
	13 filhos	0.09%	
a36	Número de filhos vivos		
	1- <3 filhos	74.94%	
	2- 3 filhos	12.97%	
	3- 4 filhos	5.54%	
	4- 5 e+ filhos	6.54%	
a43	Filhos nascidos nos primeiros 5 anos		
	0 filhos	3.99%	
	1 filho	40.01%	
	2 filhos	29.51%	
	3 filhos	8.07%	
	4 filhos	1.23%	
	5 filhos	0.11%	
	6 filhos	0.03%	
	88- União <5 anos	17.05%	
a48	Espera futuro nascimento		
	1- Sim	21.81%	
	2- Não	69.06%	
	3- Indecisa	2.41%	
	88- Não fecunda	6.72%	
a52	Desejo da última gravidez		
	1- Desejada	56.20%	
	2- Não desejada	42.02%	
	3- Indecisa	1.78%	
a53	Ult. gravidez n. desejada		
	1-Desejada ou indecisa	57.98%	
	2-Não desejada	42.02%	
a54	Prefere que o próximo filho seja um rapaz		
	0- Não	11.28%	
	1- Sim	8.12%	
	88- Não aplicada	80.57%	
	99- Não indicada	0.03%	
a55	Prefere que o próximo filho seja uma rapariga		
	0- Não	11.11%	
	1- Sim	8.30%	
	88- Não aplicada	80.57%	
	99- Não indicada	0.03%	
a58	Número total de filhos	2.39	1.21
a60	N. desejado: N. vivo		
	1- Desejado < Vivo	15.13%	
	2- Desejado = Vivo	45.32%	
	3- Desejado > Vivo	39.55%	

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a61	Tipo de método conhecido		
	1- Nenhum	0.83%	
	2- Ineficiente	0.92%	
a62	3- Eficaz	98.25%	
	Conhecimento contraceptivo		
	0- Não	0.83%	
a63	1- Sim	99.17%	
	Eficácia contraceptiva		
	1- Nenhum	13.29%	
a64	2- Ineficiente	37.03%	
	3- Eficaz	49.68%	
	Utilização de contracepção		
a65	0- Não	13.29%	
	1- Sim	86.71%	
	Tipo de método actual		
a69	1- Não utiliza	15.76%	
	2- Ineficiente	35.48%	
	3- Eficaz	38.32%	
	88-Não exposta	10.45%	
a71	Região de residência		
	1- Lisboa	8.84%	
	2- Porto	3.42%	
	3- > 20000 habitantes	13.23%	
	4- 10000 a 19999	9.53%	
a72	5- < 10000 habitantes	64.98%	
	Local de residência na infância		
	1- Rural	56.20%	
a73	2- Vila	22.39%	
	3- Cidade	21.41%	
	Nível de instrução		
	0- Não foi à escola	7.75%	
	1- Primária incompleta	21.18%	
	2- Primária completa	43.20%	
	3- Secundário inc.	19.09%	
4- Secundário completo	2.70%		
a74	5- Superior inc.	3.96%	
	6- Superior completo	2.12%	
a75	Grau de alfabetização		
	1- Sabe ler	91.50%	
a76	2- Não sabe ler	8.50%	
	Religião		
	1- Católica	91.73%	
a77	2- Outra	2.07%	
	3- Nenhuma	6.20%	
	Trabalhou antes do primeiro casamento		
a78	0- Não	27.06%	
	1- Sim	72.94%	
a79	Situação perante o trabalho antes do casamento		
	0- Nunca trabalhou	19.14%	
	1- Só antes de casar	10.39%	
	2- Depois, não agora	1.69%	
	3- Antes, dep., n.agora	13.78%	
	4- Agora, não antes	6.23%	
5- Agora e antes	48.77%		

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
a77	Última ocupação antes do casamento		
	0- Nunca trabalhou	29.54%	
	1- Profissão liberal	7.92%	
	2- Administração Sup.	0.23%	
	3- Emp. de Escritório	11.71%	
	4- Comércio	6.17%	
	5- Serviços	12.51%	
	6- Agricultura e Pescas	13.75%	
	7- Trab.Especializado	18.14%	
	8- Trab.N.Especializado	0.03%	
a78	Situação na profissão depois do casamento		
	1- Trab.fam.rem.	2.01%	
	2- Trab.fam.n.rem.	1.29%	
	3- Trab.conta outrem	52.12%	
	4- Membro de coop.	0.66%	
	5- Trab.c.prop.s/emp.	12.86%	
	6- Trab.c.prop.c/emp.	1.52%	
	7- Não trab. dep. cas.	29.54%	
a81	Instrução do marido		
	0- Não foi à escola	9.67%	
	1- Primária incompleta	50.86%	
	2- Primária completa	24.05%	
	3- Secundário inc.	3.59%	
	4- Secundário completo	2.58%	
	5- Superior inc.	4.71%	
	6- Superior completo	4.54%	
a82	Alfabetização do marido		
	1- Sabe ler	94.46%	
	2- Não sabe ler	5.54%	
a83	Ocupação do marido		
	1- Profissão liberal	6.97%	
	2- Administração Sup.	3.13%	
	3- Emp. de Escritório	15.70%	
	4- Comércio	9.16%	
	5- Serviços	6.29%	
	6- Agricultura e Pescas	10.16%	
	7- Trab.Especializado	48.25%	
	8- Trab.N.Especializado	0.34%	
a89	Sempre viveu nesta localidade		
	0- Não	66.45%	
	1- Sim	33.55%	
a90	Escolaridade da mulher (em anos)	4.86	3.49
a91	Anos de trabalho após a primeira união	7.18	8.43
a93	Trabalhou no intervalo da primeira gravidez		
	0- Não	39.81%	
	1- Sim	60.19%	
a94	Escolaridade do marido (em anos)	5.61	3.72
a96	Idade do marido (em anos)	37.96	8.80

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a97	Local de nascimento		
	1- Portugal	97.01%	
	2- Angola	1.35%	
	3- Guiné	0.06%	
	4- Mocambique	0.63%	
	5- Outros	0.95%	
a99	Frequência na assistência serviços religiosos		
	1- Uma e + vezes/semana	31.83%	
	2- 2 a 3 vezes/mês	14.27%	
	3- Ocasões especiais	34.01%	
	4- Nunca	13.69%	
	88- Sem religião	6.20%	
a100	Filhos desejados ao 1.cas.		
	0 filhos	0.52%	
	1 filho	5.68%	
	2 filhos	23.79%	
	3 filhos	5.31%	
	4 filhos	2.07%	
	5 filhos	0.77%	
	6 filhos	0.57%	
	7 e+ filhos	0.35%	
	88- Não aplicada	60.68%	
	99- Não indicada	0.26%	
a101	1.Filho desejado mais cedo ou mais tarde		
	1- Logo que possível	18.48%	
	2- Depois de algum tempo	18.08%	
	3- Não importa	2.01%	
	4- Outra resposta	0.23%	
	87- Não quis filhos	0.52%	
	88- Não sabe	60.68%	
a102	Tempo preferido antes da primeira gravidez		
	1- < 1 ano	1.84%	
	2- 1 < 2 anos	7.84%	
	3- 2 < 3 anos	5.86%	
	4- 3 < 4 anos	1.61%	
	5- 4 < 5 anos	0.37%	
	6- 5 e+ anos	0.40%	
	7- Assim que possível	18.48%	
	88- Não aplicada	63.43%	
	99- Não indicada	0.17%	
a103	Número de filhos desejados pelo marido ao 1.casamento		
	0 filhos	0.60%	
	1 filho	4.19%	
	2 filhos	16.99%	
	3 filhos	3.44%	
	4 filhos	1.23%	
	5 filhos	0.75%	
	6 filhos	0.34%	
	7 e+ filhos	0.37%	
	88- Nunca falou c/marido	71.56%	
	99- Não indicada	0.52%	
a104	Desejaria mais um filho		
	1- Mais um	57.81%	
	2- Menos um	38.40%	
	9- N.D.	0.80%	
	88-Não quer nada	2.99%	

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
a105	Número de filhos ideal para uma família portuguesa	2.34	.80
	0 filhos	0.86%	
	1 filho	3.73%	
	2 filhos	65.73%	
	3 filhos	22.33%	
	4 filhos	5.71%	
	5 filhos	0.89%	
	6 filhos	0.57%	
	7 filhos	0.06%	
	8 filhos	0.06%	
	9 filhos	0.03%	
10 filhos	0.03%		
a106	Número de filhos ideal para uma família como a da respondente	2.25	.94
	0 filhos	1.95%	
	1 filho	8.41%	
	2 filhos	64.27%	
	3 filhos	18.14%	
	4 filhos	5.14%	
	5 filhos	0.86%	
	6 filhos	0.69%	
	7 filhos	0.29%	
	8 filhos	0.11%	
	9 filhos	0.06%	
	10 filhos	0.06%	
11 filhos	0.03%		
a115	Razão mais importante para desejar mais filhos		
	1- Quer um rapaz	0.77%	
	2- Quer uma rapariga	1.35%	
	3- Gosta de crianças	1.29%	
	4- Vantagens económicas	0.03%	
	5- Ter descendência	0.17%	
	6- Vontade de Deus	0.26%	
	7- País precisa de pop.	0.00%	
	8- Outras razões	1.21%	
	87- Tem 0 ou 1 filho	16.73%	
	88- Não aplicada	78.19%	
a126	Razão mais importante para não desejar mais filhos		
	1- Razões de saúde	8.30%	
	2- Demasiada idade	13.12%	
	3- Quer trabalhar	2.01%	
	4- Razões económicas	30.22%	
	5- Alojamento	1.72%	
	6- Excesso trab. domést.	1.03%	
	7- Falta de facilidades	0.52%	
	8- Quer mais instrução	0.40%	
	9- Excesso de população	0.20%	
	10- Outras razões	12.83%	
88- Não aplicada	29.65%		

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a135	Razão mais importante para mudar de opinião		
	1- Não necessitar trab.	0.60%	
	2- Trab.em part-time	0.09%	
	3- > salário do marido	3.82%	
	4- > salário da mulher	0.09%	
	5- > abonos de família	0.03%	
	6- Melhor alojamento	1.09%	
	7- Outras facilidades	0.32%	
	8- Outras razões	3.82%	
	87- Não mudaria de ideia	60.51%	
	88- Não aplicada	29.65%	
a136	Trabalhou entre o casamento e a 1.gravidez		
	1- Sim	60.19%	
	2- Não	39.81%	
a137	Trabalhou depois da primeira gravidez		
	1- Sim	59.90%	
	2- Não	40.10%	
a141	Anos de trabalho depois do primeiro casamento		
	0- Não trabalhou	29.54%	
	1- < 1 ano	2.67%	
	2- 1 a 2 anos	7.86%	
	3- 3 a 4 anos	10.48%	
	4- 5 a 6 anos	7.66%	
	5- 7 a 8 anos	6.89%	
	6- 9 a 10 anos	3.19%	
	7- 10 e+ anos	31.57%	
	99- N.D.	0.14%	
a142	Actualmente a trabalhar		
	0- Não	45.01%	
	1- Sim	54.99%	
a145	Rendimento mensal (em 1000 escudos)		
	0- 01 a 21	45.01%	
	1- 22 a 29	1.81%	
	2- 30 a 45	16.16%	
	3- 46 a 49	18.03%	
	4- 49 a 64	11.39%	
	5- 65 a 69	5.71%	
	6- 70 a 99	1.41%	
	7- + de 99	0.49%	
a146	Situação da mulher não trabalhadora		
	1- Estudante	0.20%	
	2- Desempregada	4.79%	
	3- Reformada	1.26%	
	4- Doméstica	38.46%	
	5- Outra	0.29%	
	88- Empregada	54.99%	
a150	Situação de trabalho do marido		
	1- Desempregado	1.03%	
	2- Reformado	1.72%	
	3- Estudante	0.03%	
	4- Outra	0.72%	
	88- Empregado	96.50%	

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a151	Rendimento mensal marido		
	1- 22 a 29	0.32%	
	2- 30 a 45	5.05%	
	3- 46 a 49	26.66%	
	4- 49 a 64	40.30%	
	5- 65 a 69	14.93%	
	6- 70 a 99	6.80%	
a152	7- + de 99	5.94%	
	Casada pela primeira vez há mais de 10 anos		
a154	0- Não	39.12%	
	1- Sim	60.88%	
a154	Filhos nascidos nos segundos 5 anos de casamento		
	0 filhos	26.87%	
	1 filho	23.62%	
	2 filhos	5.97%	
	3 filhos	1.87%	
	4 filhos	0.55%	
	5 filhos	0.06%	
a159	88- Não aplicada	41.07%	
	1.Nascimento nos primeiros cinco anos de casamento		
	0- Não	3.82%	
	1- Sim	92.25%	
a160	66- Intervalo negativo	3.93%	
	Planeamento do 1.nascimento		
	1- Não usou contracepção	72.76%	
	2- Grávida enq. usava	7.84%	
	3- Parou p. engravidar	13.66%	
	4- Desejou a gravidez	0.66%	
	5- Não desejou a grav.	1.15%	
a161	66- Intervalo negativo	3.93%	
	2.Nascimento nos primeiros dez anos de casamento		
	0- Não	4.54%	
	1- Sim	63.55%	
a162	66- Intervalo negativo	0.40%	
	88- Não aplicada	31.52%	
	Planeamento do 2.nascimento		
	1- Não usou contracepção	32.41%	
	2- Grávida enq. usava	19.23%	
	3- Parou p. engravidar	13.20%	
	4- Desejou a gravidez	0.57%	
a163	5- Não desejou a grav.	2.67%	
	66- Intervalo negativo	0.40%	
	88- Não aplicada	31.52%	
	Planeamento do último nasc ou actual gravidez		
a163	1- Não usou contracepção	48.42%	
	2- Grávida enq. usava	26.12%	
	3- Parou p. engravidar	20.18%	
	4- Desejou a gravidez	0.83%	
	5- Não desejou a grav.	4.45%	

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a164	Número total de gravidezes	2.70	2.02
	1 gravidez	25.98%	
	2 gravidezes	34.85%	
	3 gravidezes	17.48%	
	4 gravidezes	9.13%	
	5 gravidezes	4.82%	
	6 gravidezes	2.93%	
	7 gravidezes	1.87%	
	8 gravidezes	0.92%	
	9 gravidezes	0.75%	
	10 gravidezes	0.52%	
	11 a 34 gravidezes	0.78%	
a165	N. de gravidezes desejadas	1.62	1.39
	0 gravidezes	12.17%	
	1 gravidez	44.17%	
	2 gravidezes	28.47%	
	3 gravidezes	8.67%	
	4 gravidezes	3.13%	
	5 gravidezes	1.35%	
	6 gravidezes	0.80%	
	7 gravidezes	0.52%	
	8 gravidezes	0.32%	
	9 gravidezes	0.14%	
	10 gravidezes	0.00%	
11 a 20 gravidezes	0.27%		
a166	N. de falhas contracept.	.67	1.38
	0 falhas	65.30%	
	1 falha	19.63%	
	2 falhas	7.84%	
	3 falhas	3.39%	
	4 falhas	1.87%	
	5 falhas	0.77%	
	6 falhas	0.52%	
	7 falhas	0.17%	
	8 falhas	0.20%	
	9 falhas	0.03%	
	10 falhas	0.06%	
11 a 23 falhas	0.24%		
a167	N. gravidezes n. desejadas	.13	.64
	0 gravidezes	93.37%	
	1 gravidez	3.96%	
	2 gravidezes	1.26%	
	3 gravidezes	0.66%	
	4 gravidezes	0.34%	
	5 gravidezes	0.14%	
	7 gravidezes	0.11%	
	8 gravidezes	0.03%	
	9 gravidezes	0.06%	
	10 gravidezes	0.03%	
	11 gravidezes	0.03%	

QUADRO XXXI

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
a168	N. falhas no espaçamento entre os nascimentos	.27	.71
	0 falhas	81.57%	
	1 falha	13.66%	
	2 falhas	3.19%	
	3 falhas	0.77%	
	4 falhas	0.46%	
	5 falhas	0.09%	
	6 falhas	0.11%	
	7 falhas	0.06%	
	8 falhas	0.03%	
	9 falhas	0.03%	
	11 falhas	0.03%	
di	Diferença para o óptimo di= a106-a33	.09	1.35
do	Diferença para o óptimo (em valor absoluto)	.84	1.06
doeb	Diferença para o óptimo em relação ao número de fi- lhos nascidos (a106-a32)	-.04	1.49
ts	Tempo de solteira ts= a5-a1	266.72	44.68
tm	Taxa de mortalidade tm=(a32-a33)/a32	.04	.12

QUADRO XXXII

Variáveis usadas

Conjunto de mulheres com mais de 40 anos de idade

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a4	Idade (grupos quinquenais)		
	6- 40-44 anos	51.83%	
	7- 45-49 anos	48.17%	
a26	Meses passados casada	253.92	59.77
a32	Número de filhos nascidos		
	1 filho	20.33%	
	2 filhos	35.86%	
	3 filhos	17.45%	
	4 filhos	9.69%	
	5 filhos	5.76%	
	6 filhos	4.45%	
	7 filhos	2.36%	
	8 filhos	1.57%	
	9 filhos	0.70%	
	10 filhos	0.61%	
	11 filhos	0.61%	
	12 filhos	0.17%	
	13 filhos	0.17%	
	14 filhos	0.09%	
	15 filhos	0.17%	
a33	Número de filhos vivos		
	0 filhos	0.35%	
	1 filho	22.77%	
	2 filhos	37.78%	
	3 filhos	15.97%	
	4 filhos	8.90%	
	5 filhos	5.50%	
	6 filhos	4.36%	
	7 filhos	1.75%	
	8 filhos	0.79%	
	9 filhos	0.61%	
	10 filhos	0.61%	
	11 filhos	0.35%	
	13 filhos	0.26%	
a63	Eficácia contraceptiva		
	1- Nenhum	17.10%	
	2- Ineficiente	49.65%	
	3- Eficaz	33.25%	
a64	Utilização de contracepção		
	0- Não	17.10%	
	1- Sim	82.90%	
a69	Região de residência		
	1- Lisboa	10.82%	
	2- Porto	4.36%	
	3- > 20000 habitantes	13.87%	
	4- 10000 a 19999	8.29%	
	5- < 10000 habitantes	62.65%	
a71	Local de residência na infância		
	1- Rural	57.94%	
	2- Vila	21.73%	
	3- Cidade	20.33%	
a74	Religião		
	1- Católica	93.11%	
	2- Outra	2.18%	
	3- Nenhuma	4.71%	

QUADRO XXXII

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a77	Última ocupação antes do casamento		
	0- Nunca trabalhou	28.01%	
	1- Profissão liberal	6.46%	
	2- Administração Sup.	0.17%	
	3- Emp. de Escritório	7.94%	
	4- Comércio	5.93%	
	5- Serviços	14.92%	
	6- Agricultura e Pescas	20.86%	
	7- Trab.Especializado	15.71%	
a89	Sempre viveu nesta localidade		
	0- Não	64.57%	
	1- Sim	35.43%	
a90	Escolaridade da mulher		
	(em anos)	3.71	3.46
a91	Anos de trabalho após a primeira união	11.91	10.67
a94	Escolaridade do marido		
	(em anos)	4.98	3.90
a99	Frequência na assistência serviços religiosos		
	1- Uma e + vezes/semana	36.74%	
	2- 2 a 3 vezes/mês	17.89%	
	3- Ocasões especiais	30.89%	
	4- Nunca	9.77%	
	88- Sem religião	4.71%	
a100	Filhos desejados ao 1.cas.		
	0 filhos	0.79%	
	1 filho	4.89%	
	2 filhos	14.92%	
	3 filhos	4.36%	
	4 filhos	2.01%	
	5 filhos	0.79%	
	6 filhos	0.79%	
	7 e+ filhos	0.62%	
	88- Não aplicada	70.24%	
	99- Não indicada	0.61%	
a103	Número de filhos desejados pelo marido ao 1.casamento		
	0 filhos	0.52%	
	1 filho	3.40%	
	2 filhos	8.81%	
	3 filhos	2.09%	
	4 filhos	1.31%	
	5 filhos	0.35%	
	6 filhos	0.35%	
	7 e+ filhos	0.69%	
	88- Nunca falou c/marido	81.68%	
	99- Não indicada	0.79%	

QUADRO XXXII

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a105	Número de filhos ideal para uma família portuguesa	2.39	.89
	0 filhos	1.13%	
	1 filho	3.32%	
	2 filhos	63.44%	
	3 filhos	24.69%	
	4 filhos	4.71%	
	5 filhos	1.31%	
	6 filhos	1.13%	
	8 filhos	0.09%	
	9 filhos	0.09%	
	10 filhos	0.09%	
a106	Número de filhos ideal para uma família como a da respondente	2.45	1.21
	0 filhos	2.62%	
	1 filho	5.67%	
	2 filhos	59.60%	
	3 filhos	20.33%	
	4 filhos	6.37%	
	5 filhos	2.18%	
	6 filhos	1.75%	
	7 filhos	0.70%	
	8 filhos	0.35%	
	9 filhos	0.17%	
	10 filhos	0.17%	
a145	Rendimento mensal (em 1000 escudos)		
	0- 01 a 21	47.91%	
	1- 22 a 29	1.66%	
	2- 30 a 45	22.08%	
	3- 46 a 49	14.92%	
	4- 49 a 64	6.89%	
	5- 65 a 69	4.80%	
	6- 70 a 99	1.48%	
	7- + de 99	0.26%	
a151	Rendimento mensal marido		
	1- 22 a 29	0.17%	
	2- 30 a 45	8.90%	
	3- 46 a 49	28.10%	
	4- 49 a 64	34.12%	
	5- 65 a 69	15.18%	
	6- 70 a 99	6.81%	
	7- + de 99	6.72%	
a160	Planeamento do 1.nascimento		
	1- Não usou contracepção	76.00%	
	2- Grávida enq. usava	8.81%	
	3- Parou p. engravidar	8.81%	
	4- Desejou a gravidez	0.35%	
	5- Não desejou a grav.	0.70%	
	66- Intervalo negativo	5.32%	

QUADRO XXXII

(cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv.Pad.
a162	Planeamento do 2.nasciment		
	1- Não usou contracepção	42.41%	
	2- Grávida enq. usava	24.08%	
	3- Parou p. engravidar	9.25%	
	4- Desejou a gravidez	0.61%	
	5- Não desejou a grav.	2.18%	
	66- Intervalo negativo	0.79%	
	88- Não aplicada	20.68%	
di	Diferença para o óptimo di= a106-a33	-.28	1.69
do	Diferença para o óptimo (em valor absoluto)	1.02	1.37
doeb	Diferença para o óptimo em relação ao número de fi- lhos nascidos (a106-a32)	-.50	1.89
ts	Tempo de solteira ts= a5-a1	281.07	49.80
tm	Taxa de mortalidade tm=(a32-a33)/a32	.05	.14

Os estudos empíricos, realizados nesta perspectiva de análise sociodemográfica da fecundidade, permitiram concluir que existem variações no nível de fecundidade observado em função da pertença ou identificação das mulheres com determinados grupos da população, caracterizados por diferentes níveis em determinadas variáveis que se passaram a considerar responsáveis por uma situação de fecundidade particular, tais como: a educação, a origem e a vivência rural/urbana, a *cohort*e a que a mulher pertence, a religião, a idade ao primeiro casamento e a duração do casamento, a ocupação e a participação no mercado de trabalho, o rendimento, os seus gostos em relação aos filhos comparativamente com outras actividades (que competem com os filhos em termos de energia dispendida, tempo e recursos monetários), a informação e os custos monetários e psicológicos da adopção de práticas de regulação da fecundidade. Algumas destas variáveis têm, evidentemente, um efeito directo sobre a fecundidade, enquanto outras terão igualmente um efeito indirecto actuando sobre outras variáveis que, por sua vez, influenciarão a fecundidade. Não nos limitámos à hipótese, em nossa opinião demasiado redutora, que durante bastante tempo orientou a investigação neste domínio, em especial na área da sociologia, que defende que apenas existem influências directas na fecundidade através das chamadas "variáveis intermédias", (unicamente ao nível dos factores que afectam o início e a frequência das relações sexuais, a concepção e a interrupção da gravidez, enquadrados pela estrutura económica e social da sociedade que, por sua vez, actua sobre este conjunto de variáveis intermédias). Procurámos estabelecer um quadro da

importância da interacção dos factores sociais, económicos, demográficos e psicológicos que determinam o número ideal de filhos, e o comportamento reprodutivo consistente com esse ideal.

Assim, nesta fase do nosso estudo em que o objectivo primário é o de determinar as relações que permitam explicar as variações observadas na fecundidade, tentamos caracterizar diferentes grupos na amostra que apresentem diferentes comportamentos de fecundidade de modo a encontrar as variáveis explicativas dessas diferenças.

Passamos a caracterizar, em seguida, o conjunto de mulheres inquiridas que passaram a constituir a amostra sobre a qual trabalhámos.

Vamos procurar separar diferentes comportamentos relacionados com diferentes variáveis sociais, económicas e demográficas, previamente seleccionadas. Todavia, entendemos que devemos começar por referir a idade como uma das principais responsáveis por uma fecundidade diferenciada. As diferenças observadas em termos de classes sociais ou económicas estão fortemente relacionadas com o período de tempo em que se situa todo o ciclo de vida do casal. Admite-se inclusivamente que o padrão de comportamento das mulheres mais jovens seja o resultado da assimilação de uma evolução em termos de urbanização, industrialização e outras características tradicionalmente consideradas como responsáveis por diferentes situações de fecundidade. No entanto, estas características têm vindo a ser, recentemente, diluídas, quer regionalmente, quer em termos de classes sociais ou económicas, o que as torna muito menos relevantes na determinação dos factores responsáveis por uma dada

situação de fecundidade.

Começamos então por referir a composição etária do grupo. Assim, existem apenas 1.26% de mulheres com idades inferiores a 20 anos; 9.93% com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos; 17.54% com idades entre os 25 e os 29 anos; 19.95% no intervalo dos 30 aos 34 anos; 18.43% entre os 35 e os 39 anos; 17.05% entre os 40 e os 44 anos; e, finalmente, 15.84% com idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos.

A forma apresentada pela estrutura etária da amostra é bastante importante, na medida em que a dinâmica do processo é da responsabilidade das mulheres mais jovens dentro do período fértil. Nestes termos, interessa-nos analisar o seu comportamento fecundo e os possíveis factores determinantes desse comportamento, de modo a que possamos prever qual a provável evolução da fecundidade num futuro próximo. Por isso, é fundamental esclarecer qual a situação dessas mulheres, em termos de fecundidade, analisando as suas respostas. No inquérito, as mulheres com idades até 35 anos representam 48.68%, e as mulheres com idades até aos 40 anos representam 67.11% do total das mulheres entrevistadas. Por outro lado, como não dispomos de séries temporais, temos de limitar a nossa análise a uma leitura da informação em (transversal³⁵, recolhida apenas num dado

³⁵Com efeito, o tipo de informação disponível apenas nos permite uma análise da fecundidade por períodos ou em transversal, a chamada "cross-sectional analysis". A distinção feita pelos demógrafos entre análise da fecundidade por períodos e análise da fecundidade por *cohortes*, consiste essencialmente no facto de uma análise por *cohortes* respeitar ao número de filhos, nascidos ao longo de todo o ciclo de vida, a um conjunto de mulheres que têm em comum o facto de terem nascido ou casado pela primeira vez, durante o mesmo período de tempo. Enquanto que a análise por períodos se refere ao número de filhos nascidos a um conjunto de *cohortes* contínuas durante um período de tempo

momento do tempo, sem continuidade. A generalização dos resultados obtidos através da análise da situação das mulheres jovens não nos oferece, portanto, a garantia de ser perfeitamente correcta, uma vez que estas mulheres se encontram ainda em formação do seu comportamento reprodutivo. Isto é, estas mulheres ainda se encontram em risco de ter filhos e não podemos tirar conclusões em termos de razões explicativas de um determinado comportamento que provavelmente ainda virá a ser alterado, ou pelo menos nada nos assegura que tal não venha a suceder. Em função dos valores apresentados pela variância das taxas de fecundidade geral, podemos concluir que as mulheres portuguesas deixam de ter filhos muito antes de fisiologicamente deixar de ser possível a concepção. Assim, podemos partir do pressuposto

específico. A principal desvantagem apontada à análise por períodos advém do facto de poder conduzir a conclusões inexactas, uma vez que uma alteração observada num dado período poder ser resultado de uma alteração no espaçamento dos nascimentos e não na fecundidade final das *cohortes*. Sob aspecto particular a análise por *cohortes* parece ser conceptualmente mais pura. Todavia, o grande inconveniente deste último tipo de análise resulta do facto de ser necessário esperar pelo final do ciclo de vida reprodutiva para efectuar a análise, normalmente um período de 30 anos. Na verdade, quando se pretende estudar a fecundidade contemporânea, as suas tendências e as situações diferenciadas, a opção metodológica indicada é a da análise da fecundidade por períodos. Além de uma perspectiva da fecundidade no momento, este tipo de análise apresenta outras vantagens não menos importantes para o nosso estudo. Os níveis de fecundidade observados por períodos têm importantes consequências na medida em que determinam a dimensão das *cohortes* futuras. Além disso, dadas as probabilidades de flutuações futuras torna-se possível determinar quais os grupos com maior responsabilidade na variação futura da fecundidade. Optámos, ainda, ao longo de todo o nosso trabalho, por uma análise por períodos na medida em que ao termos como objectivo central determinar as relações entre as características globalmente designadas por socioeconómicas e a fecundidade, existem algumas dessas características, como o caso do rendimento e da ocupação, que variam ao longo do tempo, ao longo do ciclo de vida, o que origina que uma comparação de situações diferenciadas em termos de fecundidade completa poderia revelar-se inadequada.

de que, no nosso país, as mulheres reduzem a utilização do intervalo fértil a partir de uma determinada idade. Por essa razão, os nascimentos observados em mães com idades superiores a 40 anos não têm significado em relação ao total de nascimentos observados no conjunto das mulheres. Deste modo, podemos considerar que as respostas das mulheres com mais de 40 anos podem fornecer uma visão bastante mais aproximada, em termos explicativos, da fecundidade realizada em todo o ciclo de vida, ou seja, em termos de fecundidade completa. Na realidade, não podemos acompanhar um conjunto de mulheres desde a idade de 15 anos até aos 50, de modo a estudar o seu comportamento ao longo desse período de tempo. No caso do inquérito em análise, as mulheres com mais de 40 anos representam 32.89% do total de mulheres inquiridas.

Passamos a referir seguidamente qual é a situação matrimonial das mulheres inquiridas. Sabemos que, como condição de elegibilidade para a segunda fase do inquérito a mulher tem de estar casada, ou manter uma união de facto com carácter permanente. Todavia, interessa-nos analisar em primeiro lugar se se trata de um primeiro casamento ou não, e em seguida quais as características do casamento. A grande maioria das mulheres, 97.33%, declararam que o seu primeiro casamento se mantinha. Apenas 2.67% viram o seu primeiro casamento dissolvido (1.00 por morte do cônjuge, 0.66% por divórcio e 1.00% por separação), mas já tinham voltado a casar no momento do inquérito.

A idade ao primeiro casamento é uma variável importante num estudo deste tipo, não só pela influência imediata de um casamento precoce no alargamento do período de exposição ao risco

de gravidez, mas também pelos efeitos indirectos que pode vir a causar no estatuto da mulher. Um casamento precoce induz uma redução no nível de educação da mulher e, no caso das mulheres com um nível de educação mais baixo, reduz as possibilidades de papeis alternativos à maternidade. Como resultado estas mulheres tendem a preferir as famílias mais numerosas do que aconteceria se tivessem podido adquirir uma outra situação perante o trabalho, tivessem podido frequentar a universidade, ou adquirir uma outra experiência extra-familiar antes do casamento. Um casamento precoce poderá impedir a mulher de adquirir gosto por papeis não familiares que competem em termos alternativos com a criação dos filhos³⁶.

Quanto à idade ao primeiro casamento a distribuição foi a seguinte: 1.15% das mulheres casaram antes dos 15 anos; 8.93% casaram até aos 18 anos; 17.88% casaram entre os 18 e os 19 anos; 22.47% casaram até aos 21 anos. Isto é, 50.43% casaram pela primeira vez até aos 22 anos. Por outro lado, 79.19% das mulheres casaram até aos 25 anos; 96.99% até aos 30 anos e somente 3.01% casaram depois dessa idade. Embora os casamentos de adolescentes não tenham grande significado no conjunto, o casamento é bastante precoce em função do intervalo fértil da mulher.

Em termos de duração do casamento existem 17.05% de mulheres casadas há menos de 5 anos; 22.07% com um casamento com uma duração entre 5 e 10 anos; 20.64% que casaram há mais de 15 e menos de 20 anos; finalmente, 7.72% das mulheres estão casadas há mais de 20 anos.

³⁶Bumpass, L. L., (1969), "Age at Marriage as a Variable in Socioeconomic Differentials in Fertility", in *Demography*, 6 (1), February, pp. 45-54.

Quanto aos filhos nascidos, a variável que nos interessa fundamentalmente, podemos observar que 38.49% das mulheres tiveram 2 filhos, 32.15% tiveram apenas 1 filho e 0.77% não tiveram nenhum. Ou seja, 71.41% tiveram menos de 3 filhos. Com 3 filhos nascidos existem 14.55% de mulheres, com 4 filhos, 6.23%, e com 5 filhos, 3.04% . Somente 4.76% do conjunto de mulheres inquiridas tiveram mais de 5 filhos nascidos.

Quanto ao número de filhos vivos, a relação é um pouco diferente em função da acção da mortalidade infantil e juvenil. Assim, as mulheres que têm 2 filhos vivos representam 39.84% do total; com 1 filho vivo, existem 34.07% de mulheres e sem filhos 1.03% .Deste modo as mulheres com um número de filhos vivos inferior a 3 representam 74.94% do total. Com 3 filhos vivos temos 12.97% das mulheres; com 4 filhos vivos, 5.54%; com 5 filhos vivos, 2.84% .As restantes, 3.70%, têm mais de 5 filhos vivos.

De acordo com os resultados apresentados pelas variáveis que examinámos até ao momento, podemos concluir que as mulheres, apesar de casarem cedo, têm um número reduzido de filhos. A grande maioria das mulheres têm 2 filhos ou somente 1 filho. Todavia, o número 2 é sem dúvida o mais frequentemente observado em todo o conjunto.

Podemos verificar que, do mesmo modo, a grande maioria das mulheres tem esses dois filhos nos primeiros cinco anos de casada. Assim, excluindo as mulheres cujo casamento tem uma duração inferior a cinco anos, 8.62% das mulheres têm 0, 1 ou 2 filhos nos primeiros cinco anos de casamento. Quanto ao número de filhos nascidos durante os segundos cinco anos de casamento,

e continuando a excluir as mulheres em que a questão não pode ser aplicada, chegamos à conclusão de que 45.59% das mulheres não tem nenhum filho, enquanto que 40.09% tem apenas 1 filho. Podemos, então, afirmar que a grande maioria das mulheres que deseja e tem dois filhos, realiza a sua fecundidade durante os primeiros anos de casamento.

Entre as mulheres entrevistadas 21.81% espera vir a ter pelo menos mais um filho, enquanto que 69.06% não espera vir a ter mais filhos. Existe uma pequena percentagem de indecisas, 2.41%, e um grupo de mulheres não fecundas no momento do inquérito, que representam apenas 6.72% do total. Estes valores vêm recolocar a questão que apresentámos anteriormente quanto à validade das conclusões em termos de fecundidade completa. Existe ainda um elevado número de mulheres, as mais jovens, que esperam vir ainda a ter mais filhos.

Parece-nos correcto que, como hipótese justificativa da situação de fecundidade apresentada por este grupo de mulheres, dado o número reduzido de filhos nascidos (com o valor 2 ou próximo, mais ou menos 1 filho, existem 85.19% de mulheres), se considere a utilização, consciente e voluntária, de práticas de regulação da fecundidade que permitam ajustar o número final de filhos ao número de filhos considerado ideal pela entrevistada³⁷.

³⁷Queremos referir que escolhemos propositadamente a expressão "práticas de regulação da fecundidade" e não "práticas contraceptivas", porque consideramos quer as situações em que as mulheres, com o objectivo de não exceder um número óptimo de nascimentos, a partir de uma dada paridade, passam a utilizar contracepção, quer as situações em que as mulheres, com dificuldades de origem fisiológica impeditivas de uma gravidez com sucesso, recorrem a processos médicos que lhes permitam realizar a sua fecundidade desejada. No entanto, em situações de baixa fecundidade (como a do caso português), em que a limitação do número de nascimentos é largamente praticada pela população

Podemos verificar a relação entre nascimentos desejados e não desejados, no que se refere à última gravidez, de modo a reforçar a hipótese de regulação consciente e voluntária, resultado de uma decisão racional, assente num número de filhos considerado óptimo. Assim, 57.98% das mulheres declararam que a sua última gravidez foi desejada (ou mostrou-se indecisa na resposta), enquanto que somente 42.02% das mulheres responderam que a gravidez não tinha sido desejada.

Passamos agora a analisar a relação entre o número de filhos desejado pela entrevistada e o número de filhos vivo. Do grupo total de mulheres, 45.32% consideram que o número de filhos vivo é igual ao número de filhos desejado; para 39.55% das mulheres o número de filhos desejado é superior ao número de filhos vivo; no caso de 15.13% o número de filhos desejado é inferior ao número de filhos vivo. Se a grande parte das mulheres identifica o número de filhos vivo como o seu número óptimo de filhos, e se partirmos do princípio de que algumas das mulheres que desejavam um maior número de filhos ainda poderão vir a tê-los, resta apenas um pequeno número de mulheres que não controlou eficazmente a sua fecundidade. Estas pertencem aos escalões etários mais avançados, visto que dos 15.30% de mulheres que têm um número de filhos superior ao desejado, 11.50% têm mais de 35 anos.

Concentremos a nossa atenção no grau de utilização e eficácia contraceptivas experimentado por este grupo de mulheres

feminina, a questão da utilização de práticas contraceptivas é sem dúvida a mais preocupante e a mais largamente analisada. Também no presente estudo encarámos o planeamento familiar fundamentalmente na sua vertente de contracepção.

e nos determinantes da contracepção para, de seguida, analisarmos as razões justificativas de um dado número óptimo de filhos e determinarmos quais os factores que poderiam vir a provocar uma alteração no comportamento fecundo.

Quando se pretende avaliar o grau de conhecimento contraceptivo, chega-se à conclusão de que somente 0.83% das mulheres não conhece qualquer método contraceptivo; 0.92% conhece apenas métodos contraceptivos ineficientes; enquanto que 98.25% das mulheres conhece pelo menos um método eficaz. Assim, em termos de informação sobre a questão, podemos concluir que praticamente todas as mulheres possuem uma informação precisa, representando as excepções uma proporção mínima no total das mulheres entrevistadas.

No que se refere à utilização da contracepção, a situação modifica-se ligeiramente. Nunca usaram nenhum método contraceptivo 13.29% das mulheres, ao contrário de 86.71% que utilizaram, pelo menos uma vez, um método contraceptivo. No entanto, 37.03% destas mulheres utilizaram somente métodos ineficientes. Fica assim bastante reduzido o número de mulheres que optaram pela utilização de um método contraceptivo eficaz, apesar de a quase totalidade conhecer pelo menos um método eficaz. Podemos concluir que existem elevados custos, não em termos de informação, mas em termos de utilização de um método eficaz. Estes custos são superiores aos custos de uma falha contraceptiva, no caso das mulheres que utilizam um método ineficiente, ou são superiores aos custos de uma gravidez não desejada, no caso das mulheres que nunca utilizaram qualquer método contraceptivo. Se completarmos a abordagem desta questão

analisando o comportamento contraceptivo no momento do inquérito, excluindo as mulheres "não expostas" (10.45% do total de mulheres da amostra), verificamos que 17.60% das mulheres não utiliza qualquer método contraceptivo; 39.62% utiliza um método ineficiente; enquanto que 42.79% utiliza um método eficaz. Podemos concluir, então, que a grande maioria das mulheres tende a ajustar a sua fecundidade realizada em função da sua decisão de fecundidade, com base num dado número de filhos considerado ideal. A decisão do casal, no que respeita à dimensão familiar óptima, é projectada em fecundidade realizada através da adopção de um comportamento eficaz de regulação, necessário para atingir esse objectivo de optimização, em função de cada casal.

A decisão da utilização de contracepção também é fortemente influenciada pela paridade. Quando a mulher é interrogada quanto ao planeamento do primeiro nascimento, 72.76% das mulheres declararam que não utilizaram qualquer método contraceptivo, ao passo que no que se refere ao último nascimento ou actual gravidez apenas se encontram em idênticas condições 48.42% das mulheres. Pelo contrário, a proporção de mulheres que parou de praticar contracepção para poder engravidar aumentou; ou seja, no caso do primeiro nascimento apenas 13.66% das mulheres deixou, conscientemente, de utilizar um método contraceptivo para engravidar, enquanto que em relação ao último nascimento a proporção eleva-se para 20.18% das mulheres. Estes dados vêm, mais uma vez, confirmar o nosso pressuposto inicial de que a mulher tende a regular a sua fecundidade de modo a ajustá-la a um número óptimo de filhos.

No entanto, antes de analisarmos estas diferentes situações

em termos de óptimo queremos ainda observar como varia o comportamento contraceptivo em função de determinadas características consideradas na teoria clássica como condicionantes deste tipo de comportamento: a idade da mulher, a dimensão do local de residência no momento actual e durante a infância, a mobilidade geográfica, a educação e o grau de religiosidade.

Façamos, em primeiro lugar, uma breve caracterização das mulheres entrevistadas em função destas variáveis.

Em termos de variação na adopção de práticas contraceptivas e no grau de eficácia desejado, começamos por observar que as maiores proporções de mulheres que nunca utilizaram nenhum método contraceptivo se situam nas idades acima dos 35 anos; em relação à prática efectiva de contracepção, as maiores proporções que optaram por um método eficaz situam-se nos escalões etários compreendidos entre os 20 e os 35 anos; enquanto que as maiores proporções que utilizaram somente um método ineficiente pertencem aos grupos de idades acima dos 40 anos.

A vivência e a origem rural-urbana das mulheres pode influenciar o número de filhos nascidos, não só porque os casais provenientes de zonas rurais apresentam uma fecundidade mais elevada do que os de origem urbana, mas também porque a origem rural exerce uma influência indirecta através das diferenças induzidas no nível de educação e de rendimento dos casais³⁸. A origem rural-urbana da mulher pode afectar as preferências e as atitudes face à fecundidade de um modo independente, e então

³⁸Ritchey, P. N. & Stokes, C. S., (1972), "Residence, Background, Migration and Fertility", in *Demography*, 9 (2), May, pp. 217-230.

justifica-se a inclusão desta variável na nossa análise. Esperam-se diferenças significativas na fecundidade dos residentes nas grandes cidades, nas vilas e nas zonas rurais, em função da concentração demográfica. A dimensão da localidade de residência influencia a fecundidade, na medida em que uma grande cidade pode significar um aumento nos gostos por actividades que competem directamente com a criação dos filhos, e que induzem a afectação de um nível mais elevado do preço a pagar pelos filhos.

Quanto à região de residência, avaliada em termos do grau de concentração populacional, em função da dimensão da localidade, podemos observar que, no momento do inquérito, 8.84% das mulheres residem na região metropolitana de Lisboa e 3.42% na região metropolitana do Porto; 13.23% residem em zonas com mais de 20000 habitantes; 9.53% residem em zonas com uma população entre 10000 e 19999 habitantes; finalmente, 64.98% vivem em zonas com uma população inferior a 10000 habitantes. No que respeita à distribuição em função do tipo de local de residência durante a infância, 56.20% declararam ter residido numa zona rural, 22.39% numa vila e 21.41% numa cidade. Como sabemos, o nosso país é caracterizado pela existência de fluxos de migrações a nível interno, campo-cidade, interior-litoral, que condicionam não só o comportamento reprodutivo das mulheres em sentido amplo, mas também o comportamento contraceptivo em particular. De acordo com a informação disponível, 66.45% das mulheres não viveram sempre na localidade onde residem no momento do inquérito, enquanto 33.55% das mulheres sempre viveram na mesma localidade.

Analisemos em que medida estas variações na dimensão

populacional afectam o grau de adopção de práticas contraceptivas.

Se limitarmos a nossa análise à percentagem de mulheres que nunca utilizaram nenhum método contraceptivo, 13.29%, a grande maioria, 10.25% reside em localidades com menos de 10000 habitantes. Do mesmo modo, se considerarmos o comportamento reprodutivo das mulheres que residem nas grandes cidades, verificamos que, na região metropolitana de Lisboa, nas 8.84% de mulheres residentes, 7.92% praticaram contracepção, tendo 5.37% escolhido um método eficaz; na região do Porto, nas 3.42% de mulheres residentes, 3.16% praticaram contracepção, escolhendo 2.21% um método eficaz; nas localidades com mais de 20000 habitantes, nas 13.23% de mulheres residentes, 12.31% praticaram contracepção, 7.66% utilizando um método eficaz. O mesmo se verifica em termos de variação de adopção de práticas contraceptivas em função da origem rural-urbana das mulheres entrevistadas: na percentagem de mulheres que nunca utilizou nenhum método contraceptivo (13.29%), 9.41% residiu durante a infância numa zona rural, 2.24% numa vila e 1.64% numa cidade. Entre as mulheres com uma origem familiar rural, encontramos 60% que ou nunca utilizaram qualquer método contraceptivo, ou utilizaram apenas um método ineficaz; no caso das mulheres com uma origem familiar urbana, somente 32% estão em idênticas circunstâncias. Da mesma forma podemos observar que a mobilidade geográfica, o facto de, devido a uma mudança de residência, as mulheres se verem confrontadas com diferentes atitudes e custos face à contracepção, favorece a adopção de práticas contraceptivas eficazes. Das mulheres que mudaram de residência

durante o seu ciclo de vida, 89.15% praticou a contracepção, tendo 53.77% optado por um método de contracepção eficaz. Como a grande maioria dos fluxos migratórios a nível interno mostra uma direcção bem definida, as deslocações observam-se do interior para o litoral do país, das regiões com menor concentração populacional para as regiões mais densamente povoadas, do campo para a cidade, podendo nós estabelecer, nestes termos, uma influência indirecta da dimensão da localidade.

Quer o nível de instrução, quer a participação da mulher no mercado de trabalho estão fortemente correlacionados com o rendimento do casal e com o seu *status*. A educação (medida pelo grau de instrução) e a ocupação da mulher exercem uma influência directa sobre as preferências em relação aos filhos e, indirectamente, como determinantes dos recursos financeiros do casal e dos gastos com os filhos.

Quanto ao nível de instrução, do grupo de mulheres entrevistadas, podemos observar que a grande maioria (72.13%), possui uma habilitação igual ou inferior à instrução primária. Entre estas mulheres, 7.75%, nunca foi à escola, 21.18% não completou a instrução primária, tendo-a completado 43.20% das entrevistadas. Uma menor proporção de mulheres possui níveis de instrução mais elevados. Assim, 10.09% possuem o secundário incompleto, enquanto que somente 2.70% completaram o ensino secundário. Finalmente, 3.96% frequentaram o ensino superior e 2.12% possuem o superior completo. Em termos de alfabetização, 91.50% sabem ler, enquanto que 8.50% não sabem ler.

Igualmente em questões de prática contraceptiva a educação da mulher é uma variável importante. Mulheres com um mais elevado

nível de instrução tendem a regular a sua fecundidade de forma mais informada e eficaz, porque aumentam, comparativamente, os custos de uma falha contraceptiva. Os únicos casos em que a proporção que nunca utilizou contracepção, ou que utiliza um método não eficiente, é superior à proporção que utiliza um método eficaz, correspondem precisamente às mulheres com um nível de instrução inferior à instrução primária completa. A situação inverte-se em todos os outros graus de instrução superior.

Uma outra variável igualmente com influência relevante em questões de fecundidade e de contracepção é a religião. Não nos referimos apenas ao facto de a mulher pertencer a uma determinada religião, uma vez que, na generalidade, se observa que, independentemente de qualquer outra distinção, os casais católicos não só desejam como têm mais filhos do que os não católicos. Consideramos ainda mais importante o grau de religiosidade e de compromisso revelado perante os preceitos ditados pela religião a que pertencem, o que implica diferenças ao nível do número desejado de filhos, do número de filhos nascidos, assim como na adopção de práticas de planeamento familiar³⁹. A grande maioria das mulheres, no caso da amostra em estudo, declararam ser católicas; somente 2.07% declararam ter uma outra religião e 6.20% sem religião. No entanto, as diferenças aumentam em função do grau de frequência na assistência a serviços religiosos. Depois de retirarmos a percentagem de mulheres sem religião do total de mulheres entrevistadas, 33.94% declararam que assistiam a serviços

³⁹Whelpton, P. K., Campbell, A. A. & Patterson, J. E., (1965), *Fertility and Family Planning in the United States*, Princeton University Press, Princeton.

religiosos com uma frequência média de uma e mais vezes por semana; 15.21% situaram a sua frequência em apenas 2 a 3 vezes por mês; 36.26% responderam que a sua participação se limitava a ocasiões especiais; e 14.60% responderam que nunca participavam. Apesar de a grande maioria ou não participar nunca, ou apenas participar em ocasiões especiais, existe ainda uma larga proporção de mulheres com uma actividade religiosa bastante regular.

Em termos de prática contraceptiva, não podemos retirar conclusões precisas em função da religião, católica ou não católica, das entrevistadas. Como a quase totalidade das mulheres se diz católica, a distribuição entre as três classes de utilizadoras (não utilizadoras, utilizadoras ineficientes e utilizadoras eficazes), é idêntica em ambos os casos; isto é, a maior proporção é representada pelas utilizadoras eficazes, também no caso das mulheres católicas. Embora, comparativamente, as mulheres católicas prefiram um maior número de filhos do que as não católicas, podemos constatar que, actualmente, uma maior proporção de mulheres católicas passou a adoptar práticas contraceptivas eficazes (embora estas continuem a não ser aceites nem permitidas pelas normas católicas), provavelmente depois de ter atingido a sua dimensão familiar desejada.

A criação dos filhos é uma actividade que exige da mulher uma elevada quantidade de tempo, e, por esse facto, compete em grande medida com outras actividades, com particular relevância no caso da participação da mulher no mercado de trabalho. A relação de causalidade entre fecundidade e participação da mulher no mercado de trabalho é não só complexa como bastante dúbia. A

história do trabalho da mulher até ao casamento está fortemente relacionada não só com a fecundidade realizada, mas também com a fecundidade considerada ideal. Na maior parte dos estudos sobre as relações de causalidade entre ambas as variáveis, chega-se à conclusão de que as mulheres decidem trabalhar em alternativa a terem um número adicional de filhos, mas o contrário também se pode verificar; o que pode significar que as mulheres que, por qualquer razão, têm um número mais reduzido de filhos têm mais tempo disponível para trabalhar e são confrontadas com menos restrições em termos de participação no mercado de trabalho⁴⁰.

Quanto à situação perante o trabalho, podemos observar que 29.54% das mulheres nunca trabalharam depois do casamento. Todavia, 10.39% trabalharam somente antes do primeiro casamento, deixando de trabalhar depois de casadas; as mulheres que trabalharam repartiam-se da seguinte forma de acordo com a última ocupação antes do casamento: 7.92% em profissões liberais; 0.23% na administração superior; 11.71% como empregadas de escritório; 6.17% no comércio; 12.51% nos serviços; 13.75% na agricultura e pescas; 18.14% como trabalhadoras especializadas; e, finalmente, 0.03% como trabalhadoras não especializadas. Podemos reparar que as profissões técnicas, ou que requerem um mais elevado grau de formação e especialização, são aquelas que ocupam a mais baixa proporção de mulheres. Do mesmo modo podemos verificar que 52.12% trabalhavam por conta de outrem; 2.01% trabalhavam para a família sendo remuneradas; 1.29% trabalhavam para a família sem remuneração; 0.66% eram membros de cooperativas. As trabalhadoras

⁴⁰Sweet, J. A., (1970), "Family Composition and the Labor Force Activity of American Wives", in *Demography*, 7 (2), May, pp. 208.

por conta própria representavam somente 14.38% do total, sendo sem empregados 12.86%, e com pelo menos um empregado 1.52% .

Ao analisarmos a situação da mulher entrevistada perante o mercado de trabalho, verificamos que 54.99% das mulheres estão empregadas no momento do inquérito, enquanto que 38.46% das mulheres são domésticas.

Passamos agora a caracterizar muito brevemente a situação do marido da entrevistada.

Em relação à idade dos parceiros das mulheres entrevistadas, podemos observar uma distribuição ligeiramente mais envelhecida, mas muito próxima da observada nas mulheres. Assim, o grupo menos representativo é o mais jovem, uma vez que com menos de 25 anos temos 4.53% da amostra; com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos existem 14.61%; com idades entre os 30 e os 34 anos, 18.87%; entre os 35 e os 39 anos, 18.73%; entre os 40 e os 44 anos, 17.62%; até aos 50 anos, 15.67%; e, finalmente, com mais de 50 anos, 9.77% do total.

No que respeita ao grau de instrução a situação é muito semelhante à da mulher, na medida em que a grande maioria dos homens não apresenta um grau de instrução superior à instrução primária. Todavia a proporção de analfabetos é inferior à das mulheres. A percentagem de homens que nunca foi à escola é de 4.54%; os que possuem a instrução primária, completa ou não, representam 60.53% do total; com o ensino secundário incompleto existem 24.05% e com o secundário completo somente 3.59%; com o grau de instrução superior encontram-se apenas 7.29% dos homens.

Directamente relacionada com o grau de instrução adquirido encontra-se a ocupação. No caso do marido, podemos verificar que

96.50%, estão a trabalhar. A maior classe de ocupação pertence aos trabalhadores especializados, com 48.25% do total; em seguida, o grupo com maior representatividade é o de empregados de escritório, com 15.79%; os trabalhadores no sector da agricultura e pescas representam 10.16%; os trabalhadores no sector do comércio 9.16%; as profissões liberais ocupam 6.97%; o sector dos serviços 6.29%; 3.13% encontram-se na administração superior; 0.34% são operários não especializados.

Da interacção de todos os factores que acabámos de referir, ao longo desta exposição, de acordo com a perspectiva sociodemográfica, resulta um determinado nível de fecundidade. No entanto, embora alguns factores possam ter uma influência directa e inequívoca na fecundidade, existem casos de factores que poderão ter, simultaneamente, uma influência indirecta, e outros ainda em que a influência poderá ser pouco clara e mesmo recíproca, dificultando e, na maior parte das situações, inviabilizando até, o estabelecimento de relações de causalidade entre as variáveis consideradas e a fecundidade.

Em consequência deste tipo de resultados passámos a perspectivar a nossa análise em função do óptimo. Partimos do pressuposto de que, actualmente, os casais tendem a regular a sua fecundidade de modo a ajustarem a fecundidade realizada à fecundidade ideal. Isto é, podemos constatar que a grande maioria dos casais tende a atingir um número (quantidade) de filhos que considera óptimo, em função do seu nível de vida, do seu rendimento, da sua ocupação, do seu grau de instrução, do seu estatuto socio-profissional, das suas preferências no que se refere a crianças, do seu grau de religiosidade, do sistema de

normas que na globalidade regem o seu comportamento, do tempo disponível para a família, do tempo que pretende vir a dedicar ao mercado de trabalho, do montante das despesas que espera vir a afectar aos filhos, e, função da "qualidade" esperada dos filhos no futuro. O número de filhos de um casal é resultado de um processo de optimização; daí que o número óptimo de filhos deva coincidir com o número ideal de filhos.

Confrontadas directamente com esta noção de óptimo, as mulheres entrevistadas respondem na sua grande maioria, 65.73%, que dois filhos é o número ideal para uma família portuguesa. A quase totalidade das mulheres, 91.79%, elege como ideal o número dois ou próximo de dois, mais ou menos um filho. Assim, escolhendo como ideal para um casal português apenas um filho, observam-se 3.73% das mulheres, enquanto que 22.33% declaram que três filhos será o número ideal.

Existem algumas diferenças pouco significativas quando as mulheres são interrogadas da mesma forma quanto ao número óptimo de filhos, mas na situação particular da sua própria família. Ou seja, quando lhes é perguntado qual o número de filhos considerado ideal no caso de uma família como a da respondente, a quase totalidade das entrevistadas, 90.82%, continua a escolher um número até três filhos. No entanto, aumenta a percentagem das mulheres que optam por apenas um filho, 8.41%, e diminui a percentagem de mulheres que optam por três filhos, 18.14%, continuando a grande maioria, 64.27%, a escolher dois filhos para número ideal. Efectivamente, o número dois parece ter-se tornado no número de filhos ideal não só no caso da sociedade portuguesa em geral, mas também no caso particular das famílias encaradas

no seu contexto socioeconómico especial.

O mais interessante, na nossa opinião, é que este número dois não só se transformou num catalizador da opinião pública geral, uma vez que a grande maioria o elege como óptimo, mas também, ao realizar a sua fecundidade, a grande maioria das mulheres mantém a sua decisão, e como conseqüentemente, o número de filhos observado por casal com maior frequência é o número dois. O número dois apresenta características particularíssimas, na medida em que não só se apresenta como o óptimo, como ainda, e simultaneamente, como máximo e como mínimo. Na realidade, a grande maioria das mulheres não pretende ter mais do que dois filhos, este número será o seu número máximo de filhos. Todavia, também não pretende ter menos do que dois filhos, o número dois equivalerá ao seu mínimo.

Por vezes o casal não consegue, pelas mais variadas razões, atingir a sua fecundidade ideal, e o número de filhos final será então inferior ao número óptimo. Normalmente, este tipo de situações fica a dever-se a questões de fertilidade, separação geográfica dos cônjuges, separação judicial ou divórcio, ou, então, a imperativos de carácter económico. Normalmente, falhas contraceptivas e gravidezes não desejadas são responsáveis pela situação inversa, quando se observa um número final de filhos superior ao óptimo.

Embora exista uma larga faixa da amostra onde não foi aplicada a questão, podemos verificar que as principais razões para vir a ter mais filhos se prendem com o facto de ser importante para os pais ter rapazes ou raparigas, ou ter filhos de ambos os sexos, e o facto de gostarem de crianças.

Fundamentalmente, no caso das mulheres interrogadas, a preferência por crianças em relação a outras actividades alternativas, que competem com os filhos em termos de energia, tempo e recursos monetários dos pais, assim como a preferência dos pais por crianças de sexo diferente, são as razões responsáveis pelo facto do casal vir a ter um filho adicional.

A análise contrária, isto é, as principais razões que levam o casal a não ter mais filhos, são, fundamentalmente, questões globalmente classificadas como económicas; outras relacionadas com a idade ou com a saúde da mulher; com o facto de pretender passar a dedicar-se ao mercado de trabalho; questões de alojamento ou excesso de trabalho doméstico. Exceptuando os casos em que o motivo declarado é a idade ou a saúde da mulher, todas as outras razões poderão ser denominadas de económicas.

Quanto ao facto de poder vir a mudar de opinião no que se refere a vir a ter um filho adicional, a grande maioria das mulheres, 86.01%, declara que nada alteraria a sua decisão. De entre as razões que poderiam motivar as entrevistadas a mudar de opinião distinguimos, como mais significativas, e por ordem de importância, um aumento salarial do marido ou uma melhoria das condições de alojamento da família. Também nesta situação as razões com mais forte influência estão ligadas a um aumento de rendimento que possibilitasse fazer face ao custo de mais uma criança. No entanto, queremos chamar a atenção para o facto de certas alterações, em determinadas situações tradicionalmente consideradas como favoráveis a um aumento da fecundidade dos casais, não apresentarem qualquer importância no conjunto das mulheres entrevistadas, como é o caso de a mulher deixar de

necessitar de trabalhar fora de casa, ou ser-lhe permitido trabalhar em *part-time*, um aumento do salário da mulher, ou um aumento nos níveis dos abonos de família ou de outras transferências que permitam um acréscimo dos orçamentos das famílias.

Concluída uma primeira abordagem descritiva dos resultados do Inquérito Português à Fecundidade, passamos a uma análise das razões que poderão explicar não só o número de filhos nascidos, como o número óptimo de filhos, mas ainda, o que julgamos mais importante em termos da decisão de fecundidade, as diferenças observadas em relação ao óptimo⁴¹.

De acordo com os resultados obtidos através da análise de regressão em que a variável dependente considerada é o número de filhos nascidos (a32), podemos concluir que esta varia significativamente com o tempo de casada (a26), com o grau de eficácia contraceptiva (a63), com a dimensão da localidade de residência (a69), com o grau de instrução (a90), com o número de filhos que a entrevistada considera ideal para a sua família (a106), com a mortalidade (tm) e com o tempo de solteira (ts) (ver Quadro XXXIII, na página seguinte).

⁴¹Com o objectivo de determinar as variáveis responsáveis pelas diferenças observadas em relação ao número óptimo de filhos para cada família entrevistada, criámos três novas variáveis: "di" que representa a diferença entre o número óptimo de filhos e o número de filhos vivos; "do" que representa a mesma diferença em módulo; e "doeb" que representa a diferença entre o número óptimo de filhos e o número de filhos nascidos. Anteriormente tinham sido criadas as variáveis "ts", que representa o tempo de solteira da mulher, e "tm" que representa o rácio entre a diferença do número de filhos vivos para o número de filhos nascidos e o número de filhos nascidos.

QUADRO XXXIII

Resultados da análise de regressão utilizando como variável dependente o número de filhos nascidos

Variável dependente: (a32) número de filhos nascidos
 Variáveis explicativas: (a26) tempo de casada
 (a63) eficácia contraceptiva
 (a69) dimensão do local de residência
 (a90) grau de instrução
 (a99) religiosidade
 (a106) número ideal de filhos
 (tm) taxa de mortalidade
 (ts) tempo de solteira

Source	SS	df	MS	Number of obs = 3457		
Model	2929.58792	8	366.19849	F(8, 3448) = 222.43		
Residual	5676.74185	3448	1.64638685	Prob > F = 0.0000		
Total	8606.32977	3456	2.49025746	R-square = 0.3404		
				Adj R-square = 0.3389		
				Root MSE = 1.2831		
Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean	
a32					2.30026	
a26	.005778	.0002657	21.745	0.000	158.5531	
a63	.1401845	.03314	4.230	0.000	2.372288	
a69	.0777464	.0174637	4.452	0.000	4.182817	
a90	-.0331727	.0069179	-4.795	0.000	4.847266	
a99	-.0009985	.001067	-0.936	0.349	7.669656	
a106	.5580935	.0239994	23.255	0.000	2.247903	
tm	2.375964	.1855089	12.808	0.000	.0364033	
ts	-.001632	.0004994	-3.268	0.001	266.7862	
_cons	-.0108052	.2032936	-0.053	0.958	1.	

O número de filhos nascidos varia positiva e significativamente com o tempo de casada, isto é, quanto maior o número de meses passados no estado de casada, maior o número de filhos nascidos, porque maior o tempo de exposição da mulher ao risco de gravidez. Varia positiva e significativamente com o grau de eficácia contraceptiva⁴²: quanto mais eficaz a contracepção maior o número de filhos nascidos⁴³. Varia negativa e significativamente com a dimensão do local de residência⁴⁴: quanto menor a concentração populacional na localidade de residência, maior o número de filhos nascidos, isto é, o urbanismo influencia negativamente a fecundidade. Varia negativa e significativamente com a educação da mulher: quanto maior o número de anos de escolaridade da mulher, menor o número de filhos, ou seja, uma mulher mais educada tem um maior salário de reserva⁴⁵, e, por esse facto, o custo de oportunidade dos filhos

⁴²O grau de eficácia contraceptiva é dado pela seguinte ordem:

- 1-Nunca usou nenhum método
- 2-Usou apenas um método ineficiente
- 3-Usou um método eficaz

⁴³Não sabemos em que medida esta utilização eficaz da contracepção se verificou sempre, desde o momento do casamento, ou se só começou a observar-se a partir de uma dada paridade. No questionário a pergunta não é clara a este respeito.

⁴⁴A dimensão do local de residência apresenta a seguinte ordenação, em função da concentração populacional:

- 1-Lisboa
- 2-Porto
- 3-Mais de 20000 habitantes
- 4-Entre 10000 e 19999 habitantes
- 5-Menos de 10000 habitantes

⁴⁵Pereira, P.T., (1989), "A microeconomia visitada de novo: algumas observações de um economista do trabalho", in *Nova Economia em Portugal*, A. Sousa et al., (eds.), Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa.

eleva-se. Varia positivamente com o grau de religiosidade⁴⁶, mas não significativamente: quanto menor a assiduidade na participação em cerimônias religiosas, menor o número de filhos nascidos, o que quer dizer que o grau de compromisso com as normas religiosas influencia a preferência por crianças e a decisão de ter filhos, embora sem significado estatístico. Varia positiva e significativamente com o número de filhos considerado ideal, isto é, quanto maior o número ótimo de filhos, maior o número de filhos nascidos, o que significa que o comportamento reprodutivo dos casais tende a ajustar-se, ao longo do seu ciclo fértil, a um número ótimo previamente escolhido. Varia positiva e significativamente com a mortalidade dos filhos: quanto maior a mortalidade maior o número de filhos nascidos, o que acontece motivado pelo efeito substituição: dado que o casal tem um número ótimo de filhos que pretende atingir no final do seu ciclo reprodutivo, por morte de um deles tende a ocorrer um outro nascimento. Varia negativa e significativamente em função do tempo de solteira da mulher, ou seja, quanto maior o tempo de solteira, menor o número de filhos, menor o tempo de fecundidade da mulher exposta. Todavia, o tempo de solteira encontra-se correlacionado positivamente com a educação da mulher, o que quer dizer que uma mulher com um maior tempo de solteira é uma mulher mais educada e daí uma dupla influência na fecundidade.

Para que possamos retirar conclusões do nosso estudo em

⁴⁶O grau de religiosidade é estabelecido em função da frequência na assistência a serviços religiosos, segundo a seguinte ordem:

- 1-Uma ou mais vezes por semana
- 2-2 a 3 vezes por mês
- 3-Ocasões especiais
- 4-Nunca

termos de fecundidade completa, procedemos a uma análise idêntica limitada apenas ao grupo de mulheres que na amostra possuíam uma idade superior a 40 anos uma vez que este grupo já deverá ter terminado, na sua quase totalidade, o seu ciclo reprodutivo, apesar de ainda não ter terminado completamente o seu ciclo fértil.

Neste caso, podemos observar que o modelo continua a mostrar-se globalmente significativo, mas as variáveis tempo de casada (a26), eficácia contraceptiva (a63), educação da mulher (a90), apresentando embora o mesmo sinal, deixam de ser significativas (ver Quadro XXXIV, na página seguinte). Esta situação deve-se ao facto de no caso das mulheres mais velhas não existirem grandes distinções em termos do tempo de casada, visto que as mulheres mais velhas são simultaneamente as casadas há mais tempo. Quanto à eficácia contraceptiva, também neste grupo, e como referimos anteriormente, existe a menor percentagem de utilizadoras eficazes de práticas contraceptivas, sendo a quase totalidade utilizadoras ineficientes. Também no que se refere à educação, quase todas as mulheres com idade superior a 40 anos têm como habilitação escolar máxima a instrução primária.

A partir dos resultados obtidos através da análise de regressão utilizando como variável dependente o número óptimo de filhos (ver Quadro XXXV, na página 275) podemos verificar que este é influenciado positiva e significativamente pelo tempo de casada da mulher (a26), isto é, quanto maior o tempo de casada, mais elevado é o número de filhos considerado como óptimo.

QUADRO XXXIV

Resultados da análise de regressão utilizando como variável dependente o número de filhos nascidos, para o conjunto de mulheres com mais de 40 anos de idade

Variável dependente: (a32) número de filhos nascidos
 Variáveis explicativas: (a63) eficácia contraceptiva
 (a69) dimensão do local de residência
 (a90) grau de instrução
 (a99) religiosidade
 (a106) número ideal de filhos
 (tm) taxa de mortalidade
 (ts) tempo de solteira

Source	SS	df	MS	Number of obs = 1146		
Model	1378.33671	7	196.905244	F(7, 1138) =	63.52	
Residual	3527.82822	1138	3.10002479	Prob > F =	0.0000	
Total	4906.16492	1145	4.28486019	R-square =	0.2809	
				Adj R-square =	0.2765	
				Root MSE =	1.7607	

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
a32					2.950262
a63	.092656	.0773906	1.197	0.231	2.161431
a69	.1857466	.0393595	4.719	0.000	4.075916
a90	-.0278318	.0161019	-1.728	0.084	3.706806
a99	-.0038958	.0028723	-1.356	0.175	6.189354
a106	.7009337	.0437604	16.018	0.000	2.446771
tm	2.700564	.3773027	7.158	0.000	.0542972
ts	-.0065833	.0010682	-6.163	0.000	281.0742
_cons	2.108927	.4064039	5.189	0.000	1.

QUADRO XXXV

Resultados da análise de regressão utilizando como variável dependente o número ideal de filhos

Variável dependente: (a106) número ideal de filhos
 Variáveis explicativas: (a26) tempo de casada
 (a63) eficácia contraceptiva
 (a69) dimensão do local de residência
 (a71) origem rural/urbana
 (a89) mobilidade geográfica
 (a90) grau de instrução
 (a99) religiosidade
 (ts) tempo de solteira

Source	SS	df	MS	Number of obs = 3484	
Model	201.290948	8	25.1613685	F(8, 3475)	= 30.63
Residual	2854.42432	3475	.821417071	Prob > F	= 0.0000
Total	3055.71527	3483	.877322788	R-square	= 0.0659
				Adj R-square	= 0.0637
				Root MSE	= .90632

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
a106					2.246843
a26	.0019502	.000182	10.716	0.000	157.446
a63	-.0759155	.0232561	-3.264	0.001	2.363949
a69	.0819937	.0128114	6.400	0.000	4.183984
a71	-.050017	.0218561	-2.288	0.022	1.652124
a89	.1195732	.033081	3.615	0.000	.3355339
a90	.0220876	.005099	4.332	0.000	4.85907
a99	-.0030311	.0007536	-4.022	0.000	7.62744
ts	.0010036	.0003517	2.854	0.004	266.7176
_cons	1.466817	.1456762	10.069	0.000	1.

Varia negativa e significativamente em função do grau de eficácia contraceptiva (a63), o que significa que utilizadoras mais eficazes têm um óptimo mais baixo; todavia, a relação observada anteriormente entre eficácia contraceptiva e número de filhos nascidos é positiva, o que revela uma diferença, para utilizadoras eficazes, entre número de filhos ideal e número de filhos nascidos. O número óptimo de filhos varia negativa e significativamente com a vivência rural-urbana da mulher (a69): quanto menor a dimensão da localidade de residência, maior o número óptimo de filhos. Varia negativa e positivamente⁴⁷ com a origem rural-urbana da mulher (a71)⁴⁸: quanto maior a concentração populacional na localidade onde a mulher residiu durante a infância, maior o número de filhos considerado como óptimo, na medida em que as normas que regulam o comportamento reprodutivo condicionam favoravelmente a fecundidade e influenciam as preferências por um número mais elevado de filhos; do mesmo modo também se observa que nas zonas rurais o custo dos filhos diminui comparativamente com as zonas urbanas e, simultaneamente, o seu valor aumenta. Varia negativa e significativamente com a mobilidade geográfica da mulher (a89)⁴⁹:

⁴⁷Nível de significância: 0.05.

⁴⁸A origem rural-urbana da mulher é estabelecida em função da dimensão da localidade de residência na infância e apresentada com a seguinte ordenação:

- 1-Rural
- 2-Vila
- 3-Cidade

⁴⁹A mobilidade geográfica é estabelecida em função da resposta à questão "Sempre viveu nesta localidade", com a seguinte ordenação:

- 1-Não
- 2-Sim

o número óptimo aumenta quando diminui a mobilidade geográfica, uma vez que as preferências por crianças em relação a outras actividades alternativas se alteram quando as mulheres passam a enfrentar novos modelos de comportamento face à reprodução, e também o sistema de normas se modifica, e a pressão social se torna menos coactiva. Varia positiva e significativamente com a educação da mulher (a90), isto é, as mulheres com um mais elevado grau de instrução têm como óptimo um número de filhos maior do que as mulheres que possuem um menor nível de escolaridade. Na medida em que educação e rendimento são duas variáveis fortemente correlacionadas (ver página 602), podemos concluir que as mulheres com um mais elevado rendimento têm por ideal um número mais elevado de filhos, sendo, no entanto, negativa a relação entre o número de filhos nascidos e a educação da mulher. Varia positiva e significativamente com o grau de religiosidade (a99): quanto mais religiosa for a mulher, quanto maior a sua actividade religiosa, mais elevado será o seu óptimo, isto é, a religião tem uma influência significativa aumentando o número de filhos desejado. Varia positiva e significativamente com o tempo de solteira (ts): quanto maior o tempo de solteira, maior o número de filhos considerado como óptimo; por seu lado, a relação entre o tempo de solteira e o número de filhos nascidos é, como já vimos, negativa.

Podemos constatar que no caso das mulheres com mais de 40 anos de idade o modelo explicativo continua a poder ser aceite, mas as variáveis origem rural-urbana (a71), mobilidade geográfica (a89), tempo de solteira da mulher (ts), deixam de ser significativas (ver Quadro XXXVI, na página seguinte).

QUADRO XXXVI

Resultados da análise de regressão utilizando como variável dependente o número óptimo de filhos, para o conjunto de mulheres com mais de 40 anos de idade

Variável dependente: (a106) número óptimo de filhos
 Variáveis explicativas: (a26) tempo de casada
 (a63) eficácia contraceptiva
 (a69) dimensão do local de residência
 (a71) origem rural/urbana
 (a89) mobilidade geográfica
 (a90) grau de instrução
 (a99) religiosidade
 (ts) tempo de solteira

Source	SS	df	MS		
Model	67.6475696	8	8.4559462	Number of obs =	1146
Residual	1609.60548	1137	1.41566006	F(8, 1137) =	5.97
Total	1677.25305	1145	1.46484983	Prob > F =	0.0000
				R-square =	0.0403
				Adj R-square =	0.0336
				Root MSE =	1.1898

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
a106					2.446771
a26	.0021492	.0009453	2.274	0.023	253.918
a63	-.1141019	.0534201	-2.136	0.033	2.161431
a69	.1034374	.0278355	3.716	0.000	4.075916
a71	-.054719	.0505118	-1.083	0.279	1.623909
a89	.063717	.0753629	0.845	0.398	.3542757
a90	.0234352	.0113988	2.056	0.040	3.706806
a99	-.0053784	.0019405	-2.772	0.006	6.189354
ts	.0010603	.0011278	0.940	0.347	281.0742
_cons	1.44075	.5686606	2.534	0.011	1.

Será a existência destes desníveis, entre a fecundidade desejada como ideal e a fecundidade realizada pelos casais, que nós iremos estudar, determinando quais as variáveis responsáveis pelas diferenças observadas. Para uma análise com este objectivo específico, devemos restringir-nos ao conjunto de mulheres que, na amostra, possuíam uma idade igual ou superior a 40 anos, de modo a que possamos retirar conclusões válidas em função da fecundidade completa dos casais, da dimensão final das famílias.

Em termos da diferença entre o número de filhos considerado óptimo e o número de filhos vivos (d_i), podemos observar que para grande parte das mulheres entrevistadas, com idade superior a 40 anos, 44.94%, a diferença é igual a zero. No entanto, 31.33% das entrevistadas falharam, em relação ao seu óptimo, apenas por um filho: 8.55% tem mais um filho, enquanto que, pelo contrário, 22.77% tem menos um filho; tiveram mais dois filhos do que o óptimo 8.12% das mulheres, e 4.62% tiveram mais três filhos. A proporção de mulheres que ficou aquém do número óptimo com uma diferença de dois filhos é somente de 4.28% . Comparando a diferença entre o óptimo e o número de filhos nascidos ($doeb$), a proporção de mulheres que considera ter atingido o óptimo reduz-se para 43.54%, a proporção de mulheres que teve mais um nascimento para além do número óptimo eleva-se para 10.73%, enquanto que diminui para 20.51% a proporção de mulheres com menos um filho. Consideramos que estas alterações entre as duas variáveis ficam a dever-se essencialmente à acção da mortalidade infantil e juvenil.

Comparando as falhas em função do número óptimo de filhos, podemos observar que entre os casais (em que a mulher tem mais

de 40 anos de idade) que desejavam dois filhos, atingiram esse óptimo 48.60%, ultrapassaram o óptimo por um filho 8.64%, 8.05% ultrapassaram em dois filhos, enquanto que 26.36% não atingiram o óptimo por um filho.

Os resultados da análise de regressão permitem-nos concluir que as variáveis que explicam a diferença entre o número óptimo de filhos e o número de filhos vivos, quando se analisa no início da década de 80 a fecundidade das mulheres portuguesas, são a eficácia contraceptiva (a63), a vivência rural-urbana (a69), a educação da mulher (a90), a mortalidade (tm) e o tempo de solteira (ts) (ver Quadro XXXVII, na página seguinte). Assim, a variável dependente (di) varia negativa e significativamente com a eficácia contraceptiva⁵⁰: a diferença aumenta, o que quer dizer que o número óptimo é superior ao número de filhos vivos, quando diminui a eficácia contraceptiva. Varia negativa e significativamente com a concentração populacional, ou seja, quanto maior a concentração populacional, maior o número óptimo em relação ao número de filhos vivos. Varia positiva e significativamente com a educação da mulher, isto é, quanto mais elevado o grau de instrução, menor o número de filhos vivos em relação ao óptimo; varia positivamente e significativamente com a mortalidade dos filhos: quanto maior a mortalidade, maior o número de filhos considerado óptimo em relação ao número de filhos vivos, e portanto, maior a diferença em relação ao óptimo; varia positivamente com o tempo de solteira, ou seja, quanto maior o tempo de solteira, maior a diferença para o óptimo, maior o valor considerado óptimo comparativamente ao número de filhos

⁵⁰Para um nível de significância de 0.10.

QUADRO XXXVII

Resultados da análise de regressão utilizando como variável dependente a diferença entre o número de filhos vivo e o número ótimo de filhos, para o conjunto de mulheres com mais de 40 anos de idade

Variável dependente: (di) diferença em relação ao número ótimo de filhos
 Variáveis explicativas: (a63) eficácia contraceptiva
 (a69) dimensão do local de residência
 (a90) grau de instrução
 (a99) religiosidade
 (tm) taxa de mortalidade
 (ts) tempo de solteira

Source	SS	df	MS	Number of obs = 1146	
Model	172.142014	6	28.6903356	F(6, 1139) =	10.54
Residual	3099.82046	1139	2.72152806	Prob > F =	0.0000
Total	3271.96248	1145	2.85760915	R-square =	0.0526
				Adj R-square =	0.0476
				Root MSE =	1.6497

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
di					-.2818499
a63	-.1256036	.0722728	-1.738	0.082	2.161431
a69	-.1299869	.0365674	-3.555	0.000	4.075916
a90	.0289246	.0150666	1.920	0.055	3.706806
a99	.0014493	.0026813	0.541	0.589	6.189354
tm	.6479381	.3534609	1.833	0.067	.0542972
ts	.0056975	.0010001	5.697	0.000	281.0742
_cons	-1.23335	.3667129	-3.363	0.001	1.

vivo. A religiosidade influencia negativamente: a diferença aumenta à medida que a mulher se torna menos religiosa, mas não significativamente.

Em seguida, passamos a focar a nossa análise em termos dos factores responsáveis pelo erro entre a fecundidade ideal e a fecundidade realizada. Se passarmos a considerar somente a falha em atingir o óptimo, deixará de nos interessar se esse erro é de menos ou de mais um filho, e passaremos apenas a considerar que errou por um filho, a utilizar os valores das diferenças em valor absoluto.

Podemos concluir que as falhas são explicadas por diferenças na dimensão populacional da localidade de residência (a69), no nível de mortalidade dos filhos (tm) e no tempo de solteira (ts) (ver Quadro XXXVIII, na página seguinte). O número de filhos vivos afasta-se tanto mais do número óptimo quanto menor o nível de eficácia contraceptiva, embora esta variável não seja significativa⁵¹. Varia negativa e significativamente com a vivência rural-urbana da mulher, ou seja, a mulher erra mais nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Varia negativamente, mas não significativamente, com a educação da mulher: quanto mais educada menos erra. Por outro lado, quanto menos religiosa, menor a diferença em relação ao óptimo, embora também a religiosidade da mulher não seja significativa.

⁵¹No entanto, se utilizarmos como variável explicativa a prática ou não de contracepção, sem distinguir entre utilização ineficiente ou eficaz (a64), esta variável passa a ser significativa. Esta situação deve-se ao facto de a maioria das mulheres com idade superior a 40 anos, ou não utilizar nenhum método contraceptivo, ou utilizar somente um método ineficaz.

QUADRO XXXVIII

Resultados da análise de regressão utilizando como variável dependente a diferença, em módulo, entre o número de filhos vivo e o número óptimo de filhos, para o conjunto de mulheres com mais de 40 anos de idade

Variável dependente: (do) diferença em relação ao número óptimo de filhos (em módulo)
 Variáveis explicativas: (a63) eficácia contraceptiva
 (a69) dimensão do local de residência
 (a90) grau de instrução
 (a99) religiosidade
 (tm) taxa de mortalidade
 (ts) tempo de solteira

Source	SS	df	MS		
Model	101.437832	6	16.9063053	Number of obs =	1146
Residual	2060.92604	1139	1.80941707	F(6, 1139) =	9.34
Total	2162.36387	1145	1.8885274	Prob > F =	0.0000
				R-square =	0.0469
				Adj R-square =	0.0419
				Root MSE =	1.3451

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
do					1.02356
a63	-.0410809	.0589302	-0.697	0.486	2.161431
a69	.075543	.0298165	2.534	0.011	4.075916
a90	-.017931	.0122851	-1.460	0.145	3.706806
a99	-.0024539	.0021863	-1.122	0.262	6.189354
tm	1.150091	.2882068	3.991	0.000	.0542972
ts	-.0033065	.0008155	-4.055	0.000	281.0742
_cons	1.753022	.2990123	5.863	0.000	1.

Varia positiva e significativamente com a mortalidade observada: a falha é tanto maior quanto maior o nível de mortalidade que afecta a criança. Finalmente, varia negativa e positivamente com o tempo de solteira: quanto maior o tempo de solteira, menor o erro, uma vez que também o tempo de exposição ao risco é menor.

Questionámo-nos sobre a correcta especificação do modelo, uma vez que em alguns trabalhos de investigação na temática da família a variável tempo de solteira foi considerada endógena⁵². Assim, utilizámos o teste de Hausman (1978)⁵³ para testarmos, no nosso caso, a exogeneidade da variável tempo de solteira. Estatisticamente podemos considerar a variável em questão como exógena, uma vez que os resultados da estimação pelo método OLS (Ordinary Least Squares) mostram que os resíduos não são significativamente diferentes de zero. Repetimos o mesmo procedimento no caso da variável educação da mulher e chegámos a idênticas conclusões (ver Quadro XXXIX, na página seguinte).

Ao longo do processo de análise das diferenças observadas em relação ao óptimo, constatámos a existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, isto é, as variáveis estão fortemente intercorrelacionadas para permitir uma análise precisa dos seus efeitos em termos individuais.

⁵²Pereira, P. T., (1986), *Determinants and Consequences of Pre-Marital Decisions in an Environment with Divorce*, A Ph. D. Thesis Submitted to the Faculty of the Graduate School of the University of Minnesota.

⁵³Chow, G. C., (1983), *Econometrics*, McGraw-Hill, Inc, pp. 314-317.

QUADRO XXXIX

ORDINARY LEAST SQUARES ESTIMATES

DEPENDENT VARIABLE.....	DO
MEAN OF DEPENDENT VARIABLE..	1.02356
STD. DEV. OF DEP. VARIABLE..	1.37424
STD. ERROR OF REGRESSION....	1.34581
SUM OF SQUARED RESIDUALS....	2059.3
MULTIPLE CORRELATION.....	.04765
ADJUSTED R-SQUARED.....	.04095
F-STATISTIC.....	7.11104
NUM. DEGREES OF FREEDOM.....	8
DENOM. DEGREES OF FREEDOM...	1137
SIGNIFICANCE OF F-TEST.....	.00000
LOG-LIKELIHOOD.....	-1962.0
RESTRICTED (SLOPES=0) LOG L.	-1989.9
CHI-SQUARED.....	55.915
DEGREES OF FREEDOM.....	8
SIGNIFICANCE LEVEL.....	.10336E-10
DURBIN-WATSON STATISTIC.....	1.8033
ESTIMATED AUTOCORRELATION (RHO)...	.98340E-10

PARAMETER ESTIMATES

VARIABLE	COEFFICIENT	STD.ERROR	T-RATIO (SIG.LVL)
CONSTANT	.167199	1.836	.091 (.88889)
TS	.224412E-02	.6719E-02	.334 (.73527)
TSE	-.563441E-02	.6770E-02	-.832 (.41036)
TM	1.16242	.2886	4.027 (.00010)
A90	-.170288E-01	.4053E-01	-.420 (.67731)
A90E	-.223653E-02	.4235E-01	-.053 (.91171)
A69	.838857E-01	.3674E-01	2.283 (.02144)
A99	-.185290E-02	.2309E-02	-.803 (.42789)
A63	-.485050E-01	.5963E-01	-.813 (.42144)
SIGMA	1.34581	.2811E-01	47.875 (.00000)

A medida da multicolinearidade proposta por Belsley *et al.* (1980)⁵⁴ apresenta, no nosso caso, um valor que sugere potenciais problemas devido à existência de intercorrelação entre variáveis.

Uma forma de solucionar este tipo de problemas é através do método das componentes principais⁵⁵. Todavia, este método ao determinar as componentes principais, revela-nos a proporção da variação total da matriz das variáveis independentes, X , explicada por cada uma das variáveis, sem no entanto ser estabelecida qualquer relação dos regressores em relação à variável independente, y , que pretendemos explicar. Este processo de cálculo torna ambíguo e retira sentido à interpretação dos resultados obtidos pelo método das componentes principais.

⁵⁴Greene, W. H., (1990), *Econometric Analysis*, Macmillan Publishing Company, New York, pp. 280-281.

⁵⁵Greene, W. H., *op. cit.*, pp. 283-285.

III.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS ALTERNATIVAS: INVENTÁRIO CRÍTICO

Podemos constatar que não existe uma teoria geral da fecundidade humana. Na verdade, não existe uma teoria globalizante que permita oferecer uma explicação satisfatória do comportamento reprodutivo em todas as sociedades, em todas as épocas⁵⁶. Perante a impossibilidade de formulação de uma teoria suficientemente compreensiva, passaram a ser centro fulcral de discussão teórica as novas tendências observadas no comportamento reprodutivo das populações humanas. Todavia, em função do elevado grau de desenvolvimento da demografia, a análise da evolução populacional, não se limita, nos dias de hoje, à esfera formal da análise demográfica. O que se pretende conhecer é a inter-dependência entre as variáveis demográficas e as outras variáveis externas aos modelos demográficos. Para tal tem vindo a ser seguido um esquema de pluridisciplinaridade, de modo a avaliar o impacte destas últimas, quer na estrutura, quer na dinâmica do sistema. Devido à multiplicidade de variáveis que influenciam o comportamento social em geral, e o reprodutivo em particular, uma parte cada vez mais significativa da variância das variáveis demográficas é explicada por variáveis não demográficas. Assim, o comportamento reprodutivo tem sido objecto de múltiplos estudos interdisciplinares. Também não é fácil a classificação das perspectivas de explicação teórica por campo de investigação. Na verdade, as diferentes áreas científicas

⁵⁶Mackensen, R., (1982), "Social change and reproductive behaviour-on continuous transition", C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Éditions, Liège, pp. 249-279.

misturam, a todos os níveis de análise (macro ou micro), acontecimentos (o acto ou a decisão de casar, ter filhos, trabalhar no mercado de trabalho, utilizar contracepção), unidades (indivíduos, casais, famílias extensas, classes sociais), conceitos (atitudes, valores, normas), classificações (as das ciências sociais). Podemos dizer, então, que cientistas sociais em diferentes áreas utilizam o mesmo nível de perspectiva, elaboram modelos com os mesmos elementos, distinguindo-se, somente, pelo enquadramento próprio de cada ciência. Assim, os sociólogos preocupam-se, de um modo geral, com as estruturas sociais; dão toda a importância à pressão exercida pela comunidade de modo a que o comportamento individual se ajuste ao sistema de valores do grupo dominante. Os sociólogos da família, de uma forma mais específica, centram a sua análise no interior da família (casal ou família extensa), em função das trocas materiais, emocionais e normativas entre os seus membros, e entre estes e a comunidade. Os psicólogos procuram explicar o comportamento reprodutivo pelo enquadramento normativo e pelo sistema de valores que condicionam o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Os historiadores mostram-se cada vez mais interessados nas mentalidades, e encaram a evolução das atitudes face à reprodução como um dos elementos constituintes da evolução das sociedades. Finalmente, os economistas explicam a evolução observada no comportamento reprodutivo com base no princípio da racionalidade nas escolhas individuais, em função do sistema de preferências do casal, das restrições em termos de rendimento, tempo e energia, e do envolvimento normativo com a comunidade.

A maior parte das tentativas de explicação tem vindo, nos últimos anos, a seguir uma determinada constância. Na verdade, baseando-se nas condições históricas particulares que rodeiam o fenómeno em observação, são elaboradas algumas hipóteses sobre o comportamento reprodutivo numa dada sociedade e numa dada época. O passo seguinte prende-se com a verificação empírica dessas hipóteses.

Podemos considerar um primeiro grupo de teorias que, no âmbito da demografia histórica, tendem a generalizar teorias interpretativas de comportamentos específicos, em determinados momentos do passado, para explicar situações de fecundidade no momento presente. São casos de verificação empírica com base em dados agregados a nível nacional. Como exemplo deste grupo de teorias consideramos a teoria da transição demográfica. Parte da hipótese da existência de uma interdependência entre o comportamento reprodutivo e a estrutura social, por um lado, e o progresso económico e a estrutura política, por outro. Todavia, esta interdependência apresenta uma natureza completamente distinta da do passado. O início da transição da fecundidade (que na maioria dos países da Europa Ocidental se verificou nos finais do século XVIII e princípios do século XIX) tem lugar em circunstâncias históricas específicas que, na actualidade, não são passíveis de idêntica validade⁵⁷. A teoria da transição

⁵⁷O declínio da fecundidade nos países industrializados começou a verificar-se a partir da segunda metade do século XVIII. De acordo com os resultados obtidos através da análise de séries temporais, podemos constatar que, em alguns países como a França (1760), a Finlândia (1750), os Países Checos (1785) e os Estados Unidos (1800), a descida dos valores apresentados pelas taxas brutas de natalidade precede os apresentados pelas taxas brutas de mortalidade. Cerca de um século mais tarde, por volta de 1875-1880, a maioria dos países industrializados

demográfica não contempla a explicação de algumas questões sumamente relevantes, tais como: o declínio da fecundidade precedendo o declínio da mortalidade, nalguns países onde se verificou a transição (caso da França nos finais do século XVIII); centrando toda a explicação na modernização da sociedade, no seu progresso económico e desenvolvimento social, não explica como sociedades com idênticos níveis de progresso económico, industrialização e urbanismo, apresentam importantes desfasamentos no início e final do período de transição; sugere a existência de um aglomerado de factores determinantes do comportamento fecundo das populações, que apresenta sob o nome de "factores de modernização", mas não explicita nem qual o grau de influência, nem qual o poder explicativo de cada um deles. Além disso, não se demonstrou ainda a existência de um tipo de transição universal de um modo de população pré-industrial para um modo de população industrial; pelo contrário, admite-se uma multiplicidade de modelos de transição. Por outro lado, a teoria da transição demográfica pode considerar-se uma variante das "teorias de modernização", que são baseadas em conceitos de

experimenta um declínio quase simultâneo da sua fecundidade, com um desfasamento de apenas 5 a 10 anos em relação ao início do declínio da mortalidade, que o antecede. Na Suécia a descida da natalidade começou a verificar-se um pouco mais cedo, por volta de 1860. Países como a Noruega, a Inglaterra-País de Gales, a Suíça, a Áustria, a Holanda, a Bélgica, a Alemanha, e mesmo a Itália, a Espanha, a Jugoslávia e a Dinamarca, apresentam valores de declínio com carácter duradouro e consistente a partir de 1890. Por volta de 1900, a descida nos valores das taxas brutas de natalidade estende-se à Polónia, parte europeia da Rússia, e a países de povoamento europeu, caso da Austrália e da Nova Zelândia. Muito mais tarde, a partir de 1920-1925, o declínio da fecundidade começa a manifestar-se nos restantes países europeus, entre os quais se encontram Portugal, a Bulgária e a Roménia, e a outros países industrializados, não europeus, como o Japão. Cf Dominique Tabutin, (1980), *Problemes de Transition Démographique*, Tome 1, Cabay, Louvain-la-Neuve, pp. 51-84.

equilíbrio estático, isto é, a interpretação fundamenta-se na existência de estados de equilíbrio da sociedade e da população em diferentes momentos do tempo.

Um outro grupo de teorias, embora ainda caracterizado pela utilização de dados agregados na verificação empírica das suas hipóteses, baseia-se na análise exaustiva de séries estatísticas, na procura da medida da correlação entre variáveis com diferente valor explicativo. Todavia, mais recentemente, as perspectivas teóricas que se revelaram com maior capacidade, quer interpretativa, quer preditiva do comportamento fecundo são provenientes do campo da micro-análise. Progressivamente, foi-se abandonando o conceito de uma sociedade homogénea e coerente, defendendo-se com maior ênfase um modelo explicativo que dê maior relevância ao indivíduo, enquanto personalidade autónoma, que toma decisões em função das suas condições de socialização e das suas circunstâncias. Neste grupo de perspectivas que privilegiam o processo de tomada de decisão, distinguimos aquelas que destacam a família como elemento de decisão e aquelas que se centram na análise do quadro de preferências e nas motivações do indivíduo. Nesta perspectiva de investigação, que se baseia numa desagregação muito mais acentuada dos dados, pretende-se uma explicação do comportamento diferencial da sociedade em resultado de alterações nas características individuais. No entanto, estas teorias, também designadas por teorias das motivações individuais, pretendem estabelecer uma ligação entre a estrutura e a mudança do sistema de valores da sociedade, e o impacte das alterações económicas, sociais e políticas no contexto social do comportamento individual e familiar. Deste modo, não só w

analisado o processo de tomada de decisão, mas também a intensidade da influência do sistema de normas e valores da sociedade. Esta é medida através das preferências do casal, do impacte dos processos de socialização por parte das famílias de origem, da experiência adquirida e da ligação a grupos de referência. As perspectivas teóricas de explicação com base no indivíduo fundamentam-se na capacidade de decisão da família (do casal ou do indivíduo) entre um dado conjunto de bens disponíveis. Parte-se do pressuposto de que a família procede a uma avaliação desses bens, em função do seu quadro de preferências, que, por sua vez, é determinado, em parte por condições estruturais, em parte pelas normas aceites na sociedade ou nos grupos sociais relevantes para a família e, ainda, pela experiência adquirida. Na realidade, a família decide entre as diferentes oportunidades que competem entre si no que respeita a rendimento, tempo e envolvimento emocional. A dimensão familiar planeada, isto é, o número de filhos e a utilização ou não de contracepção, encontram-se entre as opções que se colocam às famílias em termos alternativos de afectação de recursos disponíveis. Em conclusão, podemos dizer que, em termos da perspectiva de investigação, se tem vindo a caminhar, nos últimos anos, numa tendência de substituição de teorias baseadas num elevado grau agregativo para outras fundamentadas em conceitos de comportamento individual.

Por estas razões, e seguindo o percurso teórico em termos históricos, de evolução temporal, testámos em primeiro lugar uma perspectiva teórica com base em dados agregados e, em seguida, utilizámos informação a nível desagregado. Todavia, podemos

concluir que a maior parte das tentativas de explicação teórica são parciais e, fundamentalmente, tentam encontrar entre a complexidade de condicionantes e de factores determinantes, o mais relevante, ou seja, o que detenha um maior poder explicativo. Segundo um dos mais conceituados autores no domínio do estudo da fecundidade⁵⁸, tem-se sempre perdido a noção mais importante: a da harmonia entre a estrutura social e o comportamento individual.

No campo da micro-análise foram surgindo, nas últimas décadas, as perspectivas mais promissoras em termos de capacidade de interpretação e previsão dos valores de fecundidade. No entanto, encontramos autores que argumentam que, devido à complexidade dos determinantes (socioeconómicos, socioculturais e biológicos) da fecundidade, uma "teoria da fecundidade" limita-se a uma explicação plausível *post factum*, o mesmo é dizer onde muito se pode interpretar mas pouco pode ser previsto (McNicoll, 1982)⁵⁹. Todavia, face à introdução de racionalidade no processo de decisão da fecundidade (a um uso de métodos contraceptivos cada vez mais difundido no total da população), tem aumentado o interesse dos cientistas sociais pelas capacidades de explicação da análise centrada nas decisões individuais no que respeita à dimensão familiar. Na realidade, os estudos empíricos efectuados permitem concluir que a variável que melhor prevê o comportamento da fecundidade realizada, por

⁵⁸Mackensen, R., (1982), *op. cit.*, p. 265.

⁵⁹McNicoll, G., (1982), "Institutional Determinants of Fertility Change", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Éditions, Liège, pp. 147-167.

mulher, é expressa pela preferência manifestada em termos de dimensão familiar desejada⁶⁰. De acordo com Cochrane (1975)⁶¹ existem quatro modelos de decisão. O primeiro considera os filhos como meras consequências do acto sexual; uma perspectiva malthusiana da fecundidade, em que a contracepção no interior do casamento não é tida em conta, e onde a decisão de fecundidade se transfere para a decisão de casar ou de coabitar; assim sendo, a dimensão familiar final é função de um início, precoce ou tardio, da vida sexual activa por parte do casal. O segundo considera os filhos como um bem de investimento: o casal decide qual a dimensão familiar que lhes assegure, na sua velhice, assistência e apoio, quer financeiro, quer emocional. Os restantes modelos de decisão centram-se na utilidade que os pais retiram directamente dos filhos: estes são, em si mesmos, uma fonte de satisfação para os pais. A maior diferença entre os dois modelos de decisão que consideram os filhos como bens de consumo, radica no facto de que um deles admite formas de consumo alternativas, perante diferentes opções de consumo e face à escassez de recursos; o outro considera a *qualidade* dos filhos em competição com a *quantidade*. A primeira perspectiva é defendida por autores como Bernard Okun, Richard Easterlin e Deborah Freedman, a segunda foi inicialmente formulada por Gary

⁶⁰O que se demonstra de acordo com os resultados obtidos para Portugal Continental, no início da década de 80, neste mesmo capítulo da nossa dissertação.

⁶¹Cochrane, S. H., (1975), "Children as by-products, investment goods and consumer goods: A review of some micro-economic models of fertility", in *Population Studies*, 29, November, pp. 373-390.

Becker⁶².

Em termos formais, de acordo com o modelo proposto por Easterlin, o mapa de indiferença para um agregado familiar individual pode expressar-se por:

$$U = f(G_p, C),$$

em que U é a utilidade dos pais, C é o número de filhos sobreviventes na idade adulta, e G_p é a quantidade de bens consumidos pelos pais. Analiticamente, a restrição orçamental é dada por:

$$Y = p_g G_p + p_c C,$$

onde Y representa o rendimento potencial do agregado familiar, durante o tempo de vida do casal, e p_g e p_c são os preços dos bens e dos filhos, respectivamente.

Por seu lado, Becker parte da hipótese de que cada família maximiza uma função de utilidade, na quantidade dos filhos, n ; na despesa em cada filho, a que chama qualidade, q ; e nas quantidades de outros bens:

$$U = U(n, q, Z_1, \dots, Z_m)$$

Ter e criar um filho exige uma afectação de recursos por

⁶²Okun, B., (1958), "Trends in birth rates in the United States since 1870", in *Studies in Historical and Political Science Series*, 77, Johns Hopkins University Press, Baltimore; Easterlin, R., (1961), "The American baby-boom in historical perspective", in *American Economic Review*, 51, December, pp. 869-911; Easterlin, R., (1978), "The economics and sociology of fertility: A synthesis", in *Historical Studies of Changing Fertility*, C.Tilly, (ed.), Princeton University Press, Princeton, pp. 57-133; Freedman, D., (1963), "The relation of economic status to fertility", in *American Economic Review*, 53, June, pp. 414-426; Becker, G., (1960), "An economic analysis of fertility", in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton University Press, Princeton, pp. 209-240; Becker, G. S. & Lewis, H. G., (1973), "On the interaction between quantity and quality of children", in *Journal of Political Economy*, 81, March/April, pp. 279-288.

parte dos pais, em bens e serviços, e em tempo. Em virtude do custo diferenciado do tempo, e da existência de diferentes funções de produção entre famílias, o custo total de ter e criar um filho também difere. Se este custo for representado por p_n e o custo de Z por π_z , a restrição orçamental de uma família será igual a:

$$p_n n + \pi_z Z = I$$

onde I representa o rendimento total.

A proposta teórica de Gary Becker assenta no pressuposto de que quando o rendimento da família aumenta, os pais não só tendem a aumentar a *quantidade* de filhos como também a elevar o nível de vida dos seus filhos, isto é, não só querem mais filhos como ainda dispendem mais *per* filho. Becker distingue duas componentes nos gastos com os filhos: a primeira respeita à dimensão e natureza do cabaz de bens e serviços consumidos pelos filhos; a segunda refere-se aos preços desses bens e serviços. Assim, a despesa *per* filho pode variar em função de uma alteração na composição do cabaz de bens e serviços consumidos, que Becker designa por aumento na *qualidade* do filho. A uma alteração em relação à segunda componente, uma modificação ao nível dos preços do cabaz de bens consumidos pelo filho, o autor dá o nome de aumento no *custo* do filho. Segundo Becker, um aumento secular observado na componente *custo* foi o responsável pelo declínio da fecundidade ao longo do tempo. Por outro lado, enquanto o *custo* de um filho é independente do rendimento dos pais e varia apenas em função da lei da oferta e da procura (dependendo dos preços de mercado dos bens e serviços consumidos pelos filhos), a *qualidade* dos filhos é uma variável de decisão familiar que varia

positivamente com o rendimento da família. Concomitantemente, ao longo do tempo tem-se assistido a um aumento nas despesas per filho, o que quer dizer que a um aumento no rendimento, e a uma ascensão social da família, se associa um aumento nos gastos em *qualidade* do filho. Numa perspectiva de longo prazo os estilos de vida dos pais e os padrões de *qualidade* dos filhos foram-se ajustando a um aumento secular do rendimento das famílias.

Bernard Okun⁶³ e Harvey Leibenstein⁶⁴ consideram que o custo de um filho, medido em termos convencionais, aumenta à medida que o rendimento *per capita* aumenta. De acordo com Gary Becker, a elasticidade rendimento da *quantidade* de filhos procurada é muito baixa, enquanto que, na maior parte do leque de rendimentos, a elasticidade rendimento da *qualidade* é muito mais elevada. Assim, à medida que o rendimento aumenta, as despesas em *qualidade* per filho aumentam de tal forma que os pais tendem a reduzir a *quantidade* de filhos procurada. As famílias com rendimentos mais elevados têm, em geral, um maior número de filhos, uma vez que não necessitam de reduzir a dimensão familiar para satisfazer as suas exigências em *qualidade*.

A partir da década de 50, a teoria do consumidor⁶⁵ tem vindo a ser utilizada para explicar as escolhas, no longo prazo, feitas pelo agregado familiar, através das decisões de despesa, no curto prazo, quando se trata de comportamentos demográficos, tais como

⁶³Okun, B., (1958), *op. cit.*

⁶⁴Leibenstein, H., (1957), *Economic Backwardness and Economic Growth*, John Wiley, New York.

⁶⁵Podemos considerar, sem dúvida, a formulação teórica de Gary Becker como um trabalho pioneiro de desafio à visão tradicional, na medida em que aplica a teoria do consumidor ao estudo da fecundidade.

fecundidade, nupcialidade e migrações, assim como a afectação do tempo. Schultz (1981)⁶⁶ interpreta como sendo de natureza causal ou condicional a associação empírica entre as variáveis chamadas de restrição (salários, riqueza, preços e tecnologia), e o conjunto dos bens e serviços procurados pelo agregado familiar no curto e longo prazo. Existe ainda um custo de oportunidade do tempo ligado a todas as actividades de consumo, que influencia a procura pela actividade em questão (Mincer, 1963)⁶⁷. A teoria do consumidor parte do pressuposto da existência de decisores individuais que, apesar de não possuírem um conhecimento perfeito do mundo, tentam tirar o máximo de satisfação dos seus rendimentos, dados os preços de mercado, os salários e as possibilidades tecnológicas num dado momento, em função das suas preferências. Schultz (1983) afirma que é pouco realista admitir-se a maximização conjunta por parte do agregado familiar no processo de decisão, embora se possa partir do princípio de que, num certo momento, existe uma confluência conjunta de interesses no que respeita à produção, consumo e reprodução. Distingue ainda dois tipos de factores interagentes responsáveis pelas alterações nos níveis de fecundidade, os que determinam a oferta de nascimentos (independentes das preferências do casal) e os que alteram o comportamento da procura de filhos (que incluem as preferências do casal e as restrições económicas).

⁶⁶Schultz, T. P., (1969), "An economic model of family planning and fertility", in *Journal of Political Economy*, 77, 2, pp. 153-180; Schultz, T. P., (1981), "Economics of population", in *Perspectives on Economic Series*, 6, Addison-Wesley Publishing Company, London.

⁶⁷Mincer, J., (1963), "Market prices, opportunity costs and income effects", in *Measurement in Economics*, C. Christ et al., (eds.), Stanford University Press, Stanford.

Na verdade, ultrapassando o âmbito da definição económica de oferta e procura, podemos distinguir os elementos envolvidos no processo de decisão da fecundidade em oferta de filhos, procura de filhos e custos de regulação da fecundidade. A percepção, por parte do casal, destes elementos explicará a fecundidade diferenciada. Assim, como já referimos, tem vindo a ser dada uma maior atenção às percepções dos indivíduos, às suas motivações e aos processos de decisão, na medida em que se lhes reconhece capacidade preditiva na explicação do comportamento fecundo. Do mesmo modo, também já tivemos ocasião de observar que devido a uma cada vez maior utilização de métodos contraceptivos eficazes, se verifica uma associação muito forte entre as preferências manifestadas pelo casal e o seu comportamento real.

Nestes termos, podemos afirmar que os modelos baseados no processo de decisão da fecundidade, partem do pressuposto de que o indivíduo, o casal ou o agregado familiar, formam percepções em relação à oferta e procura de filhos, assim como aos custos da contraceção. Por procura de filhos entende-se a dimensão e composição da família que um casal desejaria escolher, abstraindo-se de todos os custos, encargos e preocupações envolvidos no processo de criação e educação dos filhos. A procura apresenta várias dimensões: número, sexo, espaçamento e sobrevivência dos filhos. A oferta de filhos define-se como os filhos sobreviventes que os casais teriam se não controlassem a sua fecundidade. Assim, a oferta depende do nível de fecundidade natural (que depende de circunstâncias biológicas, culturais e socioeconómicas específicas), das probabilidades de sobrevivência dos filhos até à idade adulta e dos modelos de nupcialidade.

Parte-se do princípio de que a interacção entre a oferta e a procura, determina a intensidade com que um casal deseja ter ou evitar um filho. Todavia, quando são tomadas medidas de regulação da fecundidade, a fecundidade final depende igualmente de como se deseja ou não, e se tem acesso ou não, à utilização de métodos contraceptivos⁶⁸. Por sua vez, os custos de regulação dependem, em primeiro lugar, das dificuldades encontradas no acesso à informação sobre a prática contraceptiva; do esclarecimento sobre a utilização de métodos tecnologicamente mais avançados e eficazes; da extensão das políticas de planeamento familiar; e da distância a percorrer até aos centros de assistência no planeamento. Em segundo lugar, uma parte dos custos prende-se directamente com o valor monetário do método escolhido. Por essa razão, nos centros de planeamento familiar os métodos mais eficazes são disponibilizados gratuitamente. Finalmente, os custos variam, em termos sociais, com as atitudes morais ou

⁶⁸A questão do aborto induzido não nos parece clara, uma vez que se poderá considerar à partida como um meio, não de limitar a fecundidade, mas de aumentar a mortalidade fetal. Por outro lado, como prática de limitação da dimensão familiar final, os custos financeiros são extremamente diversificados - desde o auto-aborto ao aborto assistido em clínicas especializadas em questões ginecológicas - assim como os custos socioemocionais. Quanto a estes últimos, podemos verificar que, em termos de penalização social, o aborto induzido, embora não se tratando de um valor positivo, é "tolerado" pela sociedade; por outro lado, demonstrou-se que os custos psicológicos, embora difíceis de medir, quando o aborto é legal, não são relevantes. Apesar dos riscos para a saúde decorrentes do aborto ilegal, a grande maioria das mulheres não apresenta sentimentos de culpa ou depressão, ou, caso se manifestem, são muito transitórios, seguidos por uma sensação de alívio associado à resolução da crise com êxito. Cf. H. David, "Abortion: Its prevalence, correlates and costs", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 2, Academic Press, New York.

religiosas em relação à contracepção⁶⁹, e, em termos individuais, com a percepção dos efeitos secundários em questões de saúde física e psicológica da mãe; muitos são os casos em que se opta pela não utilização de métodos eficazes (prática de métodos tradicionais que apresentam larga margem de risco de falha contraceptiva, ou simplesmente não utilização de qualquer método, alternada com períodos de abstinência), devido ao receio de efeitos secundários imprevistos e não desejados.

⁶⁹Tem vindo a ser referido o desajustamento observado, no que respeita aos casais que se dizem católicos, entre os preceitos doutrinários da sua religião e o seu comportamento fecundo. Na verdade, passou a considerar-se a religiosidade do indivíduo como um impedimento cultural à racionalidade no comportamento reprodutivo, mas que, no entanto, vem sucumbindo à medida que aumentam, por exemplo, os níveis de educação das populações. Thomas Luckmann (1967), na perspectiva da sociologia da religião, defende que o ideal colectivo é uma representação sagrada da sociedade, simbolizada pela religião. John Simons (1982), distinguindo entre o sagrado e o profano no comportamento fecundo, apresenta este último como as vantagens e desvantagens práticas de ter filhos, incluindo o prestígio social ou a sua ausência; no entanto, no caso particular do comportamento fecundo, a sua característica essencial, o seu sentido primário, inclui o seu fundamento, isto é, o seu significado sagrado. A sociedade concede um *status* sagrado à reprodução. Todavia, a influência do sagrado no comportamento fecundo dos casais é determinada pela forma da sua relação com o profano. Nessa relação podemos distinguir dois modos: o fundamentalista (em que uma determinada forma de comportamento reprodutivo é prescrita como sagrada, seja qual for o seu significado profano - o máximo de fecundidade, sem considerar os custos monetários, os custos em tempo e os emocionais) e o pragmático (em que são permitidas diversas formas de ajustar o sagrado e o profano - ter tantos filhos quantos o casal possa suportar, económica e emocionalmente). Qualquer destes modos pode prevalecer em função de um dado contexto histórico e social específicos. Simons explica o declínio da fecundidade com base em alternâncias entre os modos fundamentalista e pragmático. Os indicadores do grau de religiosidade das populações confirmam a perspectiva que defende que as tendências observadas na fecundidade, num período de pós-transição, representam uma alteração nas "ideias dominantes" entre um modelo que colocava toda a ênfase no sagrado e um outro em que prevalece o sentido utilitarista, ou profano. Cf. J. Simons (1982), "Reproductive behaviour as religious practice", in *Determinants of Fertility Trends*, C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), Ordina Éditions, Liège.



Nesta perspectiva de explicação teórica levantam-se duas questões fundamentais. A primeira diz respeito ao facto de os casais tomarem ou não, efectivamente, decisões de fecundidade. A segunda à forma apresentada pela tomada de decisão, isto é, se a decisão é única ou sequencial. Na verdade, consideramos que os casais decidem qual a dimensão final da família pretendida, na medida em que a melhor previsão da fecundidade realizada é dada pela fecundidade desejada. Não só o número final de filhos, mas também o espaçamento dos filhos, faz parte do processo de decisão de fecundidade, uma vez que esse espaçamento é deliberado e não resultado do acaso; os casais recorrem à utilização de contraceptivos eficazes, não apenas para reduzir o número de filhos mas também para espaçar os nascimentos. De facto, já nas sociedades do antigo regime demográfico, se usava o adiamento do casamento como estratégia de limitação da dimensão familiar, inserida num processo de tomada de decisão em termos de fecundidade.

Assim, a oferta, como número potencial de filhos, ou seja, número de filhos sobreviventes se não se observar qualquer regulação da fecundidade, depende directamente dos níveis de *fecundidade natural* e das probabilidades de sobrevivência dos filhos até à idade adulta; depende indirectamente de variáveis chamadas de *background* que influenciam os níveis citados anteriormente⁷⁰. Nos países industrializados, sendo a procura inferior à oferta, esta última será o principal determinante da

⁷⁰Cf. P. Hollerbach, (1983), "Fertility Decision-Making Processes: A Critical Essay", in *Determinants of Fertility in Developing Countries*, R. Bulatao and R. Lee, (eds.), vol. 2, Academic Press, New York, pp. 340-380.

fecundidade observada, em virtude do baixo custo da contracepção. Pelo contrário, nos países não industrializados, tal como nas sociedades do passado, a procura pode aproximar-se ou exceder a oferta e o controlo da fecundidade nem sequer ser considerado pelos casais; estamos, neste caso, perante uma situação de *fecundidade natural*. Esta define-se como a fecundidade observada na ausência de tentativas deliberadas para limitar a dimensão familiar⁷¹. Deste modo, a *fecundidade natural* é determinada por factores biológicos e comportamentais, chamados *proximate determinants*, através dos quais as variáveis de *background* (incluindo os factores socioeconómicos, saúde e nutrição, entre outros) operam. As variações observadas nos níveis de fecundidade natural devem-se, unicamente, a alterações verificadas nos *proximate determinants*⁷². Embora todos estes factores afectem a

⁷¹Como esta situação é extremamente difícil de ser observada directamente, passou a considerar-se como uma situação de *fecundidade natural* toda aquela em que não seja utilizado qualquer método contraceptivo ou em que não se observe qualquer alteração no comportamento do casal em função da paridade.

⁷²A denominação escolhida, *proximate determinants*, deve-se ao facto de terem sido considerados como os determinantes mais próximos, ou seja, como os mais influentes. Foram identificados em primeiro lugar por por Kingsley Davis e Judith Blake (1956). Estes factores próximos dividem-se em três categorias. Em primeiro lugar, consideram-se os que afectam as relações sexuais no casal (todos os que influenciam a formação e a dissolução das uniões durante o período reprodutivo, incluindo a idade em que se iniciam as relações sexuais, a intensidade do celibato definitivo, o período reprodutivo entre uniões férteis dissolvidas por morte ou divórcio; também se encontram neste caso a abstinência voluntária ou involuntária, assim como a frequência do acto sexual). Em segundo lugar, distinguem-se os que afectam a concepção propriamente dita (tais como a fertilidade ou esterilidade do casal, e a utilização ou não de métodos contraceptivos). Finalmente, os que afectam a gestação e o parto (tais como a mortalidade fetal, causada involuntariamente ou por aborto induzido). A fecundidade varia directamente em função da combinação das três classes de factores. Todavia, os efeitos destas variáveis na fecundidade podem ser resultado das condições circunstanciais, normativas e estruturais, da sociedade. Assim

fecundidade natural, o seu impacte, medido quantitativamente, é muito desigual. J. Bongaarts & J. Menken (1983)⁷³ demonstraram que, variando cada determinante individualmente, e mantendo os outros fixos, espera-se a seguinte ordenação, por ordem decrescente: idade ao primeiro casamento, esterilidade *post partum*, tempo de espera até à concepção⁷⁴, idade ao último nascimento, e mortalidade intra-uterina espontânea. A esterilidade *post partum* encontra-se directamente relacionada com as práticas de aleitamento (duração e intensidade) e com restrições impostas culturalmente nas relações sexuais *post partum*; verifica-se que as práticas de aleitamento variam negativamente com a educação, o urbanismo e o grau de participação da mulher no mercado de trabalho, e em função de diferenças regionais e étnicas⁷⁵. O nível de *fecundidade natural* aumenta à medida que se assiste a uma diminuição na observação de práticas de aleitamento por parte das populações. Por outro

sendo, Ronald Freedman (1975), incluiu no modelo as inter-relações com as estruturas económica e social. Cf. K. Davis and J. Blake, (1956), "Social structure and fertility: An analytical framework", in *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 4, April, pp. 211-235. Reprinted in C. B. Nam, (ed.), *Population and Society*, Houghton Mifflin, Boston, 1968; R. Freedman, (1975), *The Sociology of Human Fertility*, Irvington, New York.

⁷³Bongaarts, J. & Menken, J., (1983), "The supply of children: A critical essay", in *Determinants of Fertility in Developing Countries*, R. Bulatao and R. Lee, (eds.), vol. 1, Academic Press, New York.

⁷⁴O tempo de espera até à concepção é função da duração do período fértil no ciclo menstrual da mulher e da frequência das relações sexuais.

⁷⁵Nag, M., (1983), "The impact of sociocultural factors on breastfeeding and sexual behavior", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 1, Academic Press, New York.

lado, o segundo determinante da oferta de filhos é referido como a probabilidade de sobrevivência dos filhos até à idade adulta, observada na população em estudo. Ao longo do período de transição demográfica verifica-se um aumento bastante significativo das probabilidades de sobrevivência ao nascer e nas idades jovens, que, por sua vez, provoca um aumento na oferta. Considera-se como determinante da alteração dos níveis de sobrevivência a melhoria das condições gerais de saúde das populações. Neste caso, verifica-se que o número de filhos sobreviventes varia em função da idade da mãe e da paridade, do *status* socioeconómico dos pais, do grau de acesso e disponibilidade de cuidados de saúde, e de outros factores de ordem ambiental, tais como níveis de nutrição, rede de água potável e grau de poluição do meio. Do mesmo modo, também o declínio da mortalidade infantil e juvenil provoca um aumento na oferta de filhos.

Por outro lado, as alterações na procura de filhos tornam-se um factor chave na explicação do declínio da fecundidade. Entre os factores que afectam a procura, distinguimos os custos económicos directos dos filhos e os benefícios económicos; o *custo de oportunidade* dos filhos; os efeitos do rendimento e da riqueza; as normas e as preferências no que se refere aos filhos. Nos países não industrializados, onde se observa uma procura mais elevada, as maiores vantagens em ter filhos consistem, para o casal, na assistência financeira e prática dispensada pelos filhos e na ajuda esperada na velhice dos pais; as maiores desvantagens centram-se nos custos financeiros directos (Bulatao,

1979)⁷⁶. De um modo geral, o valor (líquido) de um filho varia, numa perspectiva de composição da família, em função do sexo da criança e do número de irmãos e/ou irmãs; no que se refere à disponibilidade económica e em tempo por parte dos pais, depende da dimensão da propriedade, da natureza dos mercados de trabalho, da medida em que outras instituições forneçam serviços de ajuda e cooperação; em termos de relação com o custo, varia com o nível de despesas esperado por filho, e em função da possibilidade de parte desse custo ser suportado por um grupo social mais vasto. Mesmo nos países não industrializados onde o valor económico dos filhos é elevado, na medida em que estes colaboram na agricultura, na pequena empresa familiar, ou nos trabalhos domésticos, o valor acumulado destes serviços não compensa, na maior parte dos casos, o consumo acumulado (Lee and Bulatao, 1983)⁷⁷. Por outro lado, é importante referir que, na ausência de alternativas institucionais de segurança social, o apoio dos filhos na velhice dos pais adquire um enorme significado. Um segundo componente do custo do filho é o custo em tempo ou *custo de oportunidade*. Ter filhos é uma actividade considerada de *tempo intensivo* no caso da mãe. à medida que se avança no processo de transição demográfica, assiste-se a um aumento da importância dos custos em tempo. Por outro lado, a associação entre a fecundidade

⁷⁶Bulatao, R. A., (1979a), *On the Nature of the Transition in the Value of Children*, Paper no. 60-A, East-West Population Institute, Honolulu; Bulatao, R. A., (1979b), *Further Evidence of the Transition in the Value of Children*, Paper no. 60-B, East-West Population Institute, Honolulu.

⁷⁷Lee, R. & Bulatao, R., (1983), "The demand for children: A critical essay", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 1, Academic Press, New York.

e a oferta de trabalho da mulher não é clara. O aumento das taxas salariais femininas pode provocar, inicialmente, um aumento da fecundidade, uma vez que eleva o rendimento do agregado familiar. Em princípio, um rendimento mais elevado ou um aumento da riqueza deve conduzir a um aumento da procura de filhos. Contudo, um aumento no rendimento pode provocar, antes, uma alteração no perfil da procura, isto é, uma procura de filhos de mais elevada qualidade em lugar de uma maior quantidade de filhos. Além disso, rendimentos mais elevados permitem aos pais o acesso a substitutos que tenderão a diminuir a procura de filhos. Finalmente, o aumento de rendimento pode provocar uma alteração ao nível das preferências do casal que direcione a procura para bens ou serviços alternativos, isto é, que competem com os filhos. Assim sendo, podemos concluir que a demonstração do efeito do rendimento na procura de filhos é inconclusiva (Mueller & Short, 1983)⁷⁸.

De facto, o processo de modernização alterou radicalmente a procura de filhos. Em primeiro lugar, a contribuição económica dos filhos diminuiu de importância; à medida que a educação e a formação profissional adquiriram relevância o trabalho infantil tornou-se obsoleto, desnecessário e não tolerado pela sociedade. Por outro lado, a força de trabalho foi abandonando a agricultura e os filhos foram substituídos por outras instituições que asseguram segurança contra o risco e a velhice. Além disso, o aumento da mobilidade social teve como consequência a quebra de

⁷⁸Mueller, E. & Short, K., (1983), "Effects of income and wealth on the demand for children", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 1, Academic Press, New York.

importância dos laços de dependência familiar. Em segundo lugar, apesar do rendimento das famílias ter aumentado, os custos directos dos filhos em termos monetários também aumentaram significativamente. Em terceiro lugar, também os custos em tempo se acentuaram e chegam a produzir, nos estádios mais avançados de modernização, efeitos de maior impacte na procura de filhos do que os custos monetários directos. Na verdade, os substitutos para os cuidados dos pais tornaram-se cada vez mais dispendiosos; os empregos menos compatíveis com a criação dos filhos; e o valor do tempo dos pais aumentou substancialmente ao longo do período de transição. Em quarto e último lugar, as preferências dos casais sofreram uma alteração, de certa forma contra os filhos e a favor de bens e serviços competitivos, ou que mais simplesmente se prendam com as necessidades de filhos com mais elevada *qualidade*⁷⁹.

Face a uma dada oferta de fecundidade esperada e a um determinado nível de procura, o casal inicia o processo de decisão de fecundidade. Alguns autores consideram a resposta dos casais à sua situação de oferta-procura como inteiramente definida e regulada pelas normas culturais; outros, pelo contrário, preferem vê-la como envolvendo uma multiplicidade de decisões voluntárias do casal; outros ainda, estabelecem uma

⁷⁹A mortalidade infantil, além de afectar a oferta, também influencia a procura de filhos sobreviventes, na medida em que a perda de um filho provoca um aumento no número de filhos adicionais desejado pelo casal. Este efeito varia em função do sexo da criança falecida e da paridade. De acordo com a análise efectuada na parte empírica da nossa dissertação, a morte de um filho provoca um aumento superior à unidade, no caso da fecundidade das mulheres que, no Inquérito Português à Fecundidade, pelo facto de possuírem mais de 40 anos de idade, tinham completado a sua fecundidade.

situação de compromisso entre as duas perspectivas. No entanto, as estratégias que um casal pode usar no processo de tomada de decisão da fecundidade podem ser de natureza muito diversa (Hollerbach, 1983)⁸⁰. Numa situação em que não se verifique uma significativa falta de equilíbrio entre a oferta e a procura, não sendo necessária qualquer tipo de acção, não existe estratégia. Todavia, neste caso, são tomadas outras decisões indirectamente relacionadas com a fecundidade: casamento, aleitamento, separação ou divórcio. Assim, as estratégias na tomada de decisão de fecundidade, implementadas directamente para controlar os nascimentos, só são activadas caso se verifique um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Mas, mesmo perante uma situação de desequilíbrio, as atitudes podem ser bastante distintas. À partida o casal pode negar o desequilíbrio, pode até reconhecê-lo mas tolerá-lo, por passividade ou fatalismo. Por outro lado, pode observar-se a implementação de uma estratégia activa, deliberada e consciente, de tratar com o desequilíbrio, mas não necessariamente a que maximize os resultados. Finalmente, a tomada de decisão que se fundamenta na implementação de uma estratégia sequencial⁸¹, implica o ajustamento do comportamento

⁸⁰Hollerbach, P., (1983), "Fertility decision-making processes: A critical essay", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 2, Academic Press, New York.

⁸¹A tomada de decisão sequencial baseia-se nos seguintes pressupostos:

- 1- As razões de um casal para ter um filho adicional são diferentes das apontadas para o caso dos filhos anteriores;
- 2- a) Numa dada população existe sempre um tecto normativo em termos de dimensão familiar;
- b) Os planos de fecundidade e o comportamento dos casais abaixo desse tecto são primariamente determinados por pressões de natureza normativa; acima desse tecto são implementados cálculos de custo-benefício;

do casal à medida que a situação de fecundidade se altera; neste caso, as decisões únicas são preteridas em favor de decisões continuamente modificadas durante todo o intervalo fértil. Este tipo de decisão revela-se o mais desejável por duas ordens de razões: em primeiro lugar, as percepções da oferta, as da procura e as dos custos de regulação, sofrem alterações ao longo do ciclo de vida fértil do casal; em segundo lugar, os planos de fecundidade, por vezes falham, o que implica a necessidade de revisão (Namboodiri, 1983)⁸². Cada um destes tipos de estratégia

-
- 3- O efeito de factores individuais nos planos de fecundidade e de comportamento varia com a paridade;
 - 4- Por vezes ocorrem reformulações dos planos de fecundidade e falhas na implementação desses planos;
 - 5- A diminuição da fertilidade é uma das causas imprevistas de falhas na implementação dos planos de fecundidade;
 - 6- A dissolução do casamento está associada com a reformulação dos planos de fecundidade e com as falhas na sua implementação;
 - 7- Os planos de fecundidade sofrem alterações em função da mortalidade infantil experimentada pelos casais;
 - 8- Os planos de fecundidade são reajustados na medida em que se verifique uma discrepância entre a composição da família por sexos desejada e realizada;
 - 9- A fecundidade e a mobilidade social estão reciprocamente relacionadas;
 - 10- A fecundidade e a mobilidade geográfica estão reciprocamente relacionadas;
 - 11- Os planos de fecundidade e o comportamento de um casal que se desloque de um agregado familiar para outro, é influenciado por ambos os agregados;
 - 12- A participação da mulher no mercado de trabalho, no momento e os planos de trabalho no futuro, afectam e são afectados pelo sesus planos de fecundidade e pelo seu comportamento reprodutivo;
 - 13- As relações de poder e igualdade no casal afectam e são afectadas pelos planos de fecundidade e comportamento reprodutivo do casal;
 - 14- O impacte, nos planos de fecundidade e no comportamento reprodutivo do casal, de uma alteração no contexto reprodutivo depende da fase do ciclo de vida fértil do casal em que essa alteração ocorre. Cf. N. Namboodiri (1983), "Sequential decision making and the life course", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 2, Academic Press, New York.

⁸²Namboodiri, N., (1983), "Sequential fertility decision making and the life course", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 2,

envolve diferentes graus de cooperação entre ambos os membros do casal, principalmente uma exigência diferenciada no nível de comunicação. Assim, uma estratégia baseada na comunicação transparente e no consenso, está ligada a uma decisão mais activa e a uma maior probabilidade de controlo da fecundidade. Por exemplo, o aborto induzido, sendo normalmente resultado de uma decisão unilateral da mulher, característica da não comunicação entre o casal, revela, na maior parte dos casos, uma inexistência de estratégia, devido a uma incapacidade de compreensão, de racionalização prévia do desequilíbrio (Beckman, 1983)⁸³. A implementação de algumas estratégias de decisão predispõe à utilização de práticas de regulação da fecundidade. Na verdade, um dos factores mais importantes, considerados na tomada de decisão, diz respeito ao custo da regulação⁸⁴. Estes devem ser avaliados em função dos custos de uma gravidez não desejada ou de um nascimento ocorrido na ausência de regulação.

Entre os factores que afectam a oferta, a procura e os custos de regulação, os padrões de nupcialidade possuem uma enorme relevância. A estabilidade do casamento, a composição do agregado familiar, a formação e a dissolução da união, influenciam significativamente a fecundidade das famílias. No primeiro caso, a uma maior estabilidade das uniões corresponde

Academic Press, New York.

⁸³Beckman, L., (1983), "Communication, power and the influence of social networks in couple decisions on fertility", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 2, Academic Press, New York.

⁸⁴Por regulação da fecundidade entendemos: contracepção, aborto induzido, prolongamento deliberado do aleitamento, infanticídio e abstinência.

um nível de fecundidade potencial mais elevado, na medida em que permite maior possibilidade de comunicação, favorece uma estratégia sequencial no processo de tomada de decisão. No segundo caso, a família extensa também apresenta uma característica pró-natalista em virtude de baixar o custo dos filhos, aumentar o poder dos idosos na família e facilitar o casamento precoce. Finalmente, a idade ao casamento e a duração do casamento apresentam uma forte associação com a fecundidade, numa perspectiva de relação entre oferta e procura. O casamento tardio não só afecta a oferta, limitando o período de exposição durante o intervalo fértil da mulher, mas também influencia a procura, reduzindo-a, na medida em que cada membro do casal desenvolve papéis e compromissos não compatíveis com famílias numerosas. Por outro lado, os factores que afectam a nupcialidade podem ser classificados em função de serem resultantes de características dos indivíduos ou das instituições sociais. Como exemplo das características pessoais, temos a educação: influencia a oferta, ao influenciar a idade ao casamento, o aleitamento, a abstinência, o uso de contracepção e a probabilidade de sobrevivência dos filhos; afecta a procura, porque se encontra relacionada com os custos e benefícios dos filhos, com o rendimento, com a participação da mulher no mercado de trabalho e com a taxa salarial feminina; afecta a regulação da fecundidade, modificando a informação, o acesso e os custos (Cochrane, 1983)⁸⁵. No segundo caso podemos referir a religião,

⁸⁵Cochrane, S., (1983), "Effects of education and urbanization on Fertility", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, vol. 2, Academic Press, New York.

que, aprovando ideais pró-natalistas, também tem efeitos suplementares nos custos psíquicos e normativos na regulação da fecundidade.

Tendo por base as perspectivas de análise teórica que têm sido formuladas em torno da questão fecundidade, sua explicação e previsão, temos vindo a desenvolver o nosso trabalho segundo uma tendência histórica de análise (partimos de dados agregados para desagregados), percorrendo diferentes áreas de investigação (demográfica e sociológica). Finalmente, na última parte em que dividimos o nosso trabalho de investigação, aceitámos a perspectiva da análise económica. Seleccionámos um dos factores que afectam a procura de filhos. Uma alteração no equilíbrio entre a oferta e a procura de filhos poderá ser responsável pelo declínio observado na fecundidade. A relação entre *custo* e *valor* do filho sofreu profundas modificações ao longo do período de transição demográfica, provocando um impacte diferenciado na procura. Assim, a partir de dados desagregados, encontramos uma estimativa para o *custo* dos filhos em Portugal Continental no final da década de 80.

CAPÍTULO IV - O CUSTO ECONÓMICO DA CRIANÇA EM PORTUGAL
NO FINAL DA DÉCADA DE 80

IV.1 Perspectivas de análise: o valor
dos filhos e a construção de
escalas de equivalência

IV.2 Análise dos resultados empíricos

IV.1 PERSPECTIVAS DE ANÁLISE: O VALOR DOS FILHOS E A CONSTRUÇÃO DE ESCALAS DE EQUIVALÊNCIA

Na perspectiva diacrónica da urbanização e do desenvolvimento da família nuclear, Roland Renard¹ tece algumas reflexões relativas às transformações sociais que afectaram o custo da criança. Em primeiro lugar, considera que a "sociedade rural é caracterizada, devido ao seu ambiente ecológico e ao seu sistema de relações familiares e sociais, por uma relativa abundância de espaço e tempo disponíveis para as crianças". Em segundo lugar, refere que, "a urbanização, ao provocar o esboroar dessas relações sociais e familiares intergeracionais, a rarefacção e a especialização funcional do espaço, da energia humana e do tempo, gerou uma transformação dos valores económicos implícitos em valores económicos explícitos, de acordo com o processo global de transformação dos valores simbólicos, relacionais, afectivos e lúdicos em bens de mercado, que constituem o crescimento económico". Em terceiro lugar, afirma que "os custos da criança acresceram de maneira prodigiosa no decurso do desenvolvimento industrial que coincidiu com a urbanização e com extensão da escolaridade obrigatória. Esta proposição levou a que a criança se tornasse uma carga económica

¹Renard, R., (1986), *Le coût de l'enfant: Approches théoriques, méthodologiques, empiriques*, Ministère de la Communauté Française, Direction Générale des Affaires Sociales, Bruxelles; Renard, R., (1990), "Le coût financier de l'enfant en Belgique", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

crescente, no que se vê uma causa do declínio da fecundidade"².

A questão do aumento dos custos dos filhos quando se transita de uma sociedade rural-tradicional para uma sociedade urbano-industrial, quer em termos de ocupação do espaço, quer em termos de mentalidades, tem vindo a ocupar alguns estudos, que se inserem numa dimensão mais vasta, a da análise das vantagens (referentes ao valor dos filhos) e das desvantagens (referentes ao custo dos filhos) em ter filhos³. Estas vantagens e desvantagens directamente relacionadas com os filhos foram sofrendo mutações várias em função do processo de modernização e de desenvolvimento socioeconómico, levando os casais a ajustarem os seus planos e as suas expectativas de fecundidade. Ao conjunto destas alterações de valores e custos, observadas ao longo do período de transição demográfica, é dado o nome de transição no valor dos filhos.

I- A análise do custo dos filhos na perspectiva da transição no valor dos filhos.

Os valores directamente relacionados com os filhos são divididos em três categorias: a ajuda prestada aos pais nas actividades quotidianas; o apoio na velhice dos pais, quer monetária, quer emocionalmente; as relações entre pais e filhos, a partilha da vida em comum, o companheirismo, o amor e a união

²Renard, R., (1986), *op. cit.*, pp. 7 e ss.

³Bulatao, R. A., (1979), *op. cit.*

familiar; as recompensas em termos psicológicos e sociais (por um lado, a realização pessoal, a responsabilidade da paternidade e os incentivos ao sucesso; por outro lado, a continuação do nome de família, a satisfação de compromissos religiosos, o cumprimento das normas sociais e a aquisição do *status* de adultos e pais). As desvantagens ou custos implicados na decisão de fecundidade podem agrupar-se em quatro tipos distintos: os custos monetários (custos de educação, de alimentação, de vestuário, de saúde, etc.); as exigências da criação dos filhos (no plano emocional e afectivo, e em tempo); as restrições impostas aos pais (em termos de disponibilidade para o trabalho e para o lazer); e, finalmente, os problemas de comunicação no casal motivados pelos filhos.

A partir de estudos empíricos, realizados entre diversos países com diferentes níveis de fecundidade, chegou-se à conclusão de que podem ser considerados como factores de declínio: o desaparecimento do papel económico dos filhos; o aumento das aspirações de promoção económica e social dos indivíduos; a difusão da família conjugal em prejuízo da família tradicional; e o enfraquecimento dos incentivos e dos apoios, nos planos social e religioso, a uma fecundidade elevada. Na transição do valor dos filhos pode observar-se que, na realidade, os filhos libertaram-se de um trabalho imposto pelos pais, para benefício destes últimos; os pais libertaram-se de um excesso de custos, monetários e emocionais, que inicialmente afectavam a um número elevado de filhos e que, mais tarde, passaram a afectar, em parte, à sua realização pessoal; a vivência conjunta, entre pais e filhos, numa unidade económica e emocional reduzida como

a família conjugal⁴, permitiu um intercâmbio de compensações a nível psicológico com grande significado; uma família numerosa deixou de ser socialmente considerada como um valor positivo.

Considerámos de fundamental importância saber qual a relação entre vantagens e desvantagens, ligados à existência de filhos, no caso português. Os resultados em que baseamos a nossa análise foram obtidos através de um inquérito realizado pela Euroexpansão, em 1988, por entrevista directa e pessoal, mediante um questionário previamente estruturado, por nós elaborado especificamente para o efeito⁵. A nossa amostra abrangeu um total de 6442 indivíduos, maiores de 15 anos, residentes em Portugal Continental e foi estratificada segundo a região⁶ e o *habitat*,

⁴A família *conjugal* é mais um estado de espírito do que um tipo particular de estrutura do agregado familiar. A conjugalidade envolve duas ideias centrais: uma redução das relações com parentes, vizinhos e outros membros da comunidade, e uma intensificação do carácter emocional das relações no interior da família. Enquanto a família *tradicional* estava submetida a uma vigilância omnipresente da comunidade, a família *conjugal* defende a sua privacidade e isolamento relativamente ao exterior. Esta atitude conjugal e doméstica implica uma maior intensidade nos laços afectivos entre marido e mulher, assim como entre pais e filhos. Desenvolveu-se uma nova relação parental caracterizada por um grande envolvimento sentimental com os filhos. Cf. R. Bulatao, (1980), "The transition in the value of children and the fertility transition", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories Re-examined*, Ordina Éditions, Liège, pp. 95-122. Para uma análise do nascimento da família conjugal moderna, Cf. J. Habermas, (1981), *Historia y Critica de la Opinion Publica*, tr., Ed. G. Gili, Barcelona, pp. 80-88.

⁵O questionário é apresentado na página 645 e as tabelas de contingência com os resultados nas páginas 647 a 670.

⁶A divisão por região divide o Continente em seis zonas geográficas: Litoral Norte (1), Grande Porto (2), Interior Norte (3, 4, 5), Litoral Centro (6, 7, 8), Grande Lisboa (9) e Interior Sul (10, 11, 12).

A região 1, "Norte Litoral", engloba todos os concelhos que constituem os distritos de Viana do Castelo, Braga e Aveiro, assim como os não incluídos na região denominada "Grande Porto" e pertencentes a este último distrito. A região 2, "Grande

medido em função da dimensão populacional das localidades⁷.

A primeira questão referia-se directamente ao balanço entre vantagens e inconvenientes, consequentes à existência dos filhos. Apenas 22% do total de inquiridos respondeu que "só traz vantagens"; 58.0% considerou que "traz mais vantagens do que inconvenientes"; pelo contrário, 10.8% declarou que "traz mais inconvenientes do que vantagens"; enquanto que, 2.5%, respondeu que "só traz inconvenientes" ; 6.5% não respondeu ou respondeu que "não sabe".

Porto", agrupa os concelhos de: Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. A região 3 é constituída por todos os concelhos do distrito de Viseu. A região 4 reúne todos os concelhos dos distritos de Coimbra e Leiria que não pertencem à região 6. A região 5 é formada por todos os concelhos dos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Castelo Branco. O conjunto das regiões 3, 4 e 5 é denominado "Interior Norte". A região 6 reúne concelhos dos distritos de Coimbra e de Leiria; pertencentes ao primeiro temos os concelhos de: Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure; pertencentes ao segundo temos os concelhos de: Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Peniche, Pombal e Porto de Mós. A região 7 é formada por todos os concelhos do distrito de Lisboa que não fazem parte da "Grande Lisboa" e pelos seguintes concelhos do distrito de Santarém: Santarém, Cartaxo e Rio Maior. A região 8 é constituída por alguns concelhos do distrito de Setúbal: Alcochete, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra e Setúbal. Ao conjunto das regiões 6, 7 e 8 é dada a designação de "Litoral Centro". A região 9, "Grande Lisboa", reúne concelhos dos distritos de Lisboa e Setúbal; estão no primeiro caso os distritos de: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Sintra; e, estão no segundo caso os concelhos de: Almada, Barreiro e Seixal. A região 10 é constituída pelos concelhos que, a norte do Tejo, não pertencem a nenhuma das regiões já referidas. A região 11 engloba, além de todos os concelhos dos distritos de Portalegre, Évora e Beja, os concelhos de álcacer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines pertencentes ao distrito de Setúbal. A região 12 é formada por todos os concelhos do distrito de Faro. O conjunto das regiões 10, 11 e 12 é denominado "Interior Sul".

⁷As categorias de *habitat* consideradas são: menos de 1000 habitantes; 1000 a 2500 habitantes; 2500 a 10000 habitantes; 10000 a 100000 habitantes; 100000 a 500000 habitantes; e, mais de 500000 habitantes.

A partir desta caracterização inicial passámos a avaliar o grau de importância, para os portugueses, das principais vantagens e dos principais inconvenientes em ter filhos. No primeiro caso considerámos a contribuição financeira dos filhos para o agregado familiar, a ajuda nas tarefas domésticas, a segurança e o sustento na velhice dos pais, as vantagens emocionais (entre as quais, companheirismo, amor, divertimento e felicidade), o prazer de assistir ao desenvolvimento e crescimento dos filhos, e, finalmente, o assegurar da descendência na família. No segundo caso, foram considerados como desvantagens os custos económicos; os custos emocionais (por exemplo, preocupações com a saúde, o comportamento e a disciplina dos filhos); os custos físicos (isto é, trabalho suplementar e cansaço para os pais); os custos profissionais (por exemplo, maiores dificuldades de progredir na profissão, de se deslocar em serviço para outras localidades ou de assumir o risco de mudar de emprego); os custos sociais (ou seja, menos tempo para o lazer, para a intimidade ou para o convívio com outras pessoas); finalmente, os custos familiares (tais como, a diminuição do tempo livre para dedicar ao cônjuge ou o aparecimento de conflitos sobre o modo de educar os filhos).

No que respeita à importância da contribuição financeira dos filhos, pudemos verificar que 46.5% dos inquiridos considerou essa contribuição "muito importante"; por outro lado, 29.3% declarou que era "pouco importante" e 21.4% "nada importante". A importância da contribuição financeira dos filhos é menor nas regiões da Grande Lisboa, do Interior Sul, do Grande Porto e do Litoral Centro; pelo contrário, é maior nas regiões do Interior

Norte e do Litoral Norte. Por outro lado, é maior no caso dos inquiridos caracterizados por um *status* baixo. Pudemos ainda observar que perde importância à medida que se transita das zonas rurais para as zonas urbanas. Concomitantemente, é atribuída uma maior importância em função do aumento da idade do indivíduo inquirido, assim como, para o sexo feminino, a contribuição financeira também é mais relevante.

Quanto à importância da ajuda nas tarefas domésticas, 61.4% dos inquiridos considerou "muito importante"; 26.5% afirmou que era "pouco importante"; enquanto que 10.2% declarou que não era "nada importante". Esta importância é maior nas regiões do norte e centro do país, e menor nas regiões do sul e na Grande Lisboa; do mesmo modo, é maior nas zonas rurais, para os indivíduos mais idosos, e para os indivíduos do sexo feminino.

A ajuda prestada pelos filhos durante a velhice dos pais é considerada "muito importante" por 72% dos inquiridos; 17.7% afirmou que era "pouco importante" e 8.1% "nada importante". O grau de importância é maior nas regiões a norte do país, Interior Norte e Litoral Norte, seguidas pelas regiões mais litorais, Grande Porto e Litoral Centro; finalmente, é na região da Grande Lisboa e no Interior Sul que o grau de importância é menor. Do mesmo modo, tendo em conta os inquiridos que responderam "muito importante", também a ajuda na velhice dos pais é mais importante para os indivíduos que residem em zonas rurais, para os que têm mais idade e para as mulheres.

Quanto às vantagens emocionais pudemos verificar que 91% dos inquiridos as considerou "muito importantes"; 5.7% "pouco importantes" e 1.4% "nada importantes"; 1.9% não respondeu ou

"não sabe". Os indivíduos com um *status* socioeconómico mais elevado, os que residem nos grandes centros e no norte do país, os mais jovens e as mulheres, são os que atribuíram maior importância às vantagens emocionais.

No que respeita ao prazer de acompanhar o desenvolvimento e crescimento das crianças, pudemos verificar que 92.8% dos inquiridos declarou que é "muito importante"; enquanto que, 4.3% afirmou que é "pouco importante" e 0.7% "nada importante"; os restantes 2.3% ou não responderam ou "não sabem". Esta importância aumenta no caso dos indivíduos com um *status* mais elevado, dos que residem nos grandes centros, no norte e centro do país, dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, e no caso das mulheres.

Quando se passou à questão sobre o assegurar a descendência da família pudemos observar que 75.6% considerou esse aspecto "muito importante"; 17.5% "pouco importante" e 4.8% "nada importante". O grau de importância atribuído é maior no norte do país, nas localidades com menor concentração populacional e no caso dos homens.

Quanto à importância das desvantagens começemos por analisar o caso dos custos económicos. De acordo com os resultados do inquérito, 54.6% considerou-os "muito importantes"; enquanto que, 30.8% e 10.5% declararam que são "pouco importantes" e "nada importantes", respectivamente; 4.2% ou não respondeu ou "não sabe". Os custos económicos adquirem maior importância no Grande Porto, Litoral Centro, Litoral Norte e Grande Lisboa; diminuem de importância nas regiões do interior do país, tanto no norte como no sul; são mais importantes no caso dos indivíduos com um

status alto ou muito alto. Estes valores derivam do facto de, por um lado, nas regiões do interior os custos económicos relacionados com os filhos serem menores, e, por outro lado, os casais com rendimentos mais elevados tenderem a gastar mais dinheiro com os filhos.

No que se refere aos custos emocionais, pudemos verificar que 75.3% dos inquiridos considerou-os "muito importantes"; 16.8% declarou-os "pouco importantes" e 4.6% "nada importantes"; os restantes ou não responderam ou "não sabem". O peso dos custos emocionais faz-se sentir com maior relevância nas regiões do norte do país, Grande Porto, Interior Norte e Litoral Norte; no caso dos indivíduos caracterizados por um *status* socioeconómico mais elevado e para os inquiridos que residem nas zonas com maior concentração populacional.

Os custos físicos foram considerados "muito importantes" por 50.1% dos inquiridos; "pouco importantes" por 33.6% e "nada importantes" para 12.9%; os restantes ou não responderam ou "não sabem". Apresentam maior importância no Norte Litoral e no Grande Porto, no caso dos indivíduos com um *status* considerado baixo, para os inquiridos que residem em zonas mais populosas, e no caso das mulheres.

No caso dos custos profissionais, 47.4% dos inquiridos afirmou que estes são "muito importantes"; enquanto que, para 32.4% são "pouco importantes" e para 15.2% "nada importantes". A importância dos custos profissionais é maior no Litoral Norte, no Grande Porto e na Grande Lisboa, no caso dos indivíduos com um *status* mais elevado e para os indivíduos que residem em localidades com maior concentração populacional.

No que respeita aos custos sociais, 35.5% dos inquiridos considerou-os "muito importantes"; 38.6% "pouco importantes" e 15.2% "nada importantes". Os custos sociais apresentam um maior peso no Litoral Norte, para os indivíduos caracterizados por um *status* alto ou muito alto e para os que residem nas localidades de maior dimensão.

Finalmente, os custos familiares são "muito importantes" para 46.2% dos inquiridos, "pouco importantes" para 31.3%, "nada importantes" para 18.6%, e, não responde ou "não sabe", 3.9% do total. A relevância dada aos custos familiares é semelhante à observada no caso dos custos sociais.

Assim, podemos concluir que, no nosso país, se considera que a existência de filhos traz mais vantagens do que inconvenientes. Entre as vantagens apresentadas, as mais relevantes são as vantagens no plano emocional (isto é, as compensações do envolvimento sentimental com os filhos) e o prazer de assistir ao desenvolvimento e crescimento das crianças. É atribuída uma importância muito menor ao facto de os filhos assegurarem a descendência da família, e à segurança e apoio dados pelos filhos na velhice dos pais. Os benefícios com menor peso são a ajuda doméstica e a contribuição financeira dos filhos. Deste modo, podemos afirmar que, de acordo com os resultados deste inquérito, se assiste, também em Portugal, a uma alteração no valor dos filhos para os pais; os filhos ganham num sentido emocional enquanto perdem num sentido económico.

Por outro lado, sendo os inconvenientes menos relevantes do que as vantagens, aqueles a que é atribuído maior preponderância são os custos emocionais e os custos económicos. Nos casos dos

custos físicos, profissionais, sociais e familiares, a proporção de respostas que os consideram com pouca ou nenhuma importância é sempre superior. Todavia, a importância de todas as categorias de custos consideradas aumenta nas regiões do litoral, nas localidades com maior concentração populacional, para os indivíduos caracterizados por um *status* elevado e para os indivíduos em idade activa.

Perante estas conclusões, que a análise das tabelas de contingência, elaboradas a partir dos resultados do inquérito, nos permitiu retirar, podemos diagnosticar uma alteração na percepção dos benefícios e dos custos ligados aos filhos. Esta alteração, que, segundo Bulatao (1980)⁸, corresponde a uma transição no valor dos filhos, vem provocar uma mutação na procura de filhos por parte dos pais, e um conseqüente ajustamento dos comportamentos dos pais às suas expectativas em diferentes planos: emocional, social e económico.

No âmbito do nosso estudo vamos apresentar, sob uma perspectiva de análise económica, as formas de avaliação do custo económico dos filhos, seguida pela selecção de uma delas e posterior aplicação ao caso português.

II- A construção de escalas de equivalência.

A decisão de ter filhos implica, para o casal, gastos em termos de rendimento e de tempo. Os pais dedicam uma parte do seu

⁸Bulatao, R., (1980), *op. cit.*, pp. 97.

rendimento a despesas exclusivamente consagradas aos filhos, tais como alimentação, alojamento, vestuário, cuidados médicos, educação e outros. Por outro lado, os gastos em tempo são analisados em função do *custo de oportunidade* dos filhos.

Ao considerar a estrutura do consumo dos agregados familiares, têm vindo a ser desenvolvidos, na literatura dos últimos anos, estudos sobre a construção de escalas de equivalência. São inúmeras as aplicações práticas deste tipo de estudos nas mais diversas áreas, quer em questões de bem-estar, ao nível de agregados familiares com características distintas, quer na definição de políticas sociais e fiscais, quer, ainda, em análises sobre a desigual repartição de rendimentos ou sobre a questão da pobreza.

Os problemas que acabámos de referir preocupam não só os decisores a nível político mas também os investigadores, desde os economistas aos demógrafos, que a nível europeu têm vindo a apresentar resultados comparativos sobre o custo dos filhos.

O declínio generalizado da fecundidade nos países europeus (e, com um carácter mais recente, mas não menos acentuado, em Portugal) veio recolocar algumas questões fundamentais sobre as possíveis razões do fenómeno. Na medida em que se considera que algumas destas razões são de carácter económico, acredita-se que existe uma ligação entre o declínio da fecundidade e o aumento do custo dos filhos.

No entanto, podemos distinguir entre um custo subjectivo e um custo objectivo do filho. Este último poderá ser considerado como o custo de produção de um adulto, desde o nascimento até à idade adulta, normalmente definida pelo acesso à independência

económica. Todavia, os pais têm a percepção de um custo crescente, subjectivo, que à partida tem maior probabilidade de influenciar o nível de fecundidade. O custo subjectivo aumenta, não só porque se verifica uma diversificação e um crescimento simultâneo das necessidades das crianças e dos pais, mas também porque se observa um crescimento das necessidades mais rápido do que o dos meios de as satisfazer. Estes dois factores, em conjunto, levam a que as necessidades das crianças sejam cada vez mais sentidas como entrando em contradição com as necessidades dos pais. Por outro lado, assiste-se, na sociedade urbano-industrial dos nossos dias, a um crescimento do nível de vida e, em simultâneo, a um crescimento da pobreza relativa, medida pelo desfasamento entre nível de vida e necessidades.

A definição de custo da criança deve sofrer ainda uma última correcção: o custo da criança ultrapassa a noção de despesas afectas à criança, para abranger as despesas ocasionadas por ela e as despesas que lhe sejam imputáveis.

Torna-se, assim, fundamental estabelecer também no caso português uma medida do custo dos filhos.

Sem entrar numa perspectiva intervencionista, conhecer o custo da criança é igualmente importante para basear uma política social ou fiscal em termos dos agregados familiares. Com efeito, se se pretender fixar seja o montante de uma transferência ou prestação familiar, seja de um imposto sobre o nível de rendimento das famílias, é necessário encontrar um critério que permita determinar quando dois agregados, de diferente composição e rendimento, possuem o mesmo nível de vida.

Neste caso, o custo dos filhos será dado pela expressão da

perda em termos de nível de vida (*standard of living*), entre um casal sem filhos e um casal com filhos; quando um casal decide ter filhos, as despesas que directamente lhes são consagradas são financiadas pelas privações dos pais. Assim, pode dizer-se que as despesas com os filhos resultam de uma escolha.

Recentemente, alguns economistas da família têm vindo a propor, com maior frequência, medidas do nível de vida das famílias, calculadas a partir de inquéritos às receitas e despesas familiares, baseadas na teoria do consumidor.

Neste caso, o cálculo do custo da criança assenta no estabelecimento prévio de escalas de equivalência dos rendimentos. O indicador do nível de vida escolhido consiste em calcular a proporção das despesas para um bem, ou para um conjunto de bens, nos orçamentos das famílias.

O custo da criança é um custo em bens e serviços ou em tempo, podendo estes bens ser ou não adquiridos no mercado.

A nossa análise limita-se apenas ao que se denomina a componente directa do custo da criança, por oposição à que poderá chamar-se a sua componente indirecta, que está ligada ao tempo que os pais dedicam aos seus filhos.

Renard (1985)⁹, distingue entre custo directo dos filhos, (encargos financeiros afectos aos filhos e suportados pela família), custo teórico (acréscimo de rendimento necessário para manter o nível de vida da família) e custo relativo (custo em proporção ao rendimento da família). O custo directo mede uma diminuição do nível de vida com rendimentos constantes; o custo teórico mede o aumento de rendimento para um nível de vida constante.

⁹Renard, R., (1985), *op. cit.*, pp. 3.

Considerámos de interesse científico fundamental a construção, no caso português, de escalas de equivalência e o estabelecimento de uma medida do custo dos filhos. Para tal, procedemos a estimativas, para o custo dos filhos em Portugal, obtidas através dos modelos de escalas de equivalência propostos por Engel e Rothbarth¹⁰, utilizando os dados de base do "Inquérito às Receitas e Despesas Familiares", 1989/90, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística¹¹.

Todavia, vamos apresentar em primeiro lugar qual a metodologia de referência na construção das escalas de equivalência.

Do ponto de vista do consumo das famílias, a presença de filhos provoca dois tipos de efeitos: um aumento na despesa total

¹⁰Engel, E., (1895), "Die Lebenskosten Belgischen Arbeiter-Familien früher und jetzt", in *International Statistical Institute Bulletin*, 9/1, pp. 1-74, citado em Kapteyn, A. and van Praag, B., (1976), "A new approach to the construction of family equivalence scales", in *European Economic Review*, 7, pp. 313-335; Mc Clements, L., (1977), "Equivalence scales for children", in *Journal of Public Economics*, 8, pp. 191-210; Muellbauer, J., (1977), "Testing the Barten model of household composition effects and the cost of children", in *Economic Journal*, 87, pp. 460-487; Muellbauer, J., (1980), "The estimation of the Prais-Houthakker model of equivalence scales", in *Econometrica*, 48, pp. 153-176; Pollak, R. & T. Wales, (1979), "Welfare comparisons and equivalence scales", in *American Economic Review*, (papers and Proceedings), 69, pp. 216-221; Pollak, R. & T. Wales, (1981), "Demographic variables in demand analysis", in *Econometrica*, 49, pp. 1533-1551; Prais, S. & H. Houthakker, (1955), *The analysis of family budgets*, Cambridge University Press, Cambridge; Ray, R. (1983), "Measuring the costs of children: an alternative approach", in *Journal of Public Economics*, 22, pp. 89-102; Rothbarth, E., (1943), "Note on a method of determining equivalent income for families of different composition", in C. Madge, *War-time pattern of saving and spending*, Cambridge University Press, Cambridge.

¹¹A consulta dos dados de base do Inquérito às Receitas e despesas Familiares de 1989/90, foi-nos, gentilmente, facultada pelo Instituto Nacional de Estatística, através do seu Gabinete de Estudos Económicos.

(no conjunto das despesas) e uma alteração no padrão (perfil) da despesa. Todavia a composição estrutural da despesa também depende do seu valor absoluto. Por essa razão, existem dois tipos de análise dos efeitos nos padrões de despesa: um, mantendo o total da despesa constante; o outro, mantendo o bem-estar constante (isto é, por exemplo, mantendo a parte alimentar constante).

O primeiro caso pode ser interpretado como o que aconteceria a uma família *standard* se tivesse um filho extra, mas não tivesse qualquer rendimento extra.

Os efeitos são diferentes em função de diferentes níveis de rendimento.

Independentemente do rendimento, quando o número dos membros da família aumenta, o efeito é claramente uma redução do *standard of living* (SOL) da família, o que é mostrado por um aumento na parte alimentar e uma redução na parte dos outros bens, entre os quais, em particular, transporte e alojamento.

No segundo caso comparamos níveis e padrões de despesa em famílias cujo número de membros difere, mas o bem-estar se mantém. Neste modelo, por definição, bem-estar constante implica uma parte alimentar (SOL) constante.

Mas existem outras categorias de despesas que são altamente influenciadas pela presença de crianças, como, por exemplo, despesas em vestuário, móveis, educação e outras.

Roland Renard¹² propõe uma metodologia a ser seguida na estimação do custo da criança. Excluindo a análise do custo em tempo, refere-se apenas ao custo em termos de despesas suportadas

¹²Renard, R., (1986), *op. cit.*, pp. 66-147.

pelos pais, a que chama o *custo financeiro* da criança.

O método de análise do custo da criança, na sua forma mais geral segue um modelo do tipo,

$$\text{SOL} = f (\text{R}, \text{N}, \text{A})$$

em que **SOL** é um indicador do nível de vida, **R** o rendimento ou a despesa total do agregado familiar, **N** o número de filhos e **A** a idade dos filhos.

Este modelo metodológico é susceptível de múltiplas especificações operacionais, quer a nível da medida ou definição operacional de cada variável, quer a nível da medida da relação entre as variáveis, a forma da função de procura através da qual é estimado o rendimento familiar para um dado indicador do nível de vida (**SOL** constante).

As alternativas que são utilizadas com maior frequência, quanto ao indicador do nível de vida, rendimento, número de filhos e idade dos filhos, são as seguintes:

1. O indicador do nível de vida

Tanto os indicadores objectivos como os subjectivos do nível de vida são introduzidos num mesmo modelo estatístico. Os indicadores objectivos são: a despesa em vestuário dos adultos, o coeficiente alimentar, o coeficiente de despesas correntes ou o coeficiente de poupança. No que se refere aos indicadores subjectivos, o custo da criança é, neste caso, estimado através da diferença entre os rendimentos das famílias de diferente

composição que possuem uma apreciação idêntica do seu nível de vida.

2. O rendimento

De acordo com os dados disponíveis, e com o indicador de vida utilizado, pode considera-se a despesa total (incluindo a poupança), o rendimento total declarado ou o rendimento obtido pelos cônjuges no mercado de trabalho.

3. A função procura

Normalmente são estimados dois tipos de função:

-uma função semi-log: $NV = a + b \log R + cN + dA$

-uma função double-log: $\log NV = a + b \log R + cN + dA$

4. O número de filhos

O número de filhos é sempre operacionalizado sob a forma de variáveis binárias, de 1 a 3 filhos, sendo omitida a variável 0 filhos, uma vez que o casal sem filhos é escolhido como agregado de referência. Este método contempla eventuais economias de escala.

5. A idade dos filhos

Trata-se de uma variável complexa dado que se trata de medir a idade de várias crianças simultaneamente. Pode utilizar-se: a idade média dos filhos, a idade acumulada, estas mesmas variáveis transformadas em classes de idades com intervalos diferentes (0-2, 3-5, ..., 0-5, 6-9, ...), ou, ainda, uma classificação cruzando as classes de idades e a repartição das crianças nessas classes, classificação essa que poderá originar diferentes variáveis ordinais ou contínuas (método devido a J. Espenshade, 1972¹³).

O cálculo do custo de um filho pertence a uma categoria de problemas mais abrangentes que se prendem directamente com a comparação do bem-estar relativo de duas famílias com uma composição diferente, isto é, diferentes em dimensão, composição e estrutura etária dos seu membros. à partida a solução mais simples parece consistir em atribuir a cada um dos membros da família o custo de aquisição de todos os bens de que beneficiou pessoalmente. Todavia, este método não é praticável. Em primeiro lugar, uma grande parte das despesas familiares, em bens e serviços, é comum a todos os membros. Tornar-se-ia não só difícil, mas também arbitrário afectar o custo a cada um dos membros da família considerado individualmente (caso dos pagamentos referentes ao arrendamento da habitação, às refeições em restaurantes, ao transporte da família no seu próprio meio de

¹³Espenshade, T., (1972), "The price of children and socio-economic theories of fertility", in *Population Studies*, July, 26 (2), pp. 207-221; Espenshade, T., (1977), "The value and cost of children", in *Population Bulletin*, vol. 32, no. 1, Population Reference Bureau, Washington, D. C., April; Espenshade, T., (1990), "Measures of child costs in the United States", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

transporte). Em segundo lugar, embora no caso de alguns bens se possa proceder a uma identificação pessoal, podem existir economias de escala, quer na sua aquisição, quer na sua preparação (caso das refeições preparadas em casa). Em terceiro lugar, surgem problemas relacionados com alterações nos padrões de consumo familiar causados pela chegada de um novo membro: o custo do filho seria dado pela diferença entre os custos adicionais relacionados com a criança e as poupanças adicionais motivadas por ela. Finalmente, em termos de recolha de dados, também esta é feita globalmente e não individualmente, na medida em que a despesa não se encontra afectada a cada um dos membros mas a cada uma das categorias de bens ou serviços.

A ideia da medição directa do custo da criança foi sendo progressivamente abandonada e substituída pela estimação através de um indicador indirecto. Nos finais do século passado, Engel encontrou uma forma de avaliação indirecta, ainda hoje válida, e que se encontra subjacente às elaborações empíricas que neste campo têm vindo a ser desenvolvidas. Basicamente, Engel estabeleceu um indicador do nível de vida do consumidor, em função das despesas correspondentes à parte alimentar¹⁴ no total do orçamento familiar. A parte alimentar diminui à medida que o rendimento aumenta, e aumenta à medida que a dimensão familiar aumenta. Existe, assim, em teoria, uma quantidade de rendimento adicional que poderá ser dada a uma família com $n+1$ membros, em ordem a manter a parte alimentar no nível previamente observado, ou seja, quando a família era formada por apenas n membros. Esta

¹⁴Entende-se por parte alimentar o total de despesas afectas à alimentação, refeições preparadas em casa e fora de casa, e bebidas.

quantidade "de compensação" reflecte, de acordo com Engel, o custo de um membro adicional na família.

No entanto, na prática os dados normalmente disponíveis apenas nos permitem comparar as despesas de famílias diferentes num dado período do tempo, e não nos possibilitam a análise das despesas da mesma família em períodos diferentes do tempo (antes e depois do nascimento de um filho). Assim, neste tipo de perspectiva de medição do custo da criança, por um lado, elimina-se, em grande medida, o risco de as famílias em observação enfrentarem diferentes estruturas de preço (o que poderia implicar que idênticos montantes de despesa na *parte alimentar*, correspondessem a diferentes níveis de bem-estar). Mas, por outro lado, introduz-se um novo risco: o de considerar a criança a única responsável pela alteração do comportamento de consumo do agregado familiar, podendo este dever-se a outras ordens de factores independentes da presença da criança.

A alternativa, em termos de recolha de dados, consistiria na análise de dados em longitudinal. Neste caso, as mutações observadas no nível e na estrutura do consumo dependeriam, simultaneamente, de alterações, quer na composição da família, quer no contexto socioeconómico. Mesmo que fosse possível disponibilizar os dados para uma análise em longitudinal e para uma análise em transversal, no que respeita à capacidade de previsão do comportamento reprodutivo dos casais, qual seria a "experiência" de despesas (ao longo do tempo ou no momento) que influenciaria a tomada de decisão do casal?

Na estimação do custo da criança, de acordo com a metodologia proposta, devem ser tidas em conta algumas

limitações. A análise empírica demonstrou que este custo é sobre-estimado se a criança é, particularmente, um consumidor de alimentos (Deaton & Muellbauer, 1986¹⁵). Assim, o facto de a *parte alimentar* diminuir à medida que o rendimento aumenta e o número de membros da família diminui, não prova de imediato que duas famílias possuam exactamente o mesmo nível de bem-estar quando a sua *parte alimentar* é idêntica. Se existirem economias de escala, como na preparação das refeições, uma família com $n+1$ membros teria o mesmo bem-estar relativo que uma família com apenas n membros e com uma *parte alimentar* menor. Por outro lado, parece pouco provável que este método de estimação possua, nos dias de hoje, a mesma capacidade de identificação do *status* das famílias como acontecia há cem anos atrás. Nos países mais industrializados, a proporção da despesa em alimentação no total da despesa vem sendo cada vez menor. Actualmente, estima-se em menos de 30% do total da despesa (mesmo incluindo as refeições fora de casa), enquanto que as despesas de alimentação representavam cerca de 60% do orçamento familiar na Europa do pós-guerra¹⁶. Em último lugar, podemos verificar que a mesma *parte alimentar* não garante, necessariamente, o mesmo grau de satisfação em famílias diferentes. Na verdade, as famílias mais numerosas tendem a comprar, não só uma maior quantidade de bens, mas também bens de mais baixa qualidade (isto é, de mais baixo

¹⁵Deaton, A. and Muellbauer, J., (1986), "On measuring child costs: with application to poor countries", in *Journal of Political Economy*, 94, 4, pp. 720-744.

¹⁶De Santis, G. & Righi, A., (1990), "Measures of child cost in Italy", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

preço). Todavia, o indicador proposto por Engel não revela qualquer diminuição no nível de bem-estar senão através de alterações na despesa relativa.

A despesa em alimentação é uma categoria complexa, composta por bens de diferente elasticidade em função de variações no rendimento e de mutações na estrutura demográfica. Consequentemente, a selecção dos *items* a incluir no cabaz das despesas de alimentação (por exemplo, consideração ou não das refeições fora) influencia os resultados obtidos. Por todas estas razões, optámos por escolher um outro indicador, na parte empírica do nosso estudo, baseado nas despesas em *bens de adulto*.

Rothbarth¹⁷ propôs, em 1943, um outro indicador parcial do bem-estar familiar em função do nível absoluto das despesa da família em *bens de adulto*. Assim, duas famílias com a mesma despesa em *bens de adulto* são consideradas como tendo igual nível de bem-estar, o que permite identificar o total de rendimento adicional necessário para compensar uma família pela chegada de um novo membro.

Embora este método apresente alguns inconvenientes, os resultados empíricos têm-se mostrado bastante significativos. Todavia, este método exclui a hipótese de estimar o custo marginal de qualquer um membro da família, restringindo a análise ao caso das crianças. Além disso, existem relativamente poucos bens com as características necessárias para serem considerados, exclusivamente, *bens de adultos*, na medida em que estes bens

¹⁷Rothbarth, E., (1943), "Note on a method of determining equivalent income for families of different composition", in C. Madge, (ed.), *War-time Pattern of Saving and Spending*, Cambridge University Press, Cambridge.

terão de ser consumidos apenas por adultos; a quantidade consumida deverá aumentar em função de um aumento no rendimento da família; e, por último, devem variar as quantidades consumidas independentemente da composição da família. Esta última condição é extremamente difícil de se verificar, uma vez que os filhos causam modificações na atitude psicológica dos pais face a um determinado bem (por exemplo, tornam menos acessível uma ida a um cinema e, pelo contrário, mais acessível a compra de um video), e, ainda, o preço relativo de um bem pode ser influenciado pela presença da criança (pode preferir-se a compra de bebidas alcoólicas a não alcoólicas, porque estas também podem ser consumidas pela criança, o que pode alterar a despesa relativa em bebidas¹⁸). Os *items* inicialmente sugeridos por Rothbarth (onde se incluíam as poupanças) foram sendo alterados progressivamente em sucessivas aplicações empíricas deste tipo de análise (Prais & Houthakker, 1955; Deaton & Muellbauer, 1986; Ekert-Jaffé, 1986¹⁹).

Os resultados obtidos por aplicação deste método, quando comparados com os obtidos pelo método proposto por Engel, conduzem a uma sub-estimação do custo da criança.

O consumo de um determinado bem varia em função do rendimento de acordo com a seguinte expressão:

¹⁸Becker, G. S., (1981), *A Treatise on the Family*, Harvard University Press, Cambridge.

¹⁹Prais & Houthakker, (1955), *The Analysis of Family Budgets, with an application to two british surveys conducted in 1937-39 and their detailed results*, Cambridge University Press, Cambridge; Deaton, A. & Muellbauer, J., (1986), *op. cit.*; Ekert-Jaffé, O., (1986), "Effects et limites des aides financières aux familles: une différence et un modèle", in *Population*, 2, pp. 327-348.

$$w = C/x = a + b \log (x) + k$$

onde x é a despesa total no período em estudo, C é a despesa no bem i e, conseqüentemente, w é a parte correspondente ao bem i . Pressupõe-se que esta proporção é uma função linear do logaritmo da despesa total x e de um grupo de outras variáveis socioeconómicas representadas como k . Na forma mais simples do modelo, k é especificado da seguinte forma:

$$k = \Sigma g_i NC_j$$

onde NC é o número de filhos.

Esta forma funcional é uma versão simplificada do modelo *Almost Ideal Demand System*, proposto na sua versão original por Deaton & Muellbauer (1980)²⁰. A estimação baseia-se na informação do consumo das famílias num dado momento do tempo, o que torna desnecessária a consideração dos efeitos de substituição em função da variação do preço relativo dos bens e do índice de preços. Por outro lado, esta simplificação inviabiliza a possibilidade de comparações espaciais e temporais, enquanto que a extrapolação e interpretação dos resultados numa direcção longitudinal só pode ser feita sob a condição de preços constantes.

Esta especificação oferece algumas vantagens. Em primeiro lugar, é linear e os seus parâmetros são muito fáceis de estimar.

²⁰Deaton, A. & Muellbauer, J., (1980), "An Almost Ideal Demand System", in *American Economic Review*, 70, pp. 312-326.

Em segundo lugar, satisfaz a condição de aditividade: a soma dos gastos nos vários bens coincidem com a despesa total ($\sum C_i = x$), e não considera o rendimento o que permite ultrapassar a questão da definição do tipo de rendimento a ser utilizado (presente, passado, previsto no futuro ou ao longo do ciclo de vida, etc.). Em quarto lugar, permite a definição de curvas de Engel não lineares à medida que o rendimento aumenta, tornando possível a distinção entre bens de necessidade (bens para os quais $b > 1$, em que a proporção consumida diminui quando a despesa aumenta) dos bens de luxo (bens para os quais $b < 1$, em que a proporção consumida aumenta quando a despesa aumenta). Em quinto lugar, permite chegar a uma estimativa do custo da criança.

Seguimos as indicações de Bloch & Glaude (1983)²¹, isto é, considerámos apenas famílias constituídas por casais, com ou sem filhos, mas sem outros membros, nas quais o marido tem menos de 55 anos de idade e em que os filhos, até um máximo de três, têm menos de 18 anos de idade.

A curva de regressão que estima a proporção de consumo do bem i , permite-nos obter uma estimativa do efeito produzido na despesa familiar pela presença de uma criança, mantendo tudo o resto inalterado, numa dada despesa total; ou uma estimativa da despesa adicional que uma família com n filhos tem de fazer quando comparada com uma família sem filhos em ordem a manter o mesmo nível de vida; possibilita, ainda, uma estimativa do custo do filho por categoria de bem adquirido.

O efeito provocado no padrão de despesa pela presença de um

²¹Bloch, L. & Glaude, M., (1983), "Une approche du coût de l'enfant", in *Economie et Statistique*, 155, May, INSEE, Paris.

filho, pode ser estimado pela comparação entre duas famílias com 0 e 1 filho respectivamente, mas com a mesma despesa total; a despesa no bem i será dada por:

$$1) {}_0w = a + b \log (x) + k, \text{ para o casal sem filhos}$$

$$2) {}_1w = a + b \log (x) + k + g_1 = {}_0w + g_1$$

De um modo geral, $g_n/{}_0w$ representa a variação percentual no consumo do bem i para uma família com n filhos, comparativamente com uma família sem filhos, mantendo tudo o resto inalterado, num dado conjunto de despesa x .

A estimativa do custo do filho, como dissemos anteriormente é uma estimativa indirecta, na medida em que é obtida em função de um indicador parcial do nível de vida das famílias (w_r). Partimos da hipótese de que o custo do filho é aproximadamente igual à despesa adicional necessária para uma família com n filhos usufruir de um nível de vida (w_r) idêntico ao de uma família sem filhos. Assim, duas famílias com 0 e n filhos, respectivamente, usufruem de um nível de vida idêntico quando:

$$1) {}_0w_r = {}_n w_r$$

$$2) a_r + b_r \log ({}_0x) + k_r = a_r + b_r \log ({}_n x) + k_r + g_n$$

$$3) {}_n x / {}_0 x - 1 = \exp (- g_n / b_r) - 1$$

Com base, somente, nos parâmetros g_n e b_r é possível

determinar, em termos percentuais, em quanto deve aumentar a despesa para uma família com n filhos quando comparada com uma família sem filhos.

IV.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

I- Resultados dos modelos econométricos utilizados para estimar o custo dos filhos em Portugal

Utilizámos os dados de base do Inquérito aos Orçamentos Familiares, realizado pelo I.N.E., em 1989/90. A amostra seleccionada é constituída por 4465 agregados familiares. No quadro XL apresentamos as variáveis utilizadas na análise.

QUADRO XL

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
x1	Tipo de agregado familiar		
	3. Casal sem filhos	50.55%	
	4. Casal com 1 filho	20.58%	
	5. Casal com 2 filhos	22.87%	
	6. Casal com 3 e+ filh.	6.00%	
x2	Total do rendimento	11977716.1	9569899.23
x3	Total da despesa	12213473.8	10923788.6
x4	Dimensão dos aglomerados populacionais		
	1. < de 2000 hab.	62.17%	
	2. >2000 a < 10000 hab.	15.66%	
	3. >10000 a <300000	15.68%	
	4. > 300000 hab.	6.49%	
x5	Total da despesa em vestuário de adulto	576663.415	1008477.11

QUADRO XL

(Cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
x6	Número de filhos com idades entre os 0 e os 5 anos completos		
	0 filhos	76.01%	
	1 filho	19.89%	
	2 filhos	3.87%	
x7	Número de filhos com idades entre os 6 e os 11 anos completos		
	0 filhos	72.18%	
	1 filho	21.90%	
	2 filhos	5.60%	
x8	Número de filhos com idades entre os 12 e os 17 anos completos		
	0 filhos	81.99%	
	1 filho	14.15%	
	2 filhos	3.74%	
x9	Número de filhos com idades entre os 0 e os 17 anos completos		
	0 filhos	50.55%	
	1 filho	20.58%	
	2 filhos	22.87%	
x10	Standard of living em relação ao rendimento		
	0 filhos	6.00%	
	1 filho		
	2 filhos		
x11	Standard of living em relação à despesa	.044444662	.06666149
x12	Chefe de família com idade superior a 65 anos = 1 sim = 0 não	0.40291278	.054344972
x13	Chefe de família com idade superior a 55 anos = 1 sim = 0 não	.259350504	.438327333
x14	Chefe de família com idade superior a 35 anos = 1 sim = 0 não	.428891377	.494973166
nf0	Número de filhos = 0 = 1 sim = 0 não	.759462486	.427457765
nf1	Número de filhos = 1 = 1 sim = 0 não	.505487122	.500025888
nf2	Número de filhos = 2 = 1 sim = 0 não	.205823068	.404347067
nf3	Número de filhos = 3 = 1 sim = 0 não	.228667413	.420021593
lnx	Logaritmo da despesa	.060022396	.237554935
lnr	Logaritmo do rendimento	16.002434	.810838286
w	Parte da despesa em vestuário de adulto no total da despesa	16.0698552	.672789223

QUADRO XL

(Cont.)

Variáveis	Descrição	Média/Perc.	Desv. Pad.
wr	Proporção da despesa em vestuário de adulto no total do rendimento	.044444662	.06666149
nf05	Número de filhos com idades entre os 0 e os 5 anos completos = 1 sim = 0 não	.239865622	.427049119
nf611	Número de filhos com idades entre os 6 e os 11 anos completos = 1 sim = 0 não	.278163494	.448144557
nf1217	Número de filhos com idades entre os 12 e os 17 anos completos = 1 sim = 0 não	.180067189	.384286444

Numa primeira fase, os resultados foram obtidos por aplicação de um dos métodos utilizados por Evert van Imhoff & Joop G. Odink, (1990)²².

O montante da despesa de cada família em vestuário de adulto, é função do total da despesa e da dimensão do agregado familiar. Considerando apenas as famílias formadas por casais com 0 a 3 filhos, com idades inferiores a 18 anos, a despesa em vestuário de adulto varia segundo o número de filhos do casal²³.

Tomámos como base o casal sem filhos e o modelo proposto foi o seguinte:

$$svestaf1 = c + a sdesp + a b snf017$$

²²van Imhoff, E. & Odink, J., "Household equivalence scales in the Netherlands: comparing different methods of measurement", paper prepared for the EAPS Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October 1990.

²³Os cálculos de base que nos permitiram chegar a estes resultados encontram-se na página 671 e seguintes.

em que **svestaf1** representa o total da despesa em vestuário de adulto, **sdesp** representa o total da despesa do agregado familiar e **snf017**, representa o número total de filhos com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos.

Pelo facto de ter um filho, com idade compreendida entre os 0 e os 17 anos, o rendimento da família reduz-se, em média, 1032180.887²⁴, por ano (ver QUADRO XLI).

QUADRO XLI

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: **svestaf1** (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + b \cdot snf017$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	2.840275E+15	9.467584E+14
Residual	4462	3.184523E+15	713698627664
Uncorrected Total	4465	6.024799E+15	
(Corrected Total)	4464	4.540004E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.29856

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.051449307	.001197439	.049101732	.053796882
B	-1032180.887	255767.34636	-1533611.693	-530750.0823
C	-6931.879502	20421.316193	-46967.78388	33104.024872

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	-.1673	-.5742
B	-.1673	1.0000	-.4321
C	-.5742	-.4321	1.0000

²⁴Os valores estão referidos a 0.1 do escudo, isto é, ao tostão.

Introduzindo no modelo uma variação em função da idade dos filhos,

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a \text{ b1 snf05} + a \text{ b2 snf611} + a \text{ b3 snf1217}$$

em que **snf05** representa o número total de filhos entre os 0 e os 5 anos, **snf611** representa o número total de filhos entre os 6 e os 11 anos e **snf017**, representa o número total de filhos entre os 12 e os 17 anos.

Os resultados obtidos permitem-nos concluir que um filho no grupo de idades dos 0 aos 5 anos, representa, em média, um custo de 1052716.426; um filho no grupo de idades dos 6 aos 11 anos, representa, em média, um custo de 1524262.657; finalmente, um filho no grupo de idades dos 12 aos 17 anos, representa, em média, um custo de 198196.5416. Este último valor deixa de ser significativo, em virtude das características do indicador utilizado, a despesa em vestuário de adulto. As despesas em vestuário dos jovens a partir dos 12 anos poderão ser incluídas em vestuário de adulto (ver QUADRO XLII).

Se considerarmos apenas os casos em que o valor em despesas de vestuário de adulto é superior a zero (a amostra passa a ser constituída por 3041 casos), o custo do filho aumenta, em média, para 1323092.109. A variação em função da idade dos filhos deixa de ser significativa (ver QUADRO XLIII).

QUADRO XLII

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento
dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b1 \cdot snf05 + a \cdot b2 \cdot snf611 + a \cdot b3 \cdot snf1217$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	5	2.843066E+15	5.686131E+14
Residual	4460	3.181733E+15	713393067691
Uncorrected Total	4465	6.024799E+15	
(Corrected Total)	4464	4.540004E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.29918

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.051343574	.001198415	.048994085	.053693063
B1	-1052716.426	460453.48255	-1955433.649	-149999.2030
B2	-1524262.657	417437.49221	-2342647.202	-705878.1125
B3	-198196.5416	502748.54787	-1183833.072	787439.98861
C	-6241.008431	20442.492283	-46318.43332	33836.416455

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	B3	C
A	1.0000	-.0842	-.0527	-.1626	-.5741
B1	-.0842	1.0000	-.0802	.1350	-.2802
B2	-.0527	-.0802	1.0000	-.1052	-.2664
B3	-.1626	.1350	-.1052	1.0000	-.1759
C	-.5741	-.2802	-.2664	-.1759	1.0000

QUADRO XLIII

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento
dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b \cdot snf017$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	3.197010E+15	1.065670E+15
Residual	3038	2.827788E+15	930805895966
Uncorrected Total	3041	6.024799E+15	
(Corrected Total)	3040	3.844724E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.26450

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.050267965	.001541257	.047245953	.053289977
B	-1323092.109	367204.44817	-2043086.453	-603097.7661
C	171713.14444	29917.674511	113052.20903	230374.07984

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	-.1624	-.6023
B	-.1624	1.0000	-.4383
C	-.6023	-.4383	1.0000

Se seleccionarmos os casais com filhos menores de 12 anos (a amostra passa a ser constituída por 3661 famílias), e aplicarmos o modelo anterior, segundo a idade dos filhos,

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a \text{ b1 snf05} + a \text{ b2 snf611}$$

o custo de um filho entre os 0 e os 5 anos passa a ser, em média, igual a 952365.6084; enquanto que o custo de um filho entre os 6 e os 11 anos, passa a ser, em média, igual a 1676207.169 (ver QUADRO XLIV).

QUADRO XLIV

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a \text{ b1 snf05} + a \text{ b2 snf611}.$$

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	4	2.071777E+15	5.179441E+14
Residual	3657	2.431418E+15	664866887965
Uncorrected Total	3661	4.503195E+15	
(Corrected Total)	3660	3.465446E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.29838

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.053202812	.001363109	.050530283	.055875342
B1	-952365.6084	452738.40563	-1840010.362	-64720.85489
B2	-1676207.169	432282.46814	-2523745.748	-828668.5904
C	-29100.85121	20994.202252	-70262.35475	12060.652323

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	C
A	1.0000	-.1145	-.0719	-.6210
B1	-.1145	1.0000	-.1178	-.2397
B2	-.0719	-.1178	1.0000	-.2355
C	-.6210	-.2397	-.2355	1.0000

Se, numa selecção posterior, considerarmos somente os casais em que o chefe da família tem menos de 55 anos (a amostra passa a contar com 1799 famílias), o custo de um filho com idade entre os 0 e os 5 anos passa a um valor médio de 2471006.465; enquanto que o custo de um filho entre os 6 e os 11 anos passa a um valor médio de 2966706.562 (ver QUADRO XLV).

QUADRO XLV

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b1 \cdot snf05 + a \cdot b2 \cdot snf611$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	4	1.532151E+15	3.830378E+14
Residual	1795	1.705213E+15	949979635235
Uncorrected Total	1799	3.237365E+15	
(Corrected Total)	1798	2.306981E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.26085

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.050059564	.002021226	.046095361	.054023767
B1	-2471006.465	701871.88312	-3847578.287	-1094434.643
B2	-2966706.562	653483.03474	-4248373.991	-1685039.134
C	145038.30329	48799.937565	49327.646450	240748.96012

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	C
A	1.0000	.1301	.1466	-.5923
B1	.1301	1.0000	.2176	-.6007
B2	.1466	.2176	1.0000	-.5660
C	-.5923	-.6007	-.5660	1.0000

Se, entre estes 1799 casos, ainda excluirmos aqueles que apresentam uma despesa em vestuário de adulto igual a zero, passamos a analisar somente 1335 casos. Neste grupo, o valor para o custo de um filho com idade inferior a 5 anos, não é significativo porque não existe variação na amostra, ao passo que o valor para um filho com idade entre os 6 e os 11 anos, diminui ligeiramente: 2915272.272 (ver QUADRO XLVI).

QUADRO XLVI

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b1 \cdot snf05 + a \cdot b2 \cdot snf611$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	4	1.680242E+15	4.200605E+14
Residual	1331	1.557123E+15	1169889223412
Uncorrected Total	1335	3.237365E+15	
(Corrected Total)	1334	1.983611E+15	

R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS = .21501

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.047713210	.002515048	.042779320	.052647101
B1	.000278628	.000000000	.000278628	.000278628
B2	-2915272.272	876635.71464	-4635010.546	-1195533.999
C	239381.81034	55944.278719	129633.23896	349130.38173

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	C
A	1.0000	.	.1130	-.7356
B1	.	1.0000	.	.
B2	.1130	.	1.0000	-.5033
C	-.7356	.	-.5033	1.0000

Seguindo o mesmo tipo de raciocínio, excluímos agora da análise os casais com filhos com idade inferior a 5 anos (a amostra passa a ser constituída por 3394 famílias). Aplicando o mesmo modelo, aos restantes grupos de idades,

$$\text{svesta f1} = c + a \text{ sdesp} + a \text{ b1 snf611} + a \text{ b2 snf1217}$$

o custo de um filho entre os 6 e os 11 anos baixa para um valor médio de 1212359.376, enquanto que um filho entre os 12 e os 17 anos custa, em média, 347744.6197 (ver QUADRO XLVII).

QUADRO XLVII

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a \text{ b1 snf611} + a \text{ b2 snf1217}.$$

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	4	2.117513E+15	5.293783E+14
Residual	3390	2.350818E+15	693456584790
Uncorrected Total	3394	4.468331E+15	
(Corrected Total)	3393	3.438394E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.31630

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.053413144	.001384069	.050699449	.056126838
B1	-1212359.376	463923.79147	-2121958.060	-302760.6922
B2	-347744.6197	515346.93122	-1358166.803	662677.56389
C	-31968.23186	21448.475514	-74021.48599	10085.022266

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	C
A	1.0000	-.0968	-.1860	-.6107
B1	-.0968	1.0000	-.1479	-.2336
B2	-.1860	-.1479	1.0000	-.1380
C	-.6107	-.2336	-.1380	1.0000

Se considerarmos apenas as famílias em que o chefe da família tem uma idade inferior a 55 anos, os valores deixam de ser significativos, para ambas as idades. Não apresentam intervalo de variação (ver QUADRO XLVIII).

QUADRO XLVIII

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a \text{ b1 snf611} + a \text{ b2 snf1217}.$$

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	4	1.551744E+15	3.879361E+14
Residual	1483	1.635032E+15	1102516560419
Uncorrected Total	1487	3.186776E+15	
(Corrected Total)	1486	2.222366E+15	

R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS = .26428

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.049846116	.002159640	.045609841	.054082391
B1	.000319633	.000000000	.000319633	.000319633
B2	.000294859	.000000000	.000294859	.000294859
C	25855.997538	43381.648420	-59239.92185	110951.91692

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	C
A	1.0000	.	.	-.7785
B1	.	1.0000	.	.
B2	.	.	1.0000	.
C	-.7785	.	.	1.0000

Verifica-se precisamente a mesma situação quando consideramos os casos em que a despesa em vestuário de adulto é superior a zero (ver QUADRO XLIX).

QUADRO XLIX

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional:

$svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b1 \cdot snf611 + a \cdot b2 \cdot snf1217$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	4	1.698670E+15	4.246674E+14
Residual	1143	1.488106E+15	1301930439834
Uncorrected Total	1147	3.186776E+15	
(Corrected Total)	1146	1.936490E+15	

R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS = .23154

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.047162731	.002541371	.042176454	.052149007
B1	.000257245	.000000000	.000257245	.000257245
B2	.000243915	.000000000	.000243915	.000243915
C	216911.17243	55871.506082	107288.95185	326533.39301

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B1	B2	C
A	1.0000	.	.	-.7977
B1	.	1.0000	.	.
B2	.	.	1.0000	.
C	-.7977	.	.	1.0000

Criámos a variável "nc" no caso das famílias em que o número total de filhos, snf017, é igual a zero; a variável "fc", no caso das famílias em que o número total de filhos é igual a 1; a variável "sc", no caso das famílias em que o número total de filhos é igual a 2; a variável "tc", no caso das famílias em que o número total de filhos é igual a 3.

Se seleccionarmos os casos das famílias com 0 e 1 filhos (nc e fc igual a 1), ficamos com uma amostra de 3176 famílias.

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a b \text{ fc}$$

Comparativamente com os casais sem filhos, os casais com um filho enfrentam relativamente a esse filho um custo que, em média, não é significativo.

Observamos a mesma situação nos casos em que o chefe da família tem menos de 55 anos.

Constituímos uma nova amostra em que apenas são incluídos os casais sem filhos, (nc= 1), e os casais com 2 filhos, (sc= 1). A amostra é constituída por 3278 famílias.

$$\text{svestaf1} = c + a \text{ sdesp} + a b \text{ sc}$$

Comparativamente com os casais sem filhos, os casais com dois filhos enfrentam, em média, um custo de 1871771.575; de acordo com a segunda equação cada filho, numa família com dois filhos, representa, em média um custo igual a 935885.7625 (ver QUADRO L).

QUADRO L

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento
dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + b \cdot sc$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	1.843156E+15	6.143855E+14
Residual	3275	2.155959E+15	658308096176
Uncorrected Total	3278	3.999115E+15	
(Corrected Total)	3277	3.107102E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.30612

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.051128680	.001383514	.048416041	.053841320
B	-1871771.575	615606.17211	-3078783.582	-664759.5675
C	-26305.89545	21184.014852	-67841.15200	15229.361090

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	-.2340	-.5916
B	-.2340	1.0000	-.2990
C	-.5916	-.2990	1.0000

Em qualquer dos modelos o valor deixa de ser significativo quando consideramos apenas os casos em que o chefe da família tem menos de 55 anos, ou os casos em que a despesa em vestuário de adulto é superior a zero (ver QUADROS LI e LII).

QUADRO LI

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento
dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b \cdot sc$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	1.284097E+15	4.280325E+14
Residual	1418	1.452183E+15	1024106639081
Uncorrected Total	1421	2.736281E+15	
(Corrected Total)	1420	1.949494E+15	

R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS = .25510

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.046715189	.002119907	.042556699	.050873679
B	.000366733	.000000000	.000366733	.000366733
C	13682.829340	42653.774576	-69988.45104	97354.109717

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	.	-.7771
B	.	1.0000	.
C	-.7771	.	1.0000

QUADRO LII

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento
dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b \cdot sc$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	1.422354E+15	4.741180E+14
Residual	1063	1.313927E+15	1236055281222
Uncorrected Total	1066	2.736281E+15	
(Corrected Total)	1065	1.687478E+15	

R squared = $1 - \text{Residual SS} / \text{Corrected SS} = .22137$

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.044440026	.002556337	.039423986	.049456067
B	.000332848	.000000000	.000332848	.000332848
C	202918.11462	56739.012187	91584.929276	314251.29996

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	.	-.7999
B	.	1.0000	.
C	-.7999	.	1.0000

Quando consideramos apenas os casos das famílias com 0 ou 3 filhos (2525 casos), os valores obtidos por aplicação dos modelos anteriores não são significativos em nenhum caso (ver QUADROS LIII e LIV).

QUADRO LIII

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b \cdot tc$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	1.106261E+15	3.687536E+14
Residual	2522	1.409987E+15	559075091783
Uncorrected Total	2525	2.516248E+15	
(Corrected Total)	2524	2.023200E+15	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.30309

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.052665526	.001590215	.049547264	.055783787
B	.000088953	.000000000	.000088953	.000088953
C	-62514.66728	21292.671882	-104267.5753	-20761.75925

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	.	-.7153
B	.	1.0000	.
C	-.7153	.	1.0000

QUADRO LIV

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: svestaf1 (proporção do rendimento
dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $svestaf1 = c + a \cdot sdesp + a \cdot b \cdot tc$.

Source	DF	Sum of Squares	Mean Square
Regression	3	5.472488E+14	1.824163E+14
Residual	683	7.071203E+14	1035315172909
Uncorrected Total	686	1.254369E+15	
(Corrected Total)	685	9.388059E+14	
R squared = 1 - Residual SS / Corrected SS =			.24679

Parameter	Estimate	Asymptotic Std. Error	Asymptotic 95 % Confidence Interval	
			Lower	Upper
A	.048362965	.003232955	.042015241	.054710688
B	.000161830	.000000000	.000161830	.000161830
C	8126.3592473	59294.417863	-108294.8714	124547.58994

Asymptotic Correlation Matrix of the Parameter Estimates

	A	B	C
A	1.0000	.	-.7555
B	.	1.0000	.
C	-.7555	.	1.0000

Numa segunda fase, os resultados foram obtidos por aplicação do método indicado na apresentação metodológica, de acordo com o modelo geral,

$$w_i = a + b \log (x) + \Sigma g_i NC_i$$

em que x é o total da despesa da família e w_i a proporção da despesa em vestuário de adulto. NC_i toma o valor 1 se a família tem filhos, e o valor 0 nos restantes casos.

Neste caso, o montante da despesa de cada família em vestuário de adulto é função do total de rendimento da família e da dimensão do agregado familiar. Admitimos que a despesa em vestuário de adulto varia segundo o número de filhos do casal. Começamos por considerar apenas as famílias formadas por casais com 0 a 3 filhos, com idades inferiores a 18 anos. A amostra é constituída por 4465 observações.

As variáveis seleccionadas constam do QUADRO XXXIV.

Passamos a apresentar os resultados dos modelos de regressão²⁵ utilizados para estimar o custo dos filhos, de acordo com o segundo método apresentado.

A base de referência é o casal sem filhos e a variável dependente: w_r (= SOL, proporção do rendimento dispendida em vestuário de adulto).

O modelo apresenta a forma funcional:

$$w_r = a + b \log (x) + c_1 nf1 + c_2 nf2 + c_3 nf3$$

²⁵Os quadros obtidos através da análise de regressão encontram-se nas páginas 676 e seguintes.

onde x é igual ao total de despesa da família; nf_i é igual a 1 se a família tem filhos, se não tem filhos é 0.

Estimados os parâmetros obtivemos:

$$w_r = -0.39187 + 0.02765 \log(x) - 0.00467 \text{ nf1} - 0.01676 \text{ nf2} - 0.02250 \text{ nf3}$$

Estimámos o custo da criança, tomando como 100 o caso do casal sem filhos, de acordo com a expressão $[= \exp(-g_i/b) - 1]$, o custo de um filho é igual a 18.39% da despesa média de um casal sem filhos, o custo de dois filhos igual a 83.35% e o custo de três filhos igual a 125.66% (ver QUADRO LV).

QUADRO LV

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: w_r
(a proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $w_r = a + b \ln(x) + \sum g_i \text{ nf}_i$

Source	SS	df	MS		
Model	2.05562567	4	.513906417	Number of obs =	4465
Residual	17.7812931	4460	.003986837	F(4, 4460) =	128.90
Total	19.8369188	4464	.004443754	Prob > F =	0.0000
				R-square =	0.1036
				Adj R-square =	0.1028
				Root MSE =	.06314

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
w_r					.0444447
lnx	.0276497	.0012564	22.008	0.000	16.00243
nf1	-.0046687	.0025755	-1.813	0.070	.2058231
nf2	-.0167621	.0025185	-6.656	0.000	.2286674
nf3	-.0225033	.0041225	-5.459	0.000	.0600224
_cons	-.3918738	.0197769	-19.815	0.000	1.

Em seguida repetimos o mesmo modelo para os agregados em que o chefe de família tem uma idade inferior a 55 anos. A amostra passa a considerar 2550 casos. Os resultados obtidos, de acordo com o modelo proposto,

$$w_r = -0.39304 + 0.02774 \log(x) - 0.00434 \text{ nf1} - 0.01690 \text{ nf2} - 0.02295 \text{ nf3}$$

mostram que o custo de um é igual a 16.93%, o custo de dois filhos igual a 83.88%, e o custo de três filhos é de 128.74%. No entanto, o coeficiente referente ao primeiro filho não é significativo a um nível de significância de 10% (ver QUADRO LVI).

QUADRO LVI

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: w_r
(a proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $w_r = a + b \ln(x) + \sum g_i \text{ nf}_i$

(Caso do chefe de família ter menos de 55 anos)

Source	SS	df	MS		
Model	1.16657915	4	.291644786	Number of obs =	2550
Residual	10.0173731	2545	.003936099	F(4, 2545) =	74.09
Total	11.1839522	2549	.004387584	Prob > F =	0.0000
				R-square =	0.1043
				Adj R-square =	0.1029
				Root MSE =	.06274

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
w_r					.0485188
lnx	.0277414	.0017161	16.165	0.000	16.29485
nf1	-.0043378	.0037359	-1.161	0.246	.3388235
nf2	-.0168983	.0036613	-4.615	0.000	.3921569
nf3	-.0229536	.0049197	-4.666	0.000	.1039216
_cons	-.3930407	.0279164	-14.079	0.000	1.

Introduzimos no modelo uma variação em função da idade dos filhos,

$$w_r = a + b \log (x) + c_1 \text{ nf05} + c_2 \text{ nf611} + c_3 \text{ nf1217}$$

em que **nf05** representa o número total de filhos entre os 0 e os 5 anos, **nf611** representa o número total de filhos entre os 6 e os 11 anos e **nf017**, representa o número total de filhos entre os 12 e os 17 anos.

Os resultados obtidos, considerando o caso dos filhos com idades entre os 0 e 5 anos e entre os 6 e os 11 anos,

$$w_r = -0.38782 + 0.02736 \log (x) - 0.00767 \text{ nf05} - 0.01351 \text{ nf611}$$

permitem-nos concluir que um filho no grupo de idades dos 0 aos 5 anos, representa, em média, um custo de 32.36%, enquanto que um filho no grupo de idades dos 6 aos 11 anos, representa, em média, um custo de 63.84% (ver QUADRO LVII).

QUADRO LVII

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: w_t
(a proporção do rendimento dispendido em
vestuário de adulto).

Forma funcional: $w_t = a + b \ln(x) + c_1 \text{nf05} + c_2 \text{nf611}$

Source	SS	df	MS		
Model	2.02529411	3	.675098037	Number of obs =	4465
Residual	17.8116247	4461	.003992743	F(3, 4461) =	169.08
Total	19.8369188	4464	.004443754	Prob > F =	0.0000
				R-square =	0.1021
				Adj R-square =	0.1015
				Root MSE =	.06319

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
w_t					.0444447
lnx	.0273625	.0012166	22.490	0.000	16.00243
nf05	-.0076721	.0022674	-3.384	0.001	.2398656
nf611	-.0135101	.0021916	-6.164	0.000	.2781635
_cons	-.3878232	.0192893	-20.106	0.000	1.

Finalmente, eliminámos os agregados em que o chefe de família tem uma idade superior a 55 anos. Os resultados do modelo de regressão,

$$w_r = -0.39092 + 0.02754 \log(x) - 0.00744 \text{ nf05} - 0.01309 \text{ nf611}$$

permitem-nos concluir que, nesta situação, um filho no grupo de idades dos 0 aos 5 anos, representa, em média, um custo de 31.02% , e um filho entre os 6 e os 11 anos, um custo, em média, de 60.87% (ver QUADRO LVIII).

QUADRO LVIII

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Padrão: casal sem filhos

Variável dependente: w_r
(a proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $w_r = a + b \ln(x) + c_1 \text{ nf05} + c_2 \text{ nf611}$

(Caso do chefe de família ter menos de 55 anos)

Source	SS	df	MS	Number of obs = 2550	
Model	1.13379917	3	.377933055	F(3, 2546) =	95.74
Residual	10.050153	2546	.003947429	Prob > F =	0.0000
Total	11.1839522	2549	.004387584	R-square =	0.1014
				Adj R-square =	0.1003
				Root MSE =	.06283

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
w_r					.0485188
lnx	.0275403	.0017115	16.091	0.000	16.29485
nf05	-.0074403	.002544	-2.925	0.003	.4168627
nf611	-.0130926	.0025132	-5.210	0.000	.4752941
_cons	-.3909226	.0279443	-13.989	0.000	1.

No caso da estimação do custo dos filhos com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, o coeficiente obtido não é significativo a um nível de significância de 10%, no caso dos agregados em que o chefe de família tem uma idade inferior a 55 anos (ver QUADROS LIX e LX).

QUADRO LIX

Resultados dos modelos de regressão utilizados para estimar o custo da criança

Variável dependente: w_r
(a proporção do rendimento dispendido em vestuário de adulto).

Forma funcional: $w_r = a + b \ln(x) + c_1 \text{ nf05} + c_3 \text{ nf1217}$

Source	SS	df	MS			
Model	1.88612769	3	.628709231	Number of obs =	4465	
Residual	17.9507911	4461	.004023939	F(3, 4461) =	156.24	
Total	19.8369188	4464	.004443754	Prob > F =	0.0000	
				R-square =	0.0951	
				Adj R-square =	0.0945	
				Root MSE =	.06343	

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
w_r					.0444447
lnx	.0261818	.0012227	21.412	0.000	16.00243
nf05	-.0098721	.0022833	-4.324	0.000	.2398656
nf1217	-.004504	.0025496	-1.767	0.077	.1800672
_cons	-.371349	.0193863	-19.155	0.000	1.

QUADRO LX

Resultados dos modelos de regressão utilizados
para estimar o custo da criança

Variável dependente: w_r
(a proporção do rendimento dispendido em
vestuário de adulto).

Forma funcional: $w_r = a + b \ln(x) + c_1 \text{nf05} + c_2 \text{nf1217}$

(Caso do chefe de família ter menos de 55 anos)

Source	SS	df	MS			
Model	1.02716787	3	.342389289	Number of obs =	2550	
Residual	10.1567843	2546	.00398931	F(3, 2546) =	85.83	
Total	11.1839522	2549	.004387584	Prob > F	= 0.0000	
				R-square	= 0.0918	
				Adj R-square	= 0.0908	
				Root MSE	= .06316	

Variable	Coefficient	Std. Error	t	Prob > t	Mean
w_r					.0485188
lnx	.027178	.0017242	15.763	0.000	16.29485
nf05	-.0061494	.0026926	-2.284	0.022	.4168627
nf1217	-.001037	.0029217	-0.355	0.723	.2945098
_cons	-.3914734	.0281098	-13.927	0.000	1.

II- Resultados dos modelos econométricos utilizados para estimar o custo dos filhos em diferentes países da Europa Ocidental.

Passamos a apresentar alguns resultados comparativos da avaliação do custo da criança, a partir de inquéritos aos orçamentos familiares, em alguns países europeus.

O custo da criança é avaliado de uma forma diferente, em função dos modelos adoptados em cada país.

A Grã-Bretanha pode ser considerada como uma referência para todos os outros países da Europa, não só devido à abundância e qualidade das estimações, mas também pela atenção prestada pelos poderes públicos a este tipo de estudos. McClements (1977)²⁶, com base no modelo de Prais & Houtakker²⁷, distingue um custo da criança, por categoria de despesa, e um custo geral independente do nível de vida, mas que aumenta muito com a idade do filho. Um filho com um ano de idade representa 10 % da despesa do casal sem filhos; esta proporção da despesa mantém-se próxima dos 20% até à idade de 11 anos e aumenta para 35% entre os 16 e os 18 anos. De acordo com Muellbauer (1977)²⁸, baseado no modelo de Barten²⁹, o custo

²⁶McClements, L. D., (1977), "Equivalence scales for children", in *Journal of Public Economics*, 8, pp. 191-210.

²⁷Prais, S. & Houthakker, H., (1955), *op. cit.*.

²⁸Muellbauer, J., (1977), "Testing the Barten model of household composition effects and the cost of children", in *Economic Journal*, 87, pp. 460-487; Muellbauer, J., (1980), "The estimation of the Prais-Houthakker model of equivalence scales", in *Econometrica*, 48, pp. 153-176.

global da criança varia em função do rendimento do casal tomado como referência e com a idade dos filhos. Assim, para uma família com um nível de vida médio, o custo global da criança é de 8.3% para o filho com menos de 5 anos e de 20.6% para um filho com idades compreendidas entre os 5 e os 16 anos. Quando o rendimento diminui para metade, o custo do filho no primeiro grupo de idades considerado duplica, e o peso do filho no segundo grupo de idades aumenta 40% .

Em França, Bloch & Glaude (1983)³⁰, basearam-se no pressuposto de que a parte das crianças no vestuário de adulto é nula, isto é, não existe efeito de substituição para o vestuário de adulto. A partir de dados de 1979, concluem que o custo global de um filho, em meio urbano, é 18% da despesa do casal sem filhos; o custo de dois filhos é de 47% e o de três filhos de 80% . Este critério tende a subestimar o custo da criança (Ekert-Jaffé & Trognon, 1990)³¹.

No estudo do caso espanhol, Deaton, Ruiz-Castillo & Thomas (1989)³², seguem o modelo de Rothbarth³³ no que respeita à

²⁹Barten, A. P., (1964), "Family composition, prices and expenditure patterns", in P. Hart and G. Mills, (eds.), *Economic analysis for national economic planning*, 16th Symposium of the Colston Society, Butterworth, London.

³⁰Bloch, L. and Glaude, M., (1983), *op. cit.*.

³¹Ekert-Jaffé, O. & A. Trognon, (1990), "Evolution du coût de l'enfant avec le revenue: une méthode", paper prepared for the European Association for Population Studies seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

³²Deaton, A., Ruiz-Castillo, J. & Thomas, D., (1989), "The influence of household composition on household expenditure patterns. Theory and Spanish evidence", in *Journal of Political Economy*, 97, 1, pp. 179-200.

³³Rothbarth, E., (1943), *op. cit.*

existência de bens de adulto cuja evolução das despesas reflecte o nível de vida. Nesta base, as despesas afectas a uma criança com idade compreendida entre os 5 e os 9 anos, num agregado de rendimento médio, representa entre 11 a 12% do orçamento do casal sem filhos para o mesmo nível de vida. A criança mais velha representa cerca de 15 a 18% da despesa do casal médio. Estas avaliações são francamente inferiores às anteriores. No entanto, não podemos concluir de imediato que o custo de um filho em Espanha é muito baixo, na medida em que nos países menos industrializados o consumo das crianças é fundamentalmente de carácter alimentar, o critério "despesa de adulto" subestima o custo da criança. Por outro lado, a amostra utilizada considerou não só os agregados em meio agrícola, mas ainda os indivíduos reformados, o que inviabiliza comparações com os resultados anteriores.

O custo do primeiro filho na Suíça varia entre 21 e 27% em função do critério escolhido (despesas em alimentação, vestuário, habitação, aquecimento e segurança social; despesas em alimentação, habitação e aquecimento), segundo Deiss (1990)³⁴. Estes resultados parecem elevados mas, para o critério do nível de vida seleccionado, a parte das despesas correntes inclui, pela primeira vez, os seguros sociais. O mesmo método aplicado às famílias francesas mostra um resultado muito inferior para as famílias com um ou dois filhos.

³⁴Deiss, J., (1990), "Le coût de l'enfant en Suisse", paper prepared for the European Association for Population Studies seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Os estudos belgas (Renard, 1985)³⁵ fazem variar os critérios parciais de nível de vida, mas consideram o critério "parte alimentar" como oferecendo os resultados mais aproximados. Assim, o custo do primeiro filho representa 17% das despesas do casal sem filhos; no caso de dois filhos o custo eleva-se para 37.4% e no de três filhos para 60.3% .

Em Itália, De Santis & Righi (1990)³⁶, utilizando o critério "parte alimentar", chegaram à conclusão de que o custo de um filho representa 34.2% da despesa do casal sem filhos; dois filhos representam 69.5% e três filhos 121.8% .

Os valores europeus mostram um custo da criança que representa cerca de 20% da despesa do casal sem filhos tomado como referência; um pouco mais baixo em Espanha e um pouco mais elevado na Suíça. Este custo aumenta consideravelmente com a idade dos filhos e diminui, em valor relativo, quando o rendimento aumenta.

Todavia, a despesa real, percebida pelos pais, inclui dois outros elementos: as despesas de educação e a perda de salário por parte das mulheres que interrompem a sua actividade profissional para ficarem em casa a cuidar dos filhos. Se pretendermos analisar o impacte do custo dos filhos na decisão de fecundidade dos casais, em termos de política familiar, temos de tentar quantificar estes custos.

Quanto aos resultados obtidos para Portugal podemos constatar que, no caso do primeiro filho, são bastante próximos dos valores europeus. No entanto, os valores respeitantes a uma

³⁵Renard, R., (1985), *op. cit.*.

³⁶De Santis, G. & Righi, A., (1990), *op. cit.*.

família com dois ou com três filhos são bastante mais elevados.

Além de diferenças ao nível do critério de medição do nível de vida por nós utilizado (a proporção do rendimento das famílias dispendido em vestuário de adulto), encontramos outro tipo de justificações.

Por um lado, a criança em Portugal é um fraco consumidor de serviços. Por outro lado, a taxa de actividade feminina é pouco elevada, as despesas com creches e infantários são limitadas (além de existir, no nosso país, uma elevada proporção de mulheres domésticas, em grande parte dos casos as crianças são confiadas às avós, ou a outros familiares ou vizinhos), o que contribui para um valor mais baixo do custo do filho.

Além disso, o método utilizado subestima o custo da criança, na medida em que o país é menos industrializado do que os outros países europeus, caracterizado por baixos rendimentos médios e por uma elevada proporção de população agrícola.

No entanto, os critérios baseados na despesa referente à parte alimentar no total da despesa sobre-avaliam, em países com idênticas características, o custo da criança.

Os resultados obtidos permitem-nos concluir que, perante a actual redução do número de filhos das famílias portuguesas a partir do segundo filho (e, em algumas, a partir do primeiro), não só o custo do primeiro filho, mas também os acréscimos nas despesas para os casais com dois e três filhos, influenciam a tomada de decisão de fecundidade em Portugal.

CONCLUSÃO GERAL

A fecundidade é uma questão tão complexa que se torna difícil, senão mesmo impossível, encontrar uma explicação única e válida, para todas as situações.

O estudo da fecundidade em Portugal, nos anos 80, assume particular relevância em virtude do acentuado declínio observado entre o início e o final da década. Todavia, por causa da não existência de um único factor determinante, sem ainda ter sido encontrada, no plano da teoria analítica, capacidade preditiva que permita a adopção de uma dada perspectiva de análise, efectuámos o nosso estudo, caracterizando os níveis de fecundidade e pesquisando os factores determinantes, sob três planos distintos: o demográfico, o social e o económico.

Assim, face às consequências, em termos demográficos, sociais e económicos, que uma situação prolongada de declínio, ou mesmo a manutenção de tão baixos valores de fecundidade como os observados no momento, pode vir a implicar, passámos a investigar as influências, as relações causais, os factores determinantes de uma tal mutação nos modelos de comportamento reprodutivo da sociedade portuguesa.

Deste modo, o capítulo II apresenta a análise demográfica da fecundidade em Portugal Continental na década de 80. De acordo com os valores obtidos, a conclusão mais importante que pudemos retirar diz respeito à não substituição das gerações, quer no Continente como um todo, quer regionalmente, em termos de distritos. Esta situação é resultado de uma homogeneidade do país no que se refere ao comportamento fecundo das populações. Quanto ao modelo de comportamento fecundo, a nossa análise permitiu-nos concluir que se verificou, efectivamente, uma alteração do modelo

de comportamento fecundo da mulher portuguesa: a par do declínio do número total de filhos por mulher, está a formar-se um novo modelo que se caracteriza pelo facto de a mulher não só ter menos filhos, mas também ter esses filhos mais tarde e durante um período mais limitado do seu ciclo fértil.

Perante os resultados obtidos na análise demográfica, passámos, de seguida, à determinação das variáveis que influenciam, e, além disso, à sua identificação em função do seu grau de influência. O capítulo III aprofunda o estudo da fecundidade numa perspectiva sociodemográfica. Numa primeira parte, começámos por uma análise a partir de dados agregados, seguindo uma perspectiva de explicação tradicional que relaciona o declínio da fecundidade com a evolução socioeconómica. Numa segunda parte, demos lugar às perspectivas de explicação que encontram as razões do declínio nas características individuais, que dão supremacia à tomada de decisão do indivíduo ou do casal, e relevância à introdução de racionalidade na decisão. Assim, em primeiro lugar, face à natureza dos dados disponíveis, a nível agregado, estabelecemos as relações entre o nível de fecundidade observado regionalmente, no início da década de 80, e os factores que motivaram esses mesmos valores, distinguindo entre variáveis responsáveis e com capacidade explicativa e preditiva do comportamento fecundo da sociedade portuguesa. Em segundo lugar, testámos empiricamente um novo modelo explicativo, num estudo micro-analítico, a partir de registos pessoais, obtidos através do Inquérito Português à Fecundidade. A nossa análise dividiu-se em duas sub-amostras: numa primeira incluímos as mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 50 anos; numa segunda as

mulheres com mais de 40 anos de idade. Os resultados obtidos a partir deste último grupo de mulheres permitiram-nos tirar conclusões em termos de fecundidade completa, uma vez que este grupo deverá ter terminado, na sua quase totalidade, de um modo significativo, o seu ciclo reprodutivo apesar de ainda não ter terminado o seu período fértil. Primeiramente, utilizámos como variável dependente o número de filhos nascidos. Passámos, posteriormente, a estudar os desníveis entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada pelos casais, determinando quais as variáveis responsáveis pelas diferenças observadas; neste caso, utilizámos como variável dependente, sucessivamente, o número de filhos considerado como óptimo, a diferença para o óptimo e a diferença para o óptimo em módulo. A análise sociodemográfica permitiu-nos concluir que, também no caso português, tal como foi observado em estudos referentes a outros países, a variável que melhor prevê o comportamento da fecundidade realizada, por mulher, é expressa pela preferência manifestada em termos de dimensão familiar desejada.

Os resultados obtidos neste capítulo levaram-nos a seguir os estudos empíricos que se centram nas capacidades de explicação da análise baseada nas decisões individuais no que respeita à dimensão familiar. Neste grupo de perspectivas, que privilegia o processo de tomada de decisão, destacando a família como elemento de decisão, estabelecendo uma ligação entre a estrutura e a mudança do sistema de valores da sociedade, e o impacto no contexto social do comportamento individual e familiar, a perspectiva demoeconómica assume um lugar de relevância.

Assim, de acordo com esta perspectiva, procedemos, no

capítulo IV, a uma estimativa do custo da criança em Portugal no final da década de 80. Partimos do pressuposto de que a família decide entre as diferentes oportunidades que competem entre si no que respeita a rendimento, tempo e envolvimento emocional. A dimensão familiar planeada encontra-se entre as opções que se colocam às famílias em termos de afectação alternativa de recursos disponíveis. A estimativa do custo económico da criança em Portugal, de acordo com o indicador de nível de vida utilizado, permitiu-nos concluir que os valores obtidos para o primeiro filho são próximos dos valores verificados na Europa. No entanto, para os casos do segundo e terceiro filhos, os custos aumentam bastante. Se admitirmos que a afectação dos recursos do casal se faz entre *quantidade* de filhos, *qualidade* dos filhos e outras actividades, podemos concluir que um aumento significativo do custo da criança tende a reduzir a dimensão familiar desejada, que, por sua vez, determina a dimensão familiar realizada. Como conclusão geral deste capítulo podemos afirmar que a criança ganha em valor emocional o que perde em valor económico, e é esta mutação na percepção dos filhos por parte dos pais que induz a transição para baixos valores de fecundidade.

Finalmente, numa visão global e comparativa dos três planos de análise que constituem a nossa dissertação, podemos afirmar que qualquer explicação monocausal será sempre manifestamente insuficiente, quer pela complexidade do fenómeno em estudo, quer pela interrelação entre comportamento fecundo, alterações no plano da motivação e racionalidade na utilização dos meios de ajustamento comportamento/motivação, quer, ainda, pela multidisciplinaridade de abordagens que o rodeia.

BIBLIOGRAFIA

1. BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

Alessie, R., & Kapteyn, A., (1989), "Consumption, savings and demography", in A. Wenig & K. Zimmermann, (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Andorka, R., (1978), *Determinants of Fertility in Advanced Societies*, Methuen, London.

Andorka, R., (1982), "Lessons from studies on differential fertility in advanced societies", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

Andorka, R., (1989), "Demographic change and economic development in Hungary since the Second World War", in A. Wenig & K. Zimmermann (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Ariès, P., (1982), "Two successive motivations for the declining birth rate in the west", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

Arroteia, J., (1984), *A Evolução Demográfica Portuguesa*, Col. Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.

Arroteia, J., (1991), "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional", in *Estudos Demográficos*, nº 30, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Barata, O. S., (1985), *Natalidade e Política Social em Portugal*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Barrera, A., (1990), "The role of maternal schooling and its interaction with public health programs in child health production", in *Journal of Development Economics*, 32.

Barmby, T. & Cigno, A., (1990), "A sequential probability model of fertility patterns", in *Journal of Population Economics*, Vol. 3, No. 1, April.

Barten, A. P., (1964), "Family composition, prices and expenditure patterns", in P. Hart and G. Mills, (eds.), *Economic Analysis for National Economic Planning*, 16th Symposium of the Colston Society, Butterworth, London.

Becker, G. S., (1956), "An economic analysis of fertility", in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, a Conference of the Universities-National Bureau Committee for Economic Research, Princeton, N.J.: Princeton University Press, for the National Bureau of Economic Research.

Becker, G. S., (1960), "An economic analysis of fertility", in *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton University Press, Princeton.

Becker, G. S., (1965), "A theory of the allocation of time", in *Economic Journal*, 75.

Becker, G. S., (1973a), "A Theory of Marriage: Part I", in *Journal of Political Economy*, 81(4).

Becker, G. S. & Lewis, H. G., (1973b), "On the interaction between the quantity and quality of children", in *Journal of Political Economy*, 81(2, pt.2).

Becker, G. S., (1981), *A Treatise on the Family*, Harvard University Press, Cambridge.

Becker, G. S., (1989), "Family", in Eatwell, J., Milgate, M. & Newman, P., (eds.), *Social Economics*, MacMillan Press Limited, London.

Becker, G. S., (1992), "Fertility and the economy", in *Journal of Population Economics*, Vol. 5, No. 3, August.

Beckman, L., (1983), "Communication, power and the influence of social networks in couple decisions on fertility", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 2, Academic Press, New York.

Berthold, N., (1984), "Demographic change and old-age security", in Steinmann, G., (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg. 218-237.

Blake, J., (1965), "Demographic science and the redirection of population policy", in M. C. Sheps & J. C. Ridley, (eds.), *Public Health and Population Change*, Pittsburgh.

Blake, J., & Del Pinal, J., (1980), "Educational attainment and reproductive preferences: Theory and evidence", in C. Höhn & R. MacKensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

Bloch, L. & Glaude, M., (1983), "Une approche du coût de l'enfant", in *Economie et Statistique*, 155, May, INSEE, Paris.

Boadway, M., Marchand, M. & Pestieau, P., (1991), "Pay-as-you-go social security in a changing environment", in *Journal of Population Economics*, Vol. 4, No. 4, November.

Bongaarts, J. & Menken, J., (1983), "The supply of children: A critical essay", in *Determinants of Fertility in Developing Countries*, R. Bulatao and R. Lee, (eds.), Vol. 1, Academic Press, New York.

Bulatao, R. A., (1979a), *On the Nature of the Transition in the Value of Children*, Paper no. 60-A, East-West Population Institute, Honolulu.

Bulatao, R. A., (1979b), *Further Evidence of the Transition in the Value of Children*, Paper no. 60-B, East-West Population Institute, Honolulu.

Bulatao, R. A., (1980), "The transition in the value of children and the fertility transition", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

Bumpass, L. L., (1969), "Age at marriage as a variable in socioeconomic differentials in fertility", in *Demography*, 6 (1), February.

Carrilho, M. J., (1991), "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português", in *Estudos Demográficos*, nº 30, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Challier, M-C., (1985), *La Fécondité en France: Analyse microéconomique*, Éditions du CNRS, Paris.

Chow, G. C., (1983), *Econometrics*, McGraw-Hill Book Company, New York.

Cigno, A., (1991), *Economics of the Family*, Clarendon Press, Oxford.

Cigno, A., (1992), "Children and pensions", in *Journal of Population Economics*, Vol. 5, No. 3, August.

Coale, A. J., (1957), "How the age distribution of a human population is determined", Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology, 22, in D. Smith & N. Keyfitz, (eds.), *Mathematical Demography*, Biomathematics, Vol. 6.

Coale, A. J., (1965), *Factors Associated with the Development of Low Fertility: An Historic Summary*, Vol. II, Belgrade: World Population Conference, United Nations.

Cochrane, S. H., (1975), "Children as by-products, investment goods and consumer goods: A review of some micro-economic models of fertility", in *Population Studies*, 29, November.

Cochrane, S. H., (1979), "Fertility and education: What do we really know", in *World Bank Occasional Papers*, 26.

Cochrane, S. H., (1983), "Effects of education and urbanization on fertility", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 2, Academic Press, New York.

Cochrane, S., Leslie, J. & O'Hara, D., (1980), "The effects of education on health", *The World Bank Staff Working Paper 405*, Washington D.C.

Controle des naissances et theologie. Le dossier de Rome, (1967), Éditions du Seuil, Paris.

Cosio, M. E., (1986), "Fécondité et taille de la localité de résidence", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

David, H., (1983), "Abortion: Its prevalence, correlates and costs", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 2, Academic Press, New York.

Davis, K. & Blake, J., (1956), "Social structure and fertility: An analytic framework", in *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 4, April. Reprinted in Charles B. Nam, (ed.), *Population and Society*, Boston: Houghton Mifflin, 1968.

De Santis, G. & Righi, A., (1990), "Measures of child cost in Italy", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Deaton, A. & Muellbauer, J., (1980), "An Almost Ideal Demand System", in *American Economic Review*, 70.

Deaton, A. & Muellbauer, J., (1986), "On measuring child costs: with application to poor countries", in *Journal of Political Economy*, 94, 4.

Deaton, A., Ruiz-Castillo, J. & Thomas, D., (1989), "The influence of household composition on household expenditure patterns. Theory and Spanish evidence", in *Journal of Political Economy*, 97, 1.

Deiss, J., (1990), "Le coût de l'enfant en Suisse", paper prepared for the European Association for Population Studies seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Dinkel, R., (1986) "Social security and intergenerational equity", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Dumont, A., (1901), *La Morale basée sur la Démographie*, Schleicher Frères, Paris.

Easterlin, R. A., (1961), "The American baby-boom in historical perspective", in *American Economic Review*, 51, December.

Easterlin, R. A., (1969), "Toward a socioeconomic theory of fertility", in S. J. Behrman et al., (eds.), *Fertility and Family Planning: A World View*, Ann Arbor.

Easterlin, R. A., (1978), "The economics and sociology of fertility: A synthesis", in *Historical Studies of Changing Fertility*, C.Tilly, (ed.), Princeton University Press, Princeton.

Easterlin, R., Macdonald, Ch. & Macunovich, D., (1990), "How have American baby boomers fared? Earnings and economic well-being of young adults, 1964-1987", in *Journal of Population Economics*, Vol. 3, No. 4, December.

Ekert-Jaffé, O., (1986), "Effects et limites des aides financières aux familles: une différence et un modèle", in *Population*, 2.

Ekert-Jaffé, O. & Trognon, A., (1990), "Evolution du coût de l'enfant avec le revenu: une méthode", paper prepared for the European Association for Population Studies seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Engel, E., (1895), "Die Lebenskosten Belgischen Arbeiter-Familien früher und jetzt", in *International Statistical Institute Bulletin*, 9/1, citado em Kapteyn, A. and van Praag, B., (1976), "A new approach to the construction of family equivalence scales", in *European Economic Review*, 7.

Ermisch, J., (1989), "Purchased child care, optimal family size and mother's employment. Theory and econometric analysis", in *Journal of Population Economics*, Vol. 2, No. 2, September.

Ermisch, J., (1990), "European women's employment and fertility again", in *Journal of Population Economics*, Vol. 3, No. 1, April.

Espenshade, T., (1972), "The price of children and socio-economic theories of fertility", in *Population Studies*, July, 26 (2).

Espenshade, T., (1977), "The value and cost of children", in *Population Bulletin*, Vol. 32, no. 1, Population Reference Bureau, Washington, D. C., April.

Espenshade, T., (1990), "Measures of child costs in the United States", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Freedman, D., (1963), "The relation of economic status to fertility", in *American Economic Review*, 53, June.

Freedman, R., (1975), *The Sociology of Human Fertility*, Irvington, New York.

Gauthier, A., (1990), "Estimating the direct cost of children: Methodological issues", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Goody, J., (1985), *L'Évolution de la Famille et du Mariage en Europe*, Armand Colin, Paris.

Greene, W. H., (1990), *Econometric Analysis*, MacMillan Publishing Company, New York.

Habermas, J., (1981), *Historia y Critica de la Opinion Publica*, tr., Ed. G. Gili, Barcelona.

Heckman, J. & Walker, J., (1990), "The third birth in Sweden", in *Journal of Population Economics*, Vol. 3, No. 4, December.

Hibert, T., (1986), "Fécondité et niveau d'instruction", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

Holler, M., (1986), "Intergeneration solutions to the social security dilemma", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Hollerbach, P., (1983), "Fertility decision-making processes: A critical essay", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 2, Academic Press, New York.

Inquérito Português à Fecundidade, Relatório Principal, Volume I: Metodologia e Resultados, Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1980.

Keyfitz, N., (1971), "On the Momentum of Population Growth", in *Demography*, Vol. 8.

Kleindorfer, P., & von der Schulenburg, J., (1986), "Intergenerational equity and fund balances for statutory health insurance", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Lebre de Freitas, M., "Introdução ao SPSS/PC+", *Notas do Centro de Cálculo*, Nota n.6, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Maio, 1988, Lisboa.

Lee, R., Easterlin, R., Lindert, P. & van de Walle, E., (eds.), (1977), *Population Patterns in the Past*, Academic Press, New York.

Lee, R. & Bulatao, R., (1983), "The demand for children: A critical essay", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 1, Academic Press, New York.

Leibenstein, H., (1957), *Economic Backwardness and Economic Growth*, John Wiley, New York.

Leibenstein, H., (1975), "The economic theory of fertility decline", in *Quarterly Journal of Economics*, 89.

Lemennicier, B., (1988), *Le Marché du Mariage et de la Famille*, Presses Universitaires de France, Paris.

Lindenberg, S., (1991), "Social approval, fertility and female labour market behaviour", in J. Siegers, J. Jong-Gierveld & E. van Imhoff, (eds.), *Female Labour Market Behaviour and Fertility, A Rational-choice Approach*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Livi-Bacci, M., (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton University Press, Princeton.

Luptáčík, M., & Schmoranz, I., (1989), "An extension of a static input-output model for demographic-economic analysis", in A. Wenig, & K. Zimmermann, (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Mackensen, R., (1982), "Social change and reproductive behaviour-on continuous transition", C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

Maddala, G. S., (1983), *Limited-dependent and Qualitative Variables in Econometrics*, Cambridge University Press, New York.

Mahadevan, K., Reddy, P. & Naidu, D., (1986), *Fertility and Mortality: Theory, methodology and empirical issues*, Sage Publications, London.

Matras, J., (1977), *Introduction to Population: A Sociological Approach*, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey.

McClements, L. D., (1977), "Equivalence scales for children", in *Journal of Public Economics*, 8.

McNicoll, G., (1982), "Institutional determinants of fertility change", in C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), *Determinants of Fertility Trends: Theories re-examined*, Ordina Éditions, Liège.

Mendes, M. F. & Pereira, P. T., (1989), "Allocation of time: An empirical study of the case of the portuguese families", *Working Paper 130*, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa.

Mendes, M. F. & Pereira, P. T., (1990), "Afectação do tempo das famílias portuguesas: Um estudo empírico da diferenciação regional" in *Economia e Sociologia*, 49, Évora.

Mincer, J., (1962), "Labor force participation of married women: A study of labor supply", in National Bureau of Economic Research, (ed.), *Aspects of Labor Economics*, Princeton; Schultz, T. W., (1974), *Economics of the Family*, Chicago.

Mincer, J., (1963), "Market prices, opportunity costs and income effects", in *Measurement in Economics*, C. Christ et al., (eds.), Stanford University Press, Stanford.

Morsa, J., (1972), "Une enquête nationale sur la fécondité", in *Population et Famille*, 26-27, Décembre.

Muellbauer, J., (1977), "Testing the Barten model of household composition effects and the cost of children", in *Economic Journal*, 87.

Muellbauer, J., (1980), "The estimation of the Prais-Houthakker model of equivalence scales", in *Econometrica*, 48.

Mueller, E. & Short, K., (1983), "Effects of income and wealth on the demand for children", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 1, Academic Press, New York.

Nag, M., (1983), "The impact of sociocultural factors on breastfeeding and sexual behavior", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 1, Academic Press, New York.

Namhoodiri, N., (1983), "Sequential fertility decision making and the life course", in R. Bulatao & R. Lee, (eds.), *Determinants of Fertility in Developing Countries*, Vol. 2, Academic Press, New York.

Nazareth, J. M., (1979), *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.

Nazareth, J. M., (1982) *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar, subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa.

Nazareth, J. M., (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa.

Nazareth, J. M., (1988), *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Vol. III de: Portugal - os próximos 20 anos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Nazareth, J. M., (1991), "Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta", in *Estudos Demográficos*, nº 30, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Nerlove, M., Razin, A. & Sadka, E., (1987), *Household and Economy: Welfare economics of endogenous fertility*, Academic Press, New York.

Nerlove, M., (1988), "Population policy and individual choice", in *Journal of Population Economics*, Vol. 1, No. 1, June.

Newell, C., (1988), *Methods and Models in Demography*, Belhaven Press, London.

Newland, K., (1977), "Women and population growth: choice beyond childbearing", *Worldwatch Paper 16*, Worldwatch Institute, Washington, D.C.

Noin, D., (1983), *La Transition Démographique dans le Monde*, Presses Universitaires de France, Paris.

Norvez, A., (1986), "Fécondité et appartenance religieuse", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

Okun, B., (1958), "Trends in birth rates in the United States since 1870", in *Studies in Historical and Political Science Series*, 77, Johns Hopkins University Press, Baltimore.

Pereira, P. T., (1986), *Determinants and Consequences of Pre-Marital Decisions in an Environment with Divorce*, A Ph. D. Thesis Submitted to the Faculty of the Graduate School of the University of Minnesota.

Pereira, P. T., (1989), "A microeconomia visitada de novo: algumas observações de um economista do trabalho", in *Nova Economia em Portugal*, A. Sousa et al., (eds.), Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa.

Pestieau, P., (1989), "The demographics of inequality", in *Journal of Population Economics*, Vol. 2, nº 1, June.

Pollak, R. & T. Wales, (1979), "Welfare comparisons and equivalence scales", in *American Economic Review*, (papers and proceedings), 69.

Pollak, R. & T. Wales, (1981), "Demographic variables in demand analysis", in *Econometrica*, 49.

Prais, S. & Houthakker, H., (1955), *The Analysis of Family Budgets, with an application to two british surveys conducted in 1937-39 and their detailed results*, Cambridge University Press, Cambridge.

Pressat, R., (1983), *L'Analyse Démographique, Concepts- Méthodes- Resultats*, 4. ed., Presses Universitaires de France, Paris.

Prinz, A., (1990), "Endogenous fertility, altruist behavior across generations and social security systems", in *Journal of Population Economics*, vol 3, No. 3, October.

Ray, R. (1983), "Measuring the costs of children: an alternative approach", in *Journal of Public Economics*, 22.

Renard, R., (1986), *Le Coût de l'Enfant: Approches théoriques, méthodologiques, empiriques*, Ministère de la Communauté Française, Direction Générale des Affaires Sociales, Bruxelles.

Renard, R., (1990), "Le coût financier de l'enfant en Belgique", paper prepared for the European Association for Population Studies Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Ritchey, P. N. & Stokes, C. S., (1972), "Residence, background, migration and fertility", in *Demography*, 9 (2), May.

Rollet, C., (1980), "Activité professionnelle féminine et fécondité", in *VI Colloque National de Démographie: La Fécondité dans les Pays Industrialisés*, Éditions du CNRS, Paris.

Rothbarth, E., (1943), "Note on a method of determining equivalent income for families of different composition", in C. Madge, (ed.), *War-time Pattern of Saving and Spending*, Cambridge University Press, Cambridge.

Sauvy, A., (1979), "Les conséquences du vieillissement de la population", in Chaunu, P., Dumont, G., Legrand, J. & Sauvy, A., *La France Ridée*, Paris, Livre de Poche.

Schmähl, W., (1989), "Retirement at the cross-roads: tasks and problems under changing economic and demographic conditions. Some introductory remarks", in W. Schmähl, (ed.), *Redefining the Process of Retirement: An International Perspective*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Schmähl, W., (1990), "Demographic change and social security. Some elements of a complex relationship", in *Journal of Population Economics*, Vol. 3, No. 3, October.

Schmitt-Rink, G., (1989), "Is there an optimal growth rate for population", in K. Zimmermann, (ed.), *Economic Theory of Optimal Population*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Schneider, F., (1986), "The influence of political institutions on social security policies: A public choice view", in Schulenburg, (ed.), *Essays in Social Security Economics*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Schultz, T. P., (1969), "An economic model of family planning and fertility", in *Journal of Political Economy*, 77, 2.

Schultz, T. P., (1981), "Economics of population", in *Perspectives on Economic Series*, 6, Addison-Wesley Publishing Company, London.

Schultz, T. P., (1990), "Economic and demographic consequences of educating women: Social returns to women's schooling", paper presented in the *Annual Meeting of the European Society for Population Economics*, Istanbul.

Schultz, T. W., (1974), "Economics of the family: Marriage, children and human capital", *A Conference Report of the National Bureau of Economic Research*, University of Chicago Press, Chicago.

Serow, W., (1984), "The impact of population change on consumption", in G. Steinmann, (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Shryock, H. S., Siegel, J. S. & Associates, (1976), *The Methods and Materials of Demography*, Academic Press, New York.

Silberberg, E., (1978), *The Structure of Economics: A mathematical analysis*, McGraw-Hill Book Company, New York.

Silva, A., (1979), "Prática religiosa dos católicos portugueses", in *Economia e Sociologia*, 25-26, Évora.

Simon, J., (1977), *The Economics of Population Growth*, Princeton University Press, Princeton.

Simons, J., (1982), "Reproductive behaviour as religious practice", in *Determinants of Fertility Trends*, C. Höhn & R. Mackensen, (eds.), Ordina Éditions, Liège.

Smith, H. L., (1989), "Integrating theory and research on the institutional determinants of fertility", in *Demography*, Vol. 26, No. 2, May.

Steinmann, G., (1984), "A model of the history of demographic-economic growth", in G. Steinmann, (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Steinmann, G., (1989), "Malthusian crises, booserupian escapes and longrun economic progress", in A. Wenig & K. Zimmermann, (eds.), *Demographic Change and Economic Development*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Sweet, J. A., (1970), "Family composition and the labor force activity of american wives", in *Demography*, 7 (2), May.

Tabutin, D., (1980), *Problèmes de Transition Démographique*, Tome 1, Cabay, Louvain-la-Neuve.

Thompson, W.S. & Lewis, D.T., (1970), *Population Problems*, 5th. edition, McGraw-Hill Book Company, New York.

Tilly, C., (1978), "The historical study of vital processes", in Tilly, C., (ed.), *Historical Studies of Changing Fertility*, Princeton University Press, Princeton.

Tugault, Y., (1975), "Fécondité et urbanization", Institut National d'Études Démographiques, *Travaux et Documents*, Cahier 74, Presses Universitaires de France, Paris.

Turchi, B. A., (1975a), *The Demand for Children: The economics of fertility in the United States*, Ballinger Publishing Company, Cambridge, Mass.

Turchi, B. A., (1975b), "Microeconomic theories of fertility: A critique", in *Social Forces*, 54.

United Nations, (1953), *Principles for a Vital Statistics System*, Statistical Papers, Series M, No. 19, August.

van Imhoff, E., (1989), *Optimal Economic Growth and Non-Stable Population*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

van Imhoff, E. & Odink, J., (1990), "Household equivalence scales in the Netherlands: comparing different methods of measurement", paper prepared for the EAPS Seminar on *Levels of life and families: observation and analysis*, Barcelona, October.

Whelpton, P. K., Campbell, A. A. & Patterson, J. E., (1965), *Fertility and Family Planning in the United States*, Princeton University Press, Princeton.

Westoff, C. & Ryder, N., (1977), *The Contraceptive Revolution*, Princeton University Press, Princeton.

Willekens, F., (1991), "Understanding the interdependence between parallel careers", in J. Siegers, J. Jong-Gierveld & E. van Imhoff, (eds.), *Female Labour Market Behaviour and Fertility. A Rational-choice Approach*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

World Health Organization, (1950), *Official Records of the World Health Organization*, No. 28, *Third World Health Assembly*, Geneva, 8 to 27 May 1950, December.

World Population Data Sheet of the Population Reference Bureau, Inc., 1985, Washington.

World Population Data Sheet of the Population Reference Bureau, Inc., 1992, Washington.

Wright, R., (1991), "Cohort size and earnings in Great Britain", in *Journal of Population Economics*, Vol. 4, No. 4, November.

Wunsch, G.J. & Termote, M.G., (1976), *Introduction to Demographic Analysis, Principles and Methods*, Plenum Press, New York.

Zimmermann, K. F., (1984), "The dynamics of women's labor force participation and fertility: A simultaneous ARX-model", in G. Steinmann, (ed.), *Economic Consequences of Population Change in Industrialized Countries*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Zimmermann, K. F., (1989), "Optimum population: An introduction", in K. Zimmermann, (ed.), *Economic Theory of Optimal Population*, Springer-Verlag, Berlin-Heidelberg.

Zimmermann, K. F., (1991), "Ageing and the labor market. Age structure, cohort size and unemployment", in *Journal of Population Economics*, Vol. 4, No. 3, August.

2. FONTES

Para além da utilização dos dados já publicados por outros autores, e que oportunamente referenciámos no texto, fazendo, portanto, parte integrante da bibliografia fundamental, utilizámos as seguintes fontes complementares (impressas e não impressas):

Estatísticas Demográficas de 1979, 1980, 1981, 1982, 1986, 1987, 1988 e 1989, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Estimativas da População Residente em 31.XII.1987, segundo o sexo e por idades, nos Distritos e Regiões Autónomas e segundo o sexo, por Concelhos, Centro de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Inquérito às Receitas e Despesas Familiares, de 1989/90, dados de base em banda magnética, cedidos pelo Gabinete de Estudos Económicos, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Inquérito Português à Fecundidade, de 1980/81, Instituto Nacional de Estatística, dados de base em diskette, cedidos pelo Dynamic Data Base, International Statistical Institute Research Centre, Netherlands.

Inquérito sobre o Valor dos Filhos, de 1988, mandado realizar à Euroexpansão, Évora.

Inquérito Tempo para o Trabalho, Tempo para a Família, de 1987, dados de base em diskette, cedidos pela Direcção-Geral da Família, Ministério do Emprego e da Segurança Social, Lisboa.

XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento da Habitação, de Março de 1981, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.